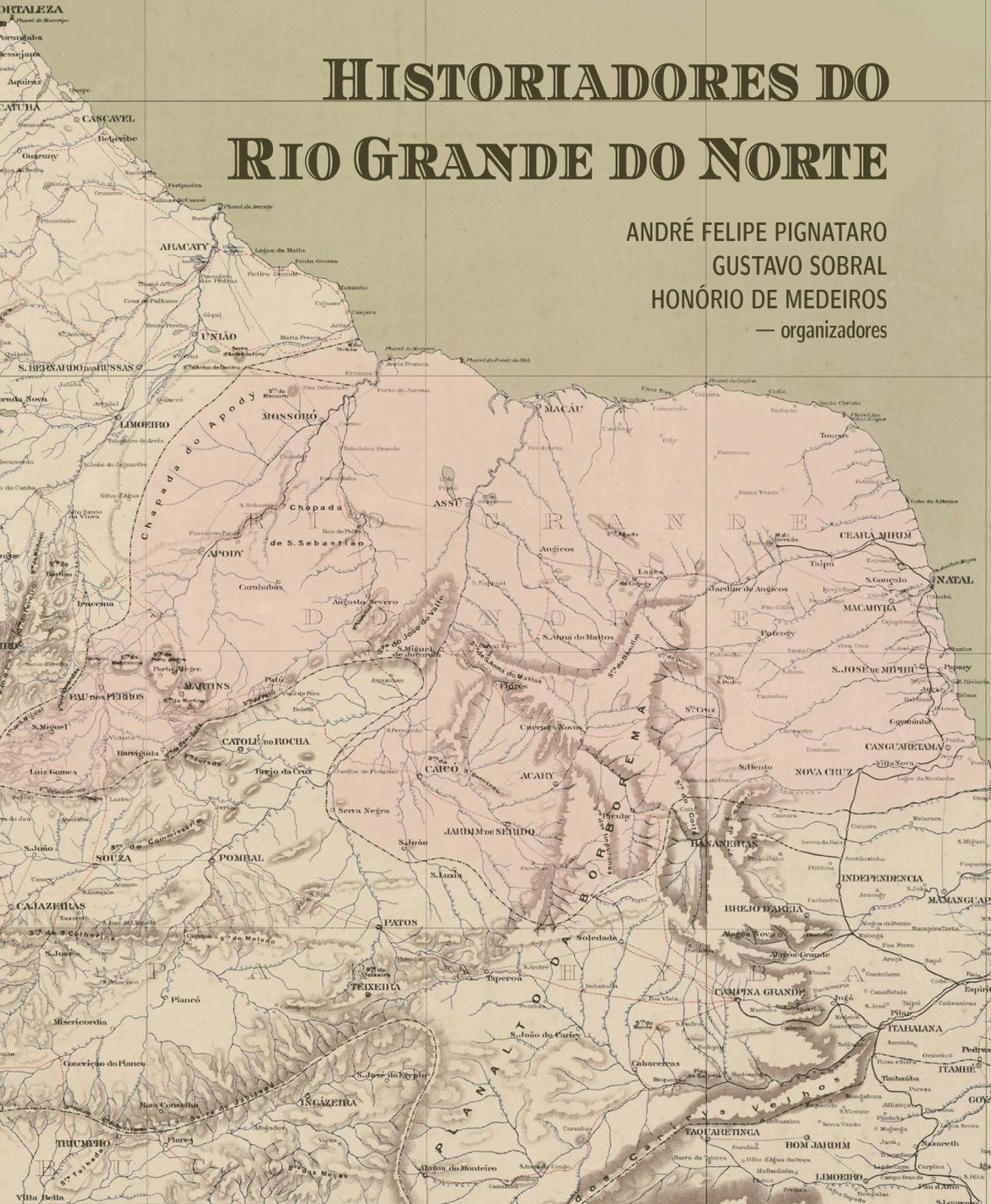




Editora Biblioteca Ocidente
LIBRUM LUX MUNDI

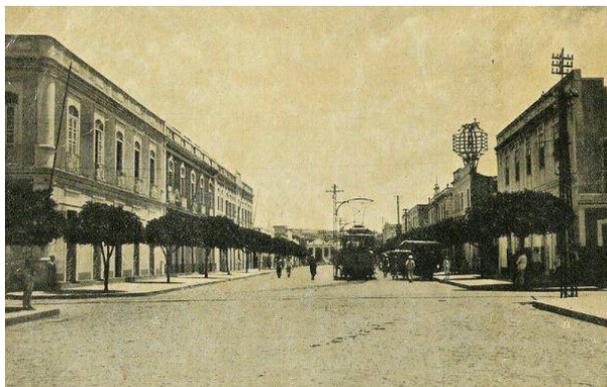
HISTORIADORES DO RIO GRANDE DO NORTE

ANDRÉ FELIPE PIGNATARO
GUSTAVO SOBRAL
HONÓRIO DE MEDEIROS
— organizadores



André Felipe Pignataro · Gustavo Sobral · Honório de Medeiros
Organização

Historiadores do Rio Grande do Norte



Editora Biblioteca Ocidente
2025

Copyright © 2025 by André Felipe Pignataro

Copyright © 2025 by Gustavo Sobral

Copyright © 2025 by Honório de Medeiros

Direitos reservados a:

Editora Biblioteca Ocidente
Av. Parque das Lagoas, 195
Parnamirim, RN, CEP 59154-325

Título original em língua portuguesa: Historiadores do Rio Grande do Norte

Capa e editoração: Gabriel Araújo.

Imagem da capa: Brasil — Ministério da Viação e Obras Públicas. *Mapa dos estados do Ceará, Rio G. do Norte e Parahyba*. Disponível no Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1910.

Imagem da contra-capa: Mapa da Província do Rio Grande do Norte.

Imagem da folha de rosto: Fotografia da Av. Tavares de Lyra, Natal/RN, no início do sec. XX. Tribuna do Norte, 2017.

Editor: Francisco Isaac Dantas de Oliveira.

Comitê editorial da Editora Biblioteca Ocidente: Antônio Natalino Lisboa (Doutor em História), Bruno Miranda Braga (Doutor em História), Joaquim Pinheiro de Araújo (Doutor em Ciências Sociais), Juliana Bulhões A. Dantas (Doutora em Comunicação), Leonardo da Silva Claudiano (Doutor em História), Maria A. Ramos da Silva (Doutora em Ciências Sociais), Mariza Silva de Araújo (Doutora em Educação), Sheila Mendes Accioly (Doutora em Ciências Sociais) e Wallas J. de Lima (Doutor em História).

Para obter o e-book, acesse www.revistagalo.com.br e faça o *download* gratuitamente.

Visite nossas redes sociais:

@editorabocidente, @casaeditoralaraujooliveira e @revistagalo no instagram, e;
@revistagalo.com.br no bluesky.

Dados da catalogação de publicação da Biblioteca Ocidente, RN, Brasil.

A555h

Historiadores do Rio Grande do Norte. Organização de André Felipe Pignataro, Gustavo Sobral, Honório de Medeiros. — Parnamirim, RN : Editora Biblioteca Ocidente, 2025.

Dados eletrônicos (1 ed. : [PDF] : 246 f.).

ISBN: 978-65-01-66397-5

1. Historiadores. 2. História do RN. 3. História do Brasil. I. Pignataro, André Felipe.
II. Editor — Oliveira, F. Isaac D. de. III. Título.

CDD: 981.32

Índice para catálogo sistêmico

1. História do Rio G. do Norte	981.32
2. Brasil nordeste : Biografias	920

Bibliotecária: Adriana de L. Teixeira CRB 15/0550

SUMÁRIO

Prefácio	6
Historiadores que fizeram história	9
Miguel Archanjo Galvão <i>João Pedro Horácio de Oliveira</i>	11
Manoel Ferreira Nobre <i>Ariane de Medeiros Pereira</i>	20
Manoel Antônio de Oliveira Coriolano <i>Rivano de Souza Soares</i>	28
Isabel Urbana Carneiro de Albuquerque Gondim <i>Patricia Ladeira Penna Macêdo</i>	36
Pedro Soares de Araújo <i>André Felipe Pignataro</i>	45
Luiz Manoel Fernandes Sobrinho <i>Octávio Santiago</i>	51
Francisco Fausto de Souza <i>Geraldo Maia do Nascimento</i>	60
Tobias do Rego Monteiro <i>Pedro Simões Neto Segundo</i>	66
Augusto Tavares de Lyra <i>Saul Estevam Fernandes</i>	74

SUMÁRIO

Rodolfo Augusto de Amorim Garcia <i>Gustavo Sobral</i>	80
Antonio Soares de Araújo <i>Pedro Simões Neto Segundo</i>	90
Nestor dos Santos Lima <i>Pedro Simões Neto Segundo</i>	97
João Angyone Costa <i>Pedro Simões Neto Segundo e Alexandre Jardim Rocha</i>	106
João Vicente da Costa <i>Pedro Pinheiro de Araújo Júnior</i>	112
Luís da Câmara Cascudo <i>Bruno Balbino Aires da Costa e Francisco Firmino Sales Neto</i>	117
Raimundo Nonato da Silva <i>Honório de Medeiros</i>	127
Hélio Mamede de Freitas Galvão <i>Ariane de Medeiros Pereira</i>	134
Tarcísio da Natividade Medeiros <i>Júlia Chaves Nunes de Carvalho</i>	145
Pedro Arbués Dantas <i>Helder Macedo</i>	151
Raimundo Soares de Brito <i>Kydelmir Dantas</i>	156
João Wilson Mendes Melo <i>Pedro Simões Neto Segundo</i>	164

SUMÁRIO

Lenine Barros Pinto <i>Sérgio Trindade</i>	169
Olavo de Medeiros Filho <i>Helder Macedo</i>	178
José Geraldo de Albuquerque <i>Sérgio Trindade</i>	189
Ivoncísio Meira de Medeiros <i>João Sabino</i>	196
Marcos Antonio da Silva <i>Olinto Renan de Souza</i>	204
Muirakytan Kennedy de Macêdo <i>Helder Macedo</i>	212
Referências	220
Sobre os autores	244

PREFÁCIO

A escrita da história local, em especial a história potiguar, é um empreendimento intelectual que carrega consigo tanto o peso da memória coletiva quanto o desafio individual de grandes intérpretes de nossa história. Diferente da tradição consolidada em outros espaços do Brasil, o Rio Grande do Norte ingressou (um pouco) tardiamente na sistematização historiográfica, o que faz de nosso campo de estudo uma seara ao mesmo tempo promissora e desafiadora. A consciência de que a história potiguar é uma construção relativamente recente nos permite olhar para trás com humildade, e reconhecer os primeiros passos dados por nossos antecessores e, ao mesmo tempo, assumir o compromisso de avançar pelos caminhos abertos por todos os nomes que se desenrolam ao longo do livro *Historiadores do Rio Grande do Norte* organizado Gustavo Sobral, André Pignataro e Honório de Medeiros.

No século XIX, quando o Brasil estava em construção e buscava se pensar como nação independente, as elites letradas locais começaram a registrar feitos, personagens e acontecimentos que, a seus olhos, mereciam ser preservados. Era o tempo da história escrita em moldes laudatórios, próxima à crônica, memorialismo e positivista, quando se valorizavam heróis cívicos, genealogias familiares e episódios militares. Autores como Luís da Câmara Cascudo, numa lenta mais progressiva transição para o século XX, deram novas feições a esse exercício historiográfico, ampliando o horizonte e propondo uma história que dialogava com a cultura popular, com os costumes, com o sertão e com o imaginário coletivo. O que antes era apenas uma coleção de memórias isoladas, passou gradativamente a constituir um esforço interpretativo mais denso, mais atento às conexões entre o local e o nacional.

PREFÁCIO

Ao longo do século XX, outros nomes se somaram a esse processo. Pesquisadores, professores, advogados, jornalistas, historiadores, cronistas e uma gama de intelectuais oitocentistas pariram o Rio Grande do Norte contemporâneo, cada um a seu modo, contribuíram para a lenta sedimentação de uma historiografia potiguar. Foi um caminho que demandou esforço paciente de coleta documental, preservação de arquivos, entrevistas orais e, sobretudo, uma crença inabalável de que o Rio Grande do Norte possui uma história singular, digna de ser conhecida, discutida e ensinada. Esses pioneiros estavam em algum momento alicerçados no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em alguns momentos (muitas vezes) sem apoio financeiro institucional ou sem o reconhecimento imediato, lançaram as bases para que hoje possamos desenvolver pesquisas mais sistemáticas, com método e rigor científico.

Escrever a história local, portanto, não é apenas narrar o passado de uma província e suas muitas cidades; é compreender como essas vivências particulares se entrelaçam à história mais ampla regional e do Brasil e, em muitos casos, como essa história se liga aos eventos internacionais do Ocidente. O fazer historiográfico exige mais do que acumular fatos; requer problematização, cruzamento de fontes, diálogo com teorias e disposição para revisitar interpretações consagradas. No caso potiguar, esse desafio é ainda maior, pois nossa historiografia continua (relativamente) jovem, em processo de sedimentação, demandando coragem para experimentar novas abordagens e criatividade para lidar com lacunas documentais e críticas deixadas pelos historiadores pioneiros.

Este corajoso livro se insere nesse esforço, de revisitar, apresentar e dar vida nova a partir de biografias e novas formas de ver esses homens do passado. Ao tratar dos historiadores e da história potiguar, o livro não apenas contribui para ampliar nosso repertório de interpretações, mas também presta homenagem àqueles que, nos séculos XIX

PREFÁCIO

e XX, ousaram lançar os primeiros olhares sistemáticos sobre a nossa terra. Reconhecemos que sem a dedicação desses precursores, muitos deles intelectuais autodidatas ou vinculados às letras e ao jornalismo, dificilmente teríamos hoje o arcabouço mínimo de referências para seguir adiante. A cada biografia escrita, a cada tradição popular registrada, a cada arquivo preservado, a cada crônica publicada, esses homens e mulheres lançaram sementes de uma historiografia que hoje floresce em múltiplas direções.

Ter consciência desse percurso é fundamental para que não nos iludamos com a ideia de um começo absoluto. Somos herdeiros e herdeiras, continuadores e, em certa medida, críticos de um projeto iniciado há mais de um século. Se hoje a pesquisa histórica no Rio Grande do Norte encontra respaldo em universidades, arquivos e grupos de pesquisa, é porque houve quem, em contextos muito mais adversos, acreditasse que a memória do povo potiguar valia a pena ser guardada e transmitida.

Que este prefácio sirva, portanto, não apenas como introdução, mas como convite. Convite a ler a história local com olhos atentos às suas especificidades, conscientes de sua juventude historiográfica e abertos à pluralidade de interpretações. Mais do que isso, que sirva como reconhecimento a todos aqueles que, com esforço e paixão, deram os primeiros passos nesse caminho. O presente livro é também, de forma implícita, uma homenagem a essa geração de historiadores do século XIX e XX, cujas vozes ecoam em nossas páginas e cujos gestos permanecem vivos na nossa prática de fazer história.

Francisco Isaac D. de Oliveira
Parnamirim, agosto de 2025.

HISTORIADORES QUE FIZERAM HISTÓRIA

Todo livro parte de uma ideia. Essa era das mais simples, porque não é fácil encontrar em um só lugar informações sobre os historiadores do Rio Grande do Norte.

É preciso sair catando, juntando, listando e, mesmo assim, a gente sabe uma coisa ou outra, precisa se aprofundar, quando muitas vezes o que precisamos é saber quem foram, o que publicaram, e pronto. Eis, portanto, o ponto de partida: ser um registro, meio perfil, meio biografia, dos historiadores do Rio Grande do Norte.

O critério primevo não foi outro que tratar dos não mais vivos em carne e osso e que tenham nascido nestas terras, porventura vivido, critério não excludente, e escrito sobre história. Assim, se chegou sem demora aos nomes que aqui se apresentam.

E temos que agradecer a Pedro Simões e a Francisco Issac Dantas pelas sugestões. Também devemos agradecer a eles por indicarem alguns nomes, entre os escritores, pesquisadores, historiadores, professores e estudantes que aceitaram o convite e dispuseram a escrever, em texto livres, cada qual à sua maneira, pois, se lançamos algumas orientações foram apenas para serem isto: orientações.

Assim, tão diversa quanto é a vida, tão diversos quanto foram estes historiadores, é a forma, o estilo e o jeito que cada um dos autores apresenta o seu texto. Uns em tom de homenagem, pois, até conviveram com os nomes sobre os quais escrevem; outros mais formais; outros mais literários; outros mais no estilo acadêmico; outros mais ensaísticos; e todos unidos em torno do propósito: lançar a primeira obra que trata dos historiadores do Rio Grande do Norte.

HISTORIADORES QUE FIZERAM HISTÓRIA

É com esta liberdade, é reunindo tanta gente boa para falar de tanta outra gente que estudou, escreveu e publicou história, que este livro se fez sem a pretensão de ser definitivo, mas em ser um porto seguro para conhecer os historiadores do Rio Grande do Norte. Pessoalmente, aqui, agradecemos a cada um dos autores que colaboraram.

No mais, é dizer que este é apenas mais um trabalho, depois de *Governo do Rio Grande do Norte* (2022), de Gustavo Sobral, Honório de Medeiros e André Felipe Pignataro em organização e também em autoria de alguns verbetes. Mais uma publicação nossa pela Biblioteca Ocidente, edição digital inteiramente gratuita, fomentado o acesso à leitura e ao conhecimento.

Aos leitores, entregamos *Historiadores do Rio Grande do Norte*.

Os organizadores

MIGUEL ARCHANJO GALVÃO

João Pedro Horácio de Oliveira

Miguel Archanjo Galvão era natural da então vila de Goianinha, nascido em 17 de fevereiro de 1821, filho de José Lopes Galvão e Josepha Maria de Jesus Galvão. Sua formação intelectual carece de mais detalhes, mas, de acordo com seu necrológico, escrito pelo jurista Antônio Ferreira de Souza Pitanga (1903, p. 350), foi educado dentro da instrução que era dada em sua província natal.

Quanto a isso, presume o historiador Magno Santos (2023, p. 69) que Miguel frequentou o Atheneu Norte-rio-grandense — instituição fundada em 1834: sua inferência se baseia em dados biográficos de outro filho dos Galvão, Raphael Archanjo Galvão. Esse nasceu em Natal, em 1811, e, relata-nos Sacramento Blake (1902, p. 93) — notável historiador e biógrafo do século XIX e início do XX — que “aos 14 anos de idade dedicou-se ao funcionalismo público como praticante da secretaria do governo de sua província”.

No cotejo das datações, é bastante plausível que Miguel Archanjo já estivesse na capital quando da fundação da instituição escolar. Desde os seus “verdes anos” era afeito à matemática e isso certamente influenciou os empregos que ocupou: o primeiro deles foi em 1841 — o que nos mostra que assumiu com 20 anos apenas — no serviço da tesouraria provincial.

Algum tempo mais tarde partiu Miguel para Aracaju, na província de Sergipe, com função ligada também à fazenda. Sua saída de lá

MIGUEL ARCHANJO GALVÃO

se deu por causa de ter conseguido o posto de escrivão da alfândega da cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul — um adido da tesouraria geral de Porto Alegre — sendo escolhido, posteriormente, para os cargos de secretário e deputado da junta do comércio da província gaúcha.

Em 1852, voltando para a capital da província sulista, no mês de agosto, desposou a senhora Josepha Apollonia de Albuquerque Galvão. Seu compromisso com o funcionalismo público o fez ser notado, certamente, pois deixou a região Sul para ser 1^o escriturário do Tesouro Nacional, estabelecendo-se, assim, na então capital imperial, o Rio de Janeiro.

Em terras cortesãs, foi promovido a chefe de seção e a contador do dito Tesouro. Conjuntamente com o conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos e o coronel Frederico Carneiro de Campos, fez Miguel Archanjo parte da comissão responsável pelo inquérito da Casa de Correção da cidade do Rio, um estabelecimento prisional criado em 1850 e que, por meio do trabalho e do isolamento, visava reabilitar os presos que ali estivessem.

De igual modo, firmando parceria de atuação com o General Henrique Pedro de Beaurepaire-Rohan e o Dr. Souza Fontes, Miguel participou do exame que tinha por objeto o Hospital Militar. Durante o período da Guerra do Paraguai, conflito que se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870 e que é considerada o maior confronto bélico da América Latina, foi criada uma repartição fiscal e pagadoria da Marinha no Rio da Prata, e nosso biografado foi escolhido para ser membro da comissão responsável pelo órgão, desenvolvendo a atividade de “fiscalização das despesas, do suprimento de fundos e remessa de material para os navios da esquadra, hospitais, e mais estabelecimentos da armada em operação” (Blake, 1900, p. 270).

De acordo com Antônio Pitanga (1903, p. 351), pelos seus serviços Miguel Archanjo foi agraciado com a medalha geral da campanha

MIGUEL ARCHANJO GALVÃO

do Paraguai — insígnia criada como honraria para aqueles que bem atuaram no período da Guerra, seja em campo de batalha, ou nas repartições, como foi o caso de Galvão. Anos depois, foi igualmente agraciado com uma comenda da Ordem da Rosa.

Em 1877, o Barão de Cotegipe, então ministro da Fazenda, designou Miguel como chefe de uma comissão para apurar um caso de desvio de “soma avultadíssima” das contas públicas acontecido na Tesouraria do Pará, elogiando sua inteligência e seu zelo com o trabalho. No ano de 1886, foi nomeado por Decreto inspetor da Caixa de Amortização, até que em maio de 1894 tornou-se diretor do Tribunal de Contas da União, cargo que exerceu até 1896, quando se aposentou.

Foi membro de algumas organizações populares e beneméritas como: a Santa Casa de Misericórdia do Brasil, sendo parte de sua mesa durante muitos anos na década de 1880 e 1890; o antigo Instituto Literário da Bahia; a Sociedade Propagadora das Belas Artes; a Sociedade Beneficente das Artes Mecânicas e Liberais; a Sociedade Auxiliadora da Indústria (SAIN).

Nessa instituição, da qual era membro desde 1858, desempenhou papel ativo e enérgico visando a melhoria da agricultura e do cultivo no país. Atuou durante anos como conselheiro da SAIN, compondo seções como a de indústria fabril e a de agricultura.

Curiosamente, em publicação de 1873 do periódico “O Auxiliador da Industria Nacional”, Miguel já passa a ser tratado como comendador, certamente da Ordem da Rosa. Na seara das comendas e galardoamentos, em sessão de 1858 da SAIN, nosso biografado propôs à mesa diretora a criação de uma ordem para agraciar os que “bem merecerem por serviços prestados à indústria nacional”.

Um aspecto bastante interessante, que compunha a figura de Miguel Archanjo, é a sua participação na maçonaria. Mais especificamente, seu envolvimento foi com a loja maçônica Aurora Escocesa,

localizada na capital do Império. Como aponta Dom Odilão Moura (1984, p. 32), era uma realidade patente a participação de uma boa parte dos homens públicos do Império no movimento maçônico — o próprio imperador Dom Pedro I e o patriarca da Independência José Bonifácio foram figuras de destaque.

Desse modo, é possível dizer que a maçonaria influenciou em decisões políticas e nos rumos do nosso país, gerando inclusive tensões entre a Coroa e a Igreja, como foi o caso da Questão Religiosa de 1873. No caso da loja Aurora Escocesa, foi criado um jornal de mesmo nome, vinculado ao Grande Oriente Brasileiro; em sua primeira edição, de 1^o de novembro de 1881, a revista faz menção à criação de hospitais, asilos e estabelecimentos de instrução pública.

Miguel Archanjo, homem já vinculado a instituições de auxílio social, com certeza, apoiava essa atuação da ordem maçônica. Em edição de 1883, seu nome está referido como sendo o presidente da Diretoria da Associação de Benemerência; segundo o jornal, os conhecimentos profissionais de Miguel e seus reconhecidos critérios enchiam de plena confiança todos os maçons.

No ano de 1884, foi Miguel nomeado representante do Grande Oriente do Rito Nacional Mexicano junto ao Grande Oriente Brasileiro. Em 1885, temos um texto assinado por Miguel Archanjo e outros maçons de caráter bastante significativo, pois o escrito atacava a instituição da escravidão, a qual é tratada como um “cancro” ou ainda pior, uma “chaga pestilencial”. Miguel era um partidário do abolicionismo e apoiava a ideia de um trabalho livre institucionalizado no país.

No mesmo ano de 1884, nos idos de julho, nosso historiador, nos revelam notícias do “Jornal do Commercio”, concorreu à vaga de senador pela “leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”, após a morte do então senador Visconde de Niterói. Miguel estava vinculado ao que o periódico identifica como “chapa

da sociedade união dos eleitores”, que amalgamava em si aqueles que não estavam filiados aos grandes partidos da época, o Liberal e o Conservador, não se constituindo, entretanto, como um partido.

Junto a ele outros dois nomes foram lançados: o Conselheiro Eduardo de Andrade Pinto e o Visconde de Santa Cruz. Miguel Archanjo foi o 12^o colocado da lista, tendo conseguido um total de 136 votos. O escolhido para a vaga, o qual era ocupante do 1^o lugar da chamada lista tríplice, foi o Conselheiro Paulino de Souza, filho de um importante estadista do Império, o Visconde de Uruguai. Em 1890, compôs a delegação representante do recém-criado, em Natal, Centro Republicano 15 de Novembro na cidade do Rio de Janeiro, ao lado de Amaro Cavalcanti, Ferro Cardoso e outros.

Quanto à sua atuação como historiador, Miguel aliava sempre a sua posição de funcionário público com a de pesquisador. Pitanga (1903, p. 350) o caracteriza como sendo “um desses organismos predispostos à meia luz do gabinete e ao silêncio do estudo”; era um homem amante da ciência — sobretudo a matemática — das artes e das letras.

Magno Santos (2023, p. 65) o coloca como sendo uma “espécie” muito presente durante o século XIX: um polímata. Versava ele sobre numismática, topografia, memórias, catalogações e cronologias. Santos (2023, p. 66) aponta que os fazeres de Miguel Archanjo se alinhavam com uma ideia de invenção da autonomia nacional, a qual implicava diretamente numa ruptura diante das tradições legislativas portuguesas.

Sem dúvidas, Miguel era um homem das letras e, enquanto tal, seguiu uma certa prática associativista no século XIX, que era a ocupação de espaços em instituições — tal como o IHGB e os demais institutos provinciais — e quando nelas, pensaria questões importantes a partir de uma ótica institucional. Para ele, era dever dos letrados emoldurarem o passado nacional, a fim de fomentar um

determinado projeto de nação e promover uma “cultura política na qual a invenção da nacionalidade brasileira deveria ter por lastro a ruptura com o passado português” (Santos, 2023, p. 72).

Sua primeira obra historiográfica foi lançada em 1858, sob o título de “Dízima da Chancelaria: Reflexões sobre a História e Legislação desta renda, e sua arrecadação até 1855–56; e legislação que regula sua aplicação e percepção”, e tratava de um importante imposto que era a chamada dízima, o qual era cobrado sobre produtos importados. Segundo Magno Santos (2023, p. 73) “Miguel Archanjo Galvão atribuiu à escrita da história das rendas públicas como uma necessidade de afirmação da nacionalidade e de garantia do futuro”.

Sua segunda obra foi lançada em 1894, 36 anos a separando de “Dízima da Chancelaria”, intitulada “Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brazil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889”, se tratando de uma obra abrangente em termos temporais, pois se ocupa de períodos diversos vividos pelo país, em um espaço de 81 anos: vinda da família real (1808); Reino Unido (1815–1822); Primeiro Reinado (1822–1831); Período Regencial (1831–1840); Segundo Reinado (1840–1889).

O tempo entre um escrito e outro é bastante significativo, pois denota que Miguel maturava o que estava produzindo, e era cuidadoso com as informações que estava veiculando em seus livros. Afinal, para ele, era a História um importante meio de construir o futuro da nação. A “Relação dos cidadãos”, podemos considerar, estava dentro de uma dinâmica de “monumentalização das memórias de governantes”, estratégia, dentre muitas, que Miguel Archanjo considerava importante para a construção de um bom projeto de nação, de acordo com Santos (2023, p. 76).

Em 1898, Miguel submeteu seus dois trabalhos já escritos à Comissão de trabalhos históricos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o parecer que é fornecido, datado de 17 de

MIGUEL ARCHANJO GALVÃO

abril, é que são obras que se adequaram perfeitamente ao tipo de pesquisa desenvolvido pelo instituto, sendo, portanto, direcionados à Comissão de admissão de sócios.

A resposta final, de caráter positivo, veio em 12 de maio, sendo Miguel admitido como novo sócio efetivo do instituto. Magno Santos (2023, p. 82) indica uma atividade bastante ativa de Miguel Archanjo enquanto sócio, proferindo preleções quando requeridas e integrando a comissão subsidiária de História. No ano de 1902, nos indica o jornal *Gazeta de Notícias* (RJ) que ele foi indicado para a comissão de História, juntamente com o Visconde de Ouro Preto e o Barão Homem de Mello.

Pouco antes de falecer, no dia 8 de julho de 1903, Miguel Archanjo Galvão proferiu, no mês de março, em duas sessões ordinárias do Instituto Histórico, a leitura de seu trabalho “A Moeda no Brasil: história e catálogo de uma coleção de moedas do Brasil desde os tempos coloniais até hoje (14 de novembro de 1889)”, o qual foi seu último escrito, sendo publicado apenas em 1905, na *Revista do IHGB*, contando com 400 páginas de conteúdo numismático.

É digna de nota, também, uma informação disponibilizada pelo historiador Magno Santos (2023) — já citado outras vezes aqui — acerca de alguns manuscritos de Miguel datados de 1847, nos quais ele escreveu — ou tentou escrever — uma “Relação das freguesias e vilas de Sergipe com dados sobre as mesmas”. É interessante notar uma característica que permeou todos os trabalhos de Miguel Archanjo Galvão, e revela uma parte de seu caráter enquanto pesquisador: era um exímio catalogador.

Nos *Anais da Biblioteca Nacional* de 1906 consta a compra de um catálogo de jornais e outros periódicos que foram organizados e que pertenceram a Miguel Archanjo, num total de 12 cadernos e 13.060 bilhetes avulsos. Um volume bastante impressionante de papéis e que

MIGUEL ARCHANJO GALVÃO

foi comprado por 1 conto e 800 mil réis a seu filho Miguel R. Galvão no dia 21 de setembro de 1905.

O restante da chamada Coleção Galvão foi arrematada em 31 de dezembro de 1909, pela quantia de 8 contos de réis, totalizando 32.013 documentos. Dentre os papéis, alguns se destacam como é o caso da denúncia, de 1880, ao Ministro Afonso Celso de Assis Figueiredo de contrabando de borracha brasileira através do Peru, e sua venda na Europa como se fosse peruana. Há também a carta de Hermógenes Tinoco, presidente do Centro Republicano 15 de Novembro, informando-lhe de sua nomeação para ser um delegado do centro no Rio. Esses são apenas dois exemplos de tantos outros, possíveis de serem vistos nos Anais da Biblioteca Nacional de 1989.

À guisa de palavras finais, o que nos fica de impressão é que Miguel Archanjo Galvão foi um importante filho da terra, e que assim como muitos contemporâneos seus, fez estadia em diversos lugares do país, desenvolvendo um papel importante naquilo que lhe competia: era um funcionário público exemplar, que tinha consciência de que estava a serviço do país — e isso não mudou com a passagem dos regimes em 1889, pois ele próprio se readequou ao sistema político vigente.

Ele foi além, salientou a importância de uma História nacional escrita pelos brasileiros, dando destaque à elite do funcionalismo, que tinha como um dever, em sua opinião, facultar as informações necessárias para a escrita de obras históricas nacionais, quebrando assim o vínculo colonizador que certamente ainda exercia influência em terras tupiniquins. Miguel Archanjo Galvão merece, sem dúvidas, ser mais lembrado entre os importantes nomes do Estado do Rio Grande do Norte.

MIGUEL ARCHANJO GALVÃO

Publicações *Dízima da Chancelaria: reflexões sobre a história e legislação desta renda* (1858); *Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889* (1894); *A moeda no Brasil: história e catálogo de uma coleção de moedas do Brasil desde os tempos coloniais até hoje* (14 de novembro de 1889) (1905, lançamento póstumo).

MANOEL FERREIRA NOBRE

Ariane de Medeiros Pereira

Pensar sobre um ator social é ter em mente um dado período de tempo e os pensamentos que implicam naquela temporalidade. Ao parar para refletir sobre Manoel Ferreira Nobre é meditar no contexto de axiomas e de anseios que marcaram o século XIX, na Província do Rio Grande do Norte. Um período situado, em todo o Brasil, por mudanças e permanências na cultura, na forma de organização administrativa e social, na fisionomia das cidades com reformas urbanísticas ou novos elementos que despontavam. Mas, o que mensurar sobre as reflexões que tocavam as pessoas letradas no Rio Grande do Norte?

Ao caminhar por esse questionamento passamos a minimizar nossa escala de observação para nos debruçarmos sobre o nosso personagem que ora teceremos nossas considerações. Primeiramente, devemos situar o nascimento de Manoel Ferreira Nobre; esse nasceu na primeira metade do século XIX, na Província do Rio Grande do Norte. Todavia, ainda hoje, existe uma discussão efetiva sobre o local e ano de nascimento de Manoel Nobre (Costa, 2023).

Para Tavares de Lyra, Manoel Ferreira Nobre nasceu em Natal/RN, no ano de 1823 (Lyra, 1921). Já para Luís da Câmara Cascudo (Cascudo, 1963) e Enélio Lima Petrovich Manoel Nobre havia nascido em Natal, no ano de 1824 (Petrovich, 1971). Já o historiador

Raimundo Nonato aponta para que Manoel Ferreira Nobre tenha nascido na cidade de Ceará-Mirim (Nonato, 1971).

Entretanto, a partir das pesquisas de Antônio Soares e Câmara Cascudo foi possível saber que Manoel Nobre foi batizado em 21 de março de 1824 (Cascudo, 1963; Soares, 1971). Fato que nos permite compreender que Manoel Nobre nasceu realmente no ano de 1824 na região metropolitana do que hoje é Natal.

O que podemos perceber é que existe uma grande lacuna sobre a história de vida de Manoel Ferreira Nobre, em especial, em seus primeiros anos de vida. Mesmo que exista um grande esforço por parte dos estudiosos e historiadores norte-rio-grandense sobre Manoel Nobre.

Os silêncios são sintomáticos aos historiadores, bem como o interesse por saber mais sobre o indivíduo. Nesse caso, já entendemos que: Manoel Ferreira Nobre se destacou na História do Rio Grande do Norte, se não fosse assim, não haveria tanto esforço para compreender sobre sua vida e suas ações.

Luís da Câmara Cascudo (1963) e Raimundo Nonato (1971) afirmam com precisão e com pesquisas alicerçadas em dados que Manoel Ferreira Nobre pertence a uma das famílias mais tradicionais do Rio Grande do Norte, do século XIX: Os Ferreira Nobre.

Aquele era filho do alferes Manoel Ferreira Nobre e Inácia Joaquina de Almeida (Costa, 2023) pessoas de posse patrimoniais na Província do Rio Grande do Norte. Como era de se esperar Manoel Ferreira Nobre transitou tanto pelo cenário político e intelectual do Rio Grande do Norte, como ocupou cargos administrativos na Província do Rio Grande do Norte. O historiador Raimundo Nonato coloca:

Descendente de tradicional família norte-rio-grandense — os Ferreira Nobre — exerceu os cargos de vereador, depu-

MANOEL FERREIRA NOBRE

tado provincial, Oficial-Maior da Assembleia Legislativa Provincial, Capitão da Guarda-Nacional, ajudante de ordens do Presidente Leão Veloso, encarregado da Biblioteca Provincial, no qual aposentou-se (Nonato, 1971).

Pelo excerto acima podemos verificar a experiência política e administrativa que permeou a vida de Manoel Nobre. Ele foi um sujeito social ativo na vida da sociedade da Província do Rio Grande do Norte e, como tal, conhecia de perto a figura, os problemas e os pontos fortes de sua província. Tinha vivências desde a área militar, passando por diversos campos da política, do poder administrativo e da educação. Era uma pessoa que transitou por muitas esferas públicas do Rio Grande do Norte; logo, se aliava a vários outros grupos sociais e políticos conforme o seu interesse.

A trajetória de Manoel Ferreira Nobre é atravessada pelas investidas políticas. Luís Câmara Cascudo (1963) direciona seu olhar para perceber Manoel Nobre como um membro do Partido Liberal, da Província do Rio Grande do Norte. Já para o desembargador Antônio Soares (1971) Nobre estava mais para o Partido Conservador. Percebemos que existe uma dualidade de pensamentos entre os dois estudiosos.

Nesse sentido, preferimos caminhar com a análise da historiadora Vitória Mônica de Andrade Carvalho (2008) que Ferreira Nobre podia transitar pelos dois partidos conforme as reviravoltas da política. Isso não é impensado, no instante que, sabemos que Nobre ocupou diversos cargos administrativos nos governos e teve várias ações na Províncias do Rio Grande do Norte a partir de suas funções desempenhadas. Manoel Ferreira Nobre nos afirma:

Em meu trabalho de Oficial-Maior da Secretaria da Assembléia Provincial do Rio Grande do Norte, lugar que exerci por mais de dois anos, era adstrito fornecer às Comissões Permanentes da casa,

tôdas as informações necessárias para acêrto das deliberações (Nobre, 1971).

Pelo que coloca Manoel Ferreira Nobre percebemos que ele tinha um zelo em seu trabalho e buscava repassar as informações necessárias para que as decisões tomadas pela Assembleia Provincial fossem acertadas e para o bem coletivo. De modo que, Nobre ainda escrevia para jornais políticos e literários (Costa, 2023).

O que nos permite refletir que ele tinha uma preocupação efetiva com aquilo que mantinha contato em seus cargos; e gostava de tornar isso público a sociedade. Como meio de disseminar o conhecimento ou a falta daquele. Deve ter sido por isso que em 1877 escreveu sua obra “Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte (1877)” como forma de situar a Província do Rio Grande do Norte em seus aspectos sociais, econômicos, históricos, entre outros, geográficos.

Talvez, por sua experiência de vida ou por pensar para além do que os olhos veem, em uma perspectiva futurista ou mesmo com o intuito de contribuir para sua terra natal — aqui me refiro a Província do Rio Grande do Norte — Manoel Nobre resolveu escrever sobre sua Província. Fato é que seu livro o colocou para a eternidade. A escrita tem esse poder: eternizar para as gerações futuras. O que está escrito não se perde, permanece.

Assim, se Manoel Ferreira Nobre não haveria de ser lembrando por seus cargos políticos e funções administrativas (Costa, 2023) aquele tornou-se um marco para a historiografia do Rio Grande do Norte como o primeiro historiador que se debruçou a escrever a história da Província do Rio Grande do Norte no século XIX. Sendo referência até os dias atuais para todo historiador contemporâneo que busca entender o século XIX da citada espacialidade.

O próprio Manoel Ferreira Nobre nos permite conhecer um pouco dos anseios que adveio de sua decisão de escrever sobre a história da Província do Rio Grande do Norte. Como justificativa primeira para

MANOEL FERREIRA NOBRE

a escrita e a realização de sua obra afirma que essa nasceu de suas funções administrativas no governo da citada Província.

Havia um desconhecimento sobre a história e a descrição da Província do Rio Grande do Norte. De modo que, Manoel Nobre se inquietou e resolveu fazer à sua maneira e com o que dispunha naquele momento e período. Todavia, a Província não podia ficar a ermo de um escrito e de um registro. Conforme Manoel Ferreira Nobre nos coloca:

Na empresa do meu trabalho encontrei dificuldades quase insuperáveis; porém, foram destruídas pela força de vontade, e agora cabe-me o desvanecimento de apresentar à luz pública as minhas fracas produções.

Não escrevo a história preciosa e interessante do Rio Grande do Norte: publico apenas tradições e pequenas reminiscências, que são sempre agradáveis ao espírito que se alimenta em pesquisar as coisas de seu torrão, por mais estéreis que pareçam: é um ligeiro ensaio.

Nada faço, eu sei, porém faço mais do que aqueles que, podendo fazer muito, jazem na inércia. (Nobre, 1971).

Vejamos que pelo excerto escrito em seu próprio livro e destinado ao público, Manoel Nobre reforça a necessidade de registrar a história da Província do Rio Grande do Norte. Não havia escrito; o que dificultava o próprio trabalho administrativo e o levantamento de dados.

Segundo o autor coloca que sua intenção é trazer a luz as tradições, o saber, a cultura de seu povo e de sua Província e despertar a curiosidade e o interesse daqueles que tem apego a sua terra, a “seu torrão” usando do próprio termo de Manoel Nobre. Considerava

que o exercício de sua escrita era um dever e pouco fazia, mas fazia bem mais que aqueles que tinham poder para fazê-lo e se negava, negligencia sua pátria, sua Província.

O que para Manoel Ferreira Nobre parecia uma pequena contribuição, ou por ter um espírito de pouca vaidade, perduraria por séculos afins sendo um encargo inigualável a História da Historiografia do Rio Grande do Norte. Atualmente, sua obra é uma referência para os historiadores e os estudiosos seja para concordar ou discordar de seus dados.

Assim, a edição da obra “Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte (1877)” de Manoel Nobre foi uma iniciativa particular dele; que teve que custear os gastos da publicação e de suas pesquisas. Apesar que: exercendo uso de suas funções e afazeres administrativos de fazer viagens ao interior e as cidades da Província do Rio Grande do Norte, possivelmente, aproveitou para coletar dados, reunir histórias e fontes para a escrita de seu livro (Costa, 2023). E contou com o apoio de seus amigos financeiramente para publicar seu livro em 1877.

Manoel Ferreira Nobre inaugura a tradição de pesquisar nos arquivos de sua Província para tecer os saberes, fazeres e dizeres em sua obra. Fazendo parte do corpo administrativo do governo tinha acesso a muitos documentos de ordem prática. Ao qual ao passear pelas folhas de sua obra é possível perceber que o autor faz uma história quantitativa da Província do Rio Grande do Norte com suas cidades.

Divagava por seus aspectos geográficos e naturais, mas nos permite conhecer dados censitários pormenorizado da população, da educação, da nacionalidade, da produção, das receitas, das despesas, das representações políticas, entre outros, das minas, das águas minerais. Portanto, brinda aos leitores com uma cartografia minuciosa

do que era a Província do Rio Grande do Norte na segunda metade do Século XIX.

O livro de Manoel Ferreira Nobre é sem sombra de dúvida uma grande contribuição a História do Rio Grande do Norte tendo em vista que nos permite conhecer de sua geografia a uma cartografia social e cultural da Província do Rio Grande do Norte. Lança base para entendermos o desenvolvimento das cidades em seus períodos vindouros, bem como, seus potenciais econômicos, sociais, culturais e ambientais. É um escrito que é marcado pelo tempo do século XIX, mas se torna atemporal para as demais pesquisas vindouras.

Não é de se estranhar que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte em conjunto com o Conselho Federal da Cultura tenha somado esforços para publicar a segunda edição do Livro de Manoel Ferreira Nobre “Breve Notícia sobre a província do Rio Grande do Norte” (Costa, 2023). Dada a sua relevância e como forma “corrigir” os erros cometidos pela editora na primeira edição do livro. Todavia, esse já era um desejo que pairava sobre Luís da Câmara Cascudo desde os anos de 1950 quando o historiador se debruçou a estudar Manoel Ferreira Nobre.

Os historiadores do Rio Grande do Norte como: Tavares de Lyra, Luís Câmara Cascudo e a geração mais recente como: Raimundo Nonato reconhecem a importância da obra “Breve Notícia sobre a província do Rio Grande do Norte” para a historiografia norte-rio-grandense.

O próprio presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, no ano de 1971, o senhor Enélio Lima Petrovich fez a apresentação da segunda edição do livro de Manoel Ferreira Nobre. Seguido pelo prefácio escrito por Manoel Rodrigues de Melo que nos coloca em relação ao livro de Manoel Nobre: “o trabalho foi, sem dúvida, exaustivo, mas necessário e proveitoso para as letras históricas do Rio Grande do Norte.” (MELO, 1971).

MANOEL FERREIRA NOBRE

Manoel Ferreira Nobre mesmo tendo sido uma figura de destaque na política da Província do Rio Grande do Norte, exercendo funções administrativas, escrevendo para revistas literárias e sendo um intelectual; sua perpetuação para o futuro ficaria com sua obra: “Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte 1877” com a qual o ator social passou a ser pesquisado, estudado; seu livro o permitiu ser considerado o primeiro historiador do Rio Grande do Norte no século XIX. Como o próprio Manoel Ferreira Nobre nos deixou como alerta: façamos o que nos cabe; mesmo que isso pareça pouco. Quem sabe no futuro não possamos ter tantas outras obras valiosas como a de Manoel Ferreira Nobre:

Para tanto é imperativo que deixemos de lado o nosso comodismo e o marasmo de naturalizar o que nos é colocado. É preciso pesquisar, ir aos arquivos, entender a sociedade e o meio ambiente de cada período histórico. Não tenhamos medo de vencer os obstáculos e escrever a história de nosso povo, das nossas tradições, da nossa cultura!

MANOEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA CORIOLANO

Rivano de Souza Soares

Estranho paradoxo é escrever sobre a vida de uma pessoa. O ato de biografar é a estranha antítese de relatar as vivências de alguém que já não mais vive. Caso especial é essa atual ocorrência em que me debruço, com a missão de detalhar a história de alguém que foi, dentre tantas outras particularidades, um historiador. Esse é o meu papel diante de Manoel Antônio de Oliveira Coriolano, importante expoente norte-rio-grandense entre os séculos XIX e XX, em especial para o Alto Sertão do Apodi, sua terra Natal.

Coriolano nasceu no dia 05 de janeiro do ano de 1835, no Sítio “Sonharão”, local em que residiu durante grande parte de sua vida. Luís da Câmara Cascudo, em uma de suas crônicas das “Actas Diurnas” — reunidas no “Livro das Velhas Figuras” — escreveu sobre a origem do nome desse sítio: “Os índios Tupis chamavam sanharó, sonharão, a uma abelha preta, muito mordaz” (Cascudo, 1974, p. 83). Para o autor, o nome do local apenas era uma deturpação da palavra original em tupi. Era nesse recinto que residiam Manuel Gomes do Rêgo e D. Izabel Maria de Jesus, pais de Manoel Antônio de Oliveira Coriolano.

Poucas informações foram encontradas sobre sua infância e adolescência. Dificil vida levava, realidade de muitos outros sertanejos. Cascudo chega a escrever, ainda no “Livro das Velhas Figuras”, que Coriolano, em seu período da infância, na impossibilidade de

estudar, esperava na estrada por viajantes que o ensinavam sobre os “traslados” — serviço realizado como uma espécie de guia durante os deslocamentos em um determinado local. Aprendeu a ler e escrever sozinho, deleitava-se com a leitura dos livros.

Por outro lado, seu desenvolvimento não ocorreu de todo sem ajuda, alguns princípios foram ensinados a ele por Ildelfonso Alves Maia, mestre-escola em 1844. Esses seus aprendizados iniciais ocorreram quando Coriolano tinha 9 anos. Em 1855, com 20 anos, mudou-se para a vila do Apodi. Desde então, passou a estudar com o padre Florêncio Gomes de Oliveira, em que aprendeu sobre a gramática. Após isso, tornou-se de fato um autodidata, com posteriores trabalhos como professor de português e direito penal.

Um interessante caso é que ele não se tornou bacharel. Sacramento Blake (1900) escreve sobre um “Manoel Antônio de Oliveira” nascido no Rio Grande do Norte, originário do Apodi, bacharel e escritor de uma “Memória ou notícia histórica” — tal produção de Coriolano será abordada em breve. Entretanto, Blake traz a informação que ele nasceu em 1827 e faleceu em 1885. Houve aí uma confusão das informações em decorrência de algumas semelhanças com a vida de outra pessoa.

De fato, há a ocorrência de um “Manoel Antônio de Oliveira” na lista de bacharéis formados da Faculdade de Direito do Recife no ano de 1849. Entretanto, as informações disponíveis levam a crer que não se trata da mesma pessoa, pois, se assim fosse, ele teria se formado aos 14 anos! O mais curioso é que esse mesmo “Manoel Antônio de Oliveira” era também natural do Rio Grande do Norte. Com isso, apesar de seus conhecimentos jurídicos, ele não era um bacharel de formação. Porém, esse não foi um limitador de suas funções, em que chegou a ter sido empregado inclusive em cargos públicos de importância municipal.

MANOEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA CORIOLANO

Cascudo conceitua Coriolano como um vasto conhecedor não só dos acontecimentos de sua região, da genealogia das famílias e da história local, mas também um ávido leitor, característica que o fez adquirir exímio conhecimento jurídico. Além disso, ele era um “cronista do sertão”: por meio século seu nome percorreu o Oeste da Província e Estado do Rio Grande do Norte. Um profundo ser dedicado aos problemas do Apodi.

Por sua vez, sua escrita e seu fazer historiográfico esteve restrito ao seu território de nascença, vivência e convivência. Ele não foi considerado como um historiador de amplo reconhecimento no estado, na região ou no país. Foi um cidadão importante, mas de quadro restrito, um enclausurado às suas origens. Sua história pessoal se liga de diversos modos a esta região, inclusive ao se tratar de seu nascimento, em que se conecta com o desmembramento do Apodi à Portalegre, evento ocorrido em 1833, quando tornou-se vila, dois anos antes de nascer Coriolano.

Ele era acima de tudo um observador dos fatos cotidianos e dos problemas de sua região. Cascudo o descreve como um pertencente a uma classe não mais existente: de escritores desinteressados em divulgar, anotadores dos acontecimentos e seus detalhes.

Phelippe Guerra também escreveu sobre a vida de Manoel Coriolano. De início de seu escrito, ele confirma a validação das informações de Cascudo nas *Actas Diurnas* sobre Coriolano. Suas primeiras conceituações a ele foram: “alto, magro, anguloso [...] era um retraído, de poucas palavras” (Guerra, 1940, p. 65).

Prossegue depois com rápidas caracterizações das condições de vida de Manoel Antônio, em que o expressa como um pobre, casado e com filhos. De fato, seu casamento se deu com Maria da Motta Ferreira, com quem teve 11 filhos, e suas condições de vida eram difíceis. Por longo tempo foi de seu costume fumar cachimbo e mascar fumo, adorava café, assim chegou a viver por 87 anos.

Guerra afirma que Coriolano era um tipo de consultor jurídico e eleitoral, tanto para os amigos como para os correligionários. Desse modo, o define como um “advogado”. O fato era o seu gosto por livros de Direito. Coriolano conhecia e era capaz de explicar todos os códigos legais em vigor de sua época. Ponto interessante é a predileção de Coriolano não só pela área jurídica, mas também pelos acontecimentos e costumes de sua região. Nesse caso, ele não era o único, dividia espaço com Nonatto Mota, também nascido no Apodi e escritor da obra “Notas sobre a Ribeira do Apodi”. A seca era umas das temáticas de grande dedicação a ambas as figuras.

De acordo com Guerra, que relatou ter tido acesso aos materiais de Coriolano após a morte de seu irmão Brito Guerra, o *Cicerone do Apodi*, como foi descrito pelo jornal natalense *Miscelânea* ainda em 1898, escrevia todas as observações meteorológicas do Apodi, com foco nas chuvas.

Seu caderno de anotações tinha o nome de *Crônicas das chuvas que dão na cidade de Apodi, em cada inverno, e das enchentes do rio, e entrada d'água na lagoa do Itaú*. Importantes informações podem ser obtidas por seus registros, em que, durante 55 anos (1854–1908), computou dados das precipitações que ocorriam, se decorreram em pequena ou grande quantidade, além das ocorrências de enchentes e de secas de sua região entre seus 19 aos 74 anos! Seu invencível empenho frente ao tempo demonstra sua preocupação e seu empenho dedicado à região do Apodi.

Na parte final de suas anotações, foi realizado por ele um panorama das ocorrências das chuvas, enchentes e secas durante todo o século XIX, a adentrar no XX — desde 1800 a 1902. Durante esse mesmo registro, Phelippe Guerra reproduz alguns dos escritos de Coriolano. Nela aparecem lamentosas e memoráveis secas, a exemplo das de 1824–1828 e 1844–1845, esta última é relatada por ele sendo

um caso em que muita gente padeceu de fome e muitos retiraram-se para a então vila de Mossoró.

Além disso, por outro lado, alguns aspectos da vida pessoal de Coriolano se apresentam nesse escrito: “Em setembro de 1848, fui aprender a ler, e os anos correram regularmente até 1854, quando dei começo a tomar notas das chuvas, para compor a minha Crônica [...]”, em seguida ele rememora o tempo ocupado nessa tarefa e o seu espírito motivado, “[...] trabalho paciente de 55 anos, mais de meio século [...] onde firmei minha constante perseverança, a que tanto me dedico, e a patenteio aos meus amigos sertanejos [...]” (Coriolano *apud* Guerra, 1940, p. 77)

Um homem com um firme propósito e uma titânica perseverança, com o desejo de entender e auxiliar nas possibilidades de solução às agruras da seca. Essa dedicação não é para si, mas para todos aqueles que ele observa em meio a essa atribulação, os sertanejos, compadecendo-se. Sua esperança era que algum dia seus dados servissem como base de estudo, todo seu afincamento foi dedicado à sua adorada pátria, a qual, em suas palavras, ele tanto se sacrificava com imenso prazer. Seu trabalho, por sua vez, poderia tornar-se igualmente inútil ou desprivilegiado.

Então, caso isso ocorresse, seria em causa de sua condição de vida: “[...] eu sou o primeiro a conhecer o que sou, e o quanto sinto da minha vasta insuficiência e profunda rudeza”, e então continua: “[...] durante a minha prolongada vida de 75 anos, gastados nestes adustos sertões, tragando o fel da pobreza e da desventura, jamais tive meios para receber uma educação esmerada, por morar longe dos mestres, ficando fora dos meus ardentes desejos” (Coriolano *apud* Guerra, 1940, p. 78)

Sua principal produção, ou ao menos a mais conhecida, entretanto, é a “Notícia Histórica”, oficialmente publicada em 1894. Essa obra é resultado de um questionário enviado pela Biblioteca Nacional

no ano de 1881 para as então mais de oitocentas câmaras municipais da época em busca de elaborar o Dicionário Geográfico Brasileiro, em que, nesse caso, Coriolano redigiu a *Memória ou Notícia História da Criação da Vila do Apodi* para representar seu município, tal produção foi aproveitada de um escrito seu de 1878 (Santos, 2022).

Essa produção é uma corografia, ou seja, uma descrição histórico-geográfica de um ambiente. Coriolano inicia conceituando o “descobrimento” da Ribeira do Apodi, ocorrido, segundo ele, em 1499 por Alonso Hojeda, Américo Vespúcio e João de la Loja. Então local de habitação dos indígenas Paiacús, aos poucos a marcha colonizadora se rompe, a exemplo do início da catequização a partir da vinda do capuchinho Fidelis. Atrelado ao panorama histórico, está a descrição da vida local, das riquezas e das belezas da região através da topografia, das fronteiras municipais, da organização urbana, dos meios de sustentação econômica e dos recursos minerais.

Essa sua obra foi motivo de elogio pelo governador Joaquim Ferreira Chaves Filho em seu relatório no ano de 1896, em que se reproduziu a obra de Coriolano, também publicada pelo *Almanque Literário e Estatístico de Porto Alegre* um ano antes (Santos, 2022).

Coriolano foi uma figura que atravessou dois mundos, ou melhor, dois regimes políticos: nasceu no Império do Brasil e faleceu na República dos Estados Unidos do Brasil. Navegou em ambos os lados. Em sua própria *Notícia Histórica (1988)*, ele próprio informa que foi nomeado promotor público no dia 13 de 1876 pelo então juiz de direito Dr. Lodolpho Herculano Marinho Falcão. Porém, apenas passou 14 dias no cargo. Em 1888, foi nomeado adjunto do promotor público dessa mesma comarca.

Por decorrência da queda da Monarquia e ascensão da República, em 1889, Coriolano foi demitido do cargo de adjunto por ter sido nomeado durante o regime anterior. Após isso, iniciam-se seus novos papéis. Em 1906, ele aparece como secretário do governo municipal

e, ao mesmo tempo, ajudante do Procurador da República. em 1907 ainda permanece no mesmo cargo. Nessas ocorrências, Coriolano era comumente designado como um “cidadão” e não “bacharel”, a afirmar, mais uma vez, sua não formação em Direito.

Porém, era um homem público, detentor de apreço pela justiça, contrário às formas fraudulentas da política, aos furtos nas urnas e às falsificações. Sua história pessoal revela os velhos problemas do jogo político brasileiro, a exemplo de quando foi recrutado para lutar na Guerra do Paraguai (1864–1870) por um delegado de polícia do Partido Liberal, apenas por ser Coriolano do Partido Conservador.

Coriolano faleceu em 22 de dezembro de 1922. Vida difícil, sediando suas vivências no escaldante sertão, residente longe de seu próprio centro municipal. Em meio a essas adversidades, Manoel Antônio de Oliveira Coriolano almejou e realizou feitos de grande estima. Sua perseverança, dedicação e empenho são características de grande força. Apesar das lamentosas dificuldades, não deixou de lutar pelo que entendia ser o melhor, mas não a nível individual, mas sim, coletivo.

O seu amor à pátria de nascença e a seus conterrâneos lapidados pelas secas eram suas motivações. Além de cronista, historiador do Apodi, era um sonhador que gostaria de ver sua região em melhores condições, sem ser tão vilipendiada pela seca e pela falta de capacidade política. Apesar de ter sido considerado um produtor de enfoque à sua região de origem, seus feitos em muito podem auxiliar no entendimento da história do Rio Grande do Norte e do Nordeste. Por isso, rememorar sua vida é de grande valor.

Ao fim, apesar de toda tentativa, nunca nos seria possível verdadeiramente reproduzir a vida de uma pessoa. Quantas vivências foram apagadas pelo tempo que não mais puderam ser aqui escritas! Quantas nem sequer foram registradas. Entretanto, esse é o papel do historiador: manter viva a chama da lembrança, da memória. Assim,

MANOEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA CORIOLANO

que as ações em vida de Coriolano sirvam de inspiração. Tal qual ele, usemos do passado, dos problemas e das vivências do presente para almejar um objetivo no futuro.

Publicações *Memória ou Notícia História da Criação da Vila do Apodi.* (1881); *Os Piaus Azuis do Apodi* (1903).

ISABEL URBANA CARNEIRO DE ALBUQUERQUE GONDIM

Patricia Ladeira Penna Macêdo

Isabel Urbana Carneiro de Albuquerque Gondim nasceu em 5 de julho de 1839, no município de Villa Imperial de Papary, atual Nísia Floresta. Filha do Tenente-Coronel Urbano Egydio da Silva Costa Gondin d'Albuquerque e de Dona Isabel Deolinda de Mello de Albuquerque Gondin, destacou-se como educadora, poetisa e historiadora.

Em meio ao universo predominantemente masculino da historiografia potiguar, Isabel Gondim galgou visibilidade e respeito como autora e intelectual. Foi uma mulher que ousou ocupar espaços tradicionalmente interditados às mulheres, enfrentando resistências e silêncios institucionalizados. Como afirmou Câmara Cascudo: “D. Izabel escrevia e poetava contra a expectativa de toda a gente. Ninguém a estimulava ou a aplaudia, raramente os jornais concediam em registrar os seus livros. Nunca lhe publicaram o retrato” (Cascudo, 1934, p. 1).

A sua atuação desafiava não apenas os padrões sociais, mas também os limites impostos ao fazer intelectual feminino em sua época. Cascudo (1976, p. 7–8) ainda acrescentaria, em outro momento: “Era a única que tinha coragem de concorrer na produção intelectual ao lado dos homens, ciosos do privilégio antigo. Nenhuma outra mulher enfrentou o silêncio deprimente da província”.

De fato, Isabel Gondim conquistou reconhecimento por mérito próprio, a partir de sua produção e autoridade intelectual. Em

1883, tornou-se a primeira mulher a ser admitida como sócia correspondente do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGPE), após submeter um manuscrito de sua autoria sobre o Padre João Damasceno Xavier Carneiro (Costa, 1985). O trabalho foi bem recebido pelos membros do Instituto e assegurou sua entrada na entidade. Anos mais tarde, Isabel aprofundaria a pesquisa sobre o tema, resultando na publicação da obra “Sedição de 1817 na Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte”.

Destaca-se ainda sua admissão como sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), sendo a primeira mulher a integrar oficialmente os quadros da instituição. Sua entrada, no entanto, ocorreu de forma tardia: foi aceita apenas em 1928, quando já contava com 89 anos e uma trajetória consolidada como autora de diversas obras relevantes sobre a história do Brasil e do Estado. Na época, a presidência do instituto estava sob responsabilidade de Nestor Lima, amigo e admirador de sua produção intelectual.

O reconhecimento veio por meio de registro oficial, que destacava Isabel como “a única mulher admitida em seu grêmio, até agora, por força de seus grandes merecimentos” (RIHGRN, 1938, p. 289–292). Tal reconhecimento evidencia não apenas seu prestígio individual, mas também a singularidade de sua presença em um espaço tradicionalmente restrito aos homens.

Descrita pelo Diário do Rio de Janeiro, em 1870, como uma “distinta e inteligente jovem norte-rio-grandense”, Isabel Gondim atuou como professora primária concursada no município de Natal, lecionando entre os anos de 1866 e 1891, especialmente no Bairro da Ribeira, então parte baixa da cidade.

À frente da escola destinada à educação de meninas, foi responsável por ministrar, entre outras disciplinas, a de História Resumida do Brasil. Como observa Moraes (2003, p.03), “trata-se de um indício dos

primeiros fazeres historiográficos de Isabel Gondim, que acionavam a história pátria como um conteúdo a ser ministrado para as suas alunas”.

Diante da escassez de materiais didáticos voltados à formação de meninas, Isabel Gondim escreveu seu primeiro livro, “Reflexões às minhas alunas”, publicado em 1874. A obra teve grande repercussão, sendo adotada como leitura obrigatória por Conselhos de Instrução Pública em províncias como Ceará, Piauí, Bahia e Pernambuco.

O livro foi reeditado três vezes, o que evidencia a relevância de sua proposta pedagógica e sua inserção no debate educacional do período. No Prefácio da 3ª edição, publicada em 1910, a autora destacou o alcance da obra: “achando-se quase esgotada a segunda edição, representada por 5000 exemplares cartonados”. (Gondim, 1910, p. 7, grifo nosso).

Estruturado em seções, o livro acompanha o desenvolvimento da educanda desde a infância até a maturidade. O foco na formação moral e cívica das futuras cidadãs revela a preocupação de Isabel com o papel da instrução na construção de uma sociedade orientada por valores patrióticos, éticos e sociais.

Após sua aposentadoria no ensino escolar, ocorrida em 1891, passou a se dedicar com maior profundidade à literatura e à história. Em seu testamento, registrou a produção de diversas obras, entre as quais destacou:

São essas composições as seguintes: Reflexões às minhas Alunas, opusculo destinado a educação e direção da Mulher, desde a infância à maturidade; Brazil, poemeto, traços da história do país, em todas as suas phases principaes, Sedição De 1817 Na Capitania Ora Estado Do Rio Grande Do Norte E Adjacentes, monografia; O Sacrificio Do Amor À Patria, drama historico episodio da Guerra do Paraguay e, propaganda sobre a moralidade dos nossos theatros; O Preceptor, pequeno poema consagrado à educação escolar e dedicado áquelle de

que tivera o nome. Já publicadas. Ineditas: A Lyra Singela, composições metrificadas; História Do Estado Do Rio Grande Do Norte, sob o modesto título de Noções Históricas Do Estado Do Rio Grande Do Norte; Curso De Calligraphia, com diferentes translados; Elementos De Educação, para uso nas escolas primarias de ambos os sexos; Por concluir: Resumo da Historia do Brasil, para uso nas escolas primarias, aliás escolas elementares do país; Romance Familiar. (Gondim, 1933. p. 4).

Após uma primeira fase de escrita voltada principalmente à reflexão sobre a prática educativa e o papel do ensino primário na sociedade brasileira, Isabel Gondim, já aposentada, passou a se dedicar com maior intensidade à produção de textos de caráter histórico.

Essa nova etapa constituiu o período mais fértil de sua trajetória intelectual, marcado por uma inserção mais efetiva no campo da historiografia. Em tempos republicanos, a professora aposentada se transfigurou em uma importante pensadora da história, voltando-se à elaboração de obras destinadas a um público mais amplo.

Em 1903, Isabel Gondim publicou “O Brasil. Poema Histórico do Paiz”, obra em versos estruturada em três atos, que apresenta uma síntese da história nacional: do Descobrimento à Proclamação da República, passando pela Independência, a Guerra do Paraguai e outros episódios marcantes.

Antes mesmo de sua publicação em livro, a primeira parte do poema foi divulgada no jornal natalense A República, em 1900, sob o título de “Poema épico”, sendo dedicada, nos termos da própria autora, “ao meu paiz, aos meus concidadãos, à história pátria” (Gondim, 1913, p. 9).

A boa recepção da primeira edição fez com que rapidamente se esgotasse. Uma década depois, em 1913, a obra foi relançada no Rio de Janeiro, em edição revista e ampliada, pela Papelaria Americana.

Nessa segunda edição, a autora acrescentou episódios históricos como a invasão francesa no Rio de Janeiro e a holandesa em Pernambuco, buscando oferecer um conteúdo ainda mais abrangente e alinhado à proposta de formar leitores patrióticos: “o poemeto [...] sob o ponto de vista geral de nossos sucessos históricos, desvanecia-nos a ideia de sua apreciação pelos concidadãos distintos, em cujos peitos palpitassem patrióticos sentimentos” (Gondim, 1913, p. 9).

Em 1908, Isabel Gondim publicou “Sedição de 1817 na Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte”, obra que representa um marco em sua produção historiográfica e é resultado de um intenso processo de pesquisa impulsionado por motivações tanto intelectuais quanto afetivas.

Tendo vínculos de parentesco com protagonistas do movimento, a autora reconhece no prefácio que sua escrita buscava “expurgar dos domínios da incerteza factos históricos que provam, a evidência, o amor que esta pequena terra, em que vi a luz, sempre consagrou à independência da pátria” (Gondim, 1908, p. 7). Essa proximidade afetiva levou-a a investir significativamente na pesquisa histórica, por meio da recuperação de documentos, da realização de conferências e da escuta atenta de testemunhos.

Mobilizando fontes oriundas do espaço doméstico e da tradição oral, Isabel ampliou a noção de documento, o que Manoel Onofre Júnior (1978, p. 33) reconheceu como “pesquisa pioneira nesse campo histórico”. De fato, ao transitar entre o emocional e o racional, Isabel Gondim constrói uma narrativa histórica que se afasta dos padrões positivistas da época, mas que encontra seu valor no compromisso com a preservação de uma memória regional.

Outro aspecto marcante da atuação historiográfica de Isabel Gondim foi seu empenho em contribuir com acervos documentais dos institutos de que fazia parte. Em 1885, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano registrou o recebimento de “muitos docu-

mentos valiosos” enviados por ela, entre eles o retrato do padre João Damasceno Xavier Carneiro, figura central da Revolução de 1817, além de outras fontes relevantes (Costa, 1885, p. 171–172).

Essas doações continuaram ao longo dos anos, incluindo contribuições significativas ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), como atestado nas revistas publicadas em 1916, 1925 e 1937. Para além do interesse histórico, o envio de tais documentos revela um esforço consciente em preservar a memória familiar, especialmente no contexto da Sedição de 1817, na qual seus ancestrais desempenharam papel de destaque.

Essa aproximação entre história pessoal e narrativa coletiva era característica das práticas historiográficas do século XIX, quando a legitimação das elites locais passava, muitas vezes, pela construção da história regional.

Retomando as publicações de Isabel Gondim no campo da poesia, destacam-se “O Preceptor” (1923) e “A Lyra Singela” (1933), ambas reveladoras de seu compromisso com a educação e as causas sociais. “O Preceptor”, publicado em Recife e dedicado ao professor primário, exalta a missão educativa como fundamento da construção moral e cívica da nação. O poema é uma homenagem ao magistério, valorizando o papel do educador na formação da juventude e no enobrecimento da pátria.

Já “A Lyra Singela”, publicada postumamente, reúne uma coletânea de poesias escritas ao longo de sua vida, abordando temas como a cidade natal, a religiosidade, a pátria, a família e o papel da mulher. A obra revela valores cristãos e afetivos, e reforça sua identidade como intelectual engajada em causas sociais. O prefácio da publicação ressalta seu desejo de que os lucros da edição fossem revertidos para a manutenção de um asilo de órfãos, vontade essa, presente também em seu testamento, conforme pode ser visto no

trecho abaixo o que comprova seu envolvimento com causas sociais até o fim da vida.

Lego a importância de trinta contos de reis (30:000\$000) em moeda para a fundação e manutenção de um Asylo De Orpãs Pobres, em idade escolar, de seis a oito anos, na Villa de Papary, Municipio que, por ter ahi visto a luz, apraz-me dotar com essa obra pia humanitária, cuja denominação será — Asylo Isabel e terá por fim a par da protecção e amparo material e moral das suas recolhidas, a sua instrucção elementar e prendas manuais. Determino que, uma vez adquirido o prédio (...) seja aberto à frequencia das pequenas órfãs, como alunas internas e semi-internas, de accordo com as circunstancias financeiras do estabelecimento, o que igualmente indicará o numero de educandas internas e a extensão e melhoramentos do ensino ahi ministrado. (Gondin, 1993. p. 5–6).

Por fim, destaca-se ainda, seu trabalho de cunho literário e histórico “O Sacrifício do Amor: drama em cinco atos”, publicado em 1909. Ambientado no contexto da Guerra do Paraguai, o enredo entrelaça amor, fé cristã e ideal patriótico, centrando-se na personagem Isolina, cuja devoção e constância são postas à prova durante o conflito. A obra propõe uma reflexão sobre o papel da mulher e da religião na construção da pátria e no fortalecimento de valores morais.

De fato, a defesa de uma posição moral bem definida é um traço marcante na produção de Isabel Gondin. Nesse contexto, destaca-se um episódio polêmico de sua trajetória intelectual: a resposta enviada a José Leão Ferreira Souto, em 2 de março de 1884, na qual opinava sobre a vida de sua conterrânea Nisia Floresta. A solicitação resultou no texto intitulado “Nysia Floresta Brasileira Augusta: notícia de uma individualidade”, em que Isabel Gondim traça um perfil moralizante e bastante crítico de sua conterrânea.

A leitura do texto evidencia as tensões ideológicas entre mulheres de formações e trajetórias distintas no século XIX, além de revelar os

limites do olhar de Isabel Gondim diante de uma figura que destoava de sua concepção tradicional dos papéis femininos na sociedade. Suas críticas, marcadas pelos valores e convenções de sua época, devem ser compreendidas dentro desse contexto histórico e cultural.

Isabel Gondim faleceu em 10 de junho de 1933, aos 94 anos, em Natal, e segundo consta em seu testamento, deixou os seguintes manuscritos encaminhados: “História do Rio Grande do Norte”, sob o título de “Noções Históricas do Estado do Rio Grande do Norte”, “Resumo da História do Brasil”, “Elementos de Educação”, “Curso de Calligraphia” e “Romance Familiar” (Gondim, 1933, p. 04).

Neste documento, ainda recomenda “sumo cuidado na edição das minhas composições, a fim de não ser o texto alterado, nem o sentido de algum período”, revelando uma consciência moderna sobre a instabilidade do texto frente às diferentes gerações de leitores.

Sua morte encerrou seu percurso de publicação, não temos registros de que os manuscritos deixados tenham sido continuados dando continuidade a um caminho trilhado, entre a sala de aula, as letras e os arquivos.

Entender seu trabalho, exige ir além dos rótulos e reconhecer a complexidade de sua atuação intelectual. Destacar sua produção é reconhecê-la como uma intelectual de sua época, que construiu uma trajetória singular, desafiando barreiras de gênero e institucionais, e que deixou contribuições substanciais tanto para a historiografia norte-rio-grandense quanto para o imaginário cívico-educativo do Brasil republicano.

Publicações *Reflexões às Minhas Alunas. Para a educação Nas Escolas Primárias do Sexo Feminino.* Oferecida ao Governo dos Estados Unidos do Brasil. 1^a e 2^a ed. Rio de Janeiro: 1874/1879. 3^a ed. (revista e aumentada consideravelmente). Natal: Tipografia Leite,

1910; *Brasil: poema histórico do paiz*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Americana, 1913; *O Preceptor. Tributo de Apeço À Educação Escolar*. Recife: Imprensa Industrial, 1923; *Sedição de 1817 na capitania, ora Estado do Rio Grande do Norte*. Natal: Gazeta do Comércio, 1908; *O sacrifício do amor: drama em cinco atos*. Rio de Janeiro: Typographia Commercial, 1909; *A Lyra Singela*. Rio de Janeiro: Duco, 1933; *Testamento*. Natal [IHGRN], 1933; *Nysia Floresta Brasileira Augusta: notícia de uma individualidade*. In: MEDEIROS FILHO, João. Contribuição à história intelectual do Rio Grande do Norte. Natal: Governo do Rio Grande do Norte, 1983 [1884]. p. 221–239.

PEDRO SOARES DE ARAÚJO

André Felipe Pignataro

Pedro Soares de Araújo respirou pela última vez no dia 11 de abril de 1927, quando faltavam quinze minutos para as nove horas da manhã, na casa de sua residência, situada no número 674 da Avenida Rio Branco, em Natal. Vítima de esclerose cárdio arterial, devidamente atestada pelo Dr. Januário Cicco, o coronel faleceu aos 71 anos de idade, quando gozava da merecida aposentadoria do serviço público, onde exerceu as funções de contador e inspetor do Tesouro do Estado.

Os relatos são unânimes de que Pedro Soares foi uma pessoa bondosa e um profissional dedicado, responsável e organizado. No dia de seu sepultamento, no cemitério público do Alecrim, coube a Nestor dos Santos Lima fazer o discurso de despedida. Entre os floreios dos discursos que eram comuns há quase um século, merece destaque uma frase de Nestor Lima, que sintetiza a personalidade do homenageado: “O coronel Pedro Soares foi um bom e um justo: passou pela vida fazendo o bem”.

Pedro Soares foi um dos 12 fundadores presenciais do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (29.03.1902) — os outros 14 foram por representação. Naquela época, ele era deputado estadual e contador do Tesouro. Meses depois, foi nomeado para exercer o cargo mais alto daquele órgão: o de inspetor.

Sendo um homem dos números, Pedro Soares usou esse talento a seu favor para coligir todos os ementários das leis provinciais do Rio Grande do Norte, a partir de 1835, separando-as em ordem cronológica e por municípios. Situando no tempo, a autorização para a autonomia legislativa das Províncias do Império somente veio em 1834, de modo que, antes disso, elas dependiam que as resoluções propostas pelos Conselhos das Províncias fossem aprovadas pelas Cortes, através do Paço da Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro.

O trabalho de Pedro Soares foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, com o nome de “Repertório das leis estaduais referentes aos municípios do Estado de 1835 a 1889”. Ou seja, da criação da Assembleia Provincial até o fim do Império. Mas ele ainda acrescentou as leis estaduais do início da República, até o ano de 1892, quando foram criados novos municípios, elevando esse número para 37 municípios potiguares.

É o próprio Pedro Soares quem explica a origem de sua única obra: “Quando, em 1888, comecei o presente trabalho não tencionava publicá-lo, tal qual se acha, destinando-o apenas a auxiliar-me em um outro de natureza diversa, cuja execução deixei de empreender por supô-lo, depois, superior a minhas forças e conhecimentos, tendo me faltado, além disso, subsídios indispensáveis e com que julguei poder contar”.

Esse outro trabalho de natureza diversa a que se refere o coronel, foi o Almanach do Rio Grande do Norte. Ele pretendia criar uma seção destinada ao estudo das condições econômicas dos municípios potiguares, tornando conhecidas as histórias, as riquezas e os elementos de desenvolvimento de cada cidade. Manuel Dantas foi quem ajudou Pedro Soares a tornar possível a publicação do Almanach, que ficou em única edição, no ano de 1897, sendo interrompido por falta de recursos financeiros.

Assim, o “Repertório de Leis” ficou adormecido, por mais de duas décadas, até que alguns sócios do IHGRN — o coronel não cita nomes — incentivaram Pedro Soares a publicá-lo na própria revista da instituição. Em 1912, foi publicado na revista número VII (equivalente ao ano de 1909), seguindo-se, sucessiva e ininterruptamente, até a revista número XIV (equivalente ao ano de 1917). Depois, teve a última parte publicada no número XXIII–XXIV (equivalente aos anos de 1926 e 1927).

A dedicação que Pedro Soares teve em pesquisar e anotar toda a legislação local do Rio Grande do Norte (1835–1892), separando-a por municípios e apresentando-a por ordem cronológica, é uma enorme contribuição àqueles que pretendem pesquisar a construção do Estado do Rio Grande do Norte, notadamente durante o período imperial. O esforço de Pedro Soares possibilitou tornar as futuras pesquisas mais seguras e, por isso, merece as reverências dos que o sucederam.

O coronel Pedro Soares de Araújo nasceu no dia 29 de agosto de 1855, na cidade do Assu, sendo filho do tenente Pedro Soares de Araújo (mesmo nome do filho) e de Clara Maria Soares de Araújo, ambos do Assu. E, também no Assu, contraiu matrimônio, em 26 de fevereiro 1876 — ainda com 20 anos —, com sua prima materna Anna Senhorinha Soares de Araújo.

E é somente a partir de 1876 que se tem as primeiras informações sobre Pedro Soares, o filho. Foi nesse ano que ele se tornou eleitor: era do Partido Conservador. Em 1878, é referido como proprietário e criador no Assu. Também foi curador geral de órfãos e promotor de capelas. Em 1880, foi eleito membro titular da Junta Municipal do Assu, e eleito juiz de paz. Em 1882, foi eleito deputado provincial para o biênio de 1882–1883, e foi eleito vereador do Assu para o quadriênio de 1883–1886.

PEDRO SOARES DE ARAÚJO

Pedro Soares foi um dos fundadores e tesoureiro (desde cedo mostrou aptidão com as finanças) da Libertadora Assuense, sociedade abolicionista criada em 13 de maio de 1883. Já em 1886, ele foi nomeado oficial-maior da Assembleia Legislativa, ao que se mudou para Natal, quando contava com 31 anos. Em 1887, foi nomeado capitão da 6^a Companhia do Batalhão da Guarda Nacional.

Com a República, foi extinto o cargo de oficial-maior da Assembleia Legislativa. No entanto, Pedro Soares manteve seu vínculo com o órgão: em dezembro de 1889, foi nomeado para inventariar e arquivar os papéis da Assembleia.

No começo do ano de 1891, Pedro Soares assumiu, interinamente, como secretário do Governo do Estado. Em maio, foi nomeado contador do Tesouro do Estado. E ainda foi deputado constituinte da primeira Constituição Estadual, promulgada em 21 de julho de 1891. Eis que, em 1897, foi nomeado tenente-coronel da Guarda Nacional, tomando posse em 1898, aos 43 anos.

Pedro Soares foi deputado estadual de 1901 a 1915 e de 1918 a 1923, somando, ao todo, sete mandatos. Em julho de 1902, foi nomeado para exercer o cargo de inspetor do Tesouro, de que se aposentou em 1925, aos 69 anos. Além disso, de 1902 a 1926 (ano anterior o de seu falecimento), sempre fez parte da diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, tendo sido presidente por 10 anos.

Ou seja, o coronel desempenhou durante mais de 20 anos, concomitantemente, as funções de deputado estadual, de inspetor do Tesouro e de dirigente do IHGRN.

No Tesouro, somando o tempo em que foi contador e inspetor, foram 34 anos de serviços prestados pelo coronel, que passou por 10 governadores (sem contar os governadores que tiveram mandatos curtos). Cascudo assevera que ele era a maior autoridade em assuntos de economia e fisco, chamando-o de “doutor em orçamento”.

PEDRO SOARES DE ARAÚJO

No Instituto Histórico, Pedro Soares foi membro da primeira comissão de estatutos (1902), foi 2º secretário (1904 a 1910), foi 2º vice-presidente (1910 a 1916) e foi presidente (1916 a 1926). Era o presidente do IHGRN nas célebres comemorações pelo centenário da independência do Brasil (1922), tendo ajudado no planejamento, organização e execução das diversas atividades e festejos por todo o Estado.

O coronel Pedro Soares foi, ainda, presidente do Congresso Literário, associação de letras responsável pela revista *A Tribuna* (1902) e vice-presidente do Grêmio Militar da Guarda Nacional do Rio Grande do Norte (1905).

É de Cascudo a descrição de Pedro Soares de Araújo: “Baixo, magro, ágil, o jaquetão escuro bem abotoado, a calça de casimira de cor, o chapéu do Chile impecável, a gravata preta, borboleta no colarinho reduzido, a voz clara, meio irônica”.

Pedro Soares e Anna Senhorinha tiveram 10 filhos, dos quais destacam-se: Clara Maria Soares de Araújo (Clarinha), que dedicou toda sua vida à Igreja Católica, e, como guardiã da igreja matriz de Natal, doou diversas peças sacras para o museu do IHGRN, que, hoje, em reconhecimento aos seus serviços, leva o seu nome; Antônio Soares de Araújo, que também é biografado neste livro, casado com Maria Amélia de Lemos, filha de Vicente de Lemos, o idealizador do IHGRN; Pedro Soares de Araújo Filho; João Soares de Araújo, magistrado; Moysés Soares de Araújo, casado com a poetisa assuense Palmyra Wanderley; e Luís Correia Soares de Araújo (professor Luís Soares).

No ano seguinte ao da morte de Pedro Soares, o professor Luís Soares assim escreveu no periódico *O Jornal* (17.06.1928), homenageando seu pai: “foi a força impulsionadora dos meus ideais educativos, o conselheiro leal e sincero dos meus empreendimentos pedagógicos, estimulando-me a cada instante e ensinando-me a vencer (...)”.

PEDRO SOARES DE ARAÚJO

Dentre os netos, destaca-se Gil Soares de Araújo (filho de Antônio Soares de Araújo), que foi deputado estadual e magistrado no Distrito Federal, e que escrevia para os jornais de Natal.

O legado do coronel Pedro Soares de Araújo ecoa fortemente. Sua contribuição para a história do Rio Grande do Norte, através do seu “Repertório de Leis”, resiste ao tempo, é útil, seguro e fácil de pesquisar, o que, seguramente, auxiliou muitos pesquisadores e auxiliará muitos mais no futuro.

LUIZ MANOEL FERNANDES

SOBRINHO

Octávio Santiago

Foi na fazenda Sabe Muito, encravada na Caraúbas das distâncias e silêncios, que Luiz Manoel Fernandes Sobrinho recebeu o sopro da vida. Filho do coronel Benvenuto Praxedes de Oliveira e de Maria Messias de Oliveira Fernandes, nasceu em 28 de fevereiro de 1856. Trazia no sangue o mando e a missa, e no destino, um futuro roçado em letra.

Sobre a grafia do nome, um alerta antes de seguirmos estrada: se “Luís” é como frequentemente aparece nos registros de memória, é com “z”, “Luiz”, que surge nos documentos. Inclusive nos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), instituição com a qual sua trajetória se entrelaça como cipó. “Luiz”, com “z”, era a forma com que ele próprio firmava o nome que tantas vezes escreveu com a pena.

Mas voltemos ao que veio antes, aos caminhos que o levaram a ser quem foi. Estudou humanidades no Seminário de Olinda, onde por pouco não tomou os votos. Não quis o clero, decidiu ser um fiel comum. Abandonou a batina antes que o hábito o moldasse, e flertou, então, com as leis dos homens: cursou Direito em Olinda, vindo a bacharelar-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela tradicional Faculdade de Direito do Recife, em 3 de outubro de 1885.

Mal tomou o diploma, já era promotor público em Apodi. De volta ao oeste, seu chão de origem. Em junho de 1886, foi removido

para Ceará-Mirim, onde permaneceu até fevereiro de 1890. Sua carreira seguiu firme, aos degraus de prestígio: Juiz de Direito em São José do Mipibu (1892), depois em Natal (1898), Desembargador do Tribunal de Justiça (1909). Também foi Chefe de Polícia, posto que à época era reservado apenas aos homens de toga: aqueles que entendiam das leis.

Na política, riscou também sua vereda: foi Deputado Estadual nas legislaturas de 1892 a 1894 e de 1895 a 1897. Eram os primeiros anos de República; a Província do Rio Grande tornava-se Estado. Muito se definia, nem tudo se sabia. E quem tinha palavra e poder, desenhava os amanhã.

Consoçou-se, em 1886, com Rosa Amélia da Câmara, filha do coronel Manoel Leopoldo Raposo da Câmara e de Antônia Carrilho da Câmara, família de presença marcante na terra do sertão. A união, embora breve, firmou alianças entre casas que já se conheciam de longe, de nome e de importância. Rosa Amélia faleceu dois anos depois, encerrando prematuramente uma história de vínculo e afeto.

Enviuvando, contraiu segundas núpcias em 1892 com Maria Rosa da Câmara, filha do coronel Antero Leopoldo Raposo da Câmara e de Dionísia Seabra da Câmara. Nomes e sobrenomes que não se repetiam por acaso — como se a vida lhe devolvesse, com pequenas variações, uma história que queria continuar. Dessa vez, permaneceu por muitos anos.

Do primeiro casamento, não houve filhos. Do segundo, nasceram três: Luiz Potiguar de Oliveira Fernandes, que foi Diretor do Departamento de Segurança Pública; Humberto de Oliveira Fernandes, funcionário da Alfândega do Rio Grande do Norte; e Rosa Fernandes Leiros. Sobre a filha, os registros dão conta de méritos do marido. Coisas do seu tempo, que subtraio propositalmente pelo seu protagonismo.

Mas o que nos interessa aqui é outra de suas facetas: a de historiador. Dos mais férteis da sua geração, como referem os que se debruçaram sobre sua obra, foi pedra fundamental do Instituto Histórico. Em 1902, tomou assento como 2^o Secretário da diretoria inaugural da Casa da Memória, nome que não recebe por acaso, já que não lhe é estranho o desejo de guardar, contar e costurar os fios do passado do RN. Ali, não foi figura decorativa: trabalhou com empenho, deixando marcas em cada papelada e em cada iniciativa que ajudou a realizar.

Coube a ele, com letra firme e vocação de quem sabia do peso da palavra, registrar a ata de instalação do Instituto. E assim escreveu: “Do que, para constar, lavrei a presente ata, que vai assinada pela mesa e pelos sócios fundadores presentes. Eu Luiz Manuel Fernandes Sobrinho, 2^o Secretário, a escrevi e assino. Natal, 29.03.1902”. “Luiz”, grafado com zê, detalhe miúdo num papel de grande importância: o ato inaugural da mais longeva instituição cultural do Estado, ainda viva, ainda guardiã.

Na Revista do Instituto, vale o registro: foi lá que Fernandes Sobrinho publicou os frutos de suas investigações: páginas que não apenas enriqueceram o acervo da Casa da Memória, mas ajudaram a fundar um modo de contar a história do Rio Grande do Norte. Seus textos abriram caminho. São pioneiros, fontes para os que vieram depois.

Nos estudos iniciais, mergulhou no passado da capitania, esmiuçando a trajetória dos capitães-mores, governadores e a origem do índio Poti. Inaugurou também uma série dedicada aos índios célebres do RN. Foi o primeiro a traçar em palavras o perfil biográfico de Pedro Velho, com tinta firme e olhar atento. E escreveu, com fôlego de quem desbrava o passado, a história da imprensa no Estado, registrando com substância os primeiros passos do jornalismo potiguar.

A biografia de Pedro Velho veio quase como o pagamento de uma dívida. Na edição de 1908, a revista do IHGRN dedicou mais de oitenta páginas à figura de um dos seus sócios fundadores. Ex-governador e senador da República, havia falecido em dezembro de 1907. No mês seguinte, na primeira sessão ordinária de 1908, a diretoria do Instituto decidiu que aquele ano veria uma edição especial da revista, “consagrada à memória do grande brasileiro”. Um gesto de reconhecimento, luto e homenagem à altura de sua importância.

O prestígio e a influência política de Pedro Velho entre os membros da agremiação eram notórios. Ainda assim, embora aprovada, a proposta da edição especial da revista não se concretizou. Fernandes Sobrinho esclarece a razão: “bem árdua e difícil era, porém, a nossa empresa e, apenas, encetada, recuamos ante a impossibilidade de levá-la a efeito”. Diante das dificuldades, os sócios do IHGRN decidiram publicar apenas a biografia do homenageado — o que, por si só, já representava um trabalho de fôlego.

Coube a Fernandes Sobrinho a missão de traçar os contornos da vida de Pedro Velho. Segundo ele próprio, a intenção não era revisar criticamente os atos do político, mas destacar a figura do “inesquecível organizador da República no Rio Grande do Norte”.

Desde o início, fica evidente que o compromisso de Fernandes Sobrinho não era o de formular uma leitura crítica da trajetória política de Pedro Velho, mas sim projetá-lo como a figura central do regime republicano no Rio Grande do Norte. Em outras palavras, seu objetivo era inscrevê-lo como um dos protagonistas da memória republicana norte-rio-grandense. Por isso, sua biografia não se apresenta como uma análise distanciada, e sim como um gesto de gratidão pessoal e uma homenagem à memória de um amigo. Nesse contexto, o imperativo da memória não se restringe ao coletivo. Assume também a forma de um dever individual.

Isso significa que Fernandes Sobrinho não escrevia apenas do lugar de sócio do IHGRN encarregado de compor uma biografia, mas também do lugar de amigo do biografado. E não sem motivo: sua própria trajetória política e jurídica foi trilhada sob os auspícios do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, liderado, de forma incontestável, por Pedro Velho.

Ainda que guiado por vínculos afetivos e políticos, Fernandes Sobrinho não deixou de lado o esmero narrativo, tampouco o compromisso com a veracidade dos fatos. Pesquisou com diligência e partilhou seu conhecimento com o mundo, conduzindo o trabalho biográfico com o rigor de um historiador.

Cabe aqui mencionar, mais uma vez, outras frentes de suas monografias, às quais dedicou igual presteza investigativa, além dos *Traços Biográficos do Senador Pedro Velho*. *A Naturalidade de Dom Antônio Felipe Camarão* e *História Colonial do Rio Grande do Norte (século XVI)* são bons exemplos dessa dedicação. Destaca-se, ainda, o que é considerada sua obra mais valiosa: *A Imprensa Periódica no Rio Grande do Norte*, concluída em 1909.

É bem verdade que o eminente historiador Antônio Soares de Araújo chega a mencionar outro estudo de sua autoria: na edição do jornal *A República*, de 3 de abril de 1908, está inserida uma interessante crônica atribuída ao então desembargador Fernandes Sobrinho, sobre o Padre Gaspar de São Peres, figura notável na colonização do Rio Grande. Trata-se de mais um exemplo da diversidade de interesses e do empenho de Fernandes em registrar aspectos relevantes da história potiguar, ainda que muitas dessas contribuições tenham ficado dispersas em periódicos da época.

Talvez seja *Imprensa Periódica* a sua obra de maior repercussão — e não por acaso uma das mais interessantes —, pois mergulha fundo nos primórdios do jornalismo potiguar, abrindo passagem por onde muitas outras pesquisas vieram a trilhar. Trabalho pioneiro e

cuidadoso, que juntou e recolheu dados dispersos como quem ajunta folhas ao vento, registrando jornais e revistas que circularam pelo território do Rio Grande do Norte, do mais urbano recanto às vilas mais escondidas.

Em *Imprensa Periódica*, Fernandes Sobrinho vai além dos títulos oficiais e do papel impresso: documenta também jornais manuscritos, que circulavam na penumbra, quase às escondidas, sobreviventes das agruras do tempo e do silêncio que a história impõe ao que considera menor. Seria mesmo milagre se algo houvesse escapado às suas buscas minuciosas, guiadas por um faro aguçado, fazendo permanecer o que já parecia condenado ao esquecimento.

Ele compartilha, no preâmbulo da publicação, como lhe chegou a missão. Conta que, no final de 1907, recebeu uma carta do então primeiro-secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Max Fleiuss, informando que o Instituto havia decidido comemorar o centenário da imprensa no Brasil com uma exposição jornalística. Na carta, vinha o pedido: que fossem enviados exemplares dos jornais que se publicavam — ou já haviam sido publicados — no Rio Grande do Norte. Mas havia mais. Ao pedido se somava a incumbência urgente de confeccionar um catálogo com todos os periódicos apreciados desde 1808. E foi assim que nasceu o encargo.

É nesse momento que começa a jornada de Fernandes Sobrinho. Afinal, em apenas seis meses, prazo máximo de que dispunha, seria, como ele mesmo reconheceu, “absolutamente impossível confeccionar esse catálogo, a não ser que se tratasse de uma simples resenha de jornais, incompleta e destituída de qualquer interesse”.

Apesar da ressalva, movido pelo senso de dever e pelo desejo de não deixar o Rio Grande do Norte ausente da celebração, escreve: “esqueci minha incompetência”. E, tomado por esse ímpeto, responde à carta de Max Fleiuss aceitando a honrosa incumbência.

O percurso, como previa, não foi chão de terra batida. Teve de lidar com entraves de toda ordem: escassez de acervos, falhas de registro, prazos apertados, mas afirma ter feito “o que pude”. Em 20 de maio de 1908, remeteu à Comissão Executiva não apenas alguns exemplares de jornais potiguares, como também o estudo completo *A Imprensa Periódica no Rio Grande do Norte*, dividido em duas partes: uma “Notícia Histórica” e um “Catálogo” detalhado das publicações editadas no estado desde 1832, marco inaugural da imprensa norte-rio-grandense, até aquele ano do centenário.

“Ora, em tão curto espaço de tempo, já não tinha de lutar somente contra a falta quase absoluta de certas informações e outras dificuldades desta ordem; era-me também materialmente impossível imprimir trabalho longo”, detalha ele, justificando que, por isso mesmo, “fui forçado a deixar à margem muitos dados interessantes e limitar-me ao estritamente indispensável, a fim de que o catálogo não se tornasse uma lista insípida de jornais”.

Fernandes Sobrinho chegou a prometer aos leitores uma segunda edição de *A Imprensa no Rio Grande do Norte*, ampliada com as informações que lhe escaparam durante o processo. Mas essa nova edição não chegou a ser publicada.

O material, embora ele o tenha chamado de “modesto”, está longe de sê-lo. A obra reúne a catalogação dos jornais acompanhada de dados históricos e bibliográficos. Quando possível, foram transcritos os artigos-programas, que melhor definem cada periódico; em outros casos, os registros se basearam nos exemplares que ele teve em mãos; e, por fim, há aqueles de que não conseguiu sequer um número, restando apenas os catálogos ou breves notas colhidas de outras fontes.

“É, pois, um livro pesado, monótono, sem feição literária e impossível de ser lido seguidamente, como um romance”, alerta. “Entretanto, se alguém quiser saber a época em que foi publicado

certo jornal do Estado, ou Província, quais os seus redatores, feição material e ideias, é bem provável que encontre informação que o satisfaça”, resume. E arremata: “Em todo este trabalho o meu maior empenho foi dizer a verdade.”

Seria milagre algum ter escapado às suas buscas infalíveis, guiadas por um faro quase miraculoso de afinamento identificador. Houve, naturalmente, exceções — e, no caso de Fernandes Sobrinho, exceções que podemos chamar de verdadeiramente “excepcionais”. *O Prisma*, um jornalzinho impresso em Natal, no prelo do *Correio do Natal*, no ano de 1879, já se sabe, foi uma delas.

A produção de Fernandes Sobrinho está disponível para consulta no repositório do IHGRN, na edição nº 6 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, publicada em 1910. O acesso é feito pelo repositório do LABIM/UFRN, o Laboratório de Imagens e Digitalização de Documentos Históricos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que, em parceria com o IHGRN, disponibiliza parte do acervo online para fins de pesquisa.

Luís da Câmara Cascudo, um dos maiores estudiosos da cultura popular brasileira e referência incontornável nos campos da história, do folclore e da etnografia, escolheu Fernandes Sobrinho para patrono da cadeira 13 que leva seu nome na Academia Norte-rio-grandense de Letras (ANRL). Disse ele em seu discurso de posse:

“Luís Fernandes estudou e escreveu sobre os primeiros Capitães-mores e governadores, em 1904, sobre Jerônimo de Albuquerque; em 1905, sobre João Rodrigues Colaço; biografou Pedro Velho, estudou a história da Imprensa periódica no Rio Grande do Norte, de 1832 a 1908 (foram 179 jornais em Natal e 97 do interior lidos, resumidos, pesquisados)”.

O próprio Câmara Cascudo, em *O Livro das Velhas Figuras*, vai nos dizer o seguinte sobre o colega historiador: “Ninguém o imitou ou o repetiu. Não é fácil plagiar-lhe a tenacidade investigadora e o

puro amor pelas alegrias da inteligência”. Com essa frase, Cascudo reconhece não apenas a originalidade de Fernandes Sobrinho, mas a intensidade com que ele se dedicou à pesquisa e à escrita. O elogio revela o quanto ele se movia por uma curiosidade sincera, sustentada pelo rigor e pelo prazer de pensar, qualidades que o tornaram referência para toda uma geração de estudiosos da história e da imprensa do Rio Grande do Norte.

Mesmo quando a cegueira lhe tomou os olhos, não lhe apagou a sede de conhecimento. Aposentou-se em 1915, a contragosto, mas não abandonou o desejo de concluir os *Estudos Potiguares*, manuscrito inacabado que guardava, mais do que páginas, a persistência de um espírito em registrar o seu tempo.

Partiu em 21 de setembro de 1935, na casa 423 da Praça Pedro Velho, coração de Natal. Mas seu legado não se perdeu. Luiz Manoel Fernandes Sobrinho dá nome à rua que atravessa o bairro das Quintas, batiza a Biblioteca Pública de Caraúbas, sua terra, e ocupa a Cadeira 13 da Academia de Letras. Ainda assim, sua obra permanece à sombra do reconhecimento — e merece uma celebração à altura da força de sua contribuição. O passado só se torna um lugar seguro quando é escrito. E Fernandes Sobrinho, ao registrar a nossa história, eternizou a sua.

FRANCISCO FAUSTO DE SOUZA

Geraldo Maia do Nascimento

O trabalho do historiador é fundamental para a compreensão do mundo, pois sua análise crítica do passado ajuda a entender o presente e a projetar o futuro. Com o seu trabalho, ele contribui para a construção do conhecimento histórico, ajuda a compreender o desenvolvimento da humanidade, permite entender as origens e evoluções de conflitos, políticas e movimentos sociais, ajuda a compreender o presente e a projetar o futuro e trabalha para que nenhum conhecimento se perca ou seja reinterpretado de maneira errada.

Para isso existe toda uma formação específica, dentro das academias, que licenciam os profissionais para trabalhar nessa área. Mas existem também aqueles que mesmo sem terem essa formação profissional, são considerados historiadores pelo legado que deixaram para uma região, ou para um povo. É nesse rol que incluímos Francisco Fausto.

Francisco Fausto de Souza foi o nosso primeiro historiador. “Foi o pesquisador do passado da terra e da gente mossoroense, caçador de arquivos, infatigável copiador de papéis velhos que se comunicaram aos presentes graças à sua intervenção humilde e contínua”, nas palavras do grande Câmara Cascudo. Nos deixou valorosíssimos estudos sobre a genealogia de famílias da região, além de ter sido o mais profundo conhecedor da história de Mossoró. Apesar disso, é muito pouco conhecido pelas novas gerações.

Não escreveu livros; não houve tempo para tanto. Publicou apenas um folheto bibliográfico sobre o Vigário Antônio Joaquim Rodrigues, primeiro vigário colado de Mossoró, e mais nada. Coube a Vingt-un Rosado, o grande homem das letras de Mossoró, juntar todo o seu legado em um livro, que deu o título de “História de Mossoró” e que já se encontra em sua quarta edição, essa com o patrocínio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Câmara Cascudo) e patrocínio da Petrobras.

É um livro valioso para o conhecimento do nosso passado. Livro que deveria ser de leitura obrigatória em toda nossa rede de ensino, seja particular ou pública. Luís da Câmara Cascudo, autor de “Notas e Documentos para a História de Mossoró” afirmou, e com conhecimento de causa, que “sem Francisco Fausto não é possível avançar-se na história de Mossoró até certo ponto perdida e confusa”.

O Professor e Doutor em História, Lemuel Rodrigues da Silva, no prefácio dessa quarta edição, disse: “É uma história fragmentada, não tem a pretensão de ser uma narrativa linear, uma história contada com um fio condutor que nos remete a um fim, mas sim, histórias de Mossoró. Tive a oportunidade na companhia de Francisco Fausto de Souza de viajar pela Ribeira do Mossoró e visitar as inúmeras fazendas existentes na região no século XVIII. Mas, nossas andanças não se limitaram às fazendas. Conhecemos seus proprietários, penetramos em suas vidas quando passamos a conhecer suas vivências, suas arengas, suas crenças, enfim o cotidiano de cada um.”

Francisco Fausto de Souza nasceu em Mossoró a 19 de maio de 1861, sendo filho de Silvério Siríaco de Souza e dona Joaquina Maria de Góes. Silvério Siríaco era proprietário e agropecuarista, além de político, tendo sido intendente em três legislaturas: 1857–1860, 1861–1864 e 1873–1876. Dona Maria Joaquina ou Maria de Góes, como era mais conhecida, participou do movimento que em Mossoró ficou

conhecido como a Revolta das Mulheres, ou Motim das Mulheres, em 30 de agosto de 1875, contra a obrigatoriedade do alistamento militar.

Francisco Fausto foi funcionário público e industrial. Mas foi em Areia Branca que despontou como político. Foi Presidente da Intendência no período de 1911 a 1928, em seis legislaturas consecutivas, e Prefeito Constitucional do mesmo município de 1929 a 8 de outubro de 1930, tendo realizado uma vasta obra no seu longo período administrativo.

Como exemplo de sua operosidade, podemos citar a construção da quase totalidade dos prédios públicos e muitas outras obras de melhoramento da chamada região salinésia. Foi Deputado Estadual em seis legislaturas, funcionário público, maçom, abolicionista atuante da memorável campanha de 1883, chefe político de vasto prestígio além de estudioso incansável das coisas de Mossoró. Nessa área, destacou-se como “genealogista, pesquisador e memorialista, além do mérito de ter sido o mais profundo conhecedor da história de Mossoró”, como afirmou o seu conterrâneo Lauro da Escóssia, no livro “Cronologias Mossoroenses — Quando, como e onde aconteceram os fatos...”.

Quando ainda jovem, estagiou como escrivão de Coletoria de Rendas Gerais (1881–1883), Agente de Mesa de Rendas Gerais (1883–1888), Procurador das Rendas do Mercado Público, Secretário da Câmara Municipal, Agente do Correio, Coletor de Rendas Gerais, Secretário da Intendência, Delegado de Polícia em Mossoró e convocado pelo espírito da aventura, perambulou pelo extremo Norte, fixando-se em Manaus, tendo ocupado o cargo de Secretário do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. De retorno ao Rio Grande do Norte, foi eleito Deputado ao Congresso Constituinte de 1898, e seguidamente ao triênio legislativo de 1898–1900.

Na sua vida pública, não se ausentou muito das atividades funcionais e das eletivas, tendo desempenhado os mandatos de Deputado ao Congresso Legislativo do Estado e de Prefeito do Município.

No período de 1914 a 1930, procurou dotar Areia Branca de uma infraestrutura que oferecesse a população melhores condições de vida, conseguiu transformar o humilde burgo potiguar, numa cidade muito melhor, contando com a colaboração (ao que parece) do urbanista italiano Giácomo Palumbo que, na década de 20, tinha implantado o Plano Diretor de Natal.

Giácomo Palumbo, arquiteto e urbanista italiano, foi convidado na década de 20, pelo governador Juvenal Lamartine para elaborar o que chamou de “Plano de Sistematização urbana de Natal. Foi uma proposta técnica antecipadora e que grandes benefícios trouxeram para o desenvolvimento urbano de Natal.

Segundo informação do historiador Luís Fausto de Medeiros, filho de Francisco Fausto, o seu pai era amigo de Giácomo. Como homem de visão, o Cel. Fausto solicitou de Palumbo um plano para disciplinar o crescimento da sua cidade. O arquiteto e urbanista esboçou o plano após solicitar e receber de Fausto, uma planta topográfica da cidade, inclusive com observação de suas características.

Na concepção do plano foi pensado um eixo central traçado a partir de uma perpendicular ao rio Mossoró, contendo os edifícios públicos (Igreja, praça, prefeitura, mercado público, usina, escola Conselheiro Brito Guerra, praça de esportes, correios, clube, posto de saúde, praça e maternidade), duas ruas paralelas ao eixo principal e destinadas ao comércio e serviços e as ruas e alamedas transversais, exatamente duas asas, norte e sul, semelhante a Brasília, destinadas a residências.

Pensou também num espaço para o cemitério, o matadouro público e uma biblioteca pública, além de vários outros equipamentos comunitários. Mas não foi uma luta fácil: enfrentando incompreen-

sões e má vontade, o Cel. Fausto conseguiu indenizar proprietários de casebres, em vielas tortuosas e, em seu lugar, construiu ruas largas e retilíneas.

Casado com dona Maria Cândida, filha de Joca Soares, fundador de Areia Branca, não tiveram filhos, por esse motivo o casal adotou o sobrinho Luiz Fausto de Medeiros, filho de André Corsino de Medeiros, casado com dona Ana Soares do Couto, irmã de Maria Cândida. Seu filho adotivo seria igualmente político e historiador.

“Breve notícia sobre a vida do Padre Antônio Joaquim Rodrigues, vigário de Mossoró/RGN (1844–1894) e Apontamentos Históricos da Freguezia de Mossoró, fundada pelo Sargento Mor Antônio de Souza Machado (1760–1772)”. É esse o título do único livro publicado por Francisco Fausto de Souza, um trabalho de pouco mais de trinta páginas. Mas é na “História de Mossoró”, livro em que Vingt-un reuniu os trabalhos esparsos deixados por Fausto, que buscamos explicações sempre que surge alguma dúvida sobre fatos do passado.

Quando eclodiu a chamada “Questão de Grossos”, motivada pela ocupação por grupos armados do Ceará de certa faixa de terra aquém do Morro do Tibau, em cuja posse pacífica e tranquila vivia a população norte-rio-grandense a margem esquerda do Rio Mossoró, já na eminência de se deflagrar uma luta armada entre os dois Estados litigantes, atendendo ao império de sugestão do bom senso, foi a pendência encaminhada ao julgamento da mais alta Corte de Justiça do País, onde teve o Rio Grande do Norte como seu advogado o Conselheiro Rui Barbosa.

Francisco Fausto de Souza foi integrante da equipe que promoveu o levantamento da documentação necessária para a defesa, segundo informação de Raimundo Nonato. Enfim, de sua vida, o que melhor se poderia dizer é que ele foi, na verdade, uma espécie de biblioteca viva a serviço da pesquisa regional.

FRANCISCO FAUSTO DE SOUZA

Francisco Fausto de Souza, que era sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, faleceu aos 70 anos de idade, em Areia Branca, no dia 14 de janeiro de 1931. E a cidade que o teve como governante por tanto tempo, o homenageou emprestando seu nome a uma de suas principais artérias, sendo ainda sua memória reverenciada como patrono da oficina maçônica, que tão bem dirigiu.

É também nome de rua em Mossoró e Natal. Patrono da Cadeira nº 35 da Academia Norte-rio-grandense de Letras, por indicação de Luís da Câmara Cascudo. Em Mossoró foi escolhido como Patrono da Cadeira nº 23, da Academia Mossoroense de Letras — AMOL.

TOBIAS DO REGO MONTEIRO

Pedro Simões Neto Segundo

Em Natal, a 29 de julho de 1866, nasceu Tobias do Rego Monteiro, filho de Jesuino Rodolfo do Rego Monteiro e de Maria Inacia do Rego Monteiro. Em 10 de outubro do mesmo ano foi batizado pelo vigário Bartolomeu da Rocha Fagundes (Trindade, 2015).

Ainda adolescente, quando a vida poderia ser apenas estudo e descobertas pessoais, ele escolheu o caminho do papel impresso: fundou os periódicos literários *A Luz* e *A Ideia* e treinou o olhar de quem transforma lembranças, conversas e documentos em história, ensaiando ali a vocação que marcaria sua trajetória intelectual e cívica (FBN, 2024).

Também ajudou a fundar uma associação em prol da libertação dos escravos (1884), gesto simples e decisivo que anuncia uma trajetória dedicada à vida pública e às letras, com efeitos que ecoariam no Rio Grande do Norte e no país (Lima, 1953; Teixeira Neto, 2024).

Aos vinte anos, Tobias parte de Natal rumo ao Rio de Janeiro para estudar Medicina, sustentado por uma pensão votada pela Assembleia Provincial, iniciativa de seu protetor José Bernardo de Medeiros. O curso, porém, cede lugar a outra vocação: por indicação de Sousa Dantas, aproxima-se de Ruy Barbosa e ingressa no jornalismo e no serviço público, chegando a secretariar o jurista e a servir no Ministério da Fazenda após a Proclamação da República.

O jovem potiguar aprende, então, a costurar documentos, vozes e versões, hábito que definirá seus livros futuros. Em 1894, na ressaca da Revolta da Armada, acompanha Ruy Barbosa ao exílio em Buenos Aires; ao regressar, é preso na Bahia por curto período. O episódio não o desvia: a pena se firma, e ele se faz cronista da política, redator influente e interlocutor de estadistas (FBN, 2025).

Entre 1894 e 1902, Tobias torna-se redator político do *Jornal do Commercio*, ocupando a prestigiosa coluna *Várias*, um espaço de opinião com peso na vida ministerial do país. É a consagração do jornalista que não perde o fio do Rio Grande do Norte: suas disputas, alianças e adversários são matéria de sua memória e de sua prática, como se vê quando, já figura nacional, retorna à cena potiguar para disputar ideias e rumos (Lima, 1953).

A partir de 1898, acompanha Campos Sales em viagem à Europa, experiência que dará origem a um dos seus títulos mais conhecidos — *O Presidente Campos Sales na Europa* — e que revela o repórter-historiador atento ao entrelaçamento de finanças e política externa no limiar da República (Monteiro, 2005).

Desse périplo europeu, permanece uma passagem que sintetiza seu modo de fixar a história com o ouvido encostado ao presente: ao compor as notas de viagem de Campos Sales, Tobias registra o programa de governo em termos secos — “A República [...] precisa de economia e de paz. Pois bem; o meu Governo fará economias e garantirá a paz” (Monteiro, 2005, p. 212–213) — e devolve ao leitor o clima de urgência de 1898, quando o país negociava o futuro com credores estrangeiros.

Ao mesmo tempo, esse jornalista que apura e checka, que interroga fontes e compara versões, começa a transformar o método de reportagem numa verdadeira oficina de história: “foi como jornalista, ao fazer uma série de entrevistas sobre a situação financeira do país [...]

que Tobias [...] se interessou pela História do Brasil e publicou seu primeiro livro, Pesquisas e depoimentos para a história” (FBN, 2024).

Esse trânsito da redação para o arquivo explica, mais tarde, a dimensão monumental da coleção que reuniu e que hoje está sob a guarda da Fundação Biblioteca Nacional: 2.335 documentos, com destaque para papéis de estadistas do Império e um núcleo notável sobre D. Pedro II, incluindo correspondência amorosa e trinta e duas fotografias. Trata-se de um tesouro de fontes manuscritas e iconográficas que, além de alimentar os seus livros, tornou-se patrimônio público — um serviço à memória brasileira com origem no labor de um intelectual potiguar (Blog da FBN, 2018; FBN, 2024).

Em 1921, quando é eleito senador pelo Rio Grande do Norte, ele leva ao Parlamento a experiência do jornalista-historiador e redobra os laços políticos com sua terra. A atuação no Rio de Janeiro é breve — culmina em renúncia, dois anos depois, em meio a rearranjos locais na sucessão estadual —, mas ilustra a força de sua voz como mediador entre o Rio Grande do Norte e a capital federal.

As cartas trocadas com o também potiguar Henrique Castriciano, guardião de projetos educacionais como a Escola Doméstica de Natal, revelam como a reflexão institucional do estado corria, na década de 1920 e início dos anos 1930, por dentro da rede epistolar que o próprio Tobias animava (Lima, 1953).

Em uma dessas cartas, de 1932, Castriciano escreve a Tobias que “a alma das alunas é a alma do Brasil”, quando discute a formação feminina e pede fôlego à Escola Doméstica — testemunho da densidade pública das conversas de que Tobias participava e da centralidade do Rio Grande do Norte na sua agenda de interlocuções (Teixeira Neto, 2024).

A partir de 1927, com a publicação de *História do Império: a elaboração da independência*, Tobias entrega ao público o primeiro movimento de uma obra mais ampla, concebida em séries, que

incluiria volumes sobre o Primeiro Reinado, a Regência e o Segundo Reinado. A edição moderna anota que se tratava da “primeira de outras congêneres” e explicita a arquitetura de conjunto que guiava o autor (Monteiro, 2018).

Se, por um lado, o método lembra o repórter que compara testemunhos, por outro, pratica a crítica documental com apuro: a cada página, ele confronta versões, enfatiza provas e questiona narrativas consagradas, como notou a historiografia ao situar Tobias na linhagem que “põe a nu a fragilidade dos relatos anteriores” sobre a Independência (Silveira, 2022).

Essa atenção às fontes aparece ainda nas cartas que trocou com críticos e pares. Em 27 de abril de 1927, envia a Plínio Barreto um exemplar da *Elaboração da Independência* e pede que a crítica só saísse quando o livro estivesse à venda — cuidado editorial de quem entendia o circuito público da historiografia (Cabral, 2009).

Pouco depois, agradece a Barreto a leitura atenta: “Tenho eu ainda tanto que fazer, é ato de bondade animar-me a prosseguir na minha tarefa”, frase que soa como profissão de fé de um trabalhador da história (Cabral, 2009). O mesmo vigor reaparece quando polemiza interpretações e personagens — como no retrato severo de certas figuras da corte joanina —, movimento já observado por estudos de historiografia que destacam, por exemplo, o tom crítico quanto ao papel português e ao personalismo político do Primeiro Reinado, com ênfase na Constituição de 1824 e no “poder moderador” (Holanda, 1969).

Ao longo do caminho, Tobias assinou textos também sob pseudônimo — “José Estevão” —, prática frequente no jornalismo do período e parte da cultura letrada potiguar. A bibliografia local registra o uso desse nome e remete a intervenções impressas, a exemplo de suas *Cartas sem título por João Estevão* (1902), o que nos devolve o escritor habituado a circular por gêneros e tons distintos, sem perder

o vínculo com a terra natal e com o debate público (Silva; Faria, 1985).

Se o jornalista foi o ponto de partida, o historiador consolidou a obra — e os dois papéis se confundem no cuidado com as fontes. Sua coleção na Biblioteca Nacional, além de papéis de políticos e diplomatas, incorpora correspondência de D. Pedro II e documentos sobre a Questão Christie, o que mostra um olhar amplo para o Brasil no concerto das nações, sem perder de vista a tessitura doméstica do poder (Blog da FBN, 2018; FBN 2024).

Por isso mesmo, sua importância para o Rio Grande do Norte é dupla. De um lado, mito de origem para sucessivas gerações de leitores e pesquisadores potiguares, que nele reconhecem um caminho possível da província ao Senado. De outro, elo vivo nas redes de decisão e cultura do estado — senador, correspondente, parceiro de projetos educacionais e críticos —, capaz de articular o que se discutia em Natal com o que se legislava ou se escrevia na capital federal. (Lima, 1953).

No entanto, sua voz segue mais nítida quando escutamos o próprio Tobias, seja nas páginas memorialísticas sobre a marinha imperial — texto que, em 1909, já mistura investigação e narrativa ao tratar de Barroso e Tamandaré —, seja nas cartas a críticos e amigos.

Ao agradecer a recepção de seu livro, ele não celebra apenas o elogio: reafirma a ética do trabalho e a paciência da pesquisa; ao anotar a “grande simpatia” que a solução financeira de 1898 inspirara na Europa, ele registra a temperatura do momento político sem abdicar da análise (Cabral, 2009; Monteiro, 2005; Monteiro, 2009).

Assim, a história de Tobias do Rego Monteiro pode ser lida como uma ponte que sai de Natal — com sua sociedade civil em aprendizado, suas redações e suas escolas — e se estende até os gabinetes do poder e as salas silenciosas dos arquivos. Nessa travessia, ele ofereceu ao Rio Grande do Norte mais que um nome ilustre: uma prática

pública de escrita, pesquisa e diálogo; um modo de fazer história com o rigor do arquivo e a urgência do jornal; e uma coleção de documentos tornada bem comum, capaz de inspirar leitores e instituições. É esse legado — de linguagem direta, curiosidade disciplinada e afeto pela terra — que sustenta sua relevância duradoura para o estado e para o Brasil.

Perseguindo o fio das próprias leituras e da experiência política, Tobias do Rego Monteiro transformou sua mesa de jornalista numa pequena oficina de historiador. O impulso veio do trabalho no *Jornal do Commercio* quando, encarregado de “recolher depoimentos sobre a situação financeira do país”, percebeu que cada testemunha entregava uma versão diferente dos mesmos fatos; foi assim que, ainda repórter de prestígio, praticou o que hoje chamaríamos de história oral, publicou as primeiras reportagens e depois reuniu o material em *Pesquisas e depoimentos para a história* (Monteiro, 1913).

O início da edição deixa claro o programa: entrevistas de primeira página com o visconde de Ouro Preto e o barão de Lucena abriram caminho para ouvir outros personagens, “para não deixá-los morrer sem nada escrever”, compondo um conjunto “capaz de ser aproveitado como contingente para a história”; e, diante de versões divergentes dos mesmos acontecimentos, o autor provoca: “a gente fica a pensar se a história não será em grande parte um romance de historiadores” (Monteiro, 1913).

A atenção ao documento e ao depoimento não ficou no plano das intenções. Ao longo de décadas, Tobias montou um acervo próprio, comprando e copiando papéis no Brasil e na Europa, e incumbindo pessoas de confiança de buscar peças em arquivos estrangeiros. O resultado foi uma coleção vasta, com milhares de itens e séries sobre diplomacia, Igreja e política, incluindo correspondência da representação austríaca no Primeiro Reinado, dossiês da Questão Christie, conflitos entre governo e bispos e um núcleo notável de fotografias

e cartas ligadas à família imperial — entre elas, 32 fotografias e missivas de D. Pedro II à condessa de Barral e a Eponina Otaviano (Blog da FBN, 2018).

O colecionador andou de mãos dadas com o cidadão. Por disposição testamentária, sua coleção — pouco mais de 2,3 mil registros — foi doada à Biblioteca Nacional; anos antes, em 1912, ele já enviara à instituição as provas tipográficas da Constituição de 1891 anotadas por Ruy Barbosa, com marcações e assinatura, hoje peça de referência para o estudo da primeira Carta republicana (FBN, 2023).

Essa biografia intelectual não se separa da trajetória pública vinculada ao Rio Grande do Norte. No *fin-de-siècle*, Tobias representou o Estado na capital federal como delegado do recém-fundado Partido Republicano Constitucional; já nas primeiras décadas do século XX, ocupou cadeira no Senado pelo Rio Grande do Norte, vínculo que se somou ao reconhecimento como sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (Peixoto, [s.d.]).

No ofício de escrever história, Tobias planejou um conjunto de volumes sob o título geral *História do Império*. A edição moderna do Senado deixa explícito o arco do projeto: *A elaboração da Independência* teria sequência em *O Primeiro Reinado*, depois na *Regência* e em *O Segundo Reinado*, com livros independentes entre si. O plano nasce do acúmulo documental e da prática jornalística, mas se realiza num estilo acessível e direto, apoiado em atas, correspondências e memórias (Monteiro, 2018).

Quando *A elaboração da Independência* apareceu, a crítica situou o livro numa linhagem que alia síntese vigorosa a crítica documental. Estudos de historiografia destacam, nesse primeiro volume, um tom crítico à atuação portuguesa e um “quadro de família” pouco lisonjeiro de D. João VI, sem perder de vista o papel da monarquia para a unidade do território (Holanda, 1969).

Em *O Primeiro Reinado*, o foco recai sobre a Constituição de 1824 e o Poder Moderador — descrito como a “chave de toda a estrutura política” — e sobre seus efeitos práticos, como a suspensão de garantias civis para esmagar a Confederação do Equador; trata-se de leitura de época, feita entre as décadas de 1920 e 1930, que dialoga com revisões institucionais então em curso (Holanda, 1969).

A recepção coeva registrou o rigor e a legibilidade. Em 1939, Plínio Barreto sublinhou o “trabalho rigorosamente documentado” e a “narração ágil e vivaz”, destacando o exame minucioso da Constituição outorgada por D. Pedro I e a atenção ao poder moderador — uma síntese que “não cansa o leitor” apesar da massa de provas mobilizada (Cabral, 2009).

A atuação de Tobias importou diretamente ao Rio Grande do Norte, não só pelo mandato de senador, mas por projetar na capital federal a competência de um potiguar capaz de circular entre jornalismo, política e história. Sua visibilidade nacional — coroada, em vida, por distinções literárias — reforçou a imagem do Estado como lugar de formação intelectual e intervenção pública; e o vínculo com instituições de memória, em especial o IHGRN, inscreveu seu nome na história cultural potiguar (Peixoto, [s.d.]).

AUGUSTO TAVARES DE LYRA

Saul Estevam Fernandes

Nascido no então povoado de Macaíba, interior do Rio Grande do Norte, em 25 de dezembro de 1872, e falecido em 22 de dezembro de 1958, na cidade do Rio de Janeiro, Augusto Tavares de Lyra formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife, em 1892, e exerceu diferentes papéis ao longo de vida, principalmente no campo da Política e do Direito, ganhando notoriedade também no campo da Historiografia, principalmente por escrever uma das principais sínteses históricas do estado do Rio Grande do Norte.

Tavares de Lyra foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador do Rio Grande do Norte, Ministro da Justiça, Senador da República, Líder do Governo do então Presidente Hermes da Fonseca, Ministro da Viação e Obras Públicas, Ministro interino da Fazenda por duas vezes, Ministro e Presidente do Tribunal de Contas da União, Professor do Atheneu Norte-rio-grandense e da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Redator do Jornal A República e Historiador.

Sobre esse último papel, o de Historiador, ele sempre esteve associado às suas batalhas políticas e jurídicas. Afinal, a função de Historiador nasce para Augusto Tavares de Lyra como território a ser expandido diante do seu ativismo jurídico e político e da necessidade

de resolução de uma questão de limites entre os estados do Rio Grande do Norte e o Ceará.

Assim, o Jurista, que se transformara em Político em 1893, ao ser eleito pela primeira vez como Deputado Estadual, foi levado à função de Historiador, numa batalha judicial que mudaria não somente o território norte-rio-grandense, mas a maneira de se produzir História em todo estado. Afinal, foi dessas batalhas que surgiu o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, o IHGRN, em 29 de março de 1902, e, um ano depois a Revista do Instituto, que em suas páginas publicou inicialmente os primeiros ensaios de Tavares de Lyra Historiador.

Embora não estivesse na Reunião de criação do IHGRN, Tavares de Lyra foi um de seus sócios fundadores. Exercendo à função de Deputado Federal pelo estado do Rio Grande do Norte naquele período, foram muitos os esforços do então deputado na elaboração e leitura de um texto histórico por título *Exposição apresentada à honrada Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Camara*, em 1902, no Parlamento brasileiro.

Ao nos debruçarmos sobre o texto, percebemos que os escritos podem ser considerados o primeiro ensaio do Tavares de Lyra Historiador, afinal, ele não se detém somente a argumentos jurídicos sobre a ilegalidade cometida pelo governo cearense diante da criação de um projeto de lei que anexa parte do território, segundo ele em posse imemorial do Rio Grande do Norte, ao território cearense, mas se detém em alguns capítulos sobre o histórico da questão de limites a partir de discussões de documentos históricos que fazem parte a todo instante de seus argumentos jurídicos.

As reflexões supracitadas, foram posteriormente agrupadas em um novo texto um ano depois, agora por nome de *Apontamentos*. O que pode ser considerado o primeiro trabalho historiográfico de Tavares de Lyra. Tal texto, publicado em 1905, na Revista do Insti-

tuto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, foi produzido em coautoria de Tavares de Lyra com o também sócio e jurista Vicente de Lemos ainda em 1903 e fomentou uma importante discussão histórica acerca da questão de limites com o Ceará. Por seus tópicos, como Capitânicas do Rio Grande do Norte e Ceará, Divortium aquarum, Jurisdição do Rio Grande do Norte na ribeira do Apody, A Carta Régia de 1793, Os Editais, os autores recorrem às análises de diversos documentos para apresentar através da História o território em conflito e sua historicidade.

Os textos *Exposição* e *Apontamentos* foram fundamentais na produção de um terceiro texto, esse de base jurídica, escrito por Rui Barbosa, em 1904, intitulado *Razões final do Rio Grande do Norte*, que compôs a base da defesa de Rui Barbosa a favor do estado que Tavares de Lyra exercia naquele momento a função de Governador. O que nos demonstra como os relatos historiográficos ganharam nesse período foros de recursos jurídicos. Ou seja, apareceram como pareceres científicos de prova.

Assim, as narrativas das origens, fundações, natureza, línguas e extensões deveriam passar do plano simbólico para o real, sendo de fundamental importância no debate estabelecido no período, o que demonstra a grande importância atribuída à História e, conseqüentemente, à produção dos Institutos locais e de juristas transformados em Historiador, como é o Tavares de Lyra. E é essa a grande contribuição dos Institutos Históricos nas questões delimites e para os seus dispositivos de resolução: o conhecimento Histórico como prova. Tal contribuição mudou veementemente não só os meios de resolução, mas o andamento de todos eles, seja na justiça oficial ou nos Tribunais Arbitrais, os historiadores, os documentos e suas narrativas passaram a ser ouvidos.

Em 1907, ano em que também foi efetivado como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tavares de Lyra publicou

na Revista do IHG-RN um artigo historiográfico intitulado de *Alguas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte*. Essa análise ficou mais conhecida pelo título *Independência do Brasil no Rio Grande do Norte*, quando foi publicado em 1972, em forma de livro, após ser escolhido para uma série de trabalhos que receberam patrocínio da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil durante as comemorações dos 150 anos do Brado do Ipiranga. Assim, conforme explica o próprio prefaciador do livro, o intelectual potiguar Enélio Lima Petrovich, o texto de Tavares de Lyra preencheria uma lacuna a qual Luís da Câmara Cascudo foi impossibilitado de executar naquele momento.

Segundo Bruno Costa (2022), o texto impresso por Tavares de Lyra, em 1907, foi o primeiro em que o autor se dedica exclusivamente à História norte-rio-grandense. O que faz com que possamos concluir que, embora Tavares abandone o seu ativismo jurídico e uso da História para fins judiciais dos textos de outrora, ele não ameniza o seu ativismo político.

Em seu artigo, Tavares produziu uma narrativa que evidenciou as ações dos governadores da capitania/província que atuaram no interstício de 1817 a 1824, buscando, ao seu modo, destacar a repercussão e a consolidação da independência do Brasil no Rio Grande do Norte. Republicano e Positivista assumido, bem explícito quando ainda publicara no início da década de 1890 em sua Coluna *Em vários tons*, nas páginas do Jornal A República, em sua análise sobre a Independência do Brasil no Rio Grande do Norte, Tavares de Lyra ameniza a importância de Pedro I no processo de Independência e estabeleceu, assim, uma visão não comum para a época: a de que a ação de Pedro I era fruto de uma tendência imanente do povo brasileiro. Essa visão vinha a contrapor a interpretação de historiadores de peso nacional, como Varnhagen e Tristão de Alencar Araripe.

Por fim, é válido frisar, em última análise, ainda segundo Bruno Balbino, que Tavares de Lyra percebia como a história política do Rio Grande do Norte entre 1817 e 1824 era uma síntese de acirradas disputas políticas na províncias e uma verdadeira anarquia. O que era exemplo do que ocorria no país no processo de Independência. Afinal, ele descreve a configuração da política local como extensão do que estava acontecendo no âmbito nacional. Ou seja, o tempo da nação e da província eram entrelaçados.

Talvez a principal obra de História de Tavares de Lyra seja *História do Rio Grande do Norte*, que, assim como *Algumas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte*, não foi pensada inicialmente como livro, mas como fragmento da Introdução do *Dicionário Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*, em que Tavares, enquanto membro da Comissão, representou o Rio Grande do Norte na parte que discutia a História, a Geografia e a Etnografia do Estado. Talvez essa importância tenha sido amenizada pelas tentativas de silenciamento da obra.

Afinal, embora tenha sido também impresso no sobredito dicionário, o texto de Tavares de Lyra foi preterido pelo governo do estado do Rio Grande do Norte para compor de forma oficial às comemorações do Centenário da Independência do país. Naquela oportunidade, foi encomendado pelo então governador, Joaquim Ferreira Chaves, um trabalho, por título de História do Rio Grande do Norte, para o conhecido Historiador, de projeção nacional, Rocha Pombo.

Contudo, como já tinha a base de seus escritos, o livro de Tavares de Lyra foi impresso no final do ano de 1921, sendo a finalização datada em 7 de setembro de 1920 pelo próprio autor, em uma nota denominada Ao Leitor, no início da obra. Por sua vez, a obra de Rocha Pombo foi impressa somente em meados de 1922, ficando pronta, como pensada, para a comemoração dos 100 anos da Independência.

Divididos em 11 Capítulos, História do Rio Grande do Norte, de Augusto Tavares de Lyra, aproxima à História do Direito e da Política através de Capítulos que confundem à História do Estado aos esforços dos portugueses ou republicanos em por ordem ao caos das disputas entre portugueses com os indígenas ou de um estado caótica pela instabilidade política.

Nos Capítulos sobre a Conquista, a Colonização, o Domínio holandês, o Início de Colonização do Sertão, Tavares narra a conquista e a colonização da capitania como continuidade de uma história portuguesa no novo mundo. Ele atrela o sucesso dessa jornada à família Albuquerque, haja vista que, para Tavares, os esforços anteriores de João de Barros, Antonio Cardoso de Barro, Alvares de Andrade e Aires da Cunha não obtiveram sucesso. Logo, ele defende que esse quadro foi mudando somente com Manuel Mascarenhas e Jeronimo de Albuquerque e com a construção do Forte dos Reis.

Por fim, foca no presente ao analisar contemporaneidade e lutas próximas, como tentativas de instauração da república ao analisar o Movimento republicano de 1817 e os acontecimentos que precederam e se seguiram à independência. O que faz com que ele analise como foi a Província e o Período republicano até a organização do Estado. Abordando o que constituía o território do Rio Grande do Norte no início da Década de 1920, ele expõe a História das Freguesias, dos municípios e das comarcas naquele momento. Tudo isso, após reforçar a importância e dificuldades da instauração do sistema político que se vivia naquele momento e que teria posto fim ao caos da instabilidade política monárquica.

RODOLFO AUGUSTO DE AMORIM GARCIA

Gustavo Sobral

Rodolfo Garcia (1873–1949) foi um pesquisador cuidadoso, metuculozo, atento, solucionando e desvendando as questões da história do Brasil. Historiador respeitado, Calmon intitulou-o São Rodolfo das Causas Históricas. José Honório Rodrigues registrou: ele e Taunay eram os continuadores da linha de Capistrano de Abreu.

Seu propósito eram os estudos linguísticos, correções, notas, apontamentos, preparos de introduções e apresentações, revelação e divulgação de documentos. Rodolfo Garcia, assim, deixou um trabalho realizado, uma obra inacabada e vasta correspondência.

Rodolfo Augusto de Amorim Garcia nasceu em Ceará-Mirim, Rio Grande do Norte, no Engenho do Meio, entre o Porão e o São Francisco, propriedade do seu avô materno, Braz Carrilho do Rego Barros, em 25 de maio de 1873.

Cursou escola militar, primeiro no Ceará e, em seguida, no Rio de Janeiro. E, mesmo sem ter participado dos movimentos rebeldes na escola da Praia Vermelha, foi desligado. Anistiado, seguiu para o Recife, onde prestou serviço militar e frequentou o Ginásio Pernambucano.

Os jornais de 1891 já registram o cadete Rodolfo Garcia, do 14^o Batalhão na guarida da cidade do Recife. Seu caminho foi a faculdade de Direito no Recife, ingresso em 1895. Ali, fez parte de um grupo

de jovens literatos, o Cenáculo, que se reunia na Livraria Silveira ao comando do professor Faelante da Câmara.

São de 1904, na revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) (vol. 11, n. 64), as anotações bibliográficas sobre as “Notas dominicais”, de Louis François Tollenare, e sobre “Na conferência açucareira do Recife”, de Francisco Augusto Pereira Costa.

No periódico *Cultura Acadêmica*, saiu-se com um artigo sobre Antônio Vicente do Nascimento Feitosa, datado de 1906. Rodolfo Garcia também colaborou com os jornais sob pseudônimos, utilizando Sargento da Guarda e Filobibliôn.

Calmon explica as razões do Sargento da Guarda: vestido nesse codinome, Garcia praticou a crítica pelo *Diário de Pernambuco*, de forma contundente, sarcástica, doutrinária e implacável, mesmo que certo de defender uma causa perdida, a oposição ao Dantismo reinante no Recife.

Em 1908, concluiu o curso de Direito. Bacharel de uma profissão que não chegou a exercer. Em 1910, Rodolfo Garcia aparece como funcionário do Congresso do Estado e como integrante da comissão de trabalhos geográficos do IAHGP.

O historiador precisava sobreviver, e o funcionalismo público era uma opção acertada. Em 20 de julho de 1910, embarca para uma curta viagem ao Rio de Janeiro no vapor Acre. Em 1912, professor de português, geografia e história universal e do Brasil de cursos secundários de colégios no Recife. Apresenta com o irmão Aprígio Garcia o trabalho *Cotas a um Dicionário*, comentando o dicionário de Sebastião de Vasconcelos Galvão.

Os trabalhos etnográficos e linguísticos ainda eram a tônica das pesquisas historiográficas representadas na edição de dicionários de línguas indígenas. Rodolfo e Aprígio Garcia vão se dedicar a esse

trabalho, tanto linguístico quanto histórico e etnográfico, obtendo reconhecimento pela excelência dos estudos.

O interesse pela filologia e pela língua tupi e o trabalho de pesquisa minucioso e apurado consagrariam Garcia por toda a sua carreira de pesquisador. Não se sabe se contavam, ele e Aprígio Garcia, com a reação do IAHGP.

O trabalho dos irmãos Garcia criticava abertamente o dicionário de Sebastião de Vasconcelos Galvão e propunha correções e ajustes aos verbetes, e deve ser considerado o primeiro trabalho de relevo no qual Rodolfo Garcia já demonstra a sua capacidade crítica.

Em 1913, com a ascensão do general Dantas Barreto, Rodolfo Garcia deixou o Recife. Foi para o Rio de Janeiro, onde o irmão Aprígio Garcia já vivia. Foi Aprígio Garcia quem o apresentou ao secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Max Fleiuss. Por intermédio do presidente do IHGB, o Conde de Afonso Celso, Rodolfo Garcia conquistou os primeiros empregos no Rio de Janeiro, que lhe garantiriam a sobrevivência e a continuidade dos seus trabalhos.

Foi admitido assistente técnico e bibliotecário do IHGB, do Instituto dos Advogados do Distrito Federal e da ABL. Empregado professor do Colégio Progresso e secretário e tesoureiro da Faculdade de Ciências Jurídicas, dirigida pelo Conde de Afonso Celso. No mesmo ano (1913), saiu com Nomes de aves na língua tupi (Contribuição para a lexicographia portuguesa), que havia concluído dois anos antes (1911).

Na revista do IHGB, Tomo 76, 1ª parte, de 1913, publicou o Dicionário de Brasileirismos (Peculiaridades pernambucanas), oferecido a Oliveira Lima “pelo seu grande amor à Terra Natal”. Em 1915, Rodolfo Garcia aparece com o Glossário das frases e palavras na língua Tupi (republicado em 1919), uma extensão do Dicionário de Brasileirismos.

Rodolfo Garcia recupera trabalhos de relevo, propondo uma breve revisão bibliográfica comentada. Garcia dividiu o Brasil em zonas lexicográficas, para melhor compreensão dos usos em razão das diferenças, e, assim, propõe uma nova classificação.

Alega ainda que empregou o máximo rigor e clareza nas definições, no entanto, aventou que em alguns casos somente a representação iconográfica do objeto poderia torná-lo compreensível, considerando que nem sempre a sinonímia é útil. Garcia registra que buscou auxílio nos jornais e na obra de autores pernambucanos para que não sobrassem dúvidas acerca do emprego e vulgarização dos vocábulos coletados.

Além disso, fez juntar a algumas palavras notas instrutivas e históricas, e até mesmo curiosas, que julgou necessárias como elemento subsidiário ao dicionarista do futuro. Rodolfo Garcia apresentou cerca de dois mil vocábulos. A maioria, inédita, pois ainda não aparecia nos dicionários existentes, e elaborou uma extensa bibliografia consultada, lista das abreviaturas, tudo como manda o figurino.

Seu envolvimento com o IHGB já era completo nesse período, e Garcia tomou parte na organização do I Congresso de História Nacional, promovido pelo IHGB em 1914, e ficou responsável pela confecção das atas.

Garcia organizou, para publicação na revista do IHGB, a descrição de Oto von Kotzebue, oficial da marinha russa, sobre o Rio de Janeiro de 1823 (Tomo 80, p. 507–525, 1916), e faz acompanhar uma das célebres introduções que construiriam a sua notoriedade.

Acredita-se que, almejando a estabilidade do serviço público e por afinidade com o exercício do ofício, concorreu à vaga disponível de bibliotecário do Museu Histórico Nacional, em 1914. Foi preterido para a vaga, mas conquistou, em 1917, o cargo de bibliotecário do IHGB.

Apresentou, para tanto, ao IHGB, na sessão do dia 20 de outubro de 1914, publicado no dia 28 do mesmo mês no Diário Oficial, o trabalho Sistema de Classificação Bibliográfica, da Classificação Decimal e suas Vantagens, que seria posteriormente publicado pelo Boletim do Museu Nacional, em 1929, e, após sua morte, reeditado e publicado pela Associação Brasileira de Bibliotecários, em 1969.

A sua colaboração com a revista do IHGB continua, com a preparação de introduções e notas e a composição de bibliografias, atividades que firmariam o seu reconhecimento como douto na causa. Em 1917, apresenta introdução e notas a O diário do padre Samuel Fritz (Tomo 81, p. 353–397, 1917) e Petição de Simão Estácio da Silveira (Tomo 83, p. 91–99, 1918).

Em matéria de artigo, na revista do IHGB, chegou com A capitania de Pernambuco no governo de José Cesar de Menezes (1774–1787) (Tomo 84, p. 533–560, 1918) e nos trabalhos escritos Richard Grandscré: viajante francês no Brasil (Tomo 90, vol. 144, p. 539–554, 1921) e Alexander Caldcleugh no Brasil (Tomo 90, vol. 144, p. 555–564, 1921).

Oliveira Lima faz referência, em carta remetida de Parnamirim, Pernambuco, datada de 6 de novembro de 1919, ao estudo sobre José Cesar de Menezes, alegando que a administração de Pernambuco no século XVIII era pouco conhecida. Reconhece, assim, a importância do trabalho de Garcia para a história do Brasil.

Quanto aos estudos bibliográficos, Garcia apresenta Bibliographia Geographica Brasileira (Tomo 85, vol. 139, p. 5–105, 1919). Também trará anotações à publicação em Três mapas quinhentistas (Tomo 87, vol. 141, p. 59–73, 1920).

Nesse período, Garcia auxiliou o Conde de Afonso Celso, presidente perpétuo do IHGB, na elaboração do laudo arbitral em defesa de Goiás na disputa com o Mato Grosso, trabalho intitulado Questão de limites, que seria publicado pela revista do IHGB na mesma edição

em que foi publicado o trabalho sobre os mapas (Tomo 87, vol. 141, p. 11–57, 1920).

Em 1922, na sessão ordinária de 17 de julho, apresenta uma proposta a uma tese da história da colonização no Brasil, publicada na revista do IHGB (Tomo 92, vol. 146, p. 452–456, 1922).

Rodolfo Garcia era um profundo conhecedor do tema dos viajantes e autor de um trabalho sobre as explorações científicas publicado no Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil (1922). Na verdade, ficou encarregado de elaborar dois trabalhos, um relativo à etnografia indígena e outro à história das explorações científicas no Brasil.

Taunay comenta: condensou Garcia considerável bibliografia brasileira e estrangeira sobre os nossos aborígenes. O tema ainda era pouco explorado, e foi em razão dele, afirmam, que Capistrano de Abreu convidou Rodolfo Garcia para juntos anotarem a terceira edição da História Geral do Brasil de Francisco Adolfo Varnhagen

A terceira edição, um primeiro tomo anotado por Capistrano de Abreu, apareceu em 1906. Capistrano de Abreu e Garcia realizaram um trabalho de acréscimos e correções de dados em notas de rodapé e notas em final de seção com referências a documentos até então desconhecidos por Varnhagen.

Em 1927, foi publicado o primeiro dos cinco tomos com as contribuições de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. No entanto, Capistrano de Abreu faleceu sem vê-lo publicado.

Rodolfo Garcia assumiu inteiramente a tarefa e prosseguiu com o trabalho anotando os tomos restantes. Rodolfo Garcia ainda voltaria ao livro quando assumiu a tarefa de rever o trabalho para a quarta edição, cujos dois primeiros tomos foram publicados em 1949 e os três restantes apenas em 1952.

Eles não só validaram as fontes documentais do autor como também adicionaram retificações com base em documentos recém-

-descobertos e consultaram trabalhos publicados nas revistas do IHGB e nos Anais da Biblioteca Nacional.

A opção de atualização da obra seguia o entendimento de valorização da história escrita por Varnhagen e se integra a uma concepção de história guiada por Capistrano de Abreu, e legada a Garcia, que compreende a escrita da história como elucidação dos fatos a partir da verdade dos documentos.

Ao mesmo tempo que preparavam a edição crítica e anotada da história de Varnhagen, Capistrano de Abreu e Garcia elaboraram uma série de outros trabalhos voltados para a publicação de documentos da história brasileira.

Em 1923, foram convidados pelo presidente da ABL, Afrânio Peixoto, a participar de uma coleção da Academia. A pretensão era a publicação de obras raras referentes à literatura e à história do Brasil, acompanhadas de introduções e notas a encargo de autoridades no assunto. Capistrano de Abreu e Garcia seriam os responsáveis pelos trabalhos referentes à história.

Foi o caso da escolha do Tratado da Terra do Brasil e História da província de Santa Cruz, a quem vulgarmente chamamos Brasil, de Pero de Magalhães Gandavo, reunidos em um único volume, publicado em 1924 pela ABL, na série Clássicos Brasileiros, que saiu com advertência por Afrânio Peixoto, nota bibliográfica de Rodolfo Garcia e introdução de Capistrano de Abreu.

Outra publicação alcançada: Tratados da terra e gente do Brasil. A obra é resultado da união de três trabalhos distintos de Fernão Cardim intitulados: Do clima e terra do Brasil (que se tornaria a primeira parte); e Do princípio e da origem dos índios do Brasil (segunda parte); e Narrativa epistolar ou Informação da missão do padre Christovão de Gouveia às partes do Brasil (terceira parte).

Para Tratados, Garcia preparou introdução geral e as notas à primeira parte; a segunda parte ficou com introdução por Capistrano

de Abreu, notas por Baptista Caetano e nota aditiva por Rodolfo Garcia; e a terceira parte recebeu notas de Rodolfo Garcia.

Garcia registra as medidas tomadas para a preparação dos originais: que procurou a uniformidade ortográfica, respeitando sempre que possível a feição antiga dos vocábulos; que procedeu a uma melhor distribuição dos parágrafos, uma ou outra na pontuação; e que não tomou a liberdade de substituir os termos antiquados nem tampouco alternar o torneio do fraseado quinhentista. E fez preservar a escrita dos nomes tupis.

Garcia foi encarregado de preparar a introdução para o volume da Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: denúncias de Pernambuco (1593–1595), publicado pela Série Eduardo Prado, em 1929. Também foi o responsável pela introdução que acompanhou a edição de 1927 dos Anais da Biblioteca Nacional, na qual foi publicado o Livro das denúncias que se fizeram na visitação do Santo Officio à cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no anno de 1618 (Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. 49, p. 75–198, 1927, publicado em 1936).

O interesse pelas explorações científicas levaria Garcia a ampliar o trabalho elaborado para o dicionário do IHGB, que resultaria no livro História das explorações científicas no Brasil, não concluído. No entanto, com a morte de Garcia, Eustáquio Duarte assumiu a missão de organizá-lo e anotá-lo. Missão frustrada pelo falecimento de Duarte, em 1955. O trabalho nunca chegou a ser publicado.

Na Biblioteca Nacional, a Coleção Rodolfo Garcia guarda versões incompletas, datilografadas e com anotações e correções manuscritas do que seria o tomo primeiro. A História das explorações seria em quatro volumes. Garcia aborda as navegações portuguesas e espanholas à costa brasileira e, conseqüentemente, a descoberta e conquista do Brasil.

Nas comemorações do centenário do autor, em 1973, a Biblioteca Nacional publicou parte de sua correspondência passiva, Cartas a Rodolfo Garcia, organização de Darcy Damasceno; e uma coletânea de trabalhos diversos com o título de Escritos Avulsos — o arquivo Rodolfo Garcia na divisão de manuscritos da Biblioteca Nacional não foi ainda completamente catalogado, conforme informou a instituição em correspondência datada de novembro de 2017.

Rodolfo Garcia continua a sua participação ativa e colaborativa no IHGB já sócio efetivo da Casa. Ainda na década de 1920, elaborou em comemoração ao centenário da independência o Catálogo dos Livros, Folhetos, Documentos, Retratos, Bustos, Máscaras, etc., do acervo do IHGB, objeto da exposição promovida pelo Instituto, em 7 de setembro de 1922, para comemorar o primeiro centenário da Independência do Brasil.

Em 1943, foi elevado à categoria de sócio benemérito do IHGB, por decisão da Assembleia Geral. Já havia passado pelo Museu Histórico Nacional e era diretor da Biblioteca Nacional. Foi em 1930 que assumiu a direção do Museu, onde permaneceu até 1932, quando passou para o cargo de diretor da Biblioteca Nacional, o qual ocupou até se aposentar, em 1945.

O Museu Histórico Nacional, criado como consequência dos festejos do centenário da Independência, era novidade de 1922. A Biblioteca Nacional era resultado da Biblioteca Real portuguesa, que veio com a família real para o Brasil.

No Museu Nacional, Garcia promoveu o primeiro curso voltado à formação de pessoal especializado na área, o Curso de Museus, inclusive, atuou como professor de uma das disciplinas do curso: História Política e Administrativa do Brasil.

As dezenove apostilas que preparou para as aulas foram reunidas postumamente em um único volume publicado pela editora José Olympio, em 1956, com prefácio de Afonso Taunay e mesmo título

RODOLFO AUGUSTO DE AMORIM GARCIA

da disciplina. O objetivo do curso era habilitar o corpo funcional para atuar em instituições museológicas. A proposta foi encaminhada ao Ministério da Educação e Saúde, ao qual o museu estava subordinado, sendo aprovado em 1932 como curso técnico de museus e duração de dois anos. No mesmo ano, também foi reaberto o curso de biblioteconomia.

Já na Biblioteca Nacional, além de preocupar-se com a publicação de documentos, Rodolfo Garcia elaborou introduções e notas explicativas, retomando a publicação dos Anais. Publicou 20 volumes, do número 46 (1924) até o 65 (referente a 1943, publicado em 1945). Garcia enfrentou tempos instáveis e um orçamento exíguo. Sua gestão venceu a Revolução de 1932, o fechamento do Congresso em 1937, a instauração e a derrocada do Estado Novo.

Em 1934, Garcia foi eleito para a cadeira 39 da ABL, cujo patrono é Francisco Adolpho Varnhagen. O interventor Mario Câmara, atendendo a uma solicitação de escritores em Natal, ofereceu a Garcia, em nome do Rio Grande do Norte, o fardão acadêmico para a posse, que aconteceu em 1935.

Aposentado da Biblioteca Nacional em 1945, Garcia continuou a se dedicar aos estudos históricos. Faleceu em 14 de novembro de 1949, quando se preparava para uma edição crítica da história de Southey, que, segundo Calmon, “seria talvez a mais pessoal e intensa de suas obras”.

ANTONIO SOARES DE ARAÚJO

Pedro Simões Neto Segundo

Perseguindo uma vida que entrelaçou magistratura, letras e serviço público, Antonio Soares de Araújo projetou-se como um dos intelectuais e homens públicos centrais na formação de uma cultura histórica no Rio Grande do Norte durante a Primeira República e boa parte do século XX.

Em sua própria contemporaneidade, foi apresentado como “magistrado, poeta, historiador e jornalista”, um “padrão da dignidade humana”, avaliação que ajuda a situar a amplitude de sua atuação e o prestígio de que gozou entre pares do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) e da Academia Norterrio-grandense de Letras (Casculo; Medeiros; Araújo, 1977).

Nasceu em Açú no dia 21 de julho de 1879, filho do coronel da Guarda Nacional Pedro Soares de Araújo (sócio fundador e presidente do IHGRN e, por décadas, Inspetor do Tesouro estadual) e de Ana Senhorinha Soares de Araújo, vinda de Serra Negra do Norte, Antonio mudou-se com a família, ainda menino, do Açú para Natal, em 1886 (Casculo; Medeiros; Araújo, 1977).

Em 1907 casou-se com Maria Amélia de Lemos Soares de Araújo, filha do desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos (tido como real fundador do IHGRN) e de Maria Olindina Bulcão de Lemos; o casal teve numerosa prole, entre eles o professor e diretor da Facul-

dade de Direito da UFRN Antônio Soares de Araújo Filho (Cascardo; Medeiros; Araújo, 1977).

A formação intelectual de Antônio Soares resulta de uma sequência típica da elite letrada potiguar do final do século XIX: estudos no Atheneu Norte-Rio-Grandense; ingresso, em 1898, na Faculdade de Direito do Recife; colação de grau a 13 de dezembro de 1902 (Cascardo; Medeiros; Araújo, 1977).

Ainda antes do bacharelado, alternou o comércio com a função pública: guarda-fiscal do tesouro estadual entre 1896 e 1898 e 1º tenente do Estado-Maior da Guarda Nacional (adjunto de ordens da 1ª Brigada de Infantaria) por decreto de 23 de dezembro de 1897 (Cascardo; Medeiros; Araújo, 1977).

A carreira jurídica foi célere e marcada por postos de responsabilidade. Nomeado promotor público em São José de Mipibu em 18 de março de 1903, exerceu o cargo até outubro de 1906, quando passou a juiz de direito no Apodi; em 6 de fevereiro de 1907, removeu-se para a comarca de Martins (Cascardo; Medeiros; Araújo, 1977).

Em 1909, chefiou a Polícia do Estado no governo Alberto Maranhão, logo depois assumindo a 2ª vara em Natal, com transferência para a 1ª vara em 1912 (Cascardo; Medeiros; Araújo, 1977). O desempenho jurisdicional em Martins, em particular, foi lembrado como exemplar, não apenas pela firmeza dos atos judiciais, mas também pela inserção cívica do magistrado na vida local, memória preservada por conterrâneos e por cronistas que destacaram a acolhida da cidade serrana ao novo juiz (Costa, 1980).

A culminância na magistratura deu-se com a nomeação, em 2 de setembro de 1926, para o Superior Tribunal de Justiça do Estado (então a corte de segundo grau), colegiado no qual permaneceu até 21 de julho de 1949, quando se aposentou compulsoriamente por idade (Cascardo; Medeiros; Araújo, 1977).

A despedida pública, em sessão plenária, tornou-se episódio emblemático, com manifestações da classe forense e a imagem do magistrado que deixa o serviço “mais pobre do que ao ingressar”, pela renúncia patrimonial em favor do sustento familiar — gesto que selou uma ética funcional lembrada por colegas e advogados (Cascardo; Medeiros; Araújo, 1977).

Exerceu a Presidência do Tribunal de Justiça e, já na Justiça Eleitoral, a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral em fase delicada da política potiguar (Cascardo; Medeiros; Araújo, 1977).

O conteúdo técnico de seus votos revela um compromisso conceitual com a igualdade e a estabilidade das garantias remuneratórias na carreira. Em peça citada por João Vicente da Costa, Soares registrou “não permitir a fixação de vencimentos desiguais para juízes que a Lei Judiciária considerou de uma só categoria” (Costa, 1980). A formulação contém, em linguagem sóbria, uma visão igualitária do serviço público que dialoga com a construção republicana de carreiras estáveis.

Se a magistratura lhe ensejou um lugar de fala sobre justiça e administração, é na vida cultural e associativa da capital potiguar que se percebe a espessura de sua liderança cívica. Foi diretor de redação e colaborador de periódicos desde a juventude (*Diário de Pernambuco*), dirigiu o jornal oficial *A República* de abril a dezembro de 1909 e foi o primeiro diretor do *Diário de Natal* (1924–1925), então órgão da Diocese, articulando redes de leitura e opinião que atravessavam os mundos leigo e católico da capital (Cascardo; Medeiros; Araújo, 1977).

Integrou e presidiu entidades filantrópicas e educacionais, como o Conselho da Sociedade de São Vicente de Paulo, Liga de Ensino, Sociedade de Assistência aos Psicopatas, entre outras, o que o posicionou na confluência entre assistência social e educação moderna (Cascardo; Medeiros; Araújo, 1977).

Com a interventoria Hercolino Cascardo, redigiu o projeto de lei de organização municipal e, no governo José Augusto, presidiu a comissão que elaborou o primeiro regimento da Faculdade de Direito de Natal, marcos de engenharia institucional que perduram na história administrativa e universitária potiguar (Cascudo; Medeiros; Araújo, 1977).

Como intelectual, Soares firmou-se no IHGRN (onde chegaria a 1^o vice-presidente) e participou ativamente de sua Revista; também foi sócio-fundador da Academia Norte-rio-grandense de Letras (ANRL), ocupando a cadeira cujo patrono é o historiador Manoel Ferreira Nobre (Cascudo; Medeiros; Araújo, 1977).

No IHGRN a prática da escrita aparece em registros precoces: em 1904, assina o necrológio do pernambucano Major José Domingues Codeceira, demonstrando domínio de fontes e gosto pela história regional e da Confederação do Equador (Araújo, 1904).

Na década de 1940, já como sócio benemérito do referido sodalício, publicou estudo sobre a origem do topônimo Portalegre, no qual combateu, com base documental, variações fantasiosas e consolidou a hipótese de transferência toponímica a partir da homônima portuguesa, no contexto da ereção da vila em 1761 (Araújo, 1943).

Ao discutir tradições orais (como a frase atribuída a Caldeira Castelo Branco) e confrontá-las com atas oficiais, o autor explicitou método histórico atento à crítica das fontes e à coerência semântica dos topônimos (Araújo, 1943).

A obra de maior fôlego, porém, é o *Diccionario Historico e Geographico do Rio Grande do Norte* (vol. I, letras A–E), apresentado no Congresso Econômico do RN em janeiro de 1930 e editado pela Imprensa Oficial. O volume, dedicado ao governador Juvenal Lamartine e com homenagens explícitas a Tavares de Lyra (“o maior dos nossos historiadores”) e à memória de Manoel Dantas (“o maior de nossos geógrafos”), projeta Soares no circuito corográfico que,

desde o IHGB, articulava território, história e identidade. O próprio frontispício evidencia o vínculo orgânico com o IHGRN, anotando, logo abaixo do nome do autor, a sua pertença institucional (Brito; Medeiros Neta; Peixoto, 2018).

Do ponto de vista da forma, o dicionário de Soares articula verbetes que “mesclam elementos históricos e geográficos”, ora descrevendo espacialidades (acidentes naturais, vilas, cidades), ora traçando perfis de personalidades norte-rio-grandenses, em registro que a historiografia recente reconhece como corográfico (Brito; Medeiros Neta; Peixoto, 2018).

Essa tessitura, frequentemente situada pelos analistas como “zona de confluxo” entre História e Geografia, explicita a aposta de Soares na toponímia como tecnologia intelectual de organização do espaço potiguar, uma percepção que a literatura teórica posterior reforçou ao discutir a dimensão imaginária dos nomes de lugar e seu poder de enraizamento identitário (Brito; Medeiros Neta; Peixoto, 2018).

Ainda que planejado para mais de um tomo, o projeto materializou-se somente no volume inicial (A–E), o que não diminui a sua relevância: como registro sistemático de espaços e agentes, ancorado em vocabulário local e documentação, o livro serviu de referência para obras subsequentes, inclusive a dicionarística toponímica de Nestor Lima, e consolidou, para a década de 1930, um modelo de descrição do Rio Grande do Norte a partir de nomes e narrativas (Brito; Medeiros Neta; Peixoto, 2018).

Com a publicação da obra póstuma *Notas de História* (1985), na nota explicativa, Antônio Soares de Araújo Filho revela que seu pai alguns meses antes de falecer o pede que dê continuidade ao *Diccionario*, ao que ele diz ser impossível em virtude da quantidade de municípios que existem naquele momento, cerca de cinco vezes mais do que quando o primeiro volume fora lançado.

O mesmo rigor metodológico que atravessa o dicionário aparece em artigos como *Portalegre: origem de sua denominação*, no qual o autor critica o anedotário de que o município “é uma porta alegre” e reconstitui a prática colonial de transplantar topônimos lusitanos às novas povoações como hipótese mais verossímil, respaldada por registro oficial do erguimento do pelourinho em 8 de dezembro de 1761 (Araújo, 1943).

A atenção de Soares à linguagem dos lugares, aliás, alinha-se à tradição corográfica brasileira desde os oitocentos e reforça o papel do IHGRN como instância de legitimação de uma geografia histórica do estado (Brito; Medeiros Neta; Peixoto, 2018).

No terreno da imprensa e do debate público, Soares circulou com ímpeto. Escreveu sob o pseudônimo “Tenente Potiguar” em revistas de charadismo e palavras cruzadas, inclusive o *Almanaque Luso-Brasileiro* e sustentou polêmicas sobre temas identitários, como a naturalidade de Dom Antônio Felipe Camarão e a grafia “Assu/Açu”, preferindo, com base em fontes coloniais e na pronúncia indígena da ribeira, “Assu” (Cascudo; Medeiros; Araújo, 1977).

Essa escolha ortográfica, mais do que um detalhe de estilo, manifesta uma ética de fidelidade documental e de respeito ao patrimônio linguístico regional, coerente com seu investimento no registro de memórias locais.

Sua bibliografia publicada combina ensaísmo histórico (além do dicionário, a conferência *Homem de Espanto*, em coautoria com Luís da Câmara Cascudo e outros), poesia (*Lira de Poti*, 1^a ed. 1949; 2^a ed. 1971, com prefácio de Edgar Barbosa) e colaboração dispersa em periódicos (Cascudo; Medeiros; Araújo, 1977).

A amplitude temática indica um intelectual que não se entendia apartado das letras e sim alguém que, “na cátedra, modesto quanto culto”, manteve o hábito de estudar, como lembra o soneto de sua

autoria a Clóvis Beviláqua recuperado por João Vicente da Costa (Costa, 1980).

A atuação de Soares teve um eixo constante: contribuir para a organização moral e institucional dos órgãos do Estado. Por isso, sua presença em entidades de assistência, na Liga de Ensino e nos conselhos públicos não é apêndice, mas parte de um mesmo projeto de civilidade republicana que atravessa sua jurisdição, sua escrita e seu jornalismo (Casculo; Medeiros; Araújo, 1977).

Nesse sentido, é exemplar sua participação na arquitetura jurídico-administrativa do município potiguar e na gênese da Faculdade de Direito de Natal, que corresponderam a passos decisivos de institucionalização de saberes e poderes no RN do século XX (Casculo; Medeiros; Araújo, 1977).

Os derradeiros anos foram vividos com a mesma disposição intelectual. Momentos antes de falecer, em 24 de junho de 1973, interrompeu a leitura de *Psicologia da fé*, de Leonel Franca, para dizer a uma filha: “Já sei por que Deus concedeu-me longa existência. É que eu tinha ainda muito o que aprender!” (Casculo; Medeiros; Araújo, 1977). Esse fechamento, tão simples quanto eloquente, ilumina em chave íntima o que a obra pública de Soares demonstra: uma vida organizada por um *ethos* do estudo, da prudência e do serviço.

NESTOR DOS SANTOS LIMA

Pedro Simões Neto Segundo

Filho do interior potiguar, nascido em Açú em 1^o de agosto de 1887, filho de Galdino dos Santos Lima e Ana Souto Lima, sendo o sexto filho do casal. Nestor teve suas primeiras letras com sua mãe, ainda em Açú. Posteriormente, em Natal, recebe aulas com os professores João Tiburcio, Zózimo Fernandes e Celestino Pimentel, finalizando os preparatórios em 1904, no Liceu Paraibano.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais no dia 16 de março de 1909 pela Faculdade de Direito de Recife. Instalou seu escritório na Rua da Conceição, N.º 573, em Cidade Alta, onde hoje funciona a Assembleia Legislativa.

Ingressou no magistério normalista e, muito cedo, assumiu responsabilidades de direção e cátedra. Na Escola Normal de Natal (instituição que se tornaria seu principal campo de atuação) lecionou e, entre 1911 e 1923, dirigiu a casa, conduzindo a formação de normalistas e a articulação com o Grupo Escolar Modelo Augusto Severo, que funcionava no mesmo prédio e servia de escola de aplicação (Azevedo; Medeiros Neta, 2021).

No registro necrológico do IHGRN, lê-se que, aprovado por concurso, foi efetivado professor de Pedagogia (1912) e exerceu ainda a disciplina de Pedagogia; a direção da Escola Normal, acumulada por anos com o magistério, antecede sua projeção como dirigente da instrução pública estadual (Casculo; Silva; Medeiros, 1959).

Seu pensamento pedagógico formou-se em diálogo com o debate nacional e circulou em impressos locais. Já em 1913, na condição de paraninfo de normalistas, Nestor afirmava confiar na “courage” de uma boa formação para combater analfabetismo e prejuízos sociais, conclamando o magistério ao “sacerdócio” cívico (Lima, 1913). A defesa do ofício docente como missão pública, associada à necessidade de métodos e organização, reaparece na produção técnica e em registros publicados e implementados na rede escolar (Amorim, 2010).

A passagem de Nestor à direção superior da instrução pública deu-se na década de 1920, quando assumiu a chefia do serviço que, pouco depois, se consolidaria como Departamento de Educação. A bibliografia registra sua primeira direção entre 1924 e 1928, com atribuições de superintendência e uniformização do ensino em todos os graus, estrutura que incorporava Escola Normal, Atheneu, Escolas Profissionais, Grupos Escolares e as escolas isoladas e rudimentares, além de órgãos culturais subvencionados (Amorim, 2010).

O necrológico sintetiza esse período como uma reforma robusta, que “deu nova orientação” ao ensino primário, reformulou o Curso Normal, estimulou métodos modernos e fez da experiência norte-rio-grandense referência para outras unidades da federação (Cascardo; Silva; Medeiros, 1959).

Em 1923, comissionado oficialmente, Nestor percorreu instituições do Sudeste e Sul do Brasil, além da Argentina e do Uruguai. Do trânsito resultou o relatório *Da organização do ensino normal, profissional e primário no sul do Brasil e no Rio da Prata*, texto minucioso que descreve espaços visitados, programas, legislação e práticas docentes, buscando extrair “proveitos” para a organização escolar potiguar. O próprio preâmbulo expõe o propósito: observar o ensino normal e profissional e ampliar o escopo para o ensino primário nas repúblicas vizinhas, apresentando um relatório “singelo, mas circunstanciado” ao governador (Lima, 1923).

A agenda incluiu Escolas Normais, Escolas de Aplicação e escolas profissionais em São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e centros do Prata; a escrita organiza-se pela distinção entre normal, profissional e primário, marcando um olhar comparado sobre docência e formação (Amorim; Nascimento; Pires, 2021).

Essa viagem pedagógica não foi episódio isolado, mas parte de um repertório de circulação e apropriação de modelos, típico das primeiras décadas republicanas, quando educadores brasileiros buscavam “o que de mais novo se produzia” para adaptar às realidades locais. No caso potiguar, a leitura comparada de experiências serviu à legitimação de reformas e à atualização metodológica, fenômeno que a historiografia recente interpreta como estratégia de modernidade pedagógica (Azevedo; Medeiros Neta, 2021).

Ao lado da gestão, Nestor investiu na construção de uma memória pública da escola. Em 1927, por ocasião do centenário da lei de 15 de outubro de 1827 — “fonte criadora da escola verdadeiramente popular e nacional”, como escreveu — ele idealizou, com apoio do governo José Augusto, um álbum fotográfico das comemorações por todo o estado e publicou a série de artigos reunida na edição de *Um século de ensino primário*.

A *Revista Pedagogium*, órgão do associativismo docente, deu ampla circulação a textos e justificativas do programa comemorativo, reforçando o vínculo entre civismo, instrução e projeto de modernização. O álbum, hoje acervo do IHGRN, evidencia o protagonismo institucional: apresenta o Departamento de Educação, destaca lado a lado as fotografias do presidente do estado e do diretor do Departamento, e documenta fachadas escolares, festas cívicas e o uso da imagem como discurso público da educação (Victor, 2021).

Essa inflexão memorialística se articula a outra frente maior de sua obra: a escrita de dicionários toponímicos, corografias e estudos

históricos que ajudaram a fixar uma espacialidade e uma identidade norte-rio-grandense.

Entre títulos como *Preciosa relíquia colonial* (1927), *Assu* (1929), *Monumentos do Rio Grande do Norte* (1933) e sobretudo *Municípios do Rio Grande do Norte* (1937; 1942), vê-se um método de pesquisa ancorado em viagens de campo, levantamento documental e atenção às memórias locais (Dutra, 2022; Amorim, 2010).

Essas obras, além de informarem ao poder público, circulavam no IHGRN, cuja revista e biblioteca Nestor ajudou a manter e ampliar por décadas (Brito; Medeiros Neta; Peixoto, 2018; Amorim, 2010).

Seu enraizamento institucional explica-se: sócio do IHGRN desde a juventude, Nestor foi orador, secretário, redator e, a partir de 1927, presidente (condição que posteriormente, por decisão da casa, converteu-se em presidência perpétua) até sua morte, em 26 de fevereiro de 1959, aos 72 anos, manteve a liderança e o zelo pelo patrimônio e pela *Revista do IHGRN*, guardando e publicando parte significativa da produção regional.

A mesma carreira cruzou a vida associativa letrada: foi fundador da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras (ANRL), ocupando a cadeira 9, além de ser membro de entidades nacionais de história e geografia (Azevedo; Neta, 2021; Cascudo; Silva; Medeiros, 1959).

No plano jurídico-administrativo, Nestor também acumulou funções: Secretário-Geral do Estado, Procurador-Geral, membro e presidente do Conselho Penitenciário, além de professor de Direito Penitenciário e de Direito Internacional Público na Faculdade de Direito, se tornando mais tarde seu diretor (Cascudo; Silva; Medeiros, 1959).

A leitura de sua obra educacional confirma a coerência entre discurso e prática. Ao incentivar normalistas a combater “a ausência de educação”, vinculou civismo e método; ao escrever regimentos e promover inspeção, apostou na padronização e na eficiência do

sistema; ao viajar em 1913 e 1923, fez da comparação um instrumento de governo, traduzindo experiências externas para o chão potiguar; ao celebrar 1827, ensinou que a memória escolar também se faz por imagens e rituais (Lima, 1913; 1923; 1927).

A historiografia recente sublinha justamente essa tessitura entre circulação de ideias, políticas de formação docente e usos públicos da história da educação (Amorim, 2010; Victor, 2021; Amorim; Nascimento; Pires, 2021).

Não por acaso, seus pares o lembram como dirigente enérgico e intelectual afável. Depoimentos coligidos décadas depois evocam o “trabalho hercúleo” no IHGRN e traços de caráter que ajudam a explicar a adesão que conquistou em torno de seus projetos (Amorim, 2010). Essa dimensão humana não destoa do reformador metódico, mas o completa: o dirigente que padroniza e escreve regulamentos é o mesmo que constrói pontes com professores, editores, fotógrafos e políticos, convocando cada um a compor a cena pública da escola (Amorim, 2010).

Em 4 de dezembro de 1920, professores e autoridades educacionais reuniram-se no salão nobre do Palácio do Governo para instalar a Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN). À mesa, estavam o governador Antônio de Souza, o diretor da Instrução Pública Manoel Dantas e o então diretor da Escola Normal, Nestor Lima.

O relato das solenidades indica a densidade simbólica atribuída ao ato e o lugar de fala concedido a Nestor, que evocou a diplomação da primeira turma numerosa de normalistas, marco de profissionalização docente no estado (Cavalcante, 1999; Duarte, 1985). Essa iniciativa consolidou um espaço de defesa da classe e de combate ao analfabetismo, abrindo uma frente de ação que Nestor potencializaria por meio de impressos e debates pedagógicos.

A *Revista Pedagogium*, órgão da APRN, nasce nesse contexto como vitrine do ideário de renovação do ensino e de valorização do professorado. Publicada de 1921 a 1927, em fases sucessivas, teve como primeiro diretor o professor Nestor dos Santos Lima (1921–1923), fato que traduz o protagonismo do educador na formulação e difusão de pautas da categoria.

As páginas inaugurais trazem textos programáticos (entre eles *Síntese do nosso movimento pedagógico* e *Celibato Pedagógico Feminino*, de autoria de Nestor) e uma orientação prática voltada à formação continuada, com “lições” de disciplinas e indicações metodológicas para o cotidiano escolar. O impresso declarava-se “consagrado aos interesses do professorado público e particular do Estado”, operando, portanto, como espaço de circulação de “ideias novas” e de consolidação de uma gramática profissional comum (Ribeiro, 2020).

A direção da revista e o associativismo docente dialogam, por sua vez, com o exercício de cargos estratégicos na máquina administrativa. Em 1923, Nestor deixa a direção da Escola Normal e, em 1924, assume a chefia do recém-estruturado Departamento de Educação do Estado, onde permanece até o início de 1929.

O período é lembrado pela literatura como fase de uniformização de procedimentos, fortalecimento da inspeção e reorganização do ensino normal e primário; somam-se a criação de grupos escolares no interior, a expansão de escolas rudimentares e a instalação do Conselho de Educação, num quadro de investimentos que associou modernização pedagógica e afirmação do Estado (Azevedo; Medeiros Neta, 2021; Brito; Medeiros Neta; Peixoto, 2018).

A celebração do centenário da Lei de 15 de outubro de 1827, em 1927, condensa esse projeto. Sob José Augusto, e com Nestor à frente do Departamento de Educação, a data foi elevada a feriado estadual e comemorada com um vasto programa cívico-pedagógico, em Natal e em municípios do interior.

O Álbum de Fotografias do IHGRN registrou atos, fachadas escolares e a presença de autoridades, compondo um discurso visual sobre o alinhamento entre governo, escola e modernização; o próprio Nestor é identificado em diversas imagens do álbum.

Em paralelo, o livro *Um século de ensino primário* reuniu artigos que ele publicara no jornal *A República* entre julho e outubro de 1927, explicitando as razões didático-cívicas da festa e a centralidade do professor como agente de transformação. Nesse arranjo, a Revista *Pedagogium* funcionou como caixa de ressonância do programa, reforçando a ideia de um magistério missionário e tecnicamente aparelhado. (Victor, 2021)

Outra dimensão decisiva de sua trajetória é a circulação e a comparação internacional. Comissionado em 1923 para observar o ensino normal e profissional no Sul e Sudeste do Brasil e nas Repúblicas do Prata, Nestor produziu um extenso relatório manuscrito — *Da organização do ensino normal, profissional e primário no sul do Brasil e no Rio da Prata* — no qual combinou descrição institucional, análise de programas e apreciações sobre saberes e fazeres docentes. No preâmbulo, endereçado ao governador, explicita o método: ampliar a comissão aos aspectos do ensino primário, com vistas a inferir “proveitos” para a organização escolar potiguar, em registro que hoje a historiografia nomeia circulação transnacional de ideias pedagógicas (Lima, 1923; Amorim; Nascimento; Pires, 2021).

Se a reforma demanda técnica e inspeção, a memória demanda arquivos, viagens e escuta social. É nessa chave que se deve ler a faceta de Nestor como historiador e “corógrafo” do Rio Grande do Norte. Entre 1937 e 1942, ele publica *Municípios do Rio Grande do Norte*, resultado de anos de pesquisas em cartórios, arquivos públicos e paroquiais, e de deslocamentos “a campo” para confirmar dados e recolher memórias locais, procedimento que ele mesmo sintetizou

afirmando ter percorrido “todos os quarenta municípios do Estado”, aproveitando viagens de férias e inspeções ao ensino (Lima, 1942).

A obra, editada pelo IHGRN, descreve geografia, flora, fauna, administração e história de cada cidade, compondo um quadro de territorialização que articulou passado e presente dos sertões (Dutra, 2022). Essa metodologia — rigor documental e valorização das memórias — é ressaltada pela historiografia como traço distintivo de seu fazer intelectual.

O repertório de publicações de Nestor é amplo e abrange diferentes gêneros. Além de *Municípios*, destacam-se títulos como *Preciosa relíquia colonial* (1927), *Assu* (1929), *Ruas de Natal* (1930), *Monumentos do Rio Grande do Norte* (1933) e, no pós-guerra, estudos e perfis de personagens da história norte-rio-grandense e brasileira.

A lista, presente em sínteses biobibliográficas, ajuda a dimensionar a centralidade do IHGRN como plataforma de circulação de sua escrita e como repositório de seu acervo. Nestor presidiu o Instituto de 1927 a 1959, zelou pela *Revista* e promoveu sessões, conferências (Amorim, 2010; Dutra, 2022).

Além do título de sócio honorário em Institutos Históricos de diversos estados (Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Minas, Paraná e Rio de Janeiro).

Ao mesmo tempo, sua vida civil revelou capacidade de gestão em outras frentes, como a presidência, por muitos anos, do Conselho do Banco do Rio Grande do Norte, com pareceres e relatórios anuais (Cascardo; Silva; Medeiros, 1959). Esses registros ampliam a imagem do “intelectual prático”, que articula cultura letrada, administração pública e economia regional.

No balanço de sua contribuição ao Rio Grande do Norte, é possível entrever um fio que costura gestão, pesquisa e memória. Como dirigente da instrução, Nestor operou com um léxico de moderni-

zação, formulou programas e celebrou o professor como “baluarte” do engrandecimento social. Na chave comparada, buscou “proveitos” externos para a organização local (Lima, 1923), e, na chave memorial, territorializou o estado com livros que visavam tanto informar quanto educar cívica e historicamente a população.

O IHGRN foi, nesse sentido, mais do que um abrigo: foi uma máquina de escrita pública, cuja engrenagem ele manteve viva por três décadas, com regularidade de revista, sessões e acervo. Essa convergência explica por que sua biografia, embora ancorada em funções específicas, transcende os cargos e se converte em um legado que, a um só tempo, edificou escolas, organizou o magistério e narrou o próprio território potiguar.

Casou-se tardiamente, em 14 de outubro de 1944, com Helena Cicco dos Santos Lima; não deixou descendência. Faleceu em Natal, às 24 horas de 26 de fevereiro de 1959, no Hospital Miguel Couto (atual Hospital Universitário Onofre Lopes), sendo sepultado no dia seguinte, com grande acompanhamento de instituições ligadas ao ensino, à cultura e à justiça, recebendo em suas homenagens póstumas discursos de pares como Câmara Cascudo e Rômulo Wanderley (Cascudo; Silva; Medeiros, 1959).

JOÃO ANGYONE COSTA

Pedro Simões Neto Segundo

Alexandre Jardim Rocha

Nascido em Natal em 24 de novembro de 1888, João Angyone Costa passou sua infância e juventude na capital potiguar, onde recebeu sua formação inicial no tradicional Atheneu Norte-rio-grandense. Apesar do curto período de sua vida em terras potiguares, parece que foi construído muitas memórias que ele nunca esqueceu ao longo da vida, tendo um apreço mais singular com seu torrão.

Após concluir o secundário, Angyone se transfere para Belém, onde se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais. Apesar da formação, sua vida profissional se desdobrou no magistério e na pesquisa.

No Pará exerceu cargos de direção e docência na instrução primária; lecionou no Ginásio Paes de Carvalho, na Escola de Agronomia e Veterinária do Pará e, já em trânsito pelo país, ensinou em estabelecimentos dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, bem como na Faculdade de Direito de Niterói.

Sua posição central, porém, consolidou-se no Rio de Janeiro, no Museu Histórico Nacional (MHN), onde atuou como conservador e professor de arqueologia brasileira. O itinerário intelectual de Angyone Costa se deixa apreender por sua bibliografia, dispersa entre livros, ensaios e comunicações técnico-científicas.

Na seção “Do autor”, da 2.^a edição de sua *Introdução à Arqueologia Brasileira* (Companhia Editora Nacional, 1938), ele lista títulos que mapeiam seus interesses e métodos: do inquérito estético-jorna-

lístico *A inquietação das abelhas* (1927), ao compêndio *Arqueologia geral* (1936), passando pelo ensaio *A Ilha da Páscoa no caminho das migrações americanas* (1934), pelo artigo *Civilizaciones pre-colombianas en el Brasil* (1935), e pelos livros *Migrações e cultura indígena* (1938) e a mesma *Introdução à arqueologia brasileira* (1.^a ed., 1934; 2.^a ed., 1938). Acresce a tese *Das inscrições lapidares de fundo indígena*, apresentada no 3.^o Congresso de História Nacional (1938).

Esse repertório mostra conjugar arqueologia, etnografia e história em chave comparativa, com especial atenção à morfologia cultural tupi-guarani. Em seu necrológio (Lima, 1954), na Revista do IHGRN encontram-se ainda outros títulos e temas que ampliam esse escopo: *Uma peça do culto sexual na cerâmica de Marajó* (1941); *O sábio brasileiro Ladislau Neto* (1939); *Roteiro dos Andes* (1940), com impressões de viagens à Bolívia, ao Peru, ao Chile e a Buenos Aires; além de *A América, o Brasil e o Americanismo* (1939).

A variedade sugere um intelectual polivalente, capaz de transitar do laboratório documental ao jornalismo de divulgação, do estudo de repertórios iconográficos indígenas a ensaios de história intelectual e de viagem.

O diálogo de Angyone com a cena artística nacional, mais visível em *A inquietação das abelhas* (1927), também projetou sua voz para fora da arqueologia estrita, fazendo dele um mediador entre os mundos da erudição e da crítica de arte. Em 1927, por exemplo, entrevistou o casal de pintores Georgina e Lucílio de Albuquerque, conferindo um lugar de destaque à artista no contexto da cultura visual brasileira.

Um estudo recente recorda essa entrevista e cita o juízo de Angyone sobre a pintura de Georgina — “foge aos cânones consagrados”, privilegia a “iluminação da fisionomia” e a “movimentação

musical dos seus quadros” como testemunho coevo de sua sensibilidade crítica (Primo *et al.*, 2023, p. 104).

Esse traço de Angyone, de ler o objeto pela sua “movimentação musical”, aproxima o jornalista do etnógrafo que virá a ser: um observador interessado no signo, no estilo e nas práticas, disposto a cruzar fronteiras disciplinares (Costa, 1927).

Se a obra e a circulação nacional e internacional de Angyone qualificam sua figura no panorama brasileiro, é indispensável destacar o vínculo afetivo e institucional com o Rio Grande do Norte. No início da década de 40 há a consolidação de um capital simbólico, seu trabalho é reconhecido no seu Estado de nascimento: ele se torna sócio correspondente do IHGRN em 29 de março de 1941 (e atualmente é um dos patronos da instituição).

Em seu necrológio (Lima, 1954), encontra-se transcrita o fragmento de uma carta datada de 20 de setembro de 1941, enviada ao secretário do Instituto, na qual Angyone declara que “Acredite V. S. e rogo transmitir aos ilustres confrades que entre os títulos com que institutos culturais do país e do estrangeiro me têm distinguido, nenhum me honrou mais do que o do Rio Grande do Norte, onde nasci e jamais esqueci.”.

Na mesma publicação há o registro de algumas filiações que ajudam a dimensionar a rede intelectual que o acolheu: institutos de Antropologia de Roma e de Portugal; Institutos Históricos e Geográficos do RN, do Pará, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul; sociedades geográficas do Chile e do Peru; Instituto Chileno-Brasileiro de Cultura; além da Associação Brasileira de Imprensa e do Conselho de Fiscalização das Exposições Artísticas e Científicas do Brasil.

A atuação de Angyone Costa, portanto, dá corpo a uma trajetória de “diáspora intelectual” potiguar que, sem romper laços com a terra

natal, projetou-se pelos circuitos acadêmicos e culturais do Norte e do Sul do país, e também do exterior.

No plano institucional, sua participação em institutos históricos e geográficos brasileiros e estrangeiros e em sociedades geográficas hispano-americanas aponta tanto para o americanismo como horizonte de comparação quanto para o cultivo de uma rede diplomática do saber, típica do período entre guerras e do pós-1930.

Já no plano editorial, a presença de sua Introdução na “*Brasiliana*” e de artigos em revistas brasileiras e argentinas indica o lugar de Angyone no esforço de construir um passado arqueológico para o Brasil com linguagem acessível e aparato crítico, reunindo bibliografia extensa e cotejando fontes eruditas e relatos de viajantes.

O estilo de escrita de Angyone, ao menos na *Introdução* e em suas peças de divulgação, equilibra o inventário técnico (listas de sítios, classificação de indústrias líticas, descrição de sambaquis e hipogeus) com passagens de história das ideias e síntese etnográfica (famílias linguísticas, organização social, religião e mitos, cerâmica e vida na taba). Essa combinação sugere um projeto de vulgarização qualificada, atento tanto aos procedimentos da pesquisa quanto à necessidade de formar um público leitor para a arqueologia e a etnologia no Brasil.

Na segunda edição de *Introdução*, o prefácio indica algo da recepção: a “rapidez” com que a primeira edição se esgotou é tomada como sinal de um “novo despertar de curiosidade e de estudo em torno da cultura do indígena”, e justifica a reedição expandida com inclusão de subcapítulo sobre alimentação e índices de assuntos, nomes geográficos, tribos, famílias e povos. Trata-se, nas palavras do autor, de um “livro sem pretensão”, voltado não a “resolver”, mas a “incentivar”, confirmando assim a vulgarização qualificada exposta anteriormente (Costa, 1938).

Ainda na mesma obra, a seção sobre a morfologia tupi-guarani explicita um eixo interpretativo: acompanhar vias migratórias, repertórios técnicos (cerâmica, habitação, navegação) e formas de organização social para compreender como “a influência contagiosa” de áreas andinas teria repercutido em grupos tupi em expansão. A passagem articula referências a Garcia e Métraux e demonstra, com linguagem acessível, hipóteses de circulação cultural (Costa, 1938).

Um traço decisivo do método de Angyone, atestado pelas páginas finais, é a extensão e variedade da bibliografia mobilizada. Convivem ali clássicos da etnologia e da arqueologia americanista (von den Steinen, Métraux), naturalistas e geólogos (Hartt, Derby, Branner), cronistas e viajantes (Cardim, Gandavo, Staden), além de produção museológica brasileira (Ladislau Netto, Goeldi). Essa rede de leituras dá à *Introdução* uma espessura intertextual que combina fontes documentais, estudos linguísticos, etnografia e história natural (Costa, 1938).

Além de materializar uma geografia intelectual que atravessa o país. Angyone organiza centros e zonas arqueológicas e, ao fazê-lo, integra a bibliografia clássica (Ladislau Netto, Hartt, Ihering, Nordenskjöld, entre outros) com documentação jornalística e museográfica. O mapa do saber, assim traçado, não é distante do mapa do Brasil, e dialoga com a tradição dos relatórios de exploração, das memórias de museus e das cartas jesuíticas. (Costa, 1938).

Angyone recupera o debate paleontológico europeu para iluminar o caso brasileiro, expondo com clareza o valor dos achados e sua recepção internacional, sempre amarrando a história das ideias à materialidade dos depósitos e à cronologia das escavações. Essa forma de narrar ciência, por camadas e com referências cruzadas, explica por que sua *Introdução* serviu como porta de entrada para estudantes e interessados, inclusive no Nordeste, onde o tema dos sambaquis

JOÃO ANGYONE COSTA

e das inscrições rupestres mobilizou curiosidade e pesquisa. (Costa, 1938).

Em síntese, João Angyone Costa compôs, com estofo e amplitude, uma obra que atravessa fronteiras disciplinares e geográficas. Entre o Rio Grande do Norte de sua infância e juventude e o Rio de Janeiro de sua maturidade acadêmica e jornalística, entre Belém das primeiras experiências profissionais e Buenos Aires das publicações americanistas, sua escrita perseguiu um propósito duplo: documentar criticamente o passado indígena e pré-colonial do Brasil e interpelar o presente com uma linguagem acessível, capaz de formar leitores e abrir caminhos para pesquisas futuras.

Encerrou a vida como arqueólogo, etnógrafo, jornalista e escritor no Rio de Janeiro, onde faleceu em 14 de julho de 1954.

JOÃO VICENTE DA COSTA

Pedro Pinheiro de Araújo Júnior

O desembargador João Vicente da Costa nasceu na Serra do Martins, região oeste do Rio Grande do Norte, em 14 de junho de 1893. Filho do coronel Vicente Lopes da Costa Júnior (1840–1930) e Dona Herculana América de Amorim Costa (1865). Dentre os seus irmãos, se destacaram o padre Antônio Vicente da Costa (1891–1938), vigário em várias paróquias do Seridó, o advogado Vicente Lopes Filho, que era residente na cidade de Santa Cruz, Francisco Lopes da Costa, comerciante em Taperoá, na Paraíba, e Maria Jesuína da Costa Carvalho (1895–1982), moradora em Martins.

Em sua cidade de origem, fez curso primário na Escola Pública do professor Adrião F. de Melo, e posteriormente, cursou sua formação básica no Colégio Santa Luzia, em Mossoró. E por fim, terminou seus estudos no Colégio Santo Antônio e no Atheneu Norte-Rio-Grandense, em Natal. Formou-se bacharel em Direito na Faculdade de Direito do Ceará. Dias antes de receber a diplomação, em 1917, assumiu sua primeira função pública como promotor público da Comarca de Macau.

No mesmo ano, contraiu matrimônio com uma conterrânea, a jovem Maria da Assunção Regalado Costa (1901–1977), conhecida entre os mais íntimos como “Neném da Costa”. O casal martinense teve 11 filhos, dentre os quais, Cristalino Regalado Costa (1927–2006), que trabalhou em Pedro Avelino na seção telegráfica da

Estrada de Ferro Central, o advogado Wilson Regalado Costa, Maria Cristalina da Costa (1919–1980), Raimunda Elsa Regalado Costa (1922–2005), Vicente Lopes da Costa Neto (1925–1975) e Maria Nísia Regalado Costa (1932–2003).

Após assumir o cargo em público em Macau, João Vicente da Costa foi delegado regional na Cidade de Caicó. Além de ter sido eleito deputado estadual em duas legislaturas entre os anos de 1918 e 1923, sendo nesse período ocupado o posto de primeiro secretário do Congresso Legislativo Estadual e líder do governo de Antônio de Sousa. Nos trabalhos legislativos, foi relator do projeto do Código de Processo Civil e Comercial do Estado do Rio Grande do Norte. Em uma das sessões pela qual participou, autorizou o Governo a executar várias medidas para desenvolver a indústria algodoeira.

Nas atividades intelectuais, publicou diversos livros até o fim da vida, se destacando também como colaborador em diversos jornais e periódicos como no jornal *A República*, além de ser cooperador do jornal *A Ordem*, periódico mantido pela Arquidiocese de Natal. Concomitantemente, colaborou em diversos jornais do Estado Potiguar: *Comércio de Mossoró*, *O Mossoroense*, *O Nordeste*, *A Constituição*, *O Vaticano*, *A Imprensa*, *Jornal de Macau*, e *O Seridoense*, de Caicó. Desde meados da década de 1930 era membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, quando ocupou o cargo de suplente de secretário da instituição, com o desembargador Vicente Lemos Filho, sendo por muitos anos “sócio efetivo e benemérito” da instituição centenária e ocupando a cadeira número 74.

Como membro da magistratura da Justiça do Rio Grande do Norte, sua primeira nomeação foi na Comarca de Pau dos Ferros. Nesse período, despachou os primeiros requerimentos para que as mulheres da região exercessem a sua cidadania mediante a participação nas eleições, tornando o estado potiguar pioneiro no protagonismo feminino no Brasil. Em 1926, na passagem pelo Rio Grande do

Norte da Coluna Prestes — Movimento liderado pelos tenentes Luiz Carlos Prestes e Miguel Costa com objetivo de desafiar o governo do presidente Artur Bernardes e propor reformas políticas e sociais —, ocorreu um incêndio no Cartório Público Judicial da Vila de São Miguel, termo da Comarca de Pau dos Ferros. Desse modo, o juiz João Vicente da Costa instaurou um processo para apurar as causas do incêndio. Na autuação endereçada ao juiz distrital de São Miguel, emitida em 18 de fevereiro de 1926, foram solicitadas as informações sobre o incêndio promovido “por um grupo da numerosa horda de rebeldes que, no dia 4 do corrente, invadiu esse município”. Em vista disso, Vicente da Costa solicitou informações detalhadas do ocorrido, se o incêndio foi total ou parcial, ou quais objetos e arquivos foram atingidos.

Segundo alguns jornalistas contemporâneos, entre 1926 e 1927, o juiz João Vicente da Costa foi uma das autoridades responsáveis por defender a região oeste em relação à Coluna Prestes e aos combates contra os grupos de cangaceiros. Anos mais tarde, entre as décadas de 1930 e 1940, Vicente da Costa assumiu o cargo de juiz da Comarca de Ceará-Mirim. Em 1944, participando ativamente da sociabilidade local, o monsenhor Celso Cicco, vigário de Ceará-Mirim, listou as autoridades da cidade que haviam contribuído nas obras e reformas da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, e dentre elas se destacava o juiz da cidade, João Vicente Costa. Além disso, o magistrado fazia parte da diretoria de honra do Centro Esportivo e Atlético, da mesma cidade.

Em 16 de novembro de 1946, foi novamente transferido por ato de Ubaldo de Melo, Interventor Federal no Rio Grande do Norte, para assumir o cargo de juiz de direito da 2ª vara da Comarca de Natal, em substituição ao juiz João Francisco Dantas Sales, onde permaneceu na atuação da magistratura do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, indo residir com a família no bairro do Alecrim, na avenida

Alexandrino de Alencar. Na posse como novo juiz na capital, em 28 de janeiro de 1947, declarou a sua “exclusiva dedicação aos elevados interesses da justiça, à margem quaisquer sentimentos pessoais ou partidários, incompatíveis com a função judicial. Esta orientação, em que espero ver sempre desenvolvida a atuação funcional e forense”.

Um pouco tempo depois, Vicente da Costa ascendeu na magistratura ao assumir o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, eleito em 1953 para as funções de corregedor geral do Fórum da Comarca de Natal. Concomitantemente, atuou também como professor de Teoria Geral do Estado, na Faculdade de Direito de Natal. Pela publicação em 1959 do livro *Clóvis Beviláqua: o projeto do Código Civil Brasileiro*, o referido desembargador recebeu do ministro da educação do governo Juscelino Kubitschek, Clóvis Salgado da Gama, um diploma e uma medalha comemorativa ao centenário de Clóvis Beviláqua. Ademais, o magistrado solicitou sua aposentadoria da magistratura em maio de 1963, após mais de quatro décadas dedicadas ao funcionalismo público, sem, no entanto, parar de escrever sobre vários temas locais e nacionais, como se apresenta, logo mais abaixo, na sua bibliografia.

Ademais, em 1964, o professor e magistrado foi homenageado pelos doutores Otto Guerra e Paulo de Viveiros, membros da Faculdade de Direito de Natal, em virtude da aposentadoria compulsória de João Vicente da Costa daquela instituição. O magistrado aposentado faleceu em Natal, aos 89 anos, em 5 de agosto de 1982, sendo sepultado no Cemitério Parque. Os seus colegas e amigos do IHGRN o fizeram uma justa homenagem na sessão solene dos 81 anos da instituição. Por fim, em seu necrológio, o escritor e conterrâneo do ilustre desembargador, Raimundo Nonato da Silva (1907–1993), o descreveu como “um dos raríssimos juízes do Estado, a quem a ousadia de uma parte jamais se atreveria a formular um pedido ou fazer uma

insinuação na demanda de uma causa. Fato que vale por nobilitante patrimônio da integridade do julgador norte-riograndense”.

Publicações Brasil Nordeste — Oeste Potiguar. Natal: Editora Universitária, 1976. 30p; Clóvis Beviláqua: o projeto do Código Civil Brasileiro — Rui e Clóvis, Aspectos Jurídicos e Filosóficos — Ideias e Livros de Clóvis. Natal: Revista do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, 1959. 24p; Desembargador Antônio Soares de Araújo: centenário do nascimento. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Natal: IHGRN, 1979–1980. p. 57–64. v. LXXI a LXXII. p.15–21; Justiça nacional: federalização da justiça e imunidade tributária. Natal: Revista do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, v. 116, n. 1, out/dez 1955v. 29–33p; O governo Ferreira Chaves. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Natal: Centro de Imprensa S.A., 1960. v. LIII. p.73–79; O fenômeno do banditismo: Lampião em Mossoró, 1927. A República. Natal, 1937; Pela Justiça: jurisprudência, doutrina, legislação, inclusive o texto revisto e anotado da Constituição Federal. Rio de Janeiro: Editora Alba, 1929; O município de Ceará-Mirim. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Natal: Typographia Galhardo, 1946. p. 57–64. v. XXXVIII a XL; Ensaios escolhidos: vultos e fatos da História do Rio Grande do Norte. Natal: Clima, 1983, 82p.

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

Bruno Balbino Aires da Costa

Francisco Firmino Sales Neto

O escritor Luís da Câmara Cascudo nasceu na cidade do Natal, em 30 de dezembro de 1898, vindo a falecer, na mesma cidade, em 30 de julho de 1986. Único filho sobrevivente do casal Francisco Justino de Oliveira Cascudo e Ana Maria da Câmara Pimenta, beneficiou-se do sucesso comercial paterno e obteve uma formação educacional privilegiada. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, em 1928. Antes, entre 1918 e 1922, esteve matriculado nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, sem concluir a formação médica. Data desse período de formação, o início de sua atividade intelectual na imprensa, em 1918; a publicação de seus primeiros livros, a partir de 1921; e o estabelecimento de suas primeiras redes intelectuais com escritores de expressão nacional radicados em cidades como Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

Ao longo de sua trajetória intelectual, destacou-se por sua versatilidade no que se refere à produção de conhecimento. A publicação de seus inúmeros artigos e livros em diferentes áreas do saber — história, geografia, folclore, etnografia, crítica literária etc. — atestam uma de suas facetas biográficas mais relevantes, qual seja, a de escritor polígrafo. Não foi por acaso que ocupou importantes posições de destaque em diversas agremiações científicas e culturais de prestígio nacional e internacional, inclusive, criando ele próprio instituições

culturais, como a Academia Norte-rio-grandense de Letras, em 1936; e a Sociedade Brasileira de Folclore, em 1941.

Como historiador, a despeito de não ser formado em história, Luís da Câmara Cascudo fez parte de diversas instituições voltadas à preservação e à produção do saber histórico, com ênfase nos Institutos Históricos e Geográficos distribuídos pelo território nacional. Tornou-se membro do Instituto do Ceará, em 1924; do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), em 1927; e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1934. Posteriormente, vinculou-se a praticamente todos os Institutos Históricos então existentes nos estados brasileiros. Sua inserção nessas instituições caracterizou-se por uma intensa rede de correspondência com outros intelectuais, bem como pela publicação de diversos artigos em importantes jornais e revistas de circulação nacional e internacional. Uma parte significativa da produção de Câmara Cascudo sobre o Brasil foi veiculada por meio dessas colaborações institucionais — material posteriormente catalogado por Zila Mamede, resultando na publicação de três longos volumes bibliográficos que expressam a ampla produtividade intelectual cascudiana.

Em termos de concepções de história, Luís da Câmara Cascudo não se distanciou da cultura historiográfica, dita “tradicional”, presente nos Institutos Históricos, aos quais estava vinculado. Por outro lado, não é possível enquadrá-lo em uma única perspectiva ou escola histórica. Sua concepção de história, longe de ser homogênea, é múltipla. Ele se utilizou de várias matrizes do campo historiográfico, mesclando visões de história que vão dos antigos aos modernos. Em sua biblioteca, que nomeou de sua *Babilônia*, é possível identificar autores de distintas vertentes literárias, filosóficas e historiográficas, tais como: Homero, Aristóteles, Cícero, Giambatista Vico, Seignobos, Toynbee e muitos outros.

Nesse sentido, a abordagem sobre a compreensão de história de Câmara Cascudo não pode ser entendida de maneira unidimensional, mas sim plural, razão pela qual não se pode encerrá-lo em uma única concepção historiográfica. Como costumava afirmar, entendia ser ele próprio seu método, na medida em que evitava filiações diretas e buscava ler e assimilar diferentes autores e perspectivas teórico-metodológicas, por vezes divergentes, conciliando-as em seus escritos. Cascudo, portanto, não foi apenas positivista, metódico, historicista, romântico, ele soube, ao seu modo, convergir e aproveitar as contribuições que essas percepções do conhecimento histórico puderam fornecê-lo. E é nessa pluralidade e ecletismo teórico que se pode situar suas visões sobre a história.

Foi nos anos de 1940, que Luís da Câmara Cascudo desenvolveu suas principais reflexões sobre a natureza do saber histórico, publicando diversos artigos no jornal local *A República*, como *História e Historiadores*, *História e Estórias*, *História, escola da compreensão*, *O Documento viverá*, e *A Função dos Arquivos* (este último na *Revista do Arquivo Público do Recife*). Embora não tenha elaborado livros de perfil teórico, em que tenha explicitado suas compreensões conceituais de modo mais sistemático, Cascudo deixou entrever nesses textos em periódicos como abordava questões centrais do campo da historiografia, como a função social da história, o papel do historiador, a natureza dos documentos e a importância dos arquivos. Sua concepção historiográfica era fortemente marcada pelo historicismo de matriz alemã, em especial pelo pensamento de Wilhelm Dilthey, mantendo afinidades com a escola metódica e com a tradição herodoteana.

Em seu artigo *História, escola da compreensão* (1943), Cascudo definiu a história como uma “escola da compreensão, da tolerância e da simplicidade”. Tal definição revela uma abordagem romântica e consoladora do passado, segundo a qual a história não possui um

papel crítico ou revolucionário, mas sim terapêutico e conciliador. Influenciado por correntes historicistas do século XIX, Cascudo concebia o passado como um tempo ordenado e harmônico, cujos eventos e sujeitos exemplares deveriam ser resgatados e imortalizados. Assim, rejeitava a concepção marxista de história como campo de contradições e luta de classes, preferindo a ideia de continuidade e repetição dos comportamentos humanos ao longo do tempo.

O passado, para Cascudo, era compreendido como espelho do presente. Ele afirmava que o “Homem é o mesmo de sempre”, reiterando a noção de permanência da condição humana. Nesse sentido, a história serviria para consolar o presente, oferecendo ao indivíduo a consciência de que seus dilemas e sofrimentos já foram vividos por outros. Tal visão conferia à história uma função espiritual e quase metafísica, que anima, aconselha e resgata a memória como forma de reintegração do sujeito consigo mesmo. Essa dimensão espiritual da história remete à ideia hegeliana do “espírito” como força que move os acontecimentos, bem como à noção de *Geschichte*, que une o acontecimento e sua narração como totalidade significativa.

Ao tratar sobre essa ideia de história, Cascudo a entendia como mestra, não no sentido dos antigos *Historie*, mas no sentido alemão *Geschichte*, indicando que era a história em si, enquanto um saber que designava, ao mesmo tempo, o acontecimento e o relato, que ensinava, e não uma narrativa particular, tal como concebia Cícero, com uma pedagogia para o presente. Daí a grande ressonância do historicismo na escrita cascudiana: pensar a história *Geschichte*, enquanto uma totalidade, um espírito, que colocaria aquele que a apreende de maneira compreensiva em um “estado propício à formação” que deve influir no futuro.

Luís da Câmara Cascudo não partilhava da crença ciceroniana da história, *Historia Magistra Vitae*, de que o historiador não apenas instrua, mas também profira sentenças e juízos, sendo também

obrigado a julgar. No pórtico do livro *História da cidade do Natal* (1947), Cascudo escapou dessa concepção colocando-se distante da tarefa de conferir qualquer julgamento ao passado, tendo em vista que, para ele: “o precioso da História é a documentação para o futuro e não o juízo decisivo e peremptório”. Cascudo dizia não julgar e não atribuir sentenças ao passado, todavia, quando construía uma narrativa historiográfica, o julgamento e a sentença se inscreviam na própria história que escrevia. Ao fazer crer que não julgava o passado, Luís da Câmara Cascudo se distanciava da percepção ciceroniana, daí porque não se pode enquadrá-lo como intelectual que se embebeu dessa perspectiva da história. Antes, para ele, o documento era o que assegurava a verdade em história, possibilitando às gerações futuras entenderem o passado. É por isso que o historiador, em sua leitura, não poderia julgar, mas sim preparar o caminho através da documentação para outros estudiosos no futuro. Isso explica o lugar central que o arquivo ocupa nesse tipo de produção do saber histórico.

Em seu artigo sobre a função do arquivo, ele o definiu como a “casa da história”, uma metáfora que associava o arquivo à pureza, à interioridade e à proteção contra os interesses mundanos. Nesse espaço de silêncio e resguardo, a história estaria em estado de latência, pronta para ser evocada pelo historiador. Tal imagem reforça sua concepção romântica do documento como testemunho “natural” do passado, desvinculado de interesses ideológicos ou pragmáticos. Sua escrita buscava não apenas reconstruir o passado, mas atribuir-lhe um sentido consolador, imortalizador e identitário, orientado por uma visão elitista da sociedade e por uma concepção harmônica da história enquanto continuidade e não como conflito.

Profundo conhecedor dos arquivos, especialmente norte-rio-grandenses, Cascudo imprimiu um significativo rigor factual em seus escritos, destacando datas, nomes e episódios com bastante precisão

documental. Esse nível de precisão foi obtido através de um amplo esforço de pesquisa nos arquivos e de uma peculiar capacidade de diálogo com diferentes segmentos intelectuais e sociais, manifestos no uso de cadernetas para anotações de informações coletadas (ainda hoje existentes em seu espólio intelectual); no uso de cartas “perguntadeiras” para consultar amigos e informantes espalhados pelo Brasil e pelo mundo (também disponíveis em seu espólio); no hábito de realizar viagens e, na ocasião, também fazer pesquisas em instituições e acervos ali existentes; e na solicitação de reproduções de publicações e documentos indisponíveis em Natal. A despeito do seu rigor documental, Luís da Câmara Cascudo não costumava referenciar as fontes que utilizava, preferindo mencioná-las genericamente no corpo do texto.

O fascínio de Cascudo pelo arquivo, pela documentação e pela figura do herói evidencia uma convergência entre o historicismo, a escola metódica e a tradição clássica. Como profundo leitor dos clássicos da Antiguidade, há também uma clara filiação de Luís da Câmara Cascudo à tradição de Heródoto, cuja função do historiador seria a de conservar a memória dos feitos notáveis, por ele vistos ou ouvidos, para que não caíssem no esquecimento. Por esse modo, como historiador, seu papel era fazer memória de fatos passados, cujos registros se encontravam adormecidos em documentos arquivados ou em tradições orais que se esvaíam face à morte de informantes privilegiados. Porém, Cascudo delimitou o escopo daquilo que merecia ser lembrado: apenas os acontecimentos e sujeitos “memoráveis” que, para ele, em grande medida, seriam os representantes das aristocracias. Sua narrativa histórica foi, com efeito, seletiva, excludente e orientada por um ideal de identidade social ancorada nas elites dirigentes, o que reforça sua visão conservadora e antagonista à modernidade capitalista.

Ao fazer da história um gesto de memória, Cascudo desenvolveu uma outra faceta relevante de seu trabalho historiográfico: a ênfase nos sujeitos, resultando em incontáveis produções biográficas em livros, opúsculos e, sobretudo, crônicas jornalísticas. Livros dedicados a personalidades políticas, como figuras nacionais do Império (Conde D’Eu e Marquês de Olinda) e da República no Rio Grande do Norte (Pedro Velho e Jerônimo Rosado), evidenciam seu entendimento de história como “registro cronológico dos fatos memoráveis”, na medida em que destacam a atuação de homens cujo impacto social entendia ser digno de registro. Sua intenção era evitar o que chamou de “poeira do esquecimento”, entendido por ele como uma dupla morte, fazendo de sua escrita histórica uma batalha a ser travada contra os efeitos deletérios do tempo. Essa história-memória de homens notáveis que, mais tarde, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte enfeixou nos diversos volumes do *Livro das Velhas Figuras* de Cascudo, dão conta de uma infinidade de sujeitos, especialmente políticos, médicos, juristas, engenheiros, clérigos etc.

Ao mesmo tempo, nessas crônicas jornalísticas, especialmente na coluna *Acta Diurna*, publicada no jornal *Diário de Natal*, a partir de 1939, Cascudo abriu espaço para alguns personagens menos conhecidos e, por vezes, às margens sociais das elites econômicas e políticas, revelados em seu cotidiano e no exercício de suas práticas culturais — o que tem levado alguns leitores de Cascudo a o posicionarem como um precursor da história cultural e do cotidiano. Mais que um pioneirismo, essa abordagem coloca em relevo uma proximidade de sua produção histórica a sua atuação folclórica e etnográfica, na qual a cultura era definida como uma “contemporaneidade do milênio”, isto é, como uma experiência de continuidade temporal. Nesse sentido, cultura e memória aparecem como categorias centrais nos textos de Cascudo, mobilizadas para elaborar suas compreensões de tempo e espaço, de modo a respaldar seu próprio método de estudo, por ele

sentenciado na expressão “dou fé”, isto é, garantido pela observação direta — seja dos documentos escritos consultados, seja do acesso às práticas culturais registradas — de um passado que se faz presente.

Sobre a noção de espaço, está uma última dimensão a ser observada na escrita da história de Câmara Cascudo. Mais uma vez, ele não elaborou reflexões sistematizadas sobre qual entendimento possuía acerca do conceito. Todavia, recorrentemente, utilizou o espaço como premissa para estudos de conteúdo histórico-cultural, como em *Geografia dos Mitos Brasileiros* (1947) e *Geografia do Brasil Holandês* (1956), nos quais recortou o espaço por meio das divisões administrativas do território. Em seus escritos sobre a história das cidades, por exemplo, essa percepção espacial se fez bem evidente, ao considerar o recorte geográfico municipal como circunscrição historiográfica. Essa abordagem pode ser observada nos estudos sobre as cidade do Natal (1947), Santana do Matos (1955) e Mossoró (1955), nos quais adotou uma perspectiva espaço-temporal como delimitação para a escrita da história. O Cascudo historiador dos espaços é, por esse modo, um historiador das cidades, por vezes contratado para a elaboração de livros sínteses, como fez ao publicar a *História da cidade do Natal* (1947) e a *História do Rio Grande do Norte* (1955) — ocasiões em que foi contratado pelo prefeito e governador de sua terra natal, Sylvio Pedroza, para esse fim autoral, tendo recebido o título de “Historiador Oficial da Cidade do Natal”, em 1948, por iniciativa desse mesmo gestor municipal.

Não obstante, a leitura dessas histórias geograficamente localizadas revelam um conjunto de posições identitárias, segundo as quais a história de um lugar confere elementos para a construção de vínculos de pertencimento sociais — muito semelhante ao entendimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Por diversas vezes, o próprio Cascudo assumiu publicamente esse vínculo telúrico com a cidade onde nasceu e viveu, chegando a assinar correspondências com

o nome *Luís Natal* e, ao final da vida, sentenciando a importância de seu esforço historiográfico: “Enfim, fui fiel a minha cidade. Recife não tem uma história, João Pessoa não tem uma história, Fortaleza não tem uma história, Rio de Janeiro não tem uma história, Natal tem. *História da cidade do Natal*, que eu escrevi, lá está a minha cidade evocada por mim, que aqui nasci.”

Esse lugar social do historiador Luís da Câmara Cascudo é, pois, a referência central para a leitura e a reflexão de seus escritos no campo da história. Sua formação cultural e sua inserção social privilegiadas lhe permitiram construir, a partir de Natal/Rio Grande do Norte (ou, como ele preferia dizer, a partir *da Província*), uma obra que integrou conhecimentos empíricos locais, percepção de conjunturas político-econômicas nacionais e a apropriação e o uso de referências teóricas globais. Por esse modo, a posição intelectual de Câmara Cascudo na historiografia brasileira vinculada aos Institutos Históricos, a complexidade teórico-metodológica de sua concepção de história e a acuidade de sua análise documental fazem de sua obra uma narrativa incontornável para estudiosos e pesquisadores interessados na história do Rio Grande do Norte e na cultura brasileira.

Publicações Histórias que o Tempo Leva... (Da História do Rio G. do Norte) (1924); A Intencionalidade no Descobrimento do Brasil (1933); O Mais Antigo Marco Colonial do Brasil (1934); Notas Para a História do Ateneu (1937); Governo do Rio Grande do Norte (Cronologia dos capitães-mores, presidentes provinciais, governadores republicanos e interventores federais, de 1897 a 1939) (1939); História da Cidade do Natal (1947); Os Holandeses no Rio Grande do Norte (1949); História do Rio Grande do Norte (1955); Notas e Documentos para a História de Mossoró (1955); Notas Para a História da Paróquia de Nova Cruz (1955); Notícia Histórica do

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

Município de Santana do Matos (1955); História da Alimentação no Brasil (1963); História da República no Rio Grande do Norte (1965); Nomes da Terra: História, Geografia e Toponímia do Rio Grande do Norte (1968); Uma História da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (1972); Movimento da Independência no Rio Grande do Norte (1973); Breve História do Palácio Potengi (1978)

RAIMUNDO NONATO DA SILVA

Honório de Medeiros

Um menino de doze anos, nascido em 18 de agosto de 1907, arrasta sua sandália de couro se desmanchando na estrada poeirenta calcinada pelo sol inclemente.

Para trás fica o passado e sua Martins onde nasceu, no Sítio Trincheiras. Por companhia, sua mãe.

Plena seca. Bichos mortos ladeiam o caminho. O mato coberto de poeira acinzentada o horizonte.

Não há ninguém até onde a vista alcança. Alguns poucos ficam para trás. O destino é Mossoró. O destino possível. O destino ansiado. O ano, 1919.

Na Serra do Martins trabalhou nos roçados, bolandeiras, casas de farinha. Depois, vendeu pão. Trabalhou como comboieiro. Em Mossoró, analfabeto, começou como engraxate. Amassou cigarro, foi empregado em restaurante e caixeiro numa bodega do Mercado Público.

Então, resolveu estudar. Não se curvou aos que lhe disseram: “estudo é coisa para gente rica, de posição, de família” (...) Aprendeu a ler. Entrou para a Escola Normal, instituição elitista.

No final do curso, mesmo sendo o melhor estudante dentre os alunos concluintes, não conseguiu ser orador de sua turma: alguns colegas barraram-lhe o direito natural, alegando sua falta de representatividade social.

RAIMUNDO NONATO DA SILVA

Professor primário. Professor de português. Fez curso de Educação Física no Rio de Janeiro. Em 1935, após concurso público, tomou posse como catedrático na Escola Normal na mesma cidade que o acolheu. Por longos anos esteve diretor da Escola de Comércio União Caixeiral, embrião da futura Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.

Não parou. Fez o curso de Direito e concurso público para Juiz. Aprovado, foi nomeado para a Comarca de Apodi. Depois, se aposentou e seguiu para o Rio de Janeiro, onde faleceu aos oitenta e seis anos.

Ao longo dos anos pertenceu a muitas instituições: Comissão de Folclore do Rio Grande do Norte, Instituto Genealógico Brasileiro, Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, Associação Brasileira de Imprensa, União Brasileira de Escritores, Academia Norte-rio-grandense de Letras, Ordem dos Advogados do Brasil, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte...

Escreveu mais de setenta livros. Não se sabe, com precisão, quantos. É possível que não haja esse registro.

Com seu primeiro livro, “O Quarteirão da Fome”, de 1949, estreou como escritor.

Raimundo Nonato foi um escritor predestinado. Câmara Cascudo percebeu. Em uma *Acta Diurna*, publicada no livro cujo título é *Raimundo Nonato, o Homem e o Memorialista*, organizado por José Augusto Rodrigues e publicado em 1987, pela Coleção Mossoroense, para o qual contribuiu a fina flor dos escritores norte-rio-grandenses da época, em homenagem aos 80 anos do escritor Martinense, consta:

Vida movimentada e curiosa. Está em São Miguel de Pau dos Ferros, 1927/28. (...) 1929/30 está em Serra Negra, até a Revolução de outubro, com a invasão dos bandos que

exigem comida, bravateando. (...) Finalmente transferem-no para Mossoró, em 1931. Apodi, um ano depois.

Alguma coisa escapou ao olhar atento de Luís da Câmara Cascudo?

Eis a predestinação de Raimundo Nonato, flagrada e descrita pelo mestre: Raimundo em São Miguel, e, depois, escreveu *Os Revoltosos em São Miguel 1926*; Raimundo em Serra Negra do Norte, e, depois, escreveu *A Revolução de 30 em Serra Negra*; Raimundo em Mossoró e, depois, veio *Lampião em Mossoró*, o primeiro livro escrito por um potiguar acerca do Cangaço.

Alguns livros seus são fundamentais: *Província Literária* (ensaios) — 1953; *Aspectos do Teatro em Mossoró* (história) — 1967; *O Movimento Abolicionista de Mossoró e sua Repercussão Internacional* (história) — 1977; *História Social da Abolição em Mossoró* — 1983; *Bacharéis de Olinda e Recife* — 1960; *Jesuíno Brilhante, o Cangaceiro Romântico* — 1970; *Estórias de Lobisomem* — 1952; *Memórias de um Retirante* — 1957; *Lampião em Mossoró* — 1955; *Os Revoltosos em São Miguel* — 1967; *O Calepino Potiguar* — 1980; *A Revolução de 1930 em Serra Negra* — 1956; *Serra do Martins* — 1978; *Negociantes e Mercadores* — 1956; *Terra e Gente de Mossoró* (pesquisa acerca do 30 de Setembro de 1883) — 1967; *Presença Norte-Rio-Grandense na Alçada Pernambucana* — 1971.

Raimundo Nonato é um portento: memorialista, folclorista, romancista, poeta, historiador, cronista, ensaísta, biógrafo, etnógrafo, jornalista, conferencista...

Nonato foi o primeiro escritor norte-rio-grandense, salvo algum equívoco, a escrever acerca do Cangaço (*Lampião em Mossoró*); Coluna Prestes (*Os Revoltosos em São Miguel 1926*); e Revolução de 1930, no Rio Grande do Norte (*A Revolução de 30 em Serra Negra*), bem como o primeiro escritor a lançar uma biografia, por instigação

de Câmara Cascudo, de Jesuíno Brilhante, o Primeiro dos Grandes Cangaceiros (*Jesuíno Brilhante, O Cangaceiro Romântico*).

É, ou deveria ser, com méritos, o patrono dos estudiosos do cangaceirismo no nosso Estado.

Há quem lhe negue talento estilístico. Pode ser. Quem há de negar, entretanto, sua importância como historiador e memorialista?

Ubíquo, prolífico, atento, presença certa durante um longo tempo no meio intelectual potiguar, até mesmo brasileiro, integrante de tantas quantas instituições culturais houve, e fundador de tantas e quantas outras, Raimundo Nonato da Silva, apesar de tudo isso, marcha lentamente para aquele limbo onde habitam os escritores que o tempo encaminhou para a penumbra.

Merece, sem dúvida, um estudo de sua vida e obra que é, a seu modo, um painel instigante, um retrato à contraluz, do Rio Grande do Norte no qual viveu, e de onde nunca se afastou sentimentalmente, mesmo quando passou a residir no Rio de Janeiro.

Sobrevive, ainda, graças a leitores contumazes, pesquisadores renitentes, estudiosos teimosos que às vezes, por dever de ofício, outras vezes por curiosidade malsã, percorrem sebos em busca de um ou outro título citado em nota de rodapé.

Entretanto, ninguém há de escrever acerca do cangaceirismo no território potiguar, sem consulta-lo. Diga-se o mesmo quanto à abolição em Mossoró, ou mesmo a passagem da Coluna Prestes no nosso Estado, ou a Revolução de 30, este livro, por sinal, valioso até mesmo por um relato incidental, mas nem por isso menos importante: as relações entre os coronéis da época, fundamental para proteger Serra Negra do Norte ante a invasão iminente dos revolucionários.

A Revolução de 30, aqui no Nordeste, Rio Grande do Norte, sabem alguns poucos, foi uma briga de coronéis que se estendeu até o Estado Novo...

É como disse Mauro Mota, da Academia Brasileira de Letras, em texto constante do livro supramencionado, publicado em sua homenagem:

Eis a chave da carreira de Raimundo Nonato: a fidelidade ao ambiente. Não quer dominar o mundo. E por isso é dono do seu espaço no Rio Grande do Norte. Como o sente e como sabe interpretá-lo bem. Sem fumaças de sociologia, e trazendo apreciável subsídio sociológico. Sem mania de erudição, e ensinando tanta à gente. Sem “castigar o estilo” e a comunicação fazendo-se limpa, direta, sem afetação.

Enfim: a vasta obra de Raimundo Nonato da Silva, o menino pobre nascido na Serra da Conceição, Martins, Sítio Trincheira, e sobrevivente a duros custos, amante dos livros, escritor, alguém que mais do que qualquer outro, excetuando Luis da Câmara Cascudo, foi uma testemunha do seu tempo, não merece o esquecimento.

Publicações Quarteirão da Fome (1949, Romance); Estórias de Lobisomem (1951, Folclore); Roteiros da Zona Oeste (1952, Ensaio); Mossoró no Espaço e no Tempo (1952, Conferência); Província Literária (1953, Crônicas); História dos Monumentos e Praças de Maceió (1954, História); Lampião em Mossoró (1954, História); Aduito Câmara (1955, Conferência); A Revolução de 30 em Serra Negra (1956, História); Negociantes e Mercadores (1956, Ensaio); Memórias de um Retirante (1957, Memórias); Figuras e Tradições do Nordeste (1958, Folclore); O Pilão (1960, Etnografia); Bacharéis de Olinda e Recife (1960, História); Jornalista Martins de Vasconcelos (1960, Biografia); Zona do Pôr do Sol (1964, Memórias); Os Revoltosos em São Miguel (1967, História); Memórias de Duas Épocas (1967,

Memórias); Aspectos do Teatro em Mossoró (1967, História); Terra e Gente de Mossoró (1967, História); A Escola de Outro Tempo (1968, História); Cartas de um Desconhecido (1969, Biografia); Jesuíno Brillhante, o Cangaceiro Romântico (1970, História); Uma Tarde na Vida da Academia (1970, Memórias); Presença Norte-rio-grandense na Alçada Pernambucana (1971, História); Jocelyn Vilar (1972, Biografia); O Centenário de “O Mossoroense” (1972, História); A Escola Normal de Mossoró (1973, História); Ruas, Caminhos da Saudade (1973, Ensaio); Somando os Dias do Tempo (1973, Memórias); Poço das Pedras (1973, Romance); Evolução Urbanística de Mossoró (1974 ou 1975, Ensaio); Gerações do Meu Tempo (1975, Memórias); Lima Barreto (1976, Biografia); O Movimento Abolicionista de Mossoró e sua Repercussão Internacional (1977, Ensaio); Alcides Fernandes (1977, Biografia); Visões e Abusões Nordestinas (I Volume) (1977, Folclore); Serra do Martins (1978, História); À Sombra dos Tamarindos (1978, Biografias); Visões e Abusões Nordestinas (II Volume) (1978, Folclore); Calepino Potiguar (1980, Folclore); Dix-Sept Rosado (1981, Biografia); Entre Livros (1981, Ensaio); Árvores de Costado (1981, Memórias); O Maçom Tiradentes (1982, História); Almino Tavares Afonso, uma Voz do Apocalipse no 30 de Setembro (1982, Biografia); História Social da Abolição em Mossoró (1983, História); As Miragens da Estrada do Sal (1988, Memórias); Conversa à Luz das Piracas (1988, Memórias); Quando Cai o Nordeste (1988, Memórias); Diocese de Santa Luzia de Mossoró (1988, História); Varal das Memórias (1988, Memórias); Estrangeiros e Mossoró (1988, Memórias); Relembração do Tempo e da Vida (1988, Memórias); Os Arrancadores da Arca da Botija (1989, Memórias); Vidas Errantes (1989, Memórias); Reencontro com as Imagens do Tempo I (1990, Memórias); Reencontro com as Imagens do Tempo II (1990, Memórias); Reencontro com as Imagens do Tempo III (1990, Memórias); Reencontro com as Imagens do Tempo

IV (1990, Memórias); As Andanças de um Cambiteiro de Cana (1991, Memórias); O Romeiro do 30 de Setembro, Viagens do Rio de Janeiro a Mossoró (1991, Memórias); A Janela do Tempo, Memórias de meus Remotos Dias (1991, Memórias); O País de Mossoró (1992, Memórias). Títulos da Coleção Mossoroense, sem data localizada: Entre Sol e Poeira (Memórias); O Advogado Gilberto Studart Gurgel (Memórias); Viagem pelo Vale da Solidão, Vol. 1 (Memórias); Viagem pelo Vale da Solidão, Vol. 2 (Memórias); O Toque de Silêncio (Memórias); A Casa de Pedra das Trincheiras (Memórias); Ouvindo as Pancadas do Mar (Memórias); O Vento do Nordeste (Memórias); Nonato, Madeira que o Cupim não Rói (Memórias); A Enchente, As Águas Rolam das Serras (Memórias).

HÉLIO MAMEDE DE FREITAS GALVÃO

Ariane de Medeiros Pereira

Ao nos debruçarmos pela figura de Hélio Mamede de Freitas Galvão, ou como é mais celebrado pelos jornalistas: “Hélio Galvão”, é caminhar pelo autor social com um grande legado para a produção historiográfica do Rio Grande do Norte.

É encantar-se com sua história de vida pessoal e profissional. Saber que um homem carregava consigo suas raízes e o gosto pelo que o toca em suas premissas de vida. Todo ser humano é carregado de experiências sociais e pelo meio o qual o cerca. Podemos afirmar, que Hélio Galvão caminha por essas naturezas. Um homem de pouco falar, mas de grandes ações.

Hélio Galvão nasceu em 18 de março de 1916, em Tibau do Sul, pertencente na época a Goianinha, cercada pelo Oceano Atlântico ali desabrocharia para sua vida intelectual como um estudioso do cotidiano do Rio Grande do Norte em suas espécies naturais e sociais.

Os anos de 1916 no Brasil e no Rio Grande do Norte já eram sintomáticos do pensamento moderno e progressista que surgia embalado pelos ideais republicanos (Daou, 2000. p. 24–25). De modo que, Hélio Galvão nascia em um momento em que a escrita se tornava um elo de poder e de constituição de uma identidade.

Antes de se dedicar ao mundo das letras e de sua formação ao ensino superior; Hélio Mamede de Freitas Galvão casou-se aos vinte anos com Ilíria Tavares Galvão que era sua prima. O casamento

aconteceu na cidade de Pedro Velho/RN. Da união do casal nasceram quatorze filhos, sendo: oito filhos e seis filhas.

Para Hélio Galvão sua união com Ilíria Galvão foi “abençoada por Deus” (Redação. Hélio Galvão (1916–1981): o saber como herança. Tribuna do Norte. p.1. 2006). Como podemos perceber Hélio Galvão era um ser humano que preserva por sua família e pela constituição sólida de uma estrutura familiar.

Seguiu com um casamento entre o próprio seio familiar na qual sua esposa era sua prima. Talvez, por sua proximidade em parentesco proporcionou ao casal enamorar-se e construir uma família numerosa. Mas, conforme o próprio Hélio Galvão “abençoada por Deus”. Daí, podemos perceber sua alegria e sua gratidão com os quarenta e cinco anos de matrimônio que ambos desfrutaram.

Os anos que seguiram Hélio Galvão se dedicou ao mundo das letras. Estudou na Escola Normal de Natal essa era uma escola que preparava pessoas ao mundo do ensino. Podemos perceber que o interesse de Hélio Galvão já era se dedicar ao mundo de formar cidadãos e contribuir com a sociedade na qual vivia.

Podemos entender, também, que ele vinha de uma família que preserva por uma formação formal nas letras e, que, portanto, privilegiou o estudo de Hélio Mamede de Freitas Galvão. Nosso pensar não se engana quando entre as décadas de 1940 a 1950 encontramos nosso ator social lecionando “Português, História do Brasil e Literatura Nacional na tradicional Escola de Comércio de Natal” (Redação. Hélio Galvão (1916–1981): o saber como herança. Tribuna do Norte. p.1. 2006).

Vejamos que Hélio Galvão lecionava componentes curriculares que lavavam as pessoas a pensarem sobre o mundo, a sociedade e o meio ambiente.

A Escola de Comércio de Natal tinha como finalidade a formação de seus alunos no curso de contabilidade, curso que antes, somente

poderia acontecer em alguns centros como Recife e Salvador. Vejamos que: Hélio Galvão lecionava em uma escola tradicional de Natal que existia a vinte e três anos; praticamente com sua mesma idade de experiência de mundo. Hélio se dedicava a fazer os alunos a pensarem para o simples e complexo movimento dos números.

Instruía-os a pensar sobre a vivência e a letras. Daquela escola saíram diversas pessoas que passaram a atuar no Estado do Rio Grande do Norte (Assembleia do RN. Centenário de fundação da Escola de Comércio de Natal é celebrado no Legislativo. Assembleia do Rio Grande do Norte. p.1. 2019) e a formar outros agentes históricos.

Prosseguiu em seus estudos e tornou-se em mil novecentos e cinquenta e dois Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Alagoas. Com sua formação na área do Direito e com um olhar voltado para as Ciências Humanas lecionou no Seminário São Pedro. Nos anos de mil novecentos e sessenta ensinou Pesquisa Social na Escola de Serviço Social; Antropologia Cultural na Faculdade de Filosofia e Sociologia na Faculdade de Ciências Econômicas (Redação.

Hélio Galvão (1916–1981): o saber como herança. Tribuna do Norte. p.1. 2006). Hélio Galvão não deixava seu olhar ao mundo social e sua formação enquanto docente. Havia uma preocupação com o mundo o qual o cercava e como as vivências em grupos sociais.

Com experiência no ensino básico e no ensino superior chegava o momento de Hélio Galvão se enveredar pelo mundo do direito. Exerceu o ofício de Tabelião no município de Pedro velho/RN, em seguida nos anos de mil novecentos e sessenta e um a mil novecentos e sessenta e seis tornou-se assessor jurídico do governador do Estado Aluízo Alves — governador do Rio Grande do Norte — do qual era amigo pessoal. Logrou êxito em causas de grande interesse para a política local e garantiu o respeito de seus colegas de profissão.

Ainda no âmbito da política foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro — MDB.

Seu cenário exitoso de figura pública e com um olhar ao desenvolvimento do Rio Grande do Norte ganharia, ainda outros sabores e dizeres, ajudou ao governador Aluizio Alves a criar a Fundação José Augusto na qual assumiu o cargo de diretor geral nas duas primeiras gestões da instituição (Redação. Centenário celebrado de Hélio Galvão. Tribuna do Norte. p.1. 2016).

A Fundação José Augusto é um órgão que até os dias atuais possui importância para a cultura e a educação do Estado do Rio Grande do Norte e nasce justamente do esforço e dedicação de Hélio Galvão que já tinha um olhar futurista e progressista para o desenvolvimento social e cultural do Estado. Ademais, imbuído com seu espírito de salvaguardar memórias do Rio Grande do Norte foi membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Instituição essa que se mantém ativa até hoje sendo de grande valia para o conhecimento da História e da Geografia do Estado.

Hélio Mamede de Freitas Galvão tem seu legado nas instituições públicas do Estado do Rio Grande do Norte, mas não se deteve apenas ao campo administrativo e educacional exercendo o magistério. Teve sua vida marcada pela escrita que perpassava desde sua adolescência pela escrita criteriosa da história de seu povo, de seus costumes, de suas tradições e personalidades.

Hélio Galvão foi um intelectual que se enveredou por diversas áreas do conhecimento sempre ligada a Ciências humanas. “Transitou com vivacidade e relevância pelos campos jurídico, etnográfico, genealógico, histórico e geográfico” (Redação. Centenário celebrado de Hélio Galvão. Tribuna do Norte. p.1. 2016). Mesmo que sua formação superior tenha ocorrido em Direito. Sua alma pela pesquisa histórica e genealógica já advinha desde sua adolescência ainda na educação básica e a partir de suas pesquisas em Tibau do Sul.

Vamos nos deter nesse momento a pensar Hélio Mamede de Freitas Galvão como um historiador em seu ofício de pesquisa e em busca de interpretar o conhecimento do passado da sociedade que viveu e vivia nas terras potiguares em tempos longínquos.

Queremos aqui deixar claro que nossa intenção é ressaltar os métodos utilizados por Hélio Galvão em sua primeira escrita sobre a cidade de “Goianinha” — obra que ele escreveu, mas que não foi publicada pelos questionamentos que fazia a sua escrita e interpretação — (Redação. Centenário celebrado de Hélio Galvão. Tribuna do Norte. p.1. 2016). A partir daí lançamos as bases de entender Hélio Galvão como um historiador.

Hélio Galvão envereda em suas obras históricas a partir das fontes históricas com as quais pesquisava sobre as vivências de sua cidade natal e dos agentes sociais do Rio Grande do Norte.

Interessante que: pesquisava, escrevia e anotava tudo em detalhe do que conseguia nos arquivos (Redação. Hélio Galvão (1916–1981): o saber como herança. Tribuna do Norte. p.1. 2006). De modo que, ainda hoje, existe uma discussão sobre o ofício do historiador no qual se coloca que: o lugar do historiador é nos arquivos. Esse pensamento é uma realidade para alguns historiadores como: Munslow (2009) e Reis (2011) que são considerados empirista/realista que fundamentam a história a partir da leitura documental. Por outro lado, existem os historiadores como Rüsen (2010) que consideram a teoria da história como fundamental para a interpretação e análise das sociedades do passado.

Ao partir por essas premissas temos a primeira convicção que Hélio Galvão desenvolvia seu trabalho aos modos de um historiador quando ele recorria ao uso dos arquivos para discorrer sobre o meio social, cultural, econômico do Rio Grande do Norte.

Seus textos apresentam documentos e análises minuciosas sobre a vida e as experiências sociais de pessoas simples do cotidiano do

Estado a uma história colonial do Rio Grande — atualmente Rio Grande do Norte, no período colonial Rio Grande — (Redação. Hélio Galvão (1916–1981): o saber como herança. *Tribuna do Norte*. p.1. 2006).

Assim, não existe dúvida que suas pesquisas tinham a primeira premissa de um historiador: somente existe História se existir fontes. Quanto a teoria empregada em suas análises o político Carlos Eduardo Alves coloca:

O prefeito Carlos Eduardo Alves fez questão de ressaltar a importância de Hélio Galvão para o Estado. E lembra uma história de adolescência, quando, ao lado do então deputado estadual Garibaldi Alves Filho, conheceu a biblioteca do historiador. “Foi uma das maiores bibliotecas que já vi. Fiquei espantado. Acho que eu fazia pré-vestibular na época. Ele nos atendeu lá em cima, foi buscar um livro para desenvolver uma de suas teses e nos deixou impressionado. Essa é uma homenagem muito justa a um humanista, advogado brilhante e historiador tão importante para a cultura do nosso estado”, disse o Prefeito, em entrevista por telefone (Redação. Hélio Galvão recebe homenagens potiguares. *Tribuna do Norte*. p. 1. 2007.).

A partir do exceto da memória de Carlos Eduardo podemos perceber que Hélio Galvão era conhecedor das teorias históricas com uma vasta biblioteca particular na qual recorria a mesma para produzir seus escritos. De modo que, verificamos que existe em Hélio Galvão a alma e o ofício de um historiador que mesmo longe de ter sido formado em História sabia unir a teoria a prática documental do *métier* do historiador. Nos anos de mil novecentos e sessenta Hélio Galvão já possuía a preocupação que nos orienta Mendes (etal, 2023)

que a ciência histórica é um dialogar entre fontes documentais e teoria histórica.

As memórias são fontes essenciais ao historiador e aquelas são fontes de análise e de conhecimento do passado. Por meio delas temos como compreender fatos e acontecimentos de um passado. De modo que, elas gestam dizeres sobre agentes históricos, como é o caso de Hélio Galvão. Woden Madruga nos permite compreender um tanto mais sobre a figura de Hélio Galvão quando reconhece sua importância por tantas ciências humanas na qual ele se dedicou desde: o Direito, a História, a Antropologia, a Sociologia, a Etnografia e o Folclore.

Todavia, ressalta sua relevância na área da História do Rio Grande do Norte, com sua obra “A História da Fortaleza da Barra do Rio Grande” na qual empregou um grande esforço de pesquisador. Hélio Galvão foi pesquisar no Museu Histórico Ultramarino e na Torre do Tombo, em Portugal. Tornando-se uma pesquisa de grande fôlego, carregada com uma rica documentação (Redação. Hélio Galvão. *Tribuna do Norte*. p. 1. 2016). Woden Madruga ainda confidência em sua fala que:

Muitas vezes subia ao seu escritório de advocacia no terceiro andar do Edifício Sisal, na Cidade Alta (entre a João Pessoa e Coronel Cascudo) com janelas abertas para o Beco da Coronel Cascudo, onde ali, muitas vezes, se reuniam também Oswaldo Lamartine de Faria, Manoel Augusto Bezerra, Arsênio Pimentel. *Prosas deliciosas* (Redação. Hélio Galvão. *Tribuna do Norte*. p. 1. 2016).

Podemos perceber que Hélio Galvão estava cercado por boas conversas com os intelectuais do Rio Grande do Norte o que fazia partilhar do seu universo de pesquisa e gama de conhecimento. Seu

conhecimento advinha de uma pesquisa estruturada na documentação, bem como, das memórias e conversas com outros intelectuais, como é o caso de: Oswaldo Lamartine de Farias que além de seu amigo pessoal, era conhecedor e companheiro de discussão sobre as pesquisas e escritos de Hélio Galvão no qual se deixa transparecer essa troca de experiência entre os pesquisadores no livro de Hélio Galvão: “Derradeiras cartas da praia & outras notas sobre Tibau do Sul” no qual Lamartine descreve com esmero a figura pessoal, profissional e intelectual de Hélio Galvão. Oswaldo Lamartine coloca:

Mas a gente tem que se vigiar para falar dele sem descambar para a louvação incontida. A imagem sem retoques, em preto-e-branco com toda a dimensão do homem, o chefe de família, o amigo, o compadre, o escritor, o profissional — está nas linhas e entrelinhas dos seus escritos. Era dos poucos que ainda me fazia ter um resto de esperança na espécie humana (Redação. Hélio Galvão. Tribuna do Norte. p. 1. 2016).

Podemos perceber o apreço e o reconhecimento que Oswaldo Lamartine dedicava a Hélio Galvão. Reconhecia seus instrumentos e sua dedicação de escrita tanto para livros autorais, bem como, para revistas e jornais do Rio Grande do Norte e de todo o país. Entre os periódicos Hélio Galvão escrevia para:

revista por ele dirigida Bando e em vários periódicos de grande circulação local como A Razão, A Ordem, Diário de Natal, Tribuna do Norte e A República. Também tem artigos em revistas de circulação nacionais: Nordeste e Tradição (ambas de Recife); Boletim do Ministério da Agricultura (Rio de Janeiro) e Revista de Sociologia Política

HÉLIO MAMEDE DE FREITAS GALVÃO

(São Paulo) (Redação. Hélio Galvão (1916–1981): o saber como herança. *Tribuna do Norte*. p.1. 2006).

Seus escritos eram e são valiosos para a História do Rio Grande do Norte. Pesquisador e escritor de coragem que não temia a desconstruir uma História que já vai se enraizado no imaginário do Rio Grande do Norte. A pesquisadora e biografa de Hélio Galvão, Gilmara Benevides, salienta:

“Diria que ele é um autor que precisa ser descoberto. Principalmente em relação ao livro ‘Fortaleza da Barra do Rio Grande’, onde na polêmica com Câmara Cascudo em relação ao nome correto da cidade. Enquanto Cascudo dizia que era ‘Cidade do Natal’, ele provava que o certo era ‘de Natal’. É nesse livro também em que ele esclarece pontos da nossa historiografia pré-colonial e colonial a partir da genealogia de João Lostão Navarro, que veio na mesma expedição de Mascarenhas Homem”, disse (Redação. Hélio Galvão recebe homenagens potiguares. *Tribuna do Norte*. p. 1. 2007.).

Gilmara Benevides nos permite conhecer a profundidade das pesquisas de Hélio Mamede de Freitas Galvão e sua pesquisa meticulosa nos arquivos. A partir das fontes nos proporcionava pensar a História do Rio Grande do Norte por outros olhares e desconstruir “verdades”, até então, cristalizadas.

Sua obra mais emblemática, talvez, tenha sido “Goianinha” obra não publicada de Hélio Galvão por seu cuidado com a pesquisa. Hélio Galvão considerava que aquela ainda devia ser maturada em suas fontes. De modo que, com sua morte aos 65 anos, Hélio deixou muitas anotações com dúvidas sobre o conteúdo de “Goianinha”.

Dácio Galvão, filho de Hélio Galvão, mostrou o escrito do pai para Olavo de Medeiros Filho que concordava com o cuidado de Hélio Galvão: a obra necessitava de anotações criteriosas para cancelar a pesquisa.

Todavia, “Olavo era visto como discípulo de Hélio, e considerava seu mentor “o marco zero da história do Rio Grande do Norte colonial” (Redação. Centenário celebrado de Hélio Galvão. Tribuna do Norte. p.1. 2016). De modo que, temos mais uma evidência cabal do grande historiador por gosto, pesquisa e afinação com os métodos históricos que foi Hélio Galvão.

Hélio Mamede de Freitas Galvão nos deixa um legado importante, de suas pesquisas, para a História do Rio Grande do Norte, atuante em instituições do Estado em prol da ciência, da educação, e da cultura norte-rio-grandense. Nos permite um legado de suas obras em jornais, revistas e livros autorais.

Dentre os livros escrito por Hélio Galvão temos: Cartas da Praia (1967); Revogação de Isenção Tributária (1958); O Mutirão no Nordeste (1959); O Caso da Jazida Estrondeira (1960); Dos Efeitos Patrimoniais em Mandato de Segurança (1962); Calamidade Pública e Responsabilidade Civil (1967); Novas Cartas da Praia (1968); Estrutura Agrária do RN (1973); Responsabilidade Penal de Diretores de Sociedade Anônima Criada pelo Estado (1976).

Póstumos: DixSept Rosado (1982); Derradeiras Cartas da Praia e Outras Notas sobre Tibau do Sul (1989); Poemas da Tarde (1994); Romanceiro (1994); Velhas Heranças (2013); História da Fortaleza da Barra do Rio Grande (1979/1999). Inédito: Goianinha — Primeiro livro de Hélio Galvão, concluído aos 19 anos, acabou não sendo publicado devido afirmações e desafirmações do próprio sobre o conteúdo de sua pesquisa. O único capítulo que não contém anotações do autor trata da “história eclesiástica”.

HÉLIO MAMEDE DE FREITAS GALVÃO

Não de se estranhar que Hélio Mamede de Freitas Galvão ocupasse a cadeira que foi de Henrique Castriciano na Academia Nort-rio-grandense de Letras.

TARCÍSIO DA NATIVIDADE MEDEIROS

Júlia Chaves Nunes de Carvalho

Tarcísio Medeiros foi um advogado, historiador, escritor, pesquisador, servidor público, e professor potiguar, reconhecido por sua contribuição à historiografia e cultura do Rio Grande do Norte.

Tarcísio da Natividade Medeiros nasceu em 8 de setembro de 1918, no bairro Alecrim, em Natal-RN. Ele era o caçula de uma família com dez irmãos, filho de Cândido Henrique Medeiros e Maria Izaura Bulcão de Lemos Medeiros. Seu avô materno, o Desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos, foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Casado com Ivone Meira Lima de Medeiros, Tarcísio teve cinco filhos: Ivoncísio Meira de Medeiros, Taone Maria de Medeiros Campos Pinto, Isabel Izaura de Medeiros Nunes de Carvalho, Alexandre Henrique Meira Lima de Medeiros e Tarcísio Meira Lima de Medeiros, e doze netos.

O professor Tarcísio iniciou seus estudos primários nas escolas de D. Aguidazinha de Oliveira Sucipira e na “Escola 29 de agosto”. Depois, integrou uma das primeiras turmas do Colégio Santo Antônio Marista, em Natal, onde estudou de 1930 até 1935, período em que a instituição ainda estava localizada ao lado da Igreja Santo Antônio. Posteriormente, cursou no Ginásio Pernambucano, o curso pré-jurídico na Rua Aurora, em Recife, de 1936 a 1937. Em 1937, ingressou na Faculdade de Direito do Recife. Contudo, o curso precisou ser

interrompido em agosto de 1942, devido à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, quando o professor Tarcísio foi convocado para o serviço ativo do Exército.

No Exército, começou sua trajetória como oficial no R/2 do 16º Regimento de Infantaria de Natal. Durante este tempo, realizou o curso de Educação Física entre 1943 e 1944, tornando-se professor do curso, devidamente registrado no Ministério da Educação (MEC). Em 1945, com o fim da Guerra, foi desmobilizado do Exército, onde já ocupava o posto de 2º Tenente no 6º escalão da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Em dezembro de 1945, retornou a Recife para concluir o curso de Direito na Turma “Demócrito de Souza Filho”. A advocacia fez parte de sua vida por mais de 30 anos, durante os quais prestou serviços a instituições tanto privadas quanto públicas, através de seu escritório. Ele foi membro do Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio Grande do Norte, com a inscrição nº 38, além de atuar como Procurador da Legião Brasileira de Assistência (LBA) por 25 anos.

Em 27 de junho de 1945, Tarcísio Medeiros foi nomeado Oficial da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do RN, ocupando os cargos de Oficial Administrativo e Oficial Judiciário. Posteriormente, foi nomeado Chefe da Divisão de Pessoal e Expediente, além de ter ocupado a função de Chefe da Seção Administrativa em Cargo em Comissão. Em 1968, ele se tornou o primeiro Diretor da Divisão Administrativa da Secretaria, cargo que manteve até sua aposentadoria em 1970. Atualmente, o TRE homenageia esse importante servidor ao nomear seu Centro de Memória Eleitoral em sua honra: Professor Tarcísio Medeiros.

No ano de 1957, Tarcísio Medeiros foi oficialmente reconhecido como professor nas Divisões de Ensino Secundário e Superior do Ministério da Educação, após concluir cursos de especialização e aprimoramento na área humanística, com ênfase em História. No ano

seguinte, em 1958, ele foi registrado na Divisão do Ensino Comercial. Com essas qualificações, o professor lecionou por mais de 28 anos as disciplinas de História Geral, História do Brasil, História das Américas e História do Rio Grande do Norte em instituições prestigiadas da capital potiguar, como a Escola Técnica do Comércio de Natal e o Ginásio 7 de Setembro.

Durante esse período, destacou-se como um dos primeiros docentes do recém-criado curso de História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, contribuindo para a estruturação do curso e da Universidade, além de ajudar na formação dos primeiros historiadores do RN. Em 1973, sua dedicação foi reconhecida com a nomeação como Sub-chefe do Departamento de História. Ademais, participou da organização da Faculdade de Filosofia, Letras e Artes de Natal, bem como da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal, integrando o corpo docente de ambas. Em 1963, essas faculdades foram incorporadas à UFRN, onde continuou como professor adjunto até sua aposentadoria.

Como membro ativo do Instituto de Ciências Humanas da UFRN, Tarcísio Medeiros teve um papel importante como coordenador da Revista IHC. Em 1972, enquanto lecionava História Moderna, uniu-se ao professor Hélio Dantas para coordenar uma edição especial em homenagem ao sesquicentenário da independência. Sua atuação como coordenador da revista se estendeu a várias edições subsequentes. Ao longo de décadas, o professor compartilhou seu vasto conhecimento e paixão pela educação com inúmeras gerações de estudantes, contribuindo para consolidar a UFRN como uma instituição de excelência no ensino e na pesquisa em Ciências Humanas.

Devido à sua significativa contribuição cultural no Estado do Rio Grande do Norte, o professor tornou-se membro efetivo do IHGRN ainda na década de 1950, sendo autor de pelo menos 13 artigos publicados na *Revista do Instituto*, cujas pesquisas foram fundamentais

para o entendimento da história potiguar. Na revista, também fez parte da Comissão de Estatutos e Redação, colaborando com outros ilustres membros, como o professor Luís da Câmara Cascudo e o professor Raimundo Nonato Silva, entre outros, em um período que se estendeu de 1959 até a década de 1990.

Seu primogênito, Prof. Dr. Ivoncísio Meira de Medeiros, igualmente historiador, professor, pesquisador e escritor, formado em Direito pela UFRN e Mestre em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade Técnica de Lisboa, uniu-se ao professor Tarcísio como Sócio Efetivo do IHGRN em 1981. Atualmente, o professor Tarcísio, por sua contribuição ímpar à instituição, é o Patrono da Cadeira 149 do IHGRN, que hoje é ocupada por sua bisneta, a arquiteta restauradora Júlia Chaves. Da mesma forma, seu filho, o professor Ivoncísio, por seus feitos, é o Patrono da Cadeira nº 198.

A influência marcante do professor Tarcísio na vida cultural do Rio Grande do Norte também abrangeu a articulação e coordenação de várias outras instituições renomadas. Ele integrou o Conselho Curador que fundou a célebre Fundação José Augusto (FJA) em 1963, que, além de sua função cultural, atuava inicialmente como instituição de ensino superior e já abrigou os cursos de Jornalismo, Filosofia e Sociologia. Atualmente, a FJA atua em sua importantíssima função cultural, promovendo e documentando as atividades culturais, além de cuidar do tombamento do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Norte há mais de 60 anos.

No campo da ciência, o professor Tarcísio foi um dos sócios fundadores da Associação Norte-Riograndense de Astronomia (ANRA) e atuou como coordenador no primeiro Congresso Internacional de Astronomia Amadora, realizado em Natal em 1956. Adicionalmente, contribuiu no Colégio Brasileiro de Genealogia, demonstrando sua capacidade de articulação entre variadas áreas do saber. Em 1982, Tarcísio Medeiros tornou-se sócio correspondente do Instituto do

Ceará, que visa o estudo e a difusão da História, da Geografia, da Antropologia e das ciências correlatas neste estado.

Por outro lado, o Professor Tarcísio integrou a Comissão Organizadora da Biblioteca Pública de Natal, atuando como coordenador do Instituto Nacional do Livro para o Rio Grande do Norte, onde contribuiu para a reestruturação e ampliação do acervo bibliográfico da capital potiguar. Além disso, publicou sete livros com grande repercussão, nos quais é possível destacar: *Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte* (Medeiros, 1973), *Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte: 1701-1822* (Medeiros, 1980) e *Proto História do Rio Grande do Norte* (Medeiros, 1985).

Em reconhecimento por essa significativa contribuição intelectual, o professor tomou posse na Academia Norte-Riograndense de Letras, ocupando a Cadeira nº 24, em 17 de abril de 2001. Dois anos após, Tarcísio Medeiros faleceu em 26 de maio de 2003, aos 84 anos, em Natal, RN, deixando um vasto legado nas áreas literária, acadêmica, cultural e educacional para o estado. Sua memória continua a ser celebrada por meio das instituições que ajudou a fundar e pelo impacto duradouro de suas aulas, artigos e livros na promoção e compreensão da cultura e da história potiguar.

Publicações Livros: LBA — 20 anos de atividades no Rio Grande do Norte (1962); Dois Estudos de Direito Social (1969); Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte (1973); Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte: 1701-1822 (1980); Proto História do Rio Grande do Norte (1985); Estudos de História do Rio Grande do Norte (2001); História e desporto (2008 — Post mortem). Artigos: Qual foi a nossa Primeira Constituição? (1958); Gibraltar (1958); O Destino de Bartolomeu

Dias (1958); Abner Brito (1958); Augusto Tavares de Lira, Amigo do meu avô (1959); Ontem, Hospital do Monte, hoje Hospital Miguel Couto (1960); Segundo Vanderlei e o Instituto Histórico (1960); A Avaria do “São Sebastião” fez Natal hospedar Caxias (1961); A terra tremeu em Natal (1962–1963); Os Nossos de Tuiuti (1966); Foi Assim Tuiuti (1966); Bernardo Vieira de Melo e a Guerra dos Bárbaros (1967–1969); A Formação da Nacionalidade e do Sentimento de Independência do Rio Grande do Norte (1972); Síntese histórica da Educação no Rio Grande do Norte (1973–1975); Bert Hinkler e o Atlântico sul (1974); Fortaleza, as Imagens dos Santos Reis e a Capela da Barra do Rio Grande (1976); O Negro na Etnia do Rio Grande do Norte (1978); O Estudo de História no Currículo Escolar e na Titulação do Magistério do Rio Grande do Norte (1978); Há 50 anos, com os Maristas em Natal (1980)/ Escola de Farmácia e Odontologia de Natal: a pioneira de 1920 (1980); Como fomos colonizados (por degredados?) (1983–1984); Análise da Revolução de 30: 50 anos depois (1984); Ábner de Brito: episódio de uma vida atribulada (1985–1986); O Negro Escravo: da Etnia à Abolição e os Remanescentes de sua Cultura no Rio Grande do Norte (1988); O Governo do Doutor Adolfo Affonso da Silva Gordo: A República e as Secas no Rio Grande do Norte (1991); Tenente Ulysses Caldas (1994–1996); A Nossa Primeira Constituição (1997–1999); Lembrando o Tempo de Guerra (1999); Discurso de Posse na Academia Norte-Riograndense de Letras: cadeira nº 24 (2003).

PEDRO ARBUÉS DANTAS

Helder Macedo

Pedro Arbués Dantas nasceu no dia 17 de setembro de 1918, na Povoação de Carnaúba, hoje, cidade de Carnaúba dos Dantas, lugar em que estudou e concluiu seus estudos relativos ao Primário com a professora Auta Marfisa Dantas.

Era filho de José Henrique Dantas, conhecido popularmente como Cabrinha, e de Josefa Maria da Conceição. Do apelido de seu pai veio, com o tempo, também, o seu próprio: *Pedrinho de Cabrinha*. Seus estudos foram custeados por sua mãe, Josefa Maria da Conceição, que, para isso, plantava hortas e vendia as hortaliças produzidas. Passou a mocidade organizando festas beneficentes e sociais (Dantas, 2005).

Na década de 1940, Pedro Arbués casou com Ana de Medeiros Dantas, filha de Pedro Estevam de Medeiros e Maria Rosa de Medeiros. Do casamento nasceram os filhos Arildo Medeiros, Aderildo Medeiros, Aldanira Medeiros, Antonio Medeiros, Altino Medeiros, Adjane Medeiros e Tereza Cristina. Ana de Medeiros faleceu em 08 de setembro de 1967 na cidade de Jardim do Seridó.

Pedro Arbués, por sua vez, faleceu em Natal, pouco tempo depois de completar 90 anos, no dia 20 de setembro de 2008. Durante sua vida, residiu, principalmente, em Carnaúba dos Dantas, Currais Novos e Natal.

A partir sua juventude, lendo jornais, revistas e livros, adquiriu conhecimentos culturais, e, pelo amor a sua terra, foi tornando-se, aos poucos, historiador erudito preocupado com as questões que envolviam a existência de Carnaúba dos Dantas, suas famílias e fatos.

Segundo ele mesmo afirmou em carta endereçada à poetisa Donatilla Dantas, em 1983, seu interesse para estudar a história local surgiu a partir de conversas que mantinha, nos anos de 1950, com outro historiador, Mamede de Azevêdo Dantas (1875–1956), o qual sempre rememorava as figuras de dois importantes genealogistas então falecidos, José de Azevêdo Dantas (1890–1929) e Manuel Paizinho Dantas.

Foi nessas trocas intelectuais, com Donatilla Dantas, que Pedro Arbués recebeu, dela, cópia do discurso proferido por José Alberto Dantas na bênção do Cruzeiro do Serrote do Galo — hoje, Monte do Galo — em 1928, que foi importante subsídio para que continuassem suas investidas em encontrar respostas para dúvidas sobre o surgimento de Carnaúba dos Dantas.

Essas pesquisas se tornariam mais presentes em sua vida após ter recebido, em carta enviada por Dom José Adelino Dantas, em 1967, exemplares do jornal *O Momento*, redigido por José de Azevêdo Dantas, que trazia detalhes até então desconhecidos para ele sobre a história local. A obra de José de Azevêdo Dantas serviu de base para os estudos posteriores de Pedro Arbués Dantas.

Como um arqueólogo da memória, fez entrevistas com muitas pessoas na busca por uma possibilidade de, ao menos parcialmente, poder aproximar-se do entendimento de como se processou a construção do seu lugar de origem. Entrevistas que lhe renderam, também, uma outra possibilidade: a de advogar, com veemência, pela ideia de que todo o conhecimento histórico produzido deveria ser divulgado ao máximo possível de pessoas, com o intuito de informar e de formar consciências cidadãs a serviço da importância da história.

Mas não só da oralidade valeu-se Pedro Arbués. Também compartilhou dos labores da pesquisa documental em arquivos muitas vezes empoeirados, com caligrafias esmaecidas pelo tempo e cujo suporte, na maioria das vezes, encontrava-se infestado de traças.

Vasculhou igrejas, cartórias e prefeituras nas cidades de Carnaúba dos Dantas, Caicó, Jardim do Seridó, Acari, Currais Novos e até mesmo Natal em busca da comprovação dos fatos que a memória oral lhe fornecera, tentando salvar do esquecimento o que as garatujas contidas em inventários *post-mortem*, livros de notas, ações cíveis e livros de paróquia escondiam por debaixo da poeira histórica do tempo.

Arregimentou, com sua rede de contatos, parentes e conhecidos, um acervo invejável de fotografias sobre Carnaúba dos Dantas, antigas e recentes, oferecendo a possibilidade da reconstituição, imagética, do passado local pelo viés do olhar de quem congela o tempo e o espaço através do obturador e da lente da câmera.

Suas pesquisas versaram sobre praticamente todos os temas da história local, desde a “fundação” de Carnaúba dos Dantas, onde rebateu veementemente a tese de que Caetano Dantas teria sido o “fundador” da cidade, passando pelos meandros da história do Monte do Galo e da devoção a Nossa Senhora das Vitórias e chegando, até mesmo, na recente caminhada de construção do santuário de Santa Rita de Cássia, orago de sua devoção pessoal. Mas, seus temas não se encerram aqui. Investigou o cotidiano, o carnaval, as graças obtidas por intermédio de Nossa Senhora das Vitórias, a genealogia, os músicos e ainda figuras pitorescas do cotidiano.

É importante lembrar que foi Pedro Arbués o idealizador do atual Museu Histórico Nossa Senhora das Vitórias, no Monte do Galo. Conforme carta endereçada a Donatilla Dantas em 1967, foi nessa época em que, paralelamente às pesquisas que ia fazendo sobre a história local, reuniu os primeiros objetos que compõem o seu acervo,

num trabalho abnegado e do qual nunca exigiu nada em troca — muito embora, em alguns momentos, seu nome tenha sido negado como mentor desse espaço museal, o que é uma lástima.

A efetivação do museu foi possível graças ao apoio dado por duas autoridades locais na época: Valdemar Cândido de Medeiros, prefeito de Carnaúba dos Dantas e sobrinho legítimo de Pedro Arbués; e Antonio Felinto Dantas, tesoureiro do Monte do Galo. O museu foi inaugurado apenas em 1974 (Dantas, 2017).

Uma de suas únicas publicações conhecidas é o cordel *Cinquentenário do Cruzeiro, no Monte do Galo, em Carnaúba dos Dantas 1928–1978*. Nessa plaquete, escrita por ocasião dos cinquenta anos da bênção do cruzeiro, em 1978, traçou um perfil do seu processo histórico. Na forma da poesia, uma outra faceta da personalidade intelectual de Pedro Arbués, outros temas foram associados à trama da história das romarias e peregrinações no Monte do Galo: o contexto histórico da Povoação de Carnaúba, alegre e hospitaleira, segundo o autor, celeiro de um povo idealista; a lenda do cantar do galo; os piqueniques realizados nos sítios; a religiosidade popular e a devoção à Nossa Senhora das Vitórias (Dantas, 1978a).

Nessa mesma década, localizamos Pedro Arbués colaborando com a coluna *Notícias do Seridó*, do Diário de Natal, enviando textos e fotografias relativos a fatos e vultos históricos, além de eventos, para divulgação nesse periódico de circulação estadual. Um dos artigos publicados intitulava-se *Lembrando o cruzeiro do Monte do Galo*, alusivo ao mesmo tema do cordel (Dantas, 1978b).

Como historiador, dentre as pesquisas feitas sobre a história de Carnaúba dos Dantas, realçamos o artigo *Roteiros sobre a origem e fundação de um lugar*, publicado por Donatilla Dantas no livro *Carnaúba dos Dantas — Terra da Música*. Nesse texto, Pedro Arbués questiona a validade de se atribuir a Caetano Dantas Corrêa (1710–1797) o título de “fundador” de Carnaúba dos Dantas, levantando a

hipótese de que Antonio Dantas de Maria (1845–1898), bisneto do primeiro, teria, sim, “fundado” uma povoação que, no futuro, seria elevada ao status de cidade de Carnaúba dos Dantas.

Pedrinho de Cabrinha foi, sem dúvidas, o maior historiador de Carnaúba dos Dantas do seu tempo. O autor deste verbete deve a ele, além de inspiração, grande parte do aprendizado sobre uso e tratamento de documentos históricos, transcrição de fontes manuscritas e sensibilidade para ouvir os diferentes tipos de testemunhos sobre o passado, incluindo, aí, aqueles dispersos na oralidade.

O sonho de *Pedrinho de Cabrinha* era o de publicar uma *História de Carnaúba*, o que, infelizmente, em vida, não foi possível. Suas dezenas de artigos e transcrições parciais de fontes, datilografados em máquina *Olivetti*, encontram-se dispersos nas correspondências que teve com diferentes pessoas da cena intelectual, a exemplo de Donatilla Dantas, aguardando, um dia, uma publicação que faça jus à sua importância enquanto historiador.

Publicações Cinquentenário do Cruzeiro, no Monte do Galo, em Carnaúba dos Dantas 1928–1978 (1978); Lembrando o Cruzeiro do Monte do Galo (1978); Origem da devoção a São José em Carnaúba dos Dantas (1978); Roteiros sobre a origem e fundação do lugar (1983); Montanha misteriosa, onde o galo cantou e a história continua (1991); Das primeiras notícias do cantar do galo (1995); José Dantas Correia (1996); O galo cantou no serrote grande: uma santa fez milagre em Belém do Pará e Carnaúba (1997); Carnaúba dos Dantas, fazendo centenário (2000).

RAIMUNDO SOARES DE BRITO

Kydelmir Dantas

Escrever sobre nosso historiador-mor e mestre e referência na pesquisa regional e histórica não é tarefa fácil, porém, é uma honra; uma unanimidade como pesquisador na nossa terra de Santa Luzia ele que foi quase. Nossa convivência quase diária, durante uns 15 anos, me permite fazê-lo, portanto, façamos!

Raimundo Soares de Brito – Nasceu no dia 23 de abril de 1920, na cidade de Caraúbas — RN. Filho de Raimunda Saúl da Costa e José Soares de Brito. Casado com Dinorá de Oliveira Brito, pais de Socorro Brito de Figueiredo e ‘adotivos’ do sobrinho Antonio Marcos de Oliveira.

Começou sua vida profissional como comerciante, e ingressou na vida pública como Agente de Estatística; posteriormente foi agente postal dos Correios e Telégrafos, Diretor do Museu Municipal de Mossoró e da Biblioteca Pública Ney Pontes Duarte; historiador, pesquisador, palestrante e conferencista. Faleceu em Natal — RN, no dia 27 de novembro de 2012.

O menino que ingressou no comércio através de seu genitor, ajudando-o no balcão da padaria, ou cortando bolachas à regalia, é o mesmo que viu e vivenciou os homens e fatos que fazem parte da História de nosso Estado e, até, do Brasil. Na noite de 11 de maio de 1927, despertado por um imenso tiroteio, às altas horas da noite,

procura saber de sua mãe o que está acontecendo, ouviu-a falar: *“Psiu! Cale a boca! São os cangaceiros!”*

Caraúbas, sob o comando de seu líder político o Coronel Quincas Saldanha estava empiqueada aguardando Lampião e seu bando, que por lá passou ao largo. Era o menino que só ia dormir ao ler, à luz de lamparina, qualquer coisa: um livro, um recorte de jornal ou revista; mesmo assim, após ser repreendido pelo seu genitor. Para a leitura, sempre teve a influência e o apoio da querida Mãe. Para o trabalho, sério e honesto, do saudoso Pai.

Na juventude, garboso e elegante, chegou a ser um bom esportista, jogando na posição de beque no União Football Club, de Caraúbas, onde em foto datada de 18/11/1938 vê-se: Joel Leite (juiz) João de Natal, Alber Gurgel, José Armor, Valdemar Saldanha, Titico Cabecinha, Epitácio Sá, Adelson Barreto, Mirandinha, Zé Pedrosa, Murilo, Toinho do Assu, RSB, Jairo Bezerra, Altino e Joca Soares.

Este menino se transformou no rapaz que, todo fiota, conquistou Dinorá de Oliveira Brito, com quem casou-se no ano de 1940, no religioso, e 1942, no civil. Ela que, num momento de aperreio, devido as intransigências e reclamações de Raimundo disse: “Olhe cidadão! Não é fácil viver 60 anos com este homem. Eu acho que ele já está variando, está ficando velho!”

É a mesma que, num gesto de carinho e defesa, que nem uma sussuarana defendendo seu filhote, não deixam que o acordem cedo, devido ter o mesmo passado até altas horas da noite nas suas pesquisas e arrumações da sua Hemeroteca. Deste casal são seus descendentes diretos: Socorro, sua filha, Kênia e Késsia, suas netas frutos do enlace da filha com o amigo Loló (Leovegildo), Marina e Mateus, seus netos, do casamento da primeira neta com Paulo Coelho; do casamento de sua segunda neta, Késsia, com Nilton Forte, tem o bisneto Arthur, todos morando em Brasília; além de Antônio Marcos, o sobrinho-filho adotivo.

Foi ele comerciante em Caraúbas, Natal, Fortaleza e Mossoró. Na capital deste estado, no período da 2ª Guerra, era o arrendatário do Ok Bar, na avenida Rio Branco centro, convivendo diariamente com os gringos e conhecendo pessoas que hoje fazem parte da sua História dos 400 anos — no resgate do pesquisador e confrade da SBEC Gutenberg Costa, “Natal: Personagens e Populares” livro recém-lançado — como Zé Areia, Velocidade, Djalma Maranhão, Câmara Cascudo, etc. Em Mossoró foi proprietário d’O Botijinha, na esquina da praça do Cid, onde já teve uma farmácia.

O interesse para a pesquisa histórica começou quando foi fazer o treinamento para a admissão como Agente de Estatística, em Natal, no ano de 1941/42, e teve que preencher dados sobre a história socioeconômica de sua terra natal. Aquilo o levou a iniciar as suas anotações, para o futuro, e culminou com o nascimento do primeiro “filho literário”, o livro Caraúbas Centenária, em 1959.

Ingressou na política, na sua terra natal, onde foi eleito Vereador por 3 legislaturas, numa época em que só se pensava em ajudar no desenvolvimento da comunidade, sem ganhar nada, a não ser amigos e/ou inimigos — sem salários exorbitantes nem as ajudas de gabinetes de hoje, apenas para comparecer a algumas sessões mensais.

Cafeísta juramentado, como todo seguidor do ex-presidente da Republica Café Filho — o único Potiguar a chegar ao cargo máximo desse nosso querido Brasil — mantém um amplo acervo sobre o mesmo, desde fotos, livros e reportagens de jornais e revistas.

De comerciante e vereador, passou a ser Funcionário Público, quando os mesmos tinham o seu valor reconhecido; ocupou os cargos de Agente Municipal de Estatística, em Caraúbas, sendo nomeado, posteriormente, Juiz Distrital; Agente Postal e Telegráfico, em Jucurutu, Caraúbas, Mossoró e Assu, Chefe do Serviço da Dívida Ativa da PMM e Diretor do Museu Municipal Lauro da Escóssia. Em todos

estes honrou e defendeu a bandeira do que tinha sob sua responsabilidade, até se transformar em vagabundo, ou seja, se aposentar.

O moleque Caraúbas, que acordou com o tirinete de balas, àquela noite de 1927, recebeu os títulos de “Cidadão Mossoroense”, “Cidadão Natalense” e o de principal Historiador da Região Oeste Potiguar; apesar de ter publicado livros e plaquetes desde “*Caraúbas Centenária*, 1959”, até o “*Ruas e Patronos de Mossoró*”, 2 ed., 2015, ano num total de 45 títulos, não gostava de ser chamado de escritor, só de pesquisador e organizador de arquivos.

Pertencente a várias Instituições Culturais: Clube Recreativo Caraubense; Instituto Cultural do Oeste Potiguar — ICOP; Academia Mossoroense de Letras — AMOL; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — IHGRN; Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço — SBEC; Membro Honorário da Academia de Letras de Uruguaiana — RS. Teve em seu currículo vários Cursos e Diplomas, sendo agraciado, justamente, com o Diploma de Doutor Honoris Causa da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte — UERN, em 1995, além de agraciado com a Medalha do Mérito Alberto Maranhão, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Quando a Petróleo Brasileiro S. A. começou a estruturar o Museu do Petróleo, no prédio da antiga Estação Ferroviária, atual Estação das Artes no centro de Mossoró, foi recorrendo ao acervo de sua hemeroteca que conseguiu a história do petróleo potiguar.

Ao término dos serviços dedicou-lhe uma placa, em agradecimento, peço apoio prestado, e em forma de poesia: *Somente a quem reconhece, / O seu passado de glória, / Sua luta, sua história, / A PETROBRAS agradece. / E para quem já conhece, / O grande arquivo seu, / Que em muito engrateceu, / O sobre nós já escrito. / Obrigado RAIBRITO, / Pela ajuda ao Museu.* (Mossoró, 23/04/2000), Petrobras, E&P-RNCE/GEPRO/NUPROM.

Em nossa plaquete sob o título “*Ao Mestre Raibrito com carinho* (2000) concluímos com a seguinte frase: Plagiando os gladiadores, antes de iniciarem os combates na arena do Coliseu Romano, direi: Ave Raibrito! Os que vão beber da fonte de sua pesquisa te saúdam!, Santa Luzia de Mossoró, 23 de abril do ano 2000 D.C.

Comecei a amizade com o Professor Raimundo, no Museu Municipal Lauro da Escóssia, nos idos de 1989. No início a curiosidade era pela História de Mossoró; a partir de então fomos aumentando as conversas sobre “A Resistência de Mossoró ao Cangaço Lampião”. Veio o convite para visitá-lo em casa, na qual fui muito bem recebido por d. Dinorá Brito e seu sobrinho Marcos.

Passei uns três meses frequentando sua área de visitas. Conquistada a confiança e aumentada a amizade, passei a ter acesso ao seu acervo. Raibrito passou a ser meu mentor intelectual na pesquisa do Cangaço em Mossoró. Além de me envolver e precisar, ainda hoje, do acervo existente na sua hemeroteca.

Pra mim, o maior legado de Raibrito é deixar para a posteridade seu trabalho de pesquisador autodidata e sua hemeroteca que é uma das maiores, senão a maior, do Estado. O projeto da Biblioteca Virtual Raimundo Soares de Brito foi obra e graça do ICOP com o patrocínio da Petrobras, através de sua gerência local — Unidade de Operações do Rio Grande do Norte e Ceará/Ativo de Produção Mossoró — UO-RNCE/ATP-MO — num convênio com o ICOP — Instituto Cultural do Oeste Potiguar, que serviu para digitalizar quase todo acervo do historiador, escritor e memorialista. Após o final do convênio, conforme rezava itens do mesmo, caberia ao ICOP manter o ‘sáite’ no ar, através do servidor onde estava hospedada a BVRSB. Por motivos alheios à Petrobras, não houve a continuidade desta permanência.

Sua ida para Natal, para tratamento de saúde, deixou muita gente órfã. Inclusive os jornais e seus profissionais, que sempre o

consultavam... Mesmo alguns não colocando os devidos créditos nas publicações — o que o deixava irritado — porém nunca se negava a repassá-las adiante. Este ainda é seu maior mérito. Dividir com a sociedade, através dos veículos de comunicação, o que juntou com carinho desde a década de 1940.

Com Raibrito aprendi a separar o joio do trigo; a guardar papéis; a pesquisar com mais atenção a História. Aprendi que, mesmo sem gostar de alguma opinião, devermos levar em consideração o fato, o local e o momento. Pode ser que... “Nós é quem estejamos errados sobre...”

Aprendi que amizade é mais do que entre o Mestre e o aluno. É de Pai pra Filho.

Publicações Caraúbas Centenária. Revista comemorativa do centenário da Paróquia de Caraúbas. Natal: Tip. Centro de Imprensa S/A, 1959; Município de Caraúbas. (Separata da Revista Caraúbas Centenária). Natal, 1959; Notícia biográfica de alguns patronos de ruas de Mossoró. Mossoró: ASTECAM, 1978. (Col. Mossoroense, 88; série C); Estudo de Histórias do Oeste Potiguar. Mossoró: ESAM, 1979. (Col. Mossoroense, 94; série C); Mossoró 1905–1916. (notícia cronológica). Mossoró: ESAM, 1980. (Col. Mossoroense, 93; série C); Alferes Teófilo Olegário de Brito Guerra, um memorialista esquecido. Natal: CERN, 1980 (Col. Mossoroense, 132; série C); Uma viagem pelo arquivo epistolar de Adauto da Câmara. Natal: Fundação José Augusto, 1981. (Col. Mossoroense, 169; série C); Indústria e Comércio do Oeste Potiguar: um pouco de história. Mossoró: ESAM/FGD, 1982. (Col. Mossoroense, 231; série C); Pioneiros da História da Indústria e Comércio do Oeste Potiguar. Mossoró: ESAM/FGD, 1982. (Col. Mossoroense, 230; série C); Alguns subsídios e um cadastro dos arquivos da cidade de Mossoró. Mossoró: 1982. (Col.

Mossoroense, 177; série B); Notas genealógicas sobre a família de dona Amélia de Souza Melo Galvão. Mossoró: 1982. (Col. Mossoroense, 194; série B); Os desenhos de José Maria Gonçalves Guerra. (Parceria com Paulo César de Oliveira). Mossoró: ESAM, 1982. (Col. Mossoroense, 154; série B); Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1864–1868). Mossoró: ESAM/FGD, 1984. (Col. Mossoroense 267; série C); Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1869–1872). Mossoró: ESAM/FGD, 1985. (Col. Mossoroense 217; série C); Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1873–1876). Mossoró: ESAM/FGD, 1985. (Col. Mossoroense 198; série C); Legislativo e Executivo de Mossoró: numa viagem mais que centenária. Fortaleza: UFC/FGD, 1985. (Col. Mossoroense, 287; série C); Apostila do afeto Câmara Cascudo (Cartas a Raimundo Nonato: 1972–1979). Mossoró: ESAM/FGD, 1986. (Col. Mossoroense, 336; série C); Maria Sylvia: a poetisa da saudade. (Parceria com Francisco Freire de Vasconcelos). Mossoró: ESAM, 1987. (Col. Mossoroense, 368; série C); Raimundo Nonato, o homem e o memorialista. (Parceria com José Augusto Rodrigues). Mossoró: ESAM/FGD, 1987. (Col. Mossoroense, 355; série C); Um certo largo de Mossoró. Mossoró: ESAM/FGD, 1987. (Col. Mossoroense, 461; série B); De Hélio Galvão a Adauto da Câmara: uma carta. Mossoró: ESAM/FGD, 1988; Raimundo Nonato, ano 80. Mossoró: ESAM/FGD, 1988. (Col. Mossoroense, 404; série C); Vingt-un VI. (Parceira com América Fernandes Rosado Maia). Mossoró: ESAM, 1988. (Col. Mossoroense, 366; série C); Vingt-un VII. (Parceira com América Fernandes Rosado Maia). Mossoró: ESAM/FGD, 1988. (Col. Mossoroense, 364; série C); Vingt-un VIII. (Parceira com América Fernandes Rosado Maia). Mossoró: ESAM, 1989. (Col. Mossoroense, 432; série C); Assis Silva Et. alii. Mossoró: ESAM/FGD, 1989. (Col. Mossoroense, 556; série B); José Octávio, um idealista combatente. Mossoró: ESAM, 1989. (Col. Mossoroense, 515; série C); Os mortos do Instituto (1963). Mossoró: ESAM, 1991.

(Col. Mossoroense, 983; série B); Ruas e Patronos. Mossoró: ESAM/FGD, 1991. (Col. Mossoroense, 714; série C); Casarões e monumentos contam a história. Mossoró: ESAM/FGD, 1991. (Col. Mossoroense, 1085; série B); Cônego Pedro Soares de Freitas: arcepreste da província norte-rio-grandense e abolicionista. Mossoró: ESAM, 1991. (Col. Mossoroense, 977; série B); Nas Garras de Lampião. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1996. (Col. Mossoroense, 910; série C); Bibliografia de Dorian Jorge Freire em “O Mossoroense” de 18.07.1948 a 16.03.1984. Et. alii. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1996. (Col. Mossoroense, 905; série C); Luís da Câmara Cascudo e a Batalha da Cultura. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1997. (Col. Mossoroense, 941; série C); O padre Miguelinho e outros temas cascudianos. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1997. (Col. Mossoroense, 947; série C); Francisco Rodrigues Alves. Et alii. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1997. (Col. Mossoroense, 1371; série B); Gois Nogueira: um ramo da família Camboa. Genealogia. (Parceria com Josué de Oliveira Neto). Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1998. (Col. Mossoroense, 1013; série C); A Câmara de Vereadores do meu tempo. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1999. (Col. Mossoroense, 1091; série C); Conversa em tempo de mutirão sobre Francisco Pinheiro de Almeida Castro. Et alii. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1999 (Col. Mossoroense, 1080; série C); Ruas e Patronos de Mossoró. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2003. (Col. Mossoroense, vol. 1 e 2; série J); Eu, Ego e os outros. Mossoró: Queima Bucha, 2005; Nas Garras de Lampião (Diário). (Parceria com Antônio Gurgel) Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2006. (Coleção Mossoroense, 1513; série C).; AMOL: seus patronos e acadêmicos. Natal: KMP, 2008; Páginas Arrancadas. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2010. (Col. Mossoroense, 1588; série C); Ruas e Patronos de Mossoró. 2ª edição. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2015. (Col. Mossoroense, série C, vol. 1659).

JOÃO WILSON MENDES MELO

Pedro Simões Neto Segundo

Com uma trajetória de quase um século, a vida de João Wilson Mendes Melo se confunde com a própria história do desenvolvimento intelectual e educacional do Rio Grande do Norte. Nasceu no sítio Canto dos Filgueiras, em Mossoró, no dia 3 de junho de 1921, filho de Mirabeau da Cunha Melo e Cândida Filgueira Mendes Melo.

No prefácio do livro *Minha Cidade Antigamente* (Melo, s. d., c), Vingt-un Rosado define toda uma linhagem de João Wilson de Mendes Melo, chegando ao seu pentavô Guilherme de Melo, que se estabeleceu na região em meados do século XVIII e diz que nessa linhagem estão os verdadeiros “fundadores da raça no País de Mossoró”.

Iniciou seus estudos em Mossoró, porém, aos 7 anos, com a mudança da família para Ceará-Mirim, ele continuou seus estudos no Externato Ângelo Varela (Martins, 2019), dirigido pela poetisa Adele de Oliveira, onde concluiu o ensino primário. Posteriormente foi aluno do Colégio Santo Antônio e do Atheneu Norte-Rio-Grandense, onde concluiu o segundo grau.

Em Ceará-Mirim, aos dezesseis anos, publicou, juntamente com Jessé Dantas Cavalcanti, o jornal *O Idealista*, nessa mesma época também colaborava com o jornal *A Razão*, em Natal. Anos mais tarde seria redator do jornal *A República*.

Ao longo de sua vida colaborou com diversos outros periódicos locais, como, por exemplo, o jornal *A Ordem, Diário de Natal, O Poti, Tribuna do Norte*; a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN); Tempo Universitário; RN Econômico; e a revista da Academia Norte-rio-grandense de Letras (ANRL).

Ainda durante o ensino secundário interessou-se pela docência e passou a ensinar de forma particular, depois passando a ensinar aritmética aos seminaristas do Seminário São Pedro, por indicação do padre Eugênio Sales. Ensinou ainda na Escola Técnica de Comércio de Natal, precursora do ensino contábil e comercial no Estado, em que foi responsável pelas disciplinas de história geral, história do Brasil, geografia geral, geografia do Brasil e português.

Se formou em Ciências Jurídicas e Sociais (1950) pela Faculdade de Direito de Alagoas (Onofre Júnior, 2020), apesar da preferência da época ser a de Recife, não a escolheu pois a do Alagoas permitia que os alunos fossem apenas realizar as provas, sem a obrigatoriedade de presença nas aulas (Negreiros, 2020), o que se alinhava com o seu interesse de permanecer em terras potiguares, bem como, salienta o quanto ele gostava de ler, tal a necessidade para dar conta de seus estudos.

Enquanto graduando, ganhou experiência trabalhando como datilógrafo para o advogado e professor Claudionor Relógio de Andrade e, consecutivamente, como auxiliar do advogado João Medeiros Filho (Negreiros, 2020).

Posteriormente, construiu uma carreira na justiça eleitoral, ingressando no Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RN) em 22 de dezembro de 1948 como datilógrafo interino. Foi efetivado no cargo por concurso em 1950 e, em 1954, foi nomeado oficial judiciário, cargo no qual também foi efetivado via concurso no ano seguinte.

Aposentou-se em 25 de janeiro de 1975 como técnico judiciário (TRE, [s.d.]).

Apesar da formação na área de direito, sua verdadeira paixão era o magistério. Foi fundador e professor da Escola de Serviço Social, onde lecionava as disciplinas de direito usual e economia social. Por seu intermédio a disciplina de desenvolvimento econômico foi integrada ao currículo da escola na década de 60, sendo o primeiro professor da disciplina. Foi professor desta faculdade por 25 anos (Melo; Guerra, 1989).

Ajudou a fundar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, onde foi o primeiro professor da disciplina de história da antiguidade e da idade média, posteriormente, porém, fez com que a disciplina fosse fragmentada em 3 (três): introdução ao estudo da história (sendo seu primeiro professor); história antiga; e história medieval. Também lecionou filosofia da história. Foi vice-diretor desta faculdade (Melo; Guerra, 1989).

Também idealizou e foi um dos fundadores da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal, onde lecionou as disciplinas de economia política, área que se especializou após um curso promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) através da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em Recife. Foi diretor desta faculdade por 8 anos, até sua federalização e incorporação à UFRN (Melo; Guerra, 1989).

Além de sua notável carreira acadêmica, João Wilson Mendes Melo foi um prolífico escritor, com mais de 10 livros publicados nas áreas de ensaio, crônica e poesia. Sua obra mais conhecida, *Introdução ao Estudo da História* (Nossa Editora: Natal, 1984), é tida como um trabalho fundamental para graduandos em História ou interessados na área, tratando teoria e filosofia da História de forma simples e compreensível. Essa edição é, na realidade, a segunda,

porém a primeira que se consolida como livro. A primeira edição foi uma plaquete intitulada *História e Atualidade* (Melo, s. d., a).

Outra obra de destaque é *A Cidade e o Trampolim* (IHGRN: Natal, 1999. Coleção Cultura, N.º 10), na qual relata suas impressões sobre a cidade de Natal desde sua chegada, na década de 30, até o período da Segunda Guerra Mundial e os episódios aqui ocorridos dos quais foi participante ou testemunha (Melo, s. d., b).

Católico, sempre se dedicou ao religioso e espiritual com o mesmo esmero do magistério, tendo participado na adolescência dos movimentos da Juventude Masculina, cujo padre Eugênio Sales coordenava, sendo este contato o fato que o levou a ensinar aritmética no Seminário.

Continuando com as ações sociais pela igreja católica, anos mais tarde se tornaria presidente do Serviço de Assistência Rural (SAR), substituindo o cônego Eugênio Sales, órgão mantenedor das escolas radiofônicas e que prestava suporte à emissora de educação rural, e dos serviços de cooperativismo e artesanato (COPALA), além de orientação do sindicalismo rural;

Foi presidente do Secretariado Arquidiocesano de Ação Social, como também da Liga Eleitoral Católica, substituindo Otto de Brito Guerra; e do Conselho Estadual de Educação no final da década de 60.

Ao longo de sua carreira na UFRN, ocupou diversas funções, como membro do Conselho Universitário (CONSUNI) e Pró-Reitor de Assuntos Estudantis. Nesta última se destacou pela criação de diversos serviços de assistência estudantil, sendo adotados posteriormente por outras universidades federais ou pelo próprio Ministério da Educação.

Sua dedicação ao ensino foi reconhecida com o título de Professor Emérito, aprovado pelo Conselho Universitário da UFRN em 2 de abril de 2018 e concedido em 14 de setembro de 2018.

JOÃO WILSON MENDES MELO

Se tornou sócio efetivo do IHGRN em 9 de julho de 1966 (COSTA, 1999) e, em 1^o de junho de 1983, foi eleito para a cadeira de número 25 da ANRL. Tomou posse em 15 de março de 1984 (CÂMARA, 2018), com um discurso intitulado *Três homens na cena literária*, sobre o patrono e os dois ocupantes anteriores a ele da cadeira: Ponciano Barbosa, Aderbal de França e Meira Pires, respectivamente (Melo; Guerra, 1989).

João Wilson Mendes Melo faleceu em Natal, no dia 19 de maio de 2020, prestes a completar um século de vida. Sua trajetória, marcada pelo pioneirismo na educação superior, por uma sólida carreira no serviço público e por uma vasta produção intelectual, deixou um legado indelével para a cultura e a formação de gerações no Rio Grande do Norte.

LENINE BARROS PINTO

Sérgio Trindade

Aproximava-se o fim do século XX e o Brasil organizava-se para comemorar os quinhentos anos do Descobrimento. Filmes foram lançados e livros foram publicadas, palestras, conferências e simpósios ocorreram em todos os recantos do país lançando luz sobre o evento inaugural do nosso país, quando portugueses e nativos encontraram-se no litoral nordestino.

Na Bahia? Era, então, certeza. Hoje, não mais, desde que, a dois anos para o fim do século XX, Lenine Pinto, com *Reinvenção do Descobrimento*, e, depois, já neste século, com *Ainda a questão do descobrimento* e *Mando do Mar*, apresentou a tese do Descobrimento em praias potiguares. Depois, bem depois, a professora Rosana Mazaro, do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (<https://www.blogdobg.com.br/o-brasil-foi-descoberto-pelo-rio-grande-do-norte-historiadores-e-estudiosos-lancam-teoria-e-evidencias/>), e Manoel de Oliveira Cavalcanti Neto, com livros lançados sobre o tema, também esposaram a tese de Lenine.

E mais recentemente, os pesquisadores Carlos Chesman de Araújo Feitosa e Cláudio Benedito da Silva Furtado escreveram artigo que confirma a tese arrojada e até recentemente solitária. Friso que Mazaro dispõe de conhecimentos que extrapolam o

ambiente acadêmico, pois dedica-se também à arte de velejar, inclusive já tendo feito o percurso, de veleiro, Europa-Rio Grande do Norte (<https://oglobo.globo.com/sociedade/uniao-para-provar-que-cabral-chegou-primeiro-ao-rio-grande-do-norte-21238803>) e Feitosa e Furtado recorreram a outras áreas do conhecimento para fundamentar a tese que formularam.

O Rio Grande do Norte gosta de, ao olhar para o seu passado, enaltecer momentos de primazia ou de destaque na história do Brasil e mesmo do mundo. Não são poucos os fatos e eventos que nossos historiadores trouxeram à baila para demonstrar a sua importância histórica: a Confederação dos Cariris ou Guerra dos Bárbaros, revolta indígena ocorrida na segunda metade do século XVII e que teve o nosso território como epicentro; a ligação aérea Europa-África-América, na primeira metade do século XX, quando por aqui passaram alguns ases e pioneiros da aviação; a primeira eleitora, Celina Alves Guimarães, ao final da década de 1920; a eclosão da revolta comunista de 1935; e ter se tornado sede de bases aeronavais norte-americanas, durante a Segunda Guerra Mundial, contribuindo decisivamente para a vitória dos Aliados; entre outros.

Nunca atentamos, até o final do século passado, para a possibilidade de o Rio Grande do Norte, esquina do continente e com parte do seu litoral entrando de forma proeminente no oceano Atlântico, ter sido o local de desembarque da esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral, até que inopinadamente o assunto surgiu, com um estudioso do assunto apontando algumas evidências que registram a tese do descobrimento do Brasil ter ocorrido no território potiguar. Isso mesmo, o Rio Grande do Norte pode ter sido o local onde desembarcou Pedro Álvares Cabral.

Anotem: Lenine Pinto foi o precursor da virada interpretativa.

Nascido em Recife no dia 12 de maio de 1930, filho de Adamastor Pinto e de Maria de Barros Pinto, Lenine de Barros Pinto foi

criado em Natal e exerceu suas atividades profissionais em Brasília, como assessor parlamentar, no Senado Federal, voltando à sua terra adotiva somente depois de aposentado, vindo a nela falecer em 23 de junho de 2019.

De família de escritores, foi jornalista. Segundo Woden Madruga, em texto publicado na *Tribuna do Norte*, de setembro de 2015, “um dos principais repórteres natalenses daqueles tempos e um pouco mais avante”. No campo acadêmico, desenvolveu trabalhos memorialísticos e de pesquisa histórica, deixando obras importantes, dentre as quais *Natal, USA — II Guerra Mundial: A Participação do Brasil no Teatro de Operações do Atlântico Sul*, publicada originalmente pela editora RN Econômico, em 1995, e reeditado (edição fac-similar) pelo Sebo Vermelho, em 2015; *Reinvenção do Descobrimento*, editado pelo RN Econômico, em 1998; entre outros.

Natal, USA — II Guerra Mundial: A Participação do Brasil no Teatro de Operações do Atlântico Sul, seu melhor trabalho, é um livro rico em informações e traz depoimentos importantes, alguns pitorescos, sobre o impacto da presença dos militares dos Estados Unidos em Natal, na primeira metade da década de 1940. A obra, de 1995, já sugere a tese revisionista do descobrimento do Brasil, ao apontar o privilégio geográfico de Natal muito próxima do litoral africano e, portanto, “muito útil às navegações”. Aproveitando-se das menções de Amir Klink à travessia que fez do oceano Atlântico, Lenine Pinto afiança que “sem os equipamentos e a cobertura que protegiam Klink, mas com boas velas”, Cabral preferiu a rota mais curta e breve”, aportando em Touros e ali plantando, “com direito à Missa solene, o primeiro marco da posse (...) sobre a vastidão que se imaginava ser a mera ilha de Vera Cruz”.

Não era o propósito da obra acima citada, a qual se ocupa da participação de Natal como sede de bases aeronavais norte-americanas e tangencia o tema das primeiras viagens aéreas entre a

pequena capital do Rio Grande do Norte e várias localidades mundo afora. Segundo Veríssimo de Melo, em resenha escrita para o *Notícias Culturais*, de Fortaleza (CE), comparando essa obra de Lenine Pinto com livros semelhantes (*Trampolim da Vitória*, de Clyde Smith Jr., e *Contribuição Norte-americana à Vida Natalense*, de Protásio Melo) sobre o mesmo assunto, o “livro de Lenine Pinto é pesquisa mais abrangente”, pois “trouxe novos fatos e interpretações com base em documentação até então desconhecida. (...) Tudo escrito no seu estilo primoroso, sem desprezar a graça e humor de episódios ligados a pessoas que aqui participaram dos trabalhos na defesa da cidade”.

Ressaltamos, ainda, que a obra foi o aprofundamento de um trabalho de início do percurso acadêmico do autor, porquanto em 1976 ter sido lançado, pelo Centro Gráfico do Senado Federal, *Os Americanos em Natal*. Um outro trabalho sobre a temática da Segunda Guerra Mundial foi *O Reino das Bestas Feras*, publicado em 2007, pela Gráfica Print, sobre o qual Nei Leandro de Castro escreveu crônica elogiosa, na *Tribuna do Norte* (13 de março de 2009), com o título *Encontros no Rio*.

Diz o autor de *As pelejas de Ojuara*: “Carlão começou a falar de um livro, comprado em Natal, cuja leitura o prendeu da primeira à última página. *O Reino das Bestas Feras* (...) é uma pesquisa sobre os caminhos de sangue, horror, genocídio, abertos por Adolf Hitler e seus sequazes. O que mais impressionou Carlão foi o rigor da pesquisa e o estilo claro, simples, translúcido, com que essa pesquisa é apresentada”.

Mas o trabalho que lançou Lenine ao centro das discussões foi *Reinvenção do Descobrimento*, o qual depois o fez enveredar pela temática do descobrimento do Brasil, lançando vários outros: *Mando do Mar, Ainda a Questão do Descobrimento — Evidências náuticas e fontes documentais que apontam a área do Cabo de S. Roque-RN, como provável ancoradouro de Pedro Álvares Cabral, A Integração do*

Rio Grande do Norte e do Amazonas à Província do Brasil (parceria com Gerardo Pereira).

Reinvenção do Descobrimento, lançado em 1998 pela editora RN Econômico e relançado em 2022 pelo Sebo Vermelho, expõe a tese de que o Brasil colonial começou no Rio Grande do Norte. Segundo o autor, os portugueses avistaram a Praia do Marco, entre São Miguel do Gostoso e Pedra Grande, e não em Porto Seguro, na Bahia. Para ele, a frota foi empurrada para a região por correntes marítimas.

O cálculo é cristalino: seria mais fácil para os navegadores lusitanos aproveitarem a corrente equatorial sul, que naturalmente empurraria a expedição direto para o Rio Grande do Norte. Evidências não faltam, sugere Lenine: a elevação avistada pelos portugueses e batizada com o nome de Monte Pascoal seria o Pico do Cabugi, de 590 metros de altitude, situado a aproximadamente 100km da costa. Uma outra é a *aguada*, mencionada na carta de Pero Vaz de Caminha, presente nas proximidades de Touros, mas inexistente em Porto Seguro (BA).

Além disso, os portugueses chantaram um marco de posse, o Marco de Touros, esculpido com símbolos e brasões semelhantes ao do marco chantado no município de Cananeia, em São Paulo, o segundo marco português alocado no Brasil, ambos bem diferentes do fincado na Bahia. Em suas palavras, os “marcos portugueses eram chamados de *padrões* devido à uniformidade, sendo os cabralinos modelados em pedra lioz, semelhantes em tamanho e formato”, possuindo “relevos, esculpidos na mesma face, da cruz da Ordem de Cristo e das armas do Rei de Portugal”. Mais, os portugueses navegaram duas mil léguas ao sul do país para fincar o segundo marco, distância correspondente ao percurso do Rio Grande do Norte-São Paulo. Caso tivesse partido da Bahia, o segundo marco teria sido chantado em território da atual Argentina.

Para Manoel de Oliveira Cavalcanti Neto, em sua *1500, de Portugal ao saliente potiguar: praia do Marco porta oficial do Brasil*, quando a esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral cruzou o oceano Atlântico e chegou ao litoral brasileiro, não avistou o Monte Pascoal, em Porto Seguro, na Bahia, mas o Pico do Cabugi (o verdadeiro Monte Pascoal) na região central do Rio Grande do Norte. No *Mando do Mar*, Lenine Pinto diz ser possível confundir a Ponta do Calcanhar, pela sua localização, com o cabo de São Roque, “mas o Cabugi não tem nada a ver com o Monte Pascoal baiano”, que é, no dizer de Manoel Neto, “uma torre cortada, sem cone no vértice”, tanto que na segunda edição do seu trabalho, Cavalcanti Neto ajusta o local do avistamento: sai o Pico do Cabugi, entra a Serra Verde, nas proximidades de João Câmara.

Citando Duarte Leite, Lenine Pinto sinaliza que nos mapas antigos, “a Serra do Cabugi figura como Morro de São Vicente, encimado por um pico (mui alto e redondo, na expressão de Caminha) que se avista de Macau até a Ponta do Calcanhar (...)”. Para ele, da expedição comandada por Cabral em diante, as escalas que os portugueses faziam na África foram suspensas e transferidas para a nova terra, que passou a ser um porto seguro, onde as caravelas e naus lusitanas, que faziam a *Carreira das Índias*, poderiam ser reabastecidas — paradas quase sempre efetuadas entre o litoral do Rio Grande do Norte e de Alagoas, nunca no território onde hoje é Porto Seguro, na Bahia. Ademais, eram muitos e “poderiam estar em muitos os lugares” os portos seguros, como assevera Damiano de Goes, na *Crônica do Sereníssimo Príncipe D. João*, ao dizer que o Brasil é terra “muito viçosa (...) e tem muitas e grandes ribeiras, e muito bons portos, e muitas fontes de muito boas águas”.

Em *Reinvenção do Descobrimento*, está dito “que o porto seguro baiano nunca foi uma aguada permanente”, sem contar que, conforme ilustra Pedro Calmon, “àquela enseada não voltaram os portugueses

senão muitos anos depois”. E conclui, citando bibliografia robusta, que na região de São Roque, no saliente potiguar, é possível identificar “não apenas um, mas dois rios de aguada (...) e, entre estes dois rios, as barreiras vermelhas de que fala Caminha, estando assinalado ainda, na mesma paisagem, um monte de cimo pontiagudo logo abaixo da desembocadura de um rio de água doce, que será a foz do rio Açu, em Macau, por onde começa a ser descortinada a serra do Cabugi”.

Antes de Lenine Pinto abordar a primazia do Rio Grande do Norte, em 1998, Jayme de Altavila escreveu, em 1938, *História da civilização alagoana*. Ali está escrito que o descobrimento do Brasil ocorreu no atual estado de Alagoas. A tese foi exposta, em 1940, numa conferência nacional dos Institutos Históricos e Geográficos e está inteiramente escorada nos relatos do navegador holandês Alexander von Humboldt, para quem Pedro Álvares Cabral estava, quando avistou terra, a 10^o de latitude sul, localização que corresponde às atuais regiões de Coruripe, Jequiá, Poxim e Barreirase. Seria, então, o Monte Pascoal a serra da Naceia, em Anadia. A topografia de Coruripe, sustenta Altavila, é muito semelhante à que descreve Pero Vaz de Caminha (barreiras altas e avermelhadas, um monte muito alto e redondo com terras chãs ao sul ou os rios e lagoas), e bem diversa do que há na Bahia.

O tema é polêmico e exige pesquisas aprofundadas. As universidades passaram tempo significativo sem dar a devida atenção a ele, mas o interesse da mídia, que tem divulgado muito o assunto, tem mudado a situação.

Falecido 23 de junho de 2019, Lenine Pinto não teve a oportunidade de ver a publicação do artigo *Physical analysis from scientific data in Pero Vaz de Caminha's letter*, de Carlos Chesman de Araujo Feitosa e Cláudio Benedito da Silva Furtado, professores respecti-

vamente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade Federal da Paraíba.

O texto dos professores e pesquisadores, do Departamento de Física de suas universidades foi publicado, em 2024, no *Brazilian Journal of Science* e analisou dados geográficos da carta de Pero Vaz de Caminha mediante ferramentas contemporâneas [SIG, GPS e batimetria por satélite (medindo a profundidade do oceano, convertendo as braças mencionadas na carta do escrivão da expedição para metros, o que lhes permitiu simular a aproximação do litoral usando *softwares*)], considerando condicionantes oceanográficos da época dos grandes descobrimentos: gradientes térmicos Equador-polo e efeitos da *Força de Coriolis* (efeito gerado pela rotação da Terra que influencia os ventos e as correntes marítimas), fenômeno que impacta as correntes oceânicas, fazendo-as girar no sentido horário no hemisfério norte e no sentido anti-horário no hemisfério sul, dinâmica que teria desviado a frota lusa para o litoral do Rio Grande do Norte.

Os resultados a que chegaram contestam a narrativa tradicional. Para eles, o Monte Pascoal descrito corresponde ao atual Monte Serra Verde (06°09'14"S, 35°17'38"W), próximo a João Câmara, Rio Grande do Norte, o desembarque ocorreu na foz do Rio Punaú (Praia do Zumbi, 05°32'17"S, 35°15'40"W) e a ancoragem inicial deu-se na Praia do Marco — e não na baiana Porto Seguro. Todas as localidades estão no litoral norte do Rio Grande do Norte.

Os autores apontam que alterações toponímicas e imprecisões cartográficas pós-século XVIII distorceram a localização original, razão pela qual recomendam que as fontes primárias sejam revisitadas à luz de tecnologias geoespaciais, muito embora reconheçam limitações existentes quanto a mudanças costeiras quinhentos anos.

Em outras palavras, o trabalho, que combina dados físicos, mapas interativos e imagens de satélite para sustentar que o ponto mais provável da chegada portuguesa não foi a Bahia, mas o atual terri-

tório do Rio Grande do Norte, referenda, em linhas gerais, a tese proposta por Lenine Pinto há quase três décadas.

A primazia de Lenine Pinto fez o jornalista Alexandre Garcia, um entusiasta da tese do potiguar nascido em Recife, escrever: “No início era Lenine Pinto, e o verbo de Lenine habitou entre nós. Há mais de três décadas a descoberta do Descobrimento em Touros me faz levar o assunto a todos os que possam provocar investigações” (<https://tribunadonorte.com.br/viver/trilogia-sobre-descobrimento-do-brasil-pelo-rn-e-referencia-em-pesquisas/>).

Publicações Natal, USA — II guerra mundial: a participação do Brasil no teatro de operações do Atlântico Sul. (1995); Reinvenção do descobrimento: o litoral norte-rio-grandense, atração necessária às navegações exploradoras do Atlântico Sul e ponto de desembarque de Pedro Álvares Cabral. (1998); Ainda a questão do descobrimento (2000); O mando do mar (2015).

OLAVO DE MEDEIROS FILHO

Helder Macedo

Olavo de Medeiros Filho nasceu em Caicó-RN no dia 13 de fevereiro de 1934 e faleceu em Natal-RN em 03 de julho de 2005. Era filho de Olavo Silva de Medeiros e Severina Dantas de Medeiros, descendentes de famílias do Seridó, as quais chegaram a esse espaço por volta do século XVIII. No início dos anos de 1940, em companhia dos pais, migrou para a capital do estado, Natal, porém, sempre voltava a Caicó para rever os familiares (Santos, 2006).

Em 1952 casou com Maria Iria Nóbrega de Medeiros, também caicoense e filha de Nilton Gorgônio da Nóbrega e Doralice de Brito Nóbrega. Dessa união nasceram cinco filhos: Olavo de Medeiros Neto, Angela Nóbrega de Medeiros, George Nóbrega de Medeiros e Jáder Nóbrega de Medeiros (Medeiros, 2007).

Acerca de sua vida profissional, com ingresso por meio de concurso, atuou como funcionário do Banco do Brasil, no período de 1952 a 1982 (Sobral, 2025).

Pelo conjunto, amplitude e importância da sua pesquisa e produção bibliográfica, considera-se que Olavo de Medeiros foi um historiador erudito com destacada atuação no século XX. No texto do Memorial que ele mesmo escreveu, em 1982, para instruir o processo de admissão ao IHGRN, percebe-se que o seu despertar para a pesquisa histórica ocorreu na infância. Tinha dez anos de idade quando passou a “apreciar conversar com as pessoas idosas, cultoras

da genealogia e das tradições de Seridó e que lhe foram transmitindo tais conhecimentos” (Medeiros Filho, 1982 *apud* Santos, 2006, p. 30).

A partir desse momento, *Olavinho* – como ficou conhecido entre as pessoas mais próximas — principiou a transcrever as narrativas ouvidas dos mais velhos para um caderno, apontamentos que serviram como base para procurar saber mais sobre o seu povo e sua região em anos posteriores. E, no intervalo entre 1952 e 1982 “manteve aceso o interesse pelos temas históricos e genealógicos, sem (...) intentar pesquisas mais aprofundadas”, além de se dispor a ler os livros já publicados sobre o Seridó, como aqueles da lavra de, dentre outros, Felipe Guerra, José Augusto, Juvenal Lamartine e Manoel Dantas (Medeiros Filho, 1982 *apud* Santos, 2006, p. 33).

É possível que, nessa *escrita de si*, Olavo de Medeiros tenha se valido de uma das suas características enquanto pessoa, a humildade, pois, ao prefaciar o livro *O coronel de milícias Caetano Dantas Correia — um inventário revelando um homem*, de dom José Adelino Dantas, descreveu uma pesquisa de campo que já havia feito, no 1º Cartório da cidade de Acari, no início de 1977, junto com o historiador Jayme da Nóbrega Santa Rosa. A investigação revelou a existência de dezenas de inventários *post-mortem* dos séculos XVIII e XIX, que foram utilizados como matéria-prima para alguns de seus livros futuros, em especial, o *Velhos inventários do Seridó*.

E, mais que isso: demonstrou que, mesmo enquanto ainda trabalhava como bancário, aos poucos ia construindo a sua rede de relações com outros historiadores eruditos no Seridó. Vale lembrar que, no já citado livro de dom Adelino Dantas, Olavo de Medeiros publicou, com base em pesquisa documental e oral, três pequenos artigos, fruto de suas pesquisas: *A tradição popular e o coronel de milícias Caetano Dantas Correia*; *O coronel de milícias Caetano Dantas Correia, um sesmeiro do século XVIII*; e *A família do genearca Caetano Dantas*

Correia (Medeiros Filho, 1977). Talvez sejam, estes, alguns dos seus primeiros produtos bibliográficos publicados de forma impressa.

A partir de 1978, conforme explicita o já referido memorial, Olavo de Medeiros ampliou seus estudos e pesquisas ao efetuar, gradativamente, a transcrição de cerca de 3 mil assentos de batizado, casamento e óbito de freguesias do Seridó — sobretudo, Caicó e Acari —, levantamento que culminou na elaboração de seu primeiro livro, *Velhas famílias do Seridó*, publicado pelo Centro Gráfico do Senado Federal em 1981.

A obra é composta de onze capítulos temáticos, dedicados a patriarcas de famílias ditas tradicionais e suas descendências, dos quais nove residiram em fazendas da Ribeira do Seridó e dois em outros espaços limítrofes, dentro da Capitania do Rio Grande do Norte, porém, com forte influência na formação de parentelas nas terras que hoje são chamadas de seridoenses.

Através da genealogia, pois, o autor reconstruiu aspectos da história do Seridó, fazendo se sobressair imagens de um Seridó tradicional, de famílias lusitanas ou de descendentes do Reino, que emergem quando se lê os seus capítulos, crítica que é feita por trabalhos acadêmicos recentes que tomaram a mesma espacialidade como objeto de estudo (Macedo, 2011; 2020).

É preciso, todavia, fazer a crítica levando-se em conta o lugar de produção a que Olavo de Medeiros estava ligado à época de publicação da obra: trata-se do seu primeiro grande estudo, marcado por intensiva pesquisa bibliográfica e em acervos, com objetivos bastante definidos na própria introdução da obra, o que não lhe retira, em hipótese alguma, o mérito. O próprio autor, em sua última obra sobre o Seridó, *Cronologia Seridoense* (2002), fruto de duas décadas de pesquisas, reconhece que, para além das famílias tradicionais, “brancas”, coexistiram, também no Seridó, parentelas de origem “mestiça”.

Um exemplo claro de maturidade e honestidade intelectual do autor em relação a pressupostos anteriormente expressos em seus livros.

Ainda no que diz respeito a *Velhas famílias*, é salutar que sejam ressaltadas três importantes virtudes, sem esgotar a importância da obra como um todo. A primeira diz respeito ao trânsito do autor, que, como historiador preocupado com fidedignidade das fontes de informação para subsidiar seu estudo, fez pesquisa documental em acervos de diferentes naturezas, a exemplo dos cartórios de Caicó, Acari e Patos, bem como das paróquias de Natal,

Caicó, Acari, Mamanguape, Brejo de Areia, Patos e Cuité, as quatro últimas em território paraibano. Por pesquisa documental, entenda-se a consulta a catálogos ou índices, escolha dos documentos, leitura e transcrição.

A segunda virtude diz respeito à probidade com que Olavo de Medeiros se inscreveu na comunidade de historiadores dedicados ao estudo de temas sobre a história e genealogia do Seridó. Nesse livro, o autor admitiu e veementemente fez a remissão aos livros que trataram de genealogia antes dos anos 1980, colocando-se como herdeiro do conhecimento já produzido anteriormente por, dentre outros, Borges da Fonseca, Clementino Camboim, Felipe Guerra, José Augusto Bezerra de Medeiros e dom José Adelino Dantas. O autor colocou-se, dessa maneira, como mais um dentre os historiadores que, com seus esforços de investigação e publicação, colaboraram para a visibilidade do Seridó enquanto uma região cujas pessoas têm abalizado interesse pela genealogia.

Por fim, a própria narrativa da obra merece ser posta em relevo, pois, conquanto tenha se valido de uma forma conservadora de abordar as descendências dos patriarcas da Ribeira do Seridó, contribuiu, de forma pioneira singular, para que outros estudos despontassem *a posteriori*. Seja pelo colossal aporte de pouco mais de mil e quatrocentas pessoas listadas, ligadas a cerca de setenta famílias

que integram os onze capítulos, seja pela coerência com que o autor dedicou o trabalho de citar as fontes e bibliografias consultadas.

Raros são os trabalhos, acadêmicos ou não, dos anos 1980 em diante que, enveredando pela pesquisa sobre a história do Seridó, não citam Velhas Famílias do Seridó, o que indica a longevidade do alcance da obra e a referência que se tornou no âmbito da biblioteca básica de genealogia do Nordeste.

Os procedimentos metodológicos utilizados na concepção e preparação de seu primeiro livro foram adotados nas investigações posteriores, com acréscimos e adequações, que acompanharam o seu crescimento como investigador de assuntos históricos: o estabelecimento de um objetivo de trabalho; a consulta aos autores que já escreveram e publicaram sobre o tema; a pesquisa de campo em bibliotecas, arquivos e espaços urbanos e rurais, incluindo a coleta de fontes manuscritas, impressas, iconográficas, cartográficas e orais; o cotejamento entre o repertório já produzido e as fontes; o esquadrinhamento das conclusões, na forma de texto, dentro do limite que a análise dos documentos lhe permitia, fosse acompanhando ideias aceitas pelos intelectuais anteriores ou propondo novas interpretações.

Seguindo essa metodologia, surgiram seus três próximos livros: *Velhos Inventários do Seridó*, em 1983; *Índios do Açu e Seridó*, em 1984 e *Caicó, cem anos atrás*, em 1988, também publicados pela Gráfica do Senado Federal. No primeiro, Olavo de Medeiros apresenta uma leitura sobre o *modus vivendi* do Seridó antigo enfocando a economia, a sociedade e a cultura. Utilizando, como fio condutor, a análise da cultura material presente em quinze inventários de senhores e senhoras do Seridó — transcritos parcialmente na obra —, o autor produziu capítulos dedicados à pecuária, agricultura, escravidão, transportes, utensílios, ofícios, terras e casas, móveis, alimentação, roupas, joias, armas e devoções religiosas.

Índios do Açu e Seridó, publicado um ano depois, representa um importante marco na historiografia norte-rio-grandense. Enquanto a maioria dos historiadores do século XX silenciava ou tratava do “desaparecimento” dos nativos do Rio Grande do Norte, Olavo de Medeiros não só lhes dedicou a centralidade nessa obra, mas, também, compilou e apresentou o modo de vida dos indígenas que habitavam os sertões e suas diferenças culturais — sobretudo, entre os Tarairiú e os Kariri —, tomando como base discursos de portugueses, luso-brasileiros, franceses e holandeses do século XVII.

Na segunda parte do livro, historicizou o processo de ocupação do interior do Rio Grande do Norte, que teve como ponto de inflexão os conflitos da chamada “Guerra dos Bárbaros”. A “Carta do Autor”, à guisa de apresentação da obra, reveste-se de grande valor, pois, demonstra que Olavo de Medeiros, nos anos de 1980, ao referir-se às heranças nativas nas práticas culturais dos sertanejos, flertava com a ideia de que os indígenas não haviam sido extintos com as guerras da colonização, como pesquisas ulteriores demonstraram (Lopes, 2003; Macedo, 2011).

Por fim, *Caicó, cem anos atrás*, de 1988, traçou um panorama do que era a Cidade do Príncipe entre o final do Império e o início da República, utilizando, como principal fonte, as matérias do semanário *O Povo*, que circulou entre 1889 e 1891. A obra aborda desde as mudanças no nome da cidade — que, de Príncipe, foi alterada para Seridó e, depois, para Caicó — até o mundo da administração (jurídica, policial, municipal, religiosa), tratando, ainda, da vida urbana e rural, do comércio, da instrução pública, dos divertimentos e dos fenômenos climáticos. Trata-se de uma história do cotidiano do que hoje se conhece como Caicó, retratada pela imprensa da época e ilustrada com fotografias e transcrições de assentos paroquiais das pessoas aí retratadas.

É perceptível, assim, que um primeiro nicho da obra de Olavo de Medeiros seja o de estudos que enfocaram a história da região do Seridó, com foco, principalmente, nos períodos da Colônia e do Império. Um segundo nicho corresponde a pesquisas sobre a Capitania do Rio Grande do Norte a partir de sua ocupação em época mais recuada, abrangendo, portanto, espacialidades do litoral do século XVI em diante.

Esse foco está ligado, sobretudo, ao seu ingresso como sócio efetivo do IHGRN no ano de 1982, após sua aposentadoria do Banco do Brasil. No instituto, teve acesso a uma biblioteca privilegiada e a um conjunto documental de relevante envergadura, que impulsionou sua produção historiográfica. Atuou, aí, em diversas épocas, como diretor da Biblioteca, Arquivo e Museu (BAM), adotando, portanto, o lugar, como sendo o seu “segundo lar” (Medeiros Filho, 1982 *apud* Santos, 2006, p. 44).

Uma plaquete publicada em 1988, *Naufrágios no Litoral Potiguar*, inaugurou essa outra vertente da produção de Olavo de Medeiros, enfocando, especificamente, os afundamentos de embarcações na costa do Rio Grande do Norte. Duas importantes obras devem ser levadas em conta, aqui, que se debruçaram sobre a história do Rio Grande do Norte no período em que esteve sob domínio dos holandeses, no século XVII: *No rastro dos flamengos*, de 1989, e *Os Holandeses na Capitania do Rio Grande*, de 1998, ambas consideradas, pelo autor, como de cunho revisionista.

Em 1991 veio a lume um importante contributo para a história de Natal, *Terra Natalense*, que reconstruiu aspectos da vida nesse núcleo colonial, tanto na sua área urbana, quanto na parte rural. Dois outros livros, considerados, pelo autor, como complementares, focalizaram aspectos da história do atual território norte-rio-grandense nos tempos coloniais: *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*, de 1997, e *Notas para a história do Rio Grande do Norte*, de 2001.

Ao compulsar essas duas últimas obras, percebe-se a ampla variedade temática oferecida aos seus leitores na forma de textos que exploravam o passado colonial do Rio Grande do Norte a partir de ângulos como a organização do espaço e seu gerenciamento em circunscrições político-administrativas, a exemplo do Marco de Touros, da Fortaleza dos Santos Reis, da Cidade do Natal, das Aldeias do Potiguaçu e da Antonia, bem como, da Casa de Câmara e Cadeia de Natal; os aldeamentos indígenas existentes antes, durante e depois da chamada “Guerra dos Bárbaros”; e testemunhos materiais de tempos de outrora, ainda presentes na paisagem, como a Casa de Pedra do Rio Pirangi, a Gruta do Bode (Canguaretama), a Casa forte do Cuó (Caicó), a Castanhola da Ribeira e o túmulo de André de Albuquerque Maranhão.

Um detalhe importante precisa ser sublinhado acerca desse segundo nicho de obras de Olavo de Medeiros Filho: alguns dos capítulos das produções mencionadas já haviam sido publicados, anteriormente, seja como plaquetes junto à Coleção Mossoroense, seja como artigos em diversos veículos de comunicação, atestando a receptividade que ele dispunha entre a intelectualidade.

No caso destes últimos, destaca-se um conjunto de artigos publicados no Diário de Natal/O Poti entre 1974 e 1987, além de outros publicados nas Revistas do IHGRN (1987–2001); do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — IHGB (1988); do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará — IHGACE (1991) e da Academia Norte-rio-grandense de Letras — ANRL (1990–2002) (Sobral, 2025). É provável que haja artigos do autor publicados em outros periódicos, sem falar dos prefácios que escreveu, o que, por si só, renderia um estudo específico, dada a sua natureza paratextual.

A sua inserção, como autor, nos periódicos referidos, indicia o prestígio que Olavo de Medeiros tinha, em função de sua trajetória de historiador, junto a diversas instituições brasileiras. Foi consa-

grado imortal da ANRL, tendo tomado posse em 1989, além de ter feito parte dos conselhos diretores da Fundação José Augusto e da Fundação Hélio Galvão, ambas em Natal (Sobral, 2025).

Segundo o perfil de Olavo de Medeiros no site do Colégio Brasileiro de Genealogia (CBG), entidade de que fez parte, como titular, integrou as Academias de História do Amazonas; de Letras de Campina Grande; e Mossoroense de Letras. Foi membro das Sociedades Brasileira de Estudos do Século XVIII e Cearense de Geografia e História, além da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia (ASBRAP).

Além disso, foi sócio do IHGB; do IHGACE; e dos Institutos Cultural do Vale Caririense (ICVC); Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP); Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES); Cultural do Oeste Potiguar (ICOP); Paraibano de Genealogia e Heráldica (IPGH); Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP); e Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba (IHGGS).

Mesmo com todo esse prestígio, reforçado pelo respeito com que era tratado entre os historiadores eruditos do estado, Olavo de Medeiros ajudou a incontáveis pessoas, desde aquelas aspirantes a tornarem-se historiadores, até aquelas que já militavam nas fileiras de Clio. O autor deste verbete, por exemplo, deve muito do seu aprendizado em termos de pesquisa histórica, a *Olavinho*, que lhe instruiu por caminhos apropriados nos arquivos de Natal e do Seridó, antes de ingressar na Graduação em História, no Campus de Caicó, da UFRN.

Outras pessoas também tiveram esse mesmo suporte, sobretudo nos ambientes de pesquisa do Instituto Histórico, em ocasiões onde a presença de servidores e servidoras da instituição — dentre quais não se pode esquecer das abnegadas Antonieta Souza e Lúcia Silva —, sob orientação de Olavo de Medeiros, tornaram a fase de busca e acesso à documentação mais leve. As historiadoras Flávia de Sá

Pedreira (2012) e Roselia Cristina de Oliveira (2018) são exemplos, dentre tantos outros casos, de pessoas que, no Instituto, tiveram o prazer de conviver e dialogar com Olavo de Medeiros, tendo recebido dele auxílios no processo investigativo.

Por falar no IHGRN, na mesma pasta onde encontra-se o Memorial de *Olavinho*, redigido para a admissão na instituição, em 1982, foi localizado um *Curriculum Vitae* produzido em 1988 e, junto a este, um rascunho, em que, de forma concisa, o historiador sintetiza o escopo da sua produção historiográfica. Intitulando-se, modestamente, de “auto-didata”, considerava-se, naquela época, “realizado no seu esforço de estudar e revelar aspectos históricos da capitania do Rio Grande e da região que o viu nascer, o Seridó” (Medeiros Filho, 1988 *apud* Santos, 2006, p. 45). A amplitude e a profundidade de sua obra, que navegou por um corpo de assuntos tão variados, continuam a fomentar pesquisas e a inspirar interessados e interessadas na história colonial da Capitania do Rio Grande do Norte e, em especial, do Seridó.

Publicações Velhas Famílias do Seridó (1981; 2018); Velhos Inventários do Seridó (1983; 2016); Índios do Açu e Seridó (1984; 2011); Caicó, cem anos atrás (1988; 2004); Os antigos cronistas e os rios Upanema, Apodi e Mossoró (1987); Notícia sobre a Fazenda do Monxoró, em 1712 (1987); Origens Genealógicas dos Moraes Navarro no Nordeste Brasileiro (1988); Os Tarairiús, extintos Tapuias do Nordeste (1988); Naufrágios no Litoral Potiguar (1988); No rastro dos flamengos (1989); Terra Natalense (1991; 2015); O engenho Cunhaú: a luz de um inventário (1993); Aconteceu na Capitania do Rio Grande (1997); O Terço dos Paulistas do mestre de campo Manuel Álvares de Moraes Navarro e a Guerra dos Bárbaros (1997); Os Holandeses na Capitania do Rio Grande (1998; 2010); As salinas holandesas

OLAVO DE MEDEIROS FILHO

no litoral potiguar (1998); Notas para a história do Rio Grande do Norte (2001); Rio Grande do Norte: 500 anos (2001); Cronologia Seridoense (2002; 2015); Gênese Natalense (2002); Ribeiras do Assú e Mossoró: Notas para a sua História (2003); Os Fenícios do professor Chovenágua (2004); Os Barões do Ceará-Mirim e Mipibu (2005); Subsídios para a História da Cidade de Nísia Floresta (1607–1899) (2015); Aspectos histórico-geográficos do trecho litorâneo entre a praia de Tibau do Sul e o Rio Sibaúna, RN — séculos XVII e XVIII (2016); e Holandeses no Seridó Colonial? (2017); Os Tarairiús, o Rio Grande do Norte e a Guerra dos Bárbaros (2021).

JOSÉ GERALDO DE ALBUQUERQUE

Sérgio Trindade

Em meados de fevereiro último, Gustavo Sobral, meu ex-aluno, jornalista e escritor conceituado e membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) convidou-me a escrever sobre o professor José Geraldo de Albuquerque, também ex-professor dele no Complexo Educacional Henrique Castriciano, onde fui, por uma década, colega e, depois, amigo do ilustre professor.

Ingressei no Complexo Educacional Henrique Castriciano e na Escola Doméstica de Natal em meados da década de 1990, mais precisamente em 1995, para lecionar História em quatro turmas de 5^a e 6^a séries do primeiro grau, hoje correspondentes aos 6^o e 7^o ano do ensino fundamental. Era uma sobra de horários que nenhum professor pôde assumir, todos já comprometidos com turmas nos dois colégios e em outras escolas públicas e privadas de Natal.

Lá encontrei o professor José Geraldo de Albuquerque, com quem passei a ter contatos eventuais, tendo em vista o esbagaçado dos meus horários de doze aulas (seis no turno matutino e seis no vespertino), espalhadas em três dias da semana.

Os contatos amiudaram ao longo dos anos seguintes, quando passei a lecionar a mais turmas e, por isso, estive mais presente nas duas escolas e mais frequente na sala dos professores, onde o professor José Geraldo descontraía o ambiente com sua ótima prosa, sua simpatia sem par e seu riso franco e aberto.

Na sala dos professores das duas escolas, minhas conversas com o professor José Geraldo eram quase sempre sobre história do Rio Grande do Norte. Ele sempre falava sobre livros e artigos antigos sobre o tema e sobre livros e artigos recentemente publicados, os quais ele dava conta em virtude de seu incansável trabalho de montar uma hemeroteca, guardada em sua biblioteca particular localizada num anexo aos fundos de sua residência, em Ponta Negra.

José Geraldo de Albuquerque era licenciado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e mestre pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), além de membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) e membro da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte — entidade mantenedora dos atuais Complexo de Ensino Noilde Ramalho (antigos Complexo Educacional Henrique Castriciano e Escola Doméstica de Natal) e do Centro Universitário do Rio Grande do Norte — UNI-RN (antiga Faculdade Natalense Para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte — FARN).

A Liga de Ensino foi criada pelo poeta e intelectual Henrique Castriciano de Sousa e outros proeminente homens de letras, gestores públicos, profissionais liberais e empresários, no distante 23 de julho de 1911, em sessão solene bastante concorrida e presidida pelo “governador Alberto Maranhão, o ‘Príncipe Mecenas’, no esplendor dos quarenta anos” (Cascudo, 1965, p. 133), numa Natal habitada por algo em torno de 25 mil almas.

O objetivo era auxiliar os poderes públicos na educação da população da provinciana Natal e do Rio Grande do Norte, conforme expõe Cascudo (1965), amparado em documento da própria instituição: “Associação visando, em geral, auxiliar os poderes públicos em tudo quanto disser respeito à instrução e educação do povo, e, em particular, fundar escolas para instrução e educação da mulher” (Cascudo, 1965, p. 133).

Três anos depois nascia a Escola Doméstica de Natal, segundo Nilo Pereira, na apresentação da obra de Câmara Cascudo *Nosso amigo Castriciano*, “a única existente, no gênero, em todo o País” (Cascudo, 1965, p. 10). Havia, conforme Cascudo (1965), o plano de criar a Escola Doméstica e deixá-la livre “do oficialismo administrativo”, afastá-la o mais que pudesse “da intervenção política, especialmente da desorganização pedagógica, das experiências sucessivas e das limitações inadapáveis à mentalidade dos educandos”, mantendo “sua independência didática e a fidelidade ao programa essencial que era o atrevimento e novidade inauditos naquele tempo” (Cascudo, 1965, p. 133).

José Geraldo tornou-se um dos pernambucanos mais potiguares deste estado e um disciplinado estudioso de Henrique Castriciano de Souza, homem público e intelectual de nomeada. A sua dissertação de mestrado em História, defendida em 1981, na UFPE, foi justamente sobre o ilustre macaibense nascido em 15 de março de 1874, e teve como título *Henrique Castriciano: um reformador social*.

Daí não parou mais, sendo o responsável pela organização dos textos em prosa e poesia do profícuo intelectual ligado aos Albuquerque Maranhão, em três volumes, com o título *Seleção: textos e poesias — Henrique Castriciano de Souza*, em 1993. Quem lhe atribuiu a missão foi dona Noilde Ramalho, inicialmente aluna, depois professora e a mais marcante diretora da Escola Doméstica de Natal e seguramente umas mais influentes personalidades nordestino-grandenses. Era uma tarefa ingente, porquanto o material estava espalhado em periódicos do estado e de outras unidades da federação, como Pernambuco e Rio de Janeiro.

Segundo João Maria de Lima e Anchella Monte, o professor José Geraldo iniciou o trabalho garimpando o material inicialmente “no Arquivo da Escola Doméstica, sem data, em número de 13 (treze),

os demais, dos jornais do período de 1892 a 1938, com as respectivas datas” (Lima & Monte, In: Albuquerque, 2011 — Nota Explicativa).

Em 2011, quando das comemorações pelos cem anos da fundação da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, a obra foi relançada num único e bonito volume, trabalho do *Sebo Vermelho Edições*, capitaneado pelo sebista e editor Abimael Silva, com orelhas do professor Daladier Pessoa da Cunha Lima, ex-Reitor da UFRN e então Reitor da UNI-RN, e Nota Explicativa assinada pelos professores João Maria de Lima e Anchella Monte, os quais mencionam textualmente as impressões do autor da obra dizendo ser a *Seleção* “a que Henrique Castriciano de Souza, vice-governador e secretário de Estado, escritor, poeta e educador, tantas vezes ouvido nos altos conselhos do Estado” uma lição e exemplo (Lima & Monte, In: Albuquerque, 2011 — Nota Explicativa).

Na oportunidade, “o professor José Geraldo emocionou aos presentes recitando o poema ‘Enigma’, um dos selecionados para o livro”, originalmente publicado n’*A República*, de 31 de maio de 1895:

A lágrima sem fim, a lágrima pesada
Que eternamente cai do alto desta gruta
Representa alguma alma estranha, desolada
Que mora a soluçar dentro da rocha abrupta?

Est’alma quem será? Não sei! Mistério fundo...
Entretanto eu pressinto alguém que se debruça
E baixinho me diz num gemido profundo:
Existe um coração na pedra que soluça...

Uma curiosidade: estes versos foram escritos em 21 de janeiro de 1895, numa rocha da Gruta da Trincheira, na Serra de Martins, quando o poeta lá esteve “à procura de ‘melhores ares’.” Depois, de

acordo com Câmara Cascudo, abriram o volume Ruínas, de 1898 (Mangabeira, 2024, p. 28–29).

Estabelecido no Rio Grande do Norte, onde lecionou no Departamento de História da UFRN, instituição pela qual se aposentou, e nas duas escolas acima citadas, o professor José Geraldo de Albuquerque não foi exatamente um pesquisador, mas um garimpador de informações diligentemente guardadas na sua hemeroteca, frequentada por alguns dos mais eminentes e destacados pesquisadores da história potiguar.

Todos buscando luz sobre fatos e eventos ocorridos no solo do estado ou nos quais estiveram envolvidas personalidades aqui nascidas ou que adotaram o estado como morada ou que simplesmente por aqui estiveram. Informações de jornais e revistas recolhidos por José Geraldo e transformadas em recortes que valiam ouro, numa época em que *a Internet era só mato*, como um dia me disse um ex-aluno e hoje competente empreendedor na área tecnológica.

Paralelamente ao trabalho de garimpador de informações, o já aposentado professor universitário não se conteve. Conversador de espírito jovial, resolveu retornar ao ambiente de sala de aula, desta vez lecionando para adolescentes de primeiro e segundo grau [atual ensino básico (fundamental e médio)]. Sofria horrores, como um dia me confidenciou, com a energia dos jovens alunos, alguns malcriados que chegaram a desrespeitá-lo, mas insistia e não desejava largar o ofício pelo qual era apaixonado. Ainda “tinha muita lenha para queimar”, dizia com o seu riso franco e aberto estampado no rosto paternal.

Sempre às voltas com a coleta de informação para abastecer a sua hemeroteca, o professor José Geraldo me perguntou, em meados de 2000, com uma calhamaço de vinte a trinta páginas datilografadas, se eu não tinha interesse em publicar nada sobre a história do Rio Grande do Norte, “um trabalho voltado para esses meninos que

fazem segundo grau”. Diante de minha resposta afirmativa, ele me entregou a papelada e disse: “Veja o que você consegue aproveitar daí”. Aposentado e entrado em anos, queria deixar mais uma contribuição escrita.

A papelada era um roteiro com algumas passagens sobre a história local, das primeiras referências à capitania do Rio Grande até a Segunda Guerra Mundial, com alguns vazios pelo meio. Faltavam informações sobre o período posterior à expulsão dos holandeses e daí até a Independência e da Independência até a Proclamação da República. Da República Velha algumas informações esparsas sobre o domínio oligárquico dos Albuquerque Maranhão e dos Bezerra de Medeiros e algo, muito pontual, sobre a presença de soldados norte-americanos em Natal durante a Segunda Guerra Mundial.

Sem meias palavras, ele me sugeriu: “Seremos parceiros na empreitada”. E assim nasceu *Subsídios para o estudo a História do Rio Grande do Norte*, um livro voltado para os alunos de 2º grau que iriam fazer prova de Vestibular (à época, entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, a prova de História, elaborada pela Comissão Permanente do Vestibular — Comperve/UFRN, era assim distribuída: 15 questões objetivas e 5 questões discursivas; duas das questões eram de história do Rio Grande do Norte: uma objetiva e uma discursiva).

A primeira edição foi feita nas oficinas da Imprensa Oficial e paga pela Liga de Ensino, em 2001, e o sucesso foi completo. Foram 500 exemplares, todos vendidos ao longo dos anos de 2001 e 2002. Uma segunda edição foi organizada, no ano de 2005, pelo *Sebo Vermelho Edições*, depois que Abimael Silva me contactou dizendo-me haver procura incessante pelo trabalho. Fui à casa do professor José Geraldo e acertamos que Abimael poderia mandar imprimir mais 500 exemplares. E assim foi feito.

JOSÉ GERALDO DE ALBUQUERQUE

Depois disso, tive só mais dois contatos com o professor José Geraldo, o último no início de 2006. Eu estava cursando Comunicação Social — Jornalismo, na UFRN, e ele sabendo sobre o tema que eu estava estudando para organizar o meu trabalho de conclusão de curso (TCC), disse-me que tinha um material que poderia me ajudar. Em sua biblioteca, repassou-me um material duplicado de sua hemeroteca, de grande valor para que eu pudesse elaborar o meu TCC, concluído em 2008.

Depois disso, mudei-me de Natal e não mais tive oportunidade de vê-lo para trocar uns dedos de prosa sobre a história de nosso estado.

Publicações Seleta: textos e poesias — Henrique Castriciano de Souza (1993); Subsídios Para o Estudo da História do Rio Grande do Norte (2001).

IVONCÍSIO MEIRA DE MEDEIROS

João Sabino

Escrever sobre sujeitos históricos é sempre uma tarefa árdua porque implica em escolhas, sobretudo, ações, contradições e complexidades em volta das estruturas nas quais se inserem esses indivíduos, e, das quais, o historiador não está isento de atuar politicamente e afetivamente.

No entanto, ao mesmo tempo, é reconfortante ter o privilégio de escrever, e escrever sobre uma figura do porte de Ivoncísio Medeiros, refazê-lo, e pô-lo diante da memória dos imortais potiguares, é um exercício de reflexão sobre consciência histórica, é contemplar um passado que insiste em nos visitar, e, em última análise, é um processo que exige profundidade diante de inúmeras nuances que pressupõem um sujeito.

Diante de tantas informações que atravessam o cotidiano dos indivíduos, escapam à memória a vida daqueles que viveram e contribuíram em favor da justiça, do acesso à informação, da arte e do zelo por tudo aquilo que nos revela enquanto semelhantes. Para reivindicar essas memórias — sobretudo, as contribuições deixadas por esses historiadores Norte-rio-grandenses — este trabalho ressalta sua importância, além de ser um marco pelo seu pioneirismo inegável, preenchendo, nesse sentido, uma lacuna importante na história e identidade potiguar.

Diante de uma capital fervilhante pelo processo de modernização acelerado pela ocasião das Tropas Aliadas em solo potiguar, Natal estava inserida — pelas elites interessadas — em um processo que visava a “civilizá-la” (Oliveira et al., 2012), além disso, as reformas de modernização da cidade sob a administração de Sylvio Piza Pedroza (1918–1998), iniciadas em 1946, eram as principais pautas dos jornais natalenses na época, foi nesse interregno que Ivoncísio Meira de Medeiros nasceu, precisamente, em 8 de fevereiro de 1944.

Filho do exímio historiador Tarcísio Medeiros e de D. Ivone de Meira Lima Medeiros, dos quais herdou o sufixo do nome do pai e o prefixo do nome da mãe para a formulação do seu primeiro nome. Foi escritor, historiador, jurista e poeta. Além de sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, atuou como pesquisador visitante em vários países do Velho Mundo, onde se sentiu em casa, pois apreciava os ditos “papéis velhos”.

Herança ricamente ampliada advinda de seu pai e seu bisavô, o desembargador Vicente de Lemos. Carregou consigo as reminiscências de uma Natal moderna, viveu sob às sombras dos coqueiros junto ao Rio Potengi, cotejando entre o mar e o espaço urbano de onde absorveu as sensibilidades inerentes: o bonde, os passeios na Deodoro e as normalistas de gravatinhas representando o “verde” do Atheneu. Essa era a Natal vista por Ivoncísio Meira de Medeiros, as notas bem documentadas sobre sua cosmovisão natalense lhe renderam um belíssimo texto no Jornal *O Poti*, em 1983:

“[...] Cresci, minha ‘mui nobre e sempre leal Cidade do Natal’. Andei por ‘Oropa, França e Bahia’. O banzo das tuas dunas, praias e coqueiros apertava-me o peito. E quando perguntavam de onde eu vinha, estufava-o de amor e orgulho, e repetia Ascenço Ferreira: ‘Rio Grande do Norte, capital Natal’(*O Poti*, 1983)”.

Naquela altura, fazia parte, como diretor do Centro Documentação e Cultura, da Fundação José Augusto. Foi sob sua direção

que, em 1987, o Museu do Homem do Seridó foi implantado nas regiões seridoenses, primeiramente em Caicó, visando à valorização da cultura, ao desenvolvimento de pesquisa e garantindo acesso à informação na construção da identidade, na preservação da cultura material e imaterial.

Pouco tempo depois, precisamente em 1992, lança o livro *O Poder Judiciário no Rio Grande do Norte (1818 a 1992)*, dando uma rica contribuição a uma lacuna historiográfica importante na época no que diz respeito à História da Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

A fim de estabelecer sua cronologia de formação, é importante salientar que Ivoncísio começou seus estudos no Grupo Escolar “*Áurea Barros*”, no bairro do Tirol. Os estudos primários no Externato São Luís do Monsenhor Eymard Monteiro.

Cursou o 1º Ano Ginásial no Colégio Santo Antônio dos Irmãos Maristas (1955/56 em Natal, de onde foi para o Juvenato da Imaculada Conceição, em Apipucos, casa de formação da Congregação Marista em Recife (1957/59). Retornando para Natal, concluiu o Curso Ginásial no Ginásio “7 de setembro” (1960/61) — o qual ele mesmo denominou “O cinza Sete de Setembro — e o Clássico no Colégio Estadual do Atheneu Norte-rio-grandense (1962/64).

Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1970) e obteve o título de Mestre em Ciências Sociais e Políticas pelo Instituto de Ciências Sociais e Políticas na Universidade Técnica de Lisboa (1971/72). Credenciado pelo “Curatorium”, foi admitido nos cursos e nos exames para a obtenção do Diploma da Academia de Direito Internacional de Haia/Holanda (1972).

Na atuação profissional, prestou serviço na Fundação José Augusto, quando representou o Estado do Rio Grande do Norte como membro do Conselho Nacional de Museologia, presidido pelo então

Ministro da Cultura Celso Furtado. Foi membro da Comissão Estadual de Moral e Civismo, tendo exercido a sua presidência.

Recebeu o diploma da *Association Connaissance de Notre Europe*, agraciado com a Medalha do Mérito Eleitoral *Tavares de Lyra* pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, foi membro da União Brasileira de Escritores do Rio Grande do Norte e da Academia Macaibense de Letras, e professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, além de exercer cargos de coordenação de extensão à pesquisa na mesma instituição.

Na carreira de escritor e pesquisador, foi precoce; desde a adolescência desenvolveu o gosto pela pesquisa, como testemunha Garibaldi Alves Filho, seu amigo desde a juventude. Dizia ele que Ivoncísio começou suas pesquisas no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte em 1960, onde sistematizou informações das *Chronicas*, de Gomes Eanes Zurrara sobre a epopeia das viagens e descobrimentos portugueses (Medeiros, 2005).

Na carreira como escritor maduro, forneceu contribuições valiosas, sobretudo em uma época em que não existia o acesso facilitado ao mundo digital, nem incentivos por parte do governo para os pesquisadores cuja tarefa cabia à iniciativa individual. Além disso, a falta de plataformas de suporte aos acervos documentais era comum; não haviam filtros nem catalogação adequada, o que ocasionava “retrabalho” aos pesquisadores (Flores, 2015).

Em 1982, Ivoncísio catalogou um rico inventário de documentos históricos, preenchendo uma lacuna historiográfica importante para os pesquisadores, especialmente os Norte-rio-grandenses. Além disso, fez parte do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa — sob a direção da Fátima Martins Lopes, professora do Departamento de História da UFRN — pesquisas em bibliotecas, arquivos e museus na Espanha, Itália, França, Bélgica e Holanda, que lhe renderam

arquivos documentais salutaros ao Brasil, complementado e atualizado pelo Projeto Resgate.

No dia 21 de julho de 1984, os jornais da cidade noticiaram que o supermercado Nordestão tinha lançado uma campanha de incentivo à valorização da cidade de Natal e do Estado do Rio Grande do Norte, onde os supermercados da rede se expandiram e permaneceram até os nossos dias. A campanha tinha por nome *Nossa Terra Nossa Gente*, na qual foram produzidas seis séries de textos, com 10 números cada uma, e publicados nas embalagens dos pacotes fornecidos pelo Nordestão.

As séries de textos tratavam de temas diversos: a mulher na história do RN, lendas e histórias, folclore, história do RN, entre outros. Dentre os autores dessa campanha, destaca-se Ivoncísio Meira de Medeiros, ladeado por figuras como Luís da Câmara Cascudo e Sanderson Negreiros. O folclore sempre esteve presente em sua vida desde a meninice: “convivi com os mitos populares de Cambraia, Mijão, Alicate, Caju (cadê a castanha?), Maria Mula-Manca e Tubiba (*O Poti*, 1983)”.

Carregado dessa ficção desde menino, o historiador Ivoncísio agregou à sua formação o esmero à poesia. Vicente Serejo, em sua coluna *Cena Urbana*, no jornal *Diário de Natal*, informou do lançamento de uma obra escrita por Ivoncísio de Medeiros, se tratava do livro *Circunstâncias*, que seria lançado naquele dia 24 de janeiro de 1986, no Bar do Pedro, em Genipabu.

A escrita da obra, parecia um ensaio de vida, trazia nos versos as recordações de Lisboa, no encontro com a história, mas também da mulher amada, de forma a romancear os seus passos, esse livro confirmava o que o poeta e historiador Alberto da Costa e Silva escreveu: “Por cima do ombro de todo bom historiador há um ficcionista a lhe falar ao ouvido (Silva, 2021)”.

Na mesma época, dessa vez em 1987, no princípio da redemocratização, contribuiu, como jurista, para a fundação do Partido Comunista Brasileiro no RN depois de 37 anos de clandestinidade. Três anos antes, Ivoncísio, como professor do Departamento de História, lançou um livro, no bar cultural *Zas-traz*, denominado “O Partido Comunista do Brasil e as eleições no Rio Grande do Norte”.

O escrito abrange os anos de 1945 a 1947, quando o partido agiu fora da clandestinidade e disputou eleições com legendas estaduais e federais, não obstante, sem eleger nenhum representante. O ensaio compunha-se apenas de dados eleitorais sem quaisquer interpretações por parte do pesquisador, entretanto, serve como minúcia para a pesquisa quantitativa sobre o tema pelo trabalho criterioso e sério.

Por quarenta e dois anos serviu ao TRE/RN, onde se aposentou como Diretor Geral. Em 2018, recebeu justa homenagem (*in Memoriam*), através da Justiça Eleitoral, pela sua contribuição para edificação da Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.

Em seus últimos anos de vida na cidade do sol, fez do lápis e papel, seus principais companheiros de jornada e marcou encontro com o passado mais uma vez, escrevendo e lançando o livro *Contando Histórias*, em 2014, na Pinacoteca Cultural do Estado.

Tratava-se de um exemplar de ensaios históricos e biográficos, sobre história do Rio Grande do Norte, o mesmo reverteu os valores arrecadados com as vendas dos livros em benefício da Liga Norte-rio-grandense contra o câncer.

Como religioso católico e devoto de Nossa Senhora de Lourdes, viajou à comuna francesa para visitar a gruta da santa e não deixou de partilhar suas devoções em suas redes sociais, faleceu em setembro de 2015, era o dia 7, em Natal.

Em saudosa lembrança pela sua contribuição para a História do Rio Grande do Norte, a Academia Macaibense de Letras, em

funcionamento na Casa de Cultura de Macaíba, inaugurou a Biblioteca Acadêmico Ivoncísio Meira de Medeiros, onde recebeu doações de exemplares de livros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte no dia de sua fundação, em 26 de outubro de 2019.

Ivoncísio sempre se mostrou fascinado pelo encontro com a história, seja nos arquivos, nas bibliotecas, museus, mas também nas reminiscências particulares de uma Natal dos anos 60, marcada, em sua vida, pelos seriados do Cinema Rex, da sessão das “duas” no cinema Rio Grande, das tardes no Juvenal Lamartine, em decisão entre ABC x América, ou até da vida boêmia de consciência universitária.

Em última análise, Ivoncísio deu continuidade ao que seu pai já havia legado enquanto admirador dos “papéis velhos”. Além de ser um exímio zelador da memória, do documento “puro”, e patrimônio histórico-cultural.

Publicações O Mar Territorial Brasileiro e o Direito Internacional (1972); Documentos do Rio Grande do Norte, pela Fundação José Augusto (1976); O Partido Comunista do Brasil e as Eleições no Rio Grande do Norte (1984); Circunstâncias (1986); O Poder Judiciário no Rio Grande do Norte — 1818 a 1992 (1992); Alicerces e Colunas (2005); História e Desporto, edição póstuma e comemorativa do 90º natalício do seu pai Tarcísio Medeiros (2005); Inventário de Documentos Históricos Brasileiros, vol. 50 da coleção Edições do Senado Federal (2005); Contando Histórias (2014); Rio Grande: Capitania de Sua Majestade, uma história documentada (no prelo); Os cravos vermelhos estão murchando em Portugal, no jornal A República de Natal/RN (1975); Os sinos dobram em Espanha, no jornal A República de Natal/RN (1975); Ideologia: estrutura básica dos Partidos Políticos, no jornal A República de Natal/RN (1975); Genipabu —

Um pouco de história, no Boletim Informativo da ABAV, n° 2 (1985); Preservação de Bens Culturais, no jornal O Galo da Fundação José Augusto (1985); O Banzo das Dunas, no Diário de Natal, Crônicas Natalenses — Caderno Muito (1999); Nossa Cidade Natal, edição da Prefeitura Municipal (1984); Cogito, ergo sum, na contracapa do livro Momento Pensante, de Públio José (2008); A Justiça Eleitoral no Rio Grande do Norte, na Revista do Cinquentenário do Tribunal Regional Eleitoral (1995); Os Partidos Políticos e a Questão Ideológica, na Revista Eleitoral, v. 8, n. 2 (1995); Quem foi J. M. de Carvalho Santos?, na Revista Eleitoral, v. 18 (2004); Saint-Exupéry: Uma lição de Humanismo, palestra na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1968); ONU — Cidadela de Paz e de Segurança Internacional, palestra no Colégio Estadual Winston Churchill (1970); Cultura Política, palestra para o Curso de Atualização da Mulher, patrocinado pelo Lions Clube (1976); Os Nossos Primeiros Oficiais R/2-1944, palestra no Núcleo de Formação de Oficiais da Reserva do 16° Batalhão de Infantaria Motorizada de Natal (2004); A Polícia Militar do Rio Grande do Norte e os seus Feitos Heróicos (2005); O Rio Grande do Norte e a sua Vocação Marítima, palestra na Sociedade dos Amigos da Marinha (2005); A Aliança Francesa — Cinco Décadas em Natal, palestra na Associação Cultural Franco-Brasileira de Natal (2008).

MARCOS ANTONIO DA SILVA

Olinto Renan de Souza

Quando se reflete acerca dos pensadores norte-riograndenses, nota-se uma lacuna sobre o que diz respeito aos historiadores, sobretudo os mais recentes que contribuíram para a historiografia potiguar e brasileira no geral. Tendo em vista que o nosso estado produziu grandes estudiosos que trabalharam a história potiguar em seus escritos, tornando necessário a lembrança dessas figuras que olharam para o passado e construíram nossa historiografia.

Então, nesse desafio de falar sobre historiadores do Rio Grande do Norte, é essencial falar de figuras importantes como Marcos Antônio da Silva, nascido em Natal-RN e que conseguiu ascender como escritor, pesquisador e professor por uma das principais faculdades do Brasil: a Universidade de São Paulo (USP). Aqui buscarei falar um pouco sobre a trajetória desse historiador potiguar que se tornou um dos pesquisadores mais versáteis do seu tempo.

Nascido no ano de 1950 na capital do Rio Grande do Norte, vindo de uma família humilde, sendo seus pais de cidades do interior do estado. Seu pai, Antônio Ferreira da Silva, era de Apodi-RN, e sua mãe, Amélia Pereira das Neves, de Jardim do Seridó. Cresceu em Natal, no bairro do Alecrim, numa casa sem televisão, mas com a presença do rádio, por onde escutava músicas e notícias.

Alfabetizado por uma professora da vizinhança, Marcos teve facilidade e gosto pelas letras desde o início, o que facilitou o seu ingresso

numa escola católica em que estudou na infância, onde passou por um teste que o colocou na 2^a série. Desde sua alfabetização se interessou pela leitura, lendo revistas em quadrinhos e também notícias.

Porém, seu principal interesse de entretenimento sempre foi o cinema, já que nessa época os cinemas eram baratos e acessíveis para as famílias de classe baixa. A Sétima Arte se tornou presente em toda sua vida. Durante a infância, frequentava os cinemas populares de Natal, de início acompanhado de sua mãe e sua irmã, Sônia Maria.

Seu pai, que foi fotógrafo ambulante em Natal, também possuía grande apreço pelo cinema, o que Marcos irá apontar em uma das suas muitas obras sobre cinema e que torna o tema tão próximo de sua trajetória pessoal. Nos anos de 1960, fez parte do conhecido Cineclubes Tirol de Natal, clube que possuía o intuito de reunir admiradores do cinema para assistir clássicos e novos filmes nos cinemas de rua e debater sobre. Foi em meio a essas reuniões do clube que Marcos também criou curiosidade sobre as questões históricas presentes nesses filmes, o que irá alimentar sua vontade pelo conhecimento histórico.

Outra paixão que acompanhou Marcos Silva por toda sua trajetória desde a juventude foram as artes plásticas. Chegando a fazer cursos de desenho e artes em Natal na década de 1960, seu talento fez com que fosse apontado como um nome de destaque entre as revelações artísticas de Natal do ano de 1966 no jornal *Diário de Natal*, onde destacaram seu talento em trabalhos de pop art e suas características evolutivas, além de apontar que apesar da pouca idade na época, Marcos já possuía um sentido de autocrítica.

Todo esse amor pelas artes, fez com que, em 1970, Marcos fosse para São Paulo, com o sonho de cursar Artes Plásticas na USP, mas como o curso era de turno integral e ele necessitava conciliar os estudos com o trabalho para se manter em São Paulo, adiou o sonho — iria conseguir cursar Artes Plásticas apenas no final dos

anos de 1990. Ao refletir sobre os possíveis cursos que poderia cursar no lugar de Artes Plásticas, decidiu pela História, por causa da sua curiosidade pela História da Arte.

Dessa maneira, em 1972 ingressou no curso de História da USP, uma das principais universidades do Brasil e onde foi sua casa por quase toda sua carreira acadêmica e profissional no ramo da História. Num período em que a Licenciatura era desvalorizada no meio acadêmico da História, Marcos entrou no curso decidido a ser professor, não pensando tanto na pesquisa histórica, o que acabou mudando no decorrer do curso e após incentivo de colegas de curso.

Nesse momento de interesse pela pesquisa, a temática que mais lhe chamava atenção era a de pesquisar sobre caricaturas e revoltas sociais, muito por causa de sua aproximação com as artes visuais. Foi essa ideia de pesquisa que Marcos apresentou ao seu professor Ulysses Guariba, que demonstrou interesse em orientá-lo.

Dentro das pesquisas em periódicos, a Revolta da Chibata acaba chamando sua atenção e dedica então seu projeto a pesquisá-la. Ao apresentar seu projeto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Marcos consegue uma bolsa para o Mestrado. Após o mestrado também se dedicaria ao doutorado em pesquisas mais densas em arquivos e bibliotecas como a Biblioteca Mário de Andrade, além de viagens ao Rio de Janeiro para leituras complementares.

Quando defendeu seu mestrado em 1981, já estava atuando como professor na rede pública de ensino, trabalhando com o Ensino Médio, onde atuou por três anos. Logo passou num concurso para professor da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, a UNESP, no campus da cidade de Assis-SP, onde iniciou seu trabalho universitário.

Porém, em menos de um ano fez o concurso da USP e foi aprovado, voltando para a capital paulista. A partir de então, sua

trajetória é marcada pela dedicação aos dois campos que englobam um professor/historiador: A pesquisa e o ensino. O que levou Marcos a trabalhar durante toda sua carreira com a escrita de artigos, de livros e dicionários que buscassem trabalhar com as mais diversas temáticas que abordassem esses dois mundos da História. Além de também se dedicar aos projetos de extensão, oferecendo diversos cursos livres em São Paulo e outros estados.

Como um historiador ativo e inquieto, Marcos lançou mais de 30 obras como escritor e organizador de livros que variam em diversas áreas da História e Educação. Algumas das temáticas presentes em seus trabalhos foram a caricatura, o cinema e o ensino de História, além de trabalhar com figuras conhecidas como Câmara Cascudo e Nelson Werneck Sodré.

Também se dedicou a preservar a memória de amigos e contemporâneos como Moacyr Cirne e Luiz Damasceno, aos quais dedicou sua atenção em trabalhos publicados. As variadas obras de Marcos Silva fazem com que os historiadores e leitores entusiastas da pesquisa histórica tenham nele uma grande fonte de pesquisa, pois sua inquietude o fez produzir um acervo que além dos próprios livros, possui também artigos, capítulos em outros trabalhos que facilitam o trabalho dos que pesquisam nas áreas contempladas por Marcos.

Um dos seus primeiros trabalhos publicados como livro foi “Caricatura República: Zé Povo e o Brasil” em 1990, parte de uma coleção que celebra os 100 anos da proclamação da República brasileira, o livro é uma versão alterada da sua dissertação de mestrado, defendida alguns anos antes.

O trabalho trata dos resultados das pesquisas de Marcos sobre caricaturas críticas em revistas e jornais no início do período republicano, com foco no personagem Zé Povo, que era figura de presença constante em revistas da época, principalmente na Fon-Fon! (1907). O personagem era uma representação cômica das dificuldades vividas

pelo povo brasileiro em meio às crises governamentais e oligárquicas que assolavam o país.

Marcos Silva foi durante toda a sua carreira um historiador preocupado com o desenvolvimento do ensino de História na educação básica e no ensino superior, o que o levou a organizar livros que expandem o pensamento sobre esse tema pertinente àqueles que estudam a área e principalmente aos que estão presentes nas salas de aula.

Logo em sua segunda publicação, em 1984, Marcos organizou o livro “Repensando a História”, que trata de uma reunião de textos de professores de História (incluindo textos de sua autoria) de várias etapas de ensino.

Em 1989, Marcos lança uma das suas mais célebres obras: “Prazer e Poder do Amigo da Onça”, a continuação de suas pesquisas sobre o Brasil republicano a partir de caricaturas cômicas e críticas do período, além de ser resultado de sua tese de doutorado.

Dessa vez, Marcos trabalha com o personagem Amigo da Onça, com o recorte dos anos de 1943 a 1962. A escolha do personagem veio de uma relação pessoal, já que seu pai era um admirador do personagem e em sua infância tinha tido contato com suas histórias, que eram publicadas na revista O Cruzeiro, além de que o Amigo da Onça possibilitou um contraponto ao seu personagem anteriormente trabalhado: Zé Povo. O Amigo da Onça traz consigo uma relação de prazer em suas atitudes, é um personagem de segundas intenções que se difere do Zé Povo, que era um retrato das dificuldades sociais do brasileiro.

Em sua trajetória, Marcos Silva nunca esqueceu suas origens natalenses. Mesmo indo embora para São Paulo aos 19 anos, Marcos manteve vivas suas conexões com o Rio Grande do Norte e a sua capital, onde nasceu e cresceu. O exemplo disso é a dedicação que Marcos teve em trabalhar com temas que explorassem a História de

figuras natalenses, desde intelectuais, escritores e até mesmo personalidades desconhecidas para o grande público, mas que fazem parte do povo natalense e sua cultura popular mais pura.

Dentre as obras em que trabalhou a cidade de Natal, trago em destaque “Câmara Cascudo, Dona Nazaré de Souza & Cia. (Guerras do Alecrim)”. Neste trabalho Marcos se utilizou de um artifício ainda pouco comum entre os historiadores: a aproximação da escrita intelectual e da memória popular.

Marcos apresenta recortes de trabalhos de Câmara Cascudo, como suas viagens pelo sertão potiguar e também relatos de uma figura contemporânea a Cascudo: Dona Nazaré, operária em fábrica têxtil no início do século XX e dançarina de pastoris.

Esse trabalho foi iniciado ainda nos anos de 1990, quando Marcos lançou um artigo que seria a base do futuro livro sobre Dona Nazaré e Câmara Cascudo. Os cânticos e danças de pastoris marcaram a vida de Marcos de maneira que se envolveu com essa expressão artística e levou para São Paulo essa tradição.

No ano de 2003, Marcos organiza o “Dicionário Crítico Câmara Cascudo”, explorando a figura histórica e complexa do potiguar Luís da Câmara Cascudo. Marcos reuniu outros potiguares para a elaboração de um dicionário, onde os próprios conterrâneos de Cascudo pudessem dar suas visões e contribuições: nomes como Moacyr Cirne, Manoel Onofre Jr, Tarcísio Gurgel, Défilo Gurgel, entre outros, concorreram para a escrita de um dicionário elogiado e que explora os diversos temas trabalhados por Cascudo em sua obra.

Marcos Silva expressou seu amor pela arte e tradição do pastoril natalino em seu grupo de cultura popular *Ô de Casa*. Ao lado de Eli Clemente, realizou diversas apresentações pelo estado de São Paulo nas mais diversas festas populares (Festa de São Benedito, em Aparecida-SP, Festa da Congada de Cotia no 13 de maio, Festas Natalinas em São Luiz do Paraitinga-SP) entre outros eventos. E

resistiu com o grupo na pandemia, compondo e se apresentando virtualmente.

Falar da vida de Marcos Antonio da Silva em tão poucas páginas foi um desafio ingrato, tendo em vista que o homenageado viveu uma vida intensa e de dedicação total à História, à educação e às mais diversas artes plásticas e visuais.

Dono de uma obra que impressiona não só pela quantidade, mas também pela sua variedade, e de uma personalidade viva que interagiu com vários campos que podem parecer diferentes entre si, mas que fazem parte de um todo, que é a mente criativa e inquieta de Marcos. Um historiador, pesquisador, professor, poeta, artista, músico, escritor e acima de tudo um humano amante da vida e sua mais viva expressão.

Marcos faleceu no dia 31 de março de 2024, aos 73 anos de idade, deixando uma grande contribuição na História, além de seus inúmeros admiradores no campo da pesquisa, amigos, orientandos (foram mais de 50 orientações) e familiares que lembram com carinho da figura ímpar que foi Marcos Antônio da Silva.

Publicações Brasil, 1964/1968 — A ditadura já era ditadura (2006); Câmara Cascudo, Dona Nazaré de Souza & Cia (2007); Câmara Cascudo e os saberes (2013); Caricata República — Zé Povo e O Brasil (1990); Cenas brasileiras — O cinema em perspectiva multidisciplinar, org (2009); Clarões da tela — O cinema dentro de nós, org (2006); Contra A Chibata — Marinheiros Brasileiros Em 1910 (1982); Desafios e resistências no ensino de História (2019); Dicionário crítico Câmara Cascudo (2003); Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré, org (2008); Ditaduras do cinema (Brasil, 1964/1985–1965/2006) (2016); Ditadura relativa e Negacionismos? Brasil, 1964 (2016, 2018...) (2021); Ensino de História e Poéticas (Baseado em

fatos irreais ma non troppo) (2016); Ensinar História no século XXI — Em busca do tempo entendido (2007); História — O Prazer em Ensino e Pesquisa (1995); História: Que Ensino é esse?, org (2013); Metamorfoses das linguagens (Histórias, Cinemas, Literaturas), org (2009); Moacy Cirne, Moacys Cirnes ? Quadrinhos, Cinema, Literatura & Cia (2018); Narrar a História na contemporaneidade? O Cinema e a experiência histórica (2019); Nelson Werneck Sodré na Historiografia Brasileira (2001); Prazer e Poder do Amigo da Onça (1989); Rimbaud etc. ? História e Poesia (2011); Rir das ditaduras ? Os dentes de Henfil (Fradim, 1971/1980) (2019); Repensando a História, org (1984); Viva Luiz Damasceno!, org (2013); República em migalhas — História regional e local, org (1989); São Paulo — Espaço e História, org (2008); Sessões descontínuas 1 — Lições de História no cinema brasileiro (2020); Sessões descontínuas 2 — Lições de História no cinema mundial (2020); Ver História ? O Ensino vai aos filmes, org (2011); Viva Luiz Damasceno! (2013).

MUIRAKYTAN KENNEDY DE MACÊDO

Helder Macedo

Muirakytan Kennedy de Macêdo nasceu em Caicó no dia 09 de julho de 1964, sendo, seus pais, Manoel Ferreira de Macêdo (Seu Macêdo) e Maria de Medeiros Macedo (Dona Baiá). Sua única irmã é Maria Santana Macedo do Nascimento. Muirakytan Macêdo foi casado duas vezes.

A primeira, entre 1991 e 2006, com Inês Alves da Mota, de quem criou, como filhos, Gabriel Bruno da Mota Costa e Juliana Rachel da Mota Costa. A segunda, de 2006 a 2021, com Ana de Santana, nome artístico de Ana Santana Souza. O seu falecimento ocorreu em 07 de julho de 2021, pouco antes de completar 57 anos.

Em Caicó fez os seus estudos iniciais: o primeiro grau, no Externato São Francisco, na Escola Municipal Presidente Kennedy, no Centro Educacional José Augusto (CEJA) e na, então, Escola Modelo Walfredo Gurgel; e, o segundo grau, no CEJA. Após fazer cursinho no Colégio Diocesano Seridoense (CDS), prestou vestibular para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e foi aprovado, no começo dos anos de 1980, para o Curso de Matemática no Campus de Caicó.

Estudou por um ano e, a partir das aulas da disciplina História da Filosofia, ministradas pelo então Padre Ausônio Tércio de Araújo, sentiu-se tocado a buscar a graduação no campo das Humanidades (Gonzaga, 2032). Prestou outro vestibular e, após aprovação, migrou

para Natal, onde, no Campus Central da UFRN, fez sua formação na área de História.

Essa graduação foi feita no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), especificamente, no Curso de Bacharelado em História. Tendo conseguido a vaga por meio de vestibular em 1982, ingressou em 1983 e concluiu em 1987. Durante a finalização do curso, sob orientação da Professora Marlene da Silva Mariz, desenvolveu projeto de pesquisa que culminou com a produção da monografia *As ideias republicanas no Seridó*.

Esse tema de pesquisa, a posteriori, chamou a atenção do Professor Almir de Carvalho Bueno, que, ao ser efetivado como Docente do Magistério Superior no CCHLA em 1992, tomou conhecimento da investigação e, motivado por ela, construiu seu projeto de doutorado. O resultado dessa pesquisa, feita no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), foi a tese de doutorado *Visões de República: Idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880–1895)*, defendida em 1999 pelo Prof. Almir Bueno (Bueno, 2016).

Em relação à pós-graduação *stricto-sensu*, o curso de mestrado de Muirakytan Macêdo foi realizado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), do CCHLA-UFRN, em Natal, após ter conseguido afastamento formal de suas funções como professor da UFRN, lotado no então Departamento de Estudos Sociais e Educacionais (DESE), do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES)-UFRN.

A duração do curso foi de 1994 a 1998 e, ao final, defendeu a dissertação de mestrado *A Penúltima Versão do Seridó — Espaço e História no Regionalismo Seridoense* (Macedo, 1998), que foi orientada pela Professora Denise Mattos Monteiro, do Departamento de História (DEH), do CCHLA-UFRN. O título de Mestre em Ciências

Sociais foi obtido em 1999 e a dissertação foi publicada, posteriormente, em formato de livro, como detalharemos adiante.

O seu doutorado também foi realizado no PPGCS, após ter sido homologado seu afastamento formal das funções de professor junto ao então Departamento de História e Geografia (DHC), do CERES-UFRN. O curso durou de 2003 a 2007 e, ao final, foi defendida a tese de doutorado *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII)* (Macêdo, 2007), orientada pela Professora Julie Antoinette Cavignac, também publicada no formato de livro anos depois. A obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais aconteceu no mesmo ano de 2007.

Muirakytan Macêdo realizou um Estágio de Pós-Doutorado entre 2012 e 2013, na UFRN, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGeD), sob supervisão da Professora Marta Maria de Araújo. No pós-doutoramento, deu continuidade à pesquisa anterior, tratando, especificamente, de temas ligados à população, família e educação escolar no Rio Grande do Norte colonial, no século XVIII, enfocando o Seridó.

Durante sua trajetória profissional no âmbito da UFRN, Muirakytan Macêdo coordenou projetos de iniciação científica, cujos resultados refletiram em sua produção na área de História: *Crime e castigo: escravos nos processos judiciais do Seridó (século XIX)* (1999–2000); *O Cotidiano do príncipe: uma vila do Seridó no século XIX* (2001–2003); *História Social da Cultura do Seridó* (2001–2003); *O cotidiano do Príncipe — uma vila seridoense no século XIX — Parte II* (2001–2002); *Contando o trabalho e os dias — Demografia Histórica do Seridó (colônia e império)* (2001–2003); *As astúcias da suavidade — a escravidão negra nos sertões do Rio Grande do Norte* (2007–2011); *Viver e morrer nos sertões coloniais da Capitania do Rio Grande* (2011–2013); e *História dos doentes e das doenças no Rio Grande do Norte (século XVIII e XIX)* (2013–2017) (Macedo, 2024).

Muirakytan Macêdo foi o segundo coordenador do Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc), tendo iniciado sua gestão, em meados do ano de 1998 e indo até 2003, ocasião em que se afastou para cursar o doutorado no PPGCS, em Natal. Essa gestão potencializou o Labordoc não somente como arquivo, ao custodiar o Fundo da Comarca de Caicó, mas, também, como espaço de pesquisa e de ensino. Inúmeras pesquisas de nível de graduação, mestrado e doutorado — incluindo as deles próprio e seus orientandos e orientandas — nasceram dos fundos custodiados pelo laboratório, sendo impossível nomeá-las no espaço exíguo deste texto.

Destaque importante precisa ser feito, também, para os diversos trabalhos de conclusão de curso (TCCs) que focaram na construção de instrumentos de pesquisa do próprio laboratório, por meio de descrição arquivística simples de seus fundos, grupos e séries temáticas. O primeiro desses instrumentos foi o Catálogo dos Processos Criminais do Fundo da Comarca de Caicó — 3^o Cartório Judiciário, defendido como TCC do Curso de História por Erivan Ribeiro, Joelma Medeiros e Eunice Batista, em 1998.

Quando do retorno do doutorado, em 2007, Muirakytan Macêdo deu início às atividades do Labordic — Laboratório Digital de Comunicação Científica, em parceria com o Curso de Bacharelado de Sistemas de Informação. As atividades desse laboratório prosseguiram até o ano de 2012. Foi com o trabalho do Labordic que a revista *Mneme*, anteriormente hospedada no provedor Seridó On-Line, foi realocada para o Portal de Periódicos da UFRN, com o uso do software OJS/SEER.

Muirakytan Macêdo, desde que ingressou como docente na UFRN, participou de um grande número de eventos acadêmicos no território brasileiro. Conforme demonstra o seu Currículo Lattes (Macêdo, 2016), atuou como palestrante em diversos momentos, seja individualmente, seja em mesas redondas.

Ademais, no âmbito de grupos de trabalho e/ou simpósios temáticos, publicou, como resumo e/ou texto completo, nos anais dos referidos congressos, textos, oriundos dessas comunicações científicas. Evidenciando a diversidade nos gêneros em que atuou, divulgando a sua produção científica, publicou diversos artigos, capítulos e livros.

Ao analisar a sua produção bibliográfica no que diz respeito aos livros, é possível enxergar uma predileção por três conjuntos de domínios temáticos, todos atravessados pelo campo da História dos Sertões: a História Regional e Local; o Patrimônio Cultural; e a educação.

Os livros oriundos das suas investigações de pós-graduação, conectam-se com a abordagem da História Regional e Local, oferecendo perspectivas diferentes de interpretação da história do Seridó feitas pela maioria dos autores eruditos. A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense (Macêdo, 2005; 2012), proveniente de sua dissertação de mestrado, estuda a formação da imagem identitária do Seridó amparado no discurso regionalista.

Nele, o autor pergunta-se acerca de quando foi proclamado o Seridó, ou seja, a partir de que época os intelectuais ligados a esse espaço passaram a referir-se à região enquanto espaço marcado por discursos que conformavam sua diferenciação no âmbito do Rio Grande do Norte.

Trata-se, em termos teórico-metodológicos, de uma pesquisa ligada à História Cultural — no sentido estrito do termo —, à História das Ideias e dos Intelectuais. Não podemos deixar de mencionar, também, o pioneirismo desse trabalho no aprofundamento de análises acerca do espaço enquanto conceito indispensável para a análise histórica, antecedendo, em anos, a implantação do Mestrado em História na UFRN, com área de concentração em História e Espaços.

Ao retornar do seu afastamento para o mestrado, em 1999, Muirakytan Macêdo passou a desenvolver atividades docentes no

Campus de Caicó e assumiu a coordenação do Labordoc, como já mencionamos. Essa função lhe fez ter contato com fontes históricas de diferentes tipologias, bastante diferentes daquelas com as quais ele havia lidado durante a pós-graduação anterior.

Nesse sentido, implementou pesquisas ligadas aos temas da escravidão, cotidiano e população, num movimento cada vez mais direcionado para a História Social da Cultura, inspirado no que vinha sendo realizado no Centro de Pesquisa em História Social da Cultura da UNICAMP (CECULT).

Em várias palestras e apresentações em eventos ele comentou que, se no mestrado, havia pensado o Seridó a partir dos discursos das suas elites intelectuais, interessava-se, a partir dessa outra frente de pesquisa, a pensar a região a partir das vivências de seus moradores, incluindo aqueles anônimos e despossuídos de bens.

Desse sentimento nasceu o seu projeto de doutorado, cuja tese, após defendida, foi publicada no formato de livro, com o título de *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó — século XVIII)* (Macêdo, 2015; 2021). Nele, Muirakytan Macêdo explorou a realidade do sertão do Seridó, abordando a história da família através da relação entre o patrimônio (cabedal) e o cotidiano, durante o século XVIII.

Para o autor, a sociedade da pecuária, construída na Ribeira do Seridó, nessa época, permitiu o cruzamento de “destinos e culturas díspares (cujas referências advieram daquelas indígenas, negras e brancas), por vezes violentamente excludentes, vez ou outra amalgamáveis”, admitindo que “o Seridó é o locus de práticas societárias e mesclagem cultural que produziram arranjos e solidariedades familiares que persistiram na memória regional até os dias de hoje” (Macêdo, 2007, p. 223).

Após o período de 2003 a 2007, em que esteve voltado para o doutorado, no seu retorno ao CERES coordenou pesquisas que são

desdobramentos diretos de sua tese, focadas nos temas da escravidão negra — avançando pelo século XIX —, ritos religiosos e história da população, bem como, temáticas ligadas ao corpo (doentes e doenças).

Nesse período, também, realizou o seu estágio pós-doutoral no PPGED-UFRN. O livro *História & Memória da Câmara Municipal de Caicó*, organizado em parceria (Macêdo; Bueno; Macedo; Andrade, 2016), é fruto desse período e assinala a atenção a temas da história local, ligados à História Política.

Os outros nichos de publicações de Muirakytan Macêdo relacionam-se diretamente com os estudos anteriormente descritos, capilarizando-se por temáticas conectadas. No que diz respeito ao campo do Patrimônio Cultural, podemos assinalar a edição e publicação de duas cartilhas com roteiros patrimoniais de cidades do Seridó, a de Caicó (Macêdo, 2003) e a de Acari (Macêdo et al, 2004), bem como, livros que abordaram o patrimônio cultural negro (Cavignac; Macêdo, 2014; Cavignac; Macêdo; Nascimento, 2019) e o alimentar (Cavignac; Silva; Dantas, 2018).

Já no campo da Educação, listamos duas coletâneas que exploraram os temas da história de professores e da educação formal no sertão, respectivamente, *Mestres do Seridó* (Araújo; Dantas; Macêdo; Medeiros, 2006) e *Colégio Diocesano Seridoense: imagens do tempo e do espaço escolares* (Garcia; Brito; Macêdo; Medeiros; Félix Filho, 2012).

Evidentemente, a produção científica de Muirakytan Macêdo não se encerra nos títulos que foram comentados. Estão excluídos, daqui, prefácios, plaquetes, posfácios, artigos em revistas de divulgação e jornais, sem falar de sua rica produção artística, na poesia e nas artes visuais, que merecem estudos apropriados. Sua contribuição é inegável para a produção do conhecimento histórico no Rio Grande do Norte, e, em especial, no e sobre o Seridó.

A partir da constatação da profundidade de seus estudos e da perenidade de suas reflexões, é possível se afirmar que há uma historiografia acadêmica do Seridó antes e outra depois de Muirakytan Macêdo. Os inúmeros trabalhos que surgiram após a publicação das obras aqui destacadas, ao passo em que agregam conteúdo ao conhecimento, persistem, também, como penúltimas versões da história dessa região que parece que não se esgotar, o Seridó.

Publicações A Penúltima Versão do Seridó — Uma história do regionalismo seridoense (2005; 2012); Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó — século XVIII) (2007; 2021). Em organização (individual ou coletiva): Caicó — uma viagem para a memória seridoense (2003); Acari: Berço da cultura e religiosidade na saga de um povo hospitaleiro (2004); Mestres do Seridó — Memórias (2006); Seridó, Terra Nossa de Cada Dia (2008); Colégio Diocesano Seridoense : imagens do tempo e do espaço escolares (2012); Tronco, ramos e raízes! história e patrimônio cultural do Seridó negro (2014); História & Memória da Câmara Municipal de Caicó (2016); Comida da terra: notas sobre o sistema alimentar do Seridó (2018); Guia Cultural Afro Seridó (2019).

REFERÊNCIAS

Miguel Archanjo Galvão

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Volume 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Volume 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 24 jul. 2025.

MOURA, Dom Odilão, O.S.B. A filosofia política de D. Pedro II. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, v. 42–43, p. 23–39, 1981–1982. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/1981–1982-Vol.-42–43.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

PITANGA, Antônio Ferreira de Souza. Elogio dos sócios falecidos: Miguel Archanjo Galvão. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo 66, 1903, p. 1903, p. 350–352.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Um lugar proeminente entre os mais conscienciosos cultores da História Pátria”: Miguel Archanjo Galvão e os fazeres historiográficos no oitocentos (1858–1898). *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 63–85, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/45990>. Acesso em: 24 jul. 2025.

Annais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, 1906, vol. 28, p. 518; 1989, vol. 109, p. 38.

Aurora Escosseza (RJ), 1881, nº 1; 1884, nº 4, p. 4.

Diário do Rio de Janeiro, 1877, nº 69, p. 3.

Gazeta de Notícias (RJ), 1886, nº 232, p. 2, 1902, nº 359, p. 2.

Gazeta do Natal (RN), 1890, nº 160, p. 2.

Jornal do Brasil (RJ), 1903, nº 189, p.6.

Jornal do Commercio (RJ), 1884, nº 206, p. 4; 1884, nº 266, p. 4.

REFERÊNCIAS

O Auxiliador da Industria Nacional: Ou Collecção de memorias e Noticias interessantes (RJ), 1858, nº 1, p. 326; 1859, nº 1, p. 44. 1873, nº 41, p. 480.

Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, Tomo 61, parte II, 1899, p. 582, p. 593.

Manoel Ferreira Nobre

CARVALHO, Vitória Mônica de Andrade. *O ensaio de uma identidade: o Rio Grande do Norte nas publicações e periódicos do século XIX (1877–1898)*. Monografia de graduação apresentada ao Departamento de História da UFRN/CCHLA, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sobre Manoel Ferreira Nobre. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Natal. Volume 55, 1963.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. *Um capítulo de História da História do Rio Grande do Norte no século XIX: a breve notícia sobre a província (1877) de Manoel Ferreira Nobre*. Mossoró: Edições UERN, FAPERN, 2023.

LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1921.

MELO, Manoel Rodrigues. Prefácio. *In: NOBRE, Manoel Ferreira. Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Pongetti. 1971.

NOBRE, Manoel Ferreira. *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971.

NONATO, Raimundo. [Orelha do livro]. *In: NOBRE, Manoel Ferreira. Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Pongetti. 1971.

PETROVICH, Enélio Lima. Apresentação. *In: NOBRE, Manoel Ferreira. Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971.

SOARES, Antônio. Ferreira Nobre. *In: NOBRE, Manoel Ferreira. Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1971.

Manoel Antônio de Oliveira Coriolano

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, v. 6.

REFERÊNCIAS

CASCUDO, Luís da Câmara. *O Livro das Velhas Figuras*. Natal: IHGRN, 1974, v. 1, p. 83–85.

CORIOLOANO, Manoel Antônio de Oliveira. *Notícia Histórica*. Mossoró: Coleção Mossoroense, 1988.

GUERRA, Phelipe. Manoel Antônio de Oliveira Coriolano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Vols. 35–37. Natal, 1941, p. 65–79.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Para felicidade dos povos que habitam este clima”: Manoel Antônio Coriolano e a escrita da Notícia Histórica da Província do Rio Grande do Norte (1875–1881). *Muitas Vozes*, v. 11, 2022.

Isabel Urbana Carneiro de Albuquerque Gondim

A REPÚBLICA. Natal, 08 e 09 jun. 1900.

CASCUDO, Luís da Câmara. *O livro das velhas figuras Natal*: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1976.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2ª Ed. Natal/Rio de Janeiro: Fundação José Augusto. Achiamé, 1984.

COSTA, João Baptista Regueira. Relatório apresentado pelo primeiro secretário do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano, na Sessão Magna Anniversaria de 27 de janeiro de 1885. *Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano*, n. 39, p. 157–172, 1885.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio Grande do Norte. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 240, p. 3, 1870. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22isabel%20gondim%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=26279. Acesso em: 29 jul. 2025.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. XXIX–XXXI, p. 289–292, 1938.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. v. XVI, p. 367, 1916.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. v. XXII, p. 244, 1925.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. v. XXXII–XXXIV, p. 50–222, 1937.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Isabel Gondim: uma nobre figura de mulher*. Natal: Fundação Vingt-Um Rosado, 2003.

ONOFRE JÚNIOR, Manoel. *Estudos norte-riograndenses*. Natal: Fundação José Augusto, 1978.

Pedro Soares de Araújo

ARAÚJO, Pedro Soares de. Repertório das leis estaduais referentes aos municípios do Estado. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, v. 7, p. 197–255, 1912.

Necrológio: Cel. Pedro Soares de Araújo. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, v. 23–24, p. 312–318, 1927.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. *O livro das velhas figuras*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Vol. 1, 1974.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Ruas da cidade do Natal*. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2025.

Brado Conservador. 1 fev. 1878, Assu; 2 jun. 1880, Assu; 17 ago. 1880, Assu; 28 set. 1880, Assu.

Correio do Natal. 18 out. 1878, Natal.

Jornal do Recife. 11 abr. 1886, Recife; 7 jul. 1905, Recife.

Mensagens do Governador do Rio Grande do Norte para a Assembleia. 1890, 1893, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1911, 1913, 1923, 1924, 1925, 1927, Natal.

A República. 21 abr. 1902, Natal; 12 abr. 1927, Natal.

O Jornal. 17 de jun. 1928, Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

Luiz Manoel Fernandes Sobrinho

CÂMARA CASCUDO, Luís da. *O livro das velhas figuras*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1989.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Uma história da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1972.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. *Narrar vidas, homenageando a memória dos vultos beneméritos da Nação e do Rio Grande do Norte: um ensaio sobre a produção biográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1902–1927)*. Canguaretama: IFRN, 2021.

FERNANDES SOBRINHO, Luiz Manoel. *A Imprensa Periódica no Rio Grande do Norte*. Natal: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, n. 6, 1910.

FERNANDES SOBRINHO, Luiz Manoel. Senador Pedro Velho: traços biográficos. Natal: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, n. 6, 1908.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. *Luiz Manoel Fernandes Sobrinho*. Natal: Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine (CEPEJUL), s/d.

CÂMARA, Leide. *Memória acadêmica: Academia Norte-Rio-Grandense de Letras*. Natal: IFRN, 2017.

RODRIGUES DE MELO, Manoel. *Dicionário da imprensa do Rio Grande do Norte: 1909–1987*. São Paulo: Cortez, 1987.

SOBRAL, Gustavo. *Os fundadores*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2019.

Francisco Fausto de Souza

CASCUDO, Luís da Câmara. *Notas e Documentos para a História de Mossoró*. 5ª Edição. Fundação Vingt-un Rosado, Coleção Mossoroense, Série C, Volume 1571, Junho de 2010

GURGEL, Deffilo. *Areia Branca: A Terra e a Gente*. Fundação Vingt-un Rosado, Coleção Mossoroense, Série C, Volume 1263, 2002

SILVA, Raimundo Nonato da. *Gerações do Meu Tempo*. Natal/RN: Editora Universitária, 1975

REFERÊNCIAS

Tobias do Rego Monteiro

- BLOG DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Literários: fotos, política e cartas de amor: o Inventário Tobias Monteiro*. 2018. Disponível em: <https://blogdabn.wordpress.com/2018/09/28/documentos-literarios-fotos-politica-e-cartas-de-amor-o-inventario-tobias-monteiro/>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- CABRAL, André da Costa. *Escritores brasileiros na correspondência passiva do crítico literário Plínio Barreto*. 2009. 2 v. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOI Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.8.2009.tde-04022010-143643>.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *A Constituição anotada por Ruy Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/noticias/a-constituicao-anotada-por-ruy-barbosa>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Arquivo Tobias Monteiro: inventário analítico*. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/producao/publicacoes/colecoes/colecao-rodolfo-garcia/arquivo-tobias-monteiro-inventario-analitico>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Coleções da Seção de Manuscritos | Tobias Monteiro*. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/noticias/a-constituicao-anotada-por-ruy-barbosa>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. As linhagens historiográficas da Independência — Postagem 1. In: *História Grande*. 2022. Disponível em: <https://historiagrande.wordpress.com/>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *A historiografia do Brasil (1808–1889)*. São Paulo, 1969.
- LIMA, Nestor. Tobias Monteiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal: Tip. Galhardo, v. 50, p. 115–136, 1953.
- MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

REFERÊNCIAS

MONTEIRO, Tobias. *História do Império: a elaboração da Independência, 1808–1823*. Brasília: Senado Federal, 2018.

MONTEIRO, Tobias. *O Presidente Campos Sales na Europa*. Brasília: Senado Federal, 2005.

MONTEIRO, Tobias. O Almirante Barroso: reminiscências. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, 1^o trim. 2009.

PEIXOTO, Renato Amado. Tobias Monteiro. *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889–1930)*. Rio de Janeiro: FGV, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MONTEIRO,%20Tobias.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SILVA, Raimundo Nonato da; FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Pseudônimos e iniciais potiguares*. Natal: Coleção Mossoroense, 1985.

TEIXEIRA NETO, Euclides. A carta constitucional nas cartas de amizades: Henrique Castriciano de 1925 a 1932. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE, 27., 2024, São Cristóvão. *Anais [...]*. São Cristóvão: ANPed, 2024. Disponível em: . Acesso em: 15 ago. 2025.

TRINDADE, João Felipe da. Sobre o batismo de Tobias do Rego Monteiro. *Hipotenusa*, 12 jul. 2015. Disponível em: <https://putegi.blogspot.com/2015/07/sobre-o-batismo-de-tobias-do-rego.html>. Acesso em: 10 ago. 2025.

Augusto Tavares de Lyra

COSTA, Bruno Balbino Aires da. Articular o tempo do Rio Grande do Norte ao tempo da nação: Augusto Tavares de Lyra e a narrativa da Independência do Brasil na província. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 1–20, 2022.

FERNANDES, Saul Estevam. *Brasil em Pedços: a História das Questões de limites interetaduais (1889–1930)*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2022.

FERNANDES, Saul Estevam. *O (in)imaginável elefante mal-ajambrado: a retomada da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-rio-grandense (1894–1920)*. Natal: Editora IFRN, 2016.

LYRA, Augusto Tavares de. *Exposição apresentada à honrada Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Camara*, 1902.

REFERÊNCIAS

- LYRA, Augusto Tavares de. Algumas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 5, n. 1, 1907.
- LYRA, Augusto Tavares de. *A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1972.
- LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1921.
- LYRA, Augusto Tavares de; LEMOS. Vicente S. Pereira de. Apontamentos sobre a Questão de Limites entre os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 3, n. 1, 1905.
- LYRA, Carlos Tavares de. *Tavares de Lyra: uma vida em linha reta*. Natal: Fundação José Augusto, 1973.
- Antonio Soares de Araújo**
- BRITO, Anderson Dantas da Silva; MEDEIROS NETA, Olívia Morais de; PEIXOTO, Renato Amado. *Corografia e produção espaço-identitária do Rio Grande do Norte*. João Pessoa: Ideia, 2018.
- CASCUDO, Luís da Câmara. MEDEIROS, Tarcísio da Natividade. ARAÚJO, Boanerges Soares de. Necrológio: Des. Antônio Soares de Araújo. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, v. 68–69, p. 163–166, 1977.
- COSTA, João Vicente da. Des. Antônio Soares de Araújo: centenário do nascimento. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, v. 71–72, p. 16–21, 1980.
- SOARES, Antonio. Major José Domingues Codeceira. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, v. 2, n. 2, 1904.
- SOARES, Antonio. *Diccionario Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*. Vol. I (A–E). Natal: Imprensa Oficial, 1930.
- SOARES, Antonio. Portalegre: origem de sua denominação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, v. 39–41, p. 63–66, 1943.
- SOARES, Antonio. *Notas de história*. Natal: Fundação José Augusto, 1985.

REFERÊNCIAS

Nestor dos Santos Lima

AMORIM, Sara Raphaela Machado de. *Do mestre aos discípulos: o legado educacional de Nestor dos Santos Lima (1910–1930)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

AMORIM, Sara Raphaela Machado de; NASCIMENTO, Francinaide de Lima Silva; PIRES, Raquel Lopes. Interpretações de Nestor dos Santos Lima sobre a docência em instituições profissionais brasileiras e argentinas (1923). *Revista Diálogo Educacional*, v. 21, n. 71, p. 1675–1699, 2021.

AZEVEDO, Laís Paula de Medeiros Campos; MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. A modernidade pedagógica nas repúblicas do Rio da Prata: o olhar do viajante Nestor dos Santos Lima (1923). *Revista História da Educação*, v. 25, e108743, 2021.

BRITO, Anderson Dantas da Silva; MEDEIROS NETA, Olívia Morais de; PEIXOTO, Renato Azevedo. *Corografia e produção espaço-identitária do Rio Grande do Norte*. João Pessoa: Ideia, 2018.

CASCUDO, Luís da Câmara. SILVA, Raimundo Nonato da. MEDEIROS, Tarcísio da Natividade. Necrologia: Dr. Nestor dos Santos Lima. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, v. 52, p. 94–100, 1959.

DUTRA, Adalgisa Maria Alencar. *Viajando os sertões: Nestor Lima e a territorialização das cidades sertanejas na obra “Municípios do Rio Grande do Norte” (1938–1942)*. 2022. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, CERES, Caicó, 2022.

LIMA, Nestor dos Santos. *Da organização do ensino normal, profissional e primário no sul do Brasil e no Rio da Prata*. [Manuscrito], 1923.

RIBEIRO, Marlene Fernandes. *Revista Pedagogium: a Associação de Professores do RN em ação pelo projeto da Escola Nova (1920–1932)*. 2020. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

VICTOR, Beatriz Raquel Soares. *Celebrações do centenário da Lei de 1827 no Rio Grande do Norte: história e(m) imagem*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

João Anygone Costa

COSTA, João Anygone. *A inquietação das abelhas: inquérito sobre a vida artística brasileira*. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello, 1927.

REFERÊNCIAS

- COSTA, João Angyone. A ilha da Páscoa no caminho das migrações americanas. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, 1934.
- COSTA, João Angyone. Civilizaciones pre-colombianas en el Brasil. *Revista Geográfica Americana*, Buenos Aires, 1935.
- COSTA, João Angyone. *Archeologia geral: pré-história e proto-história*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- COSTA, João Angyone. *Introdução à arqueologia brasileira: etnografia e história*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/115>. Acesso em 28 jul. 2025.
- COSTA, João Angyone. *Migrações e cultura indígena*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/223>. Acesso em 28 jul. 2025.
- COSTA, João Angyone. *Das inscrições lapidares de fundo indígena*. Tese apresentada ao 3.º Congresso de História Nacional, Rio de Janeiro, 1938.
- LIMA, Nestor dos Santos. Dr. João Angione Costa: sócio correspondente. *Revista do IHGRN*, Natal, v. 51, p. 182–184, 1954.
- PRIMO, Judite; BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony; MOUTINHO, Mário (org.). *Sociomuseologia: Corpos Geradores, Gênero e Identidade*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2023.

João Vicente da Costa

- MEDEIROS, Rostand. João Vicente da Costa: 1926- Coluna Prestes no Rio Grande do Norte — Processo relativo ao incêndio do Cartório da Cidade de São Miguel. *Tok de História*, Natal, 18 de novembro de 2015. Disponível em: <https://tokdehistoria.com.br/tag/joao-vice-d-a-costa/>. Acesso em: 7 jul. 2025.
- PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Boitempo, 2024.
- SILVA, Raimundo Nonato. Martins, uma cidade de luto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Natal: Companhia Editora do Rio Grande do Norte, 1981–1982. p. 125–127. v. LXXIII–LXXIV.
- Os dados genealógicos do Dr. João Vicente da Costa constam em seu perfil na plataforma *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/details/LKBG-6QN>. Acesso em: 10 jul. 2025.

REFERÊNCIAS

A Ordem. 15 de ago. 1935, n. 27, Natal, Ano I, p.4; 7 de abr. 1937, n.494, Natal, Ano II, p.2; 26 de jul. 1938, n.866, Natal, Ano IV, p.4; 14 de jun. 1940, n.1.416, Natal, Ano V, p.1; 4 de jul. 1946, n.3.166, Natal, Ano X, p.5; 3 de fev. 1947, n.3.338, Natal, Ano XI, p.2; 10 de fev. 1953, n.5.089, Natal, Ano XVII, p.4; 25 de maio. 1963, n.5.546, Natal, Ano XX, p.7.

Diário de Natal. 5 de mar. 1948, n.1.462, Natal, Ano LX, p.4; 3 de jun. 1960, n.6.315, Natal, Ano XX, p.6; 22 de jan. 1964, n.7090, Natal, Ano XXIV, p.3.; 29 de mar. 1983, n.58, Natal, Ano XLIII, p.3.

Luís da Câmara Cascudo

ALBUQUERQUE JÚNIOR, De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito de conhecimento no Ocidente contemporâneo. *Trajeto*s, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 43–66, 2005.

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. Do alto da torre da matriz, acompanhando a procissão dos mortos: Luís da Câmara Cascudo, o historiador da cidade do Natal. *Espacialidades*, Natal, v. 04, p. 01–32, 2011.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. “*Mossoró não cabe num livro*”: Luís da Câmara Cascudo e a produção historiográfica do espaço mossoroense. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2011.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

HERODOTO. *História*. Brasília: Editora UNB, 1985.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MAMEDE, Zila. *Luís da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual, 1918–1968* — Bibliografia anotada. Natal: Fundação José Augusto, 1970. 3t.

NEVES, Margarida de Souza. Artes e Ofícios de um “Provinciano Incurável”. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 24, 2002.

SALES NETO, Francisco Firmino. *Luís Natal ou Câmara Cascudo: o autor da cidade e o espaço como autoria*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2009.

REFERÊNCIAS

SILVA, Marcos (Org.). *Dicionário Crítico de Câmara Cascudo*. São Paulo: Perspectiva, FFLCH/USP, Fapesp; Natal: EDUFRN; Fundação José Augusto, 2003.

Hélio Mamede de Freitas Galvão

ASSEMBEIA DO RN. *Centenário de fundação da Escola de Comércio de Natal é celebrado no Legislativo*. Assembleia do Rio Grande do Norte. p. 1. 2019.

Disponível em: <https://www.al.rn.leg.br/noticia/16649/centenario-de-fundacao-da-escola-de-comercio-de-natal-e-celebrado-no-legislativo>. Acesso em: 2. fev. 2025.

DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MENDES, Breno; ARRAIS, Cristiano Alencar; JÚNIOR BERBERT, Carlos Oiti. O lugar da teoria da história na formação de historiadores e historiadoras no ensino superior. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 39, n. 79, jan./abr. 2023.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752023000100008>. Acesso em: 02. Fev. 2025.

MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a história*. Petrópolis: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A formação do professor de História no Brasil: Percurso histórico e periodização. *História Hoje*, v. 2, n. 4, p. 265–304, jul./dez. 2013.

REDAÇÃO. Centenário celebrado de Hélio Galvão. *Tribuna do Norte*. p. 1. 2016. Disponível em: <https://tribunadonorte.com.br/viver/centenario-celebrado-de-helio-galvao/>. Acesso em: 2. fev. 2025.

REDAÇÃO. *Hélio Galvão (1916–1981): o saber como herança*. Tribuna do Norte. p. 1. 2006. Disponível em: <https://tribunadonorte.com.br/viver/helio-galvao-1916-1981-o-saber-como-heranca/>. Acesso em: 2. fev. 2025.

REDAÇÃO. *Hélio Galvão recebe homenagens potiguaras*. Tribuna do Norte. p. 1. 2007. Disponível em: <https://tribunadonorte.com.br/viver/helio-galvao-recebe-homenagens-potiguaras/>. Acesso em: 2. fev. 2025.

REDAÇÃO. *Hélio Galvão*. Tribuna do Norte. p. 1. 2016. Disponível em: <https://tribunadonorte.com.br/colunas/jornal-de-wm/helio-galvao/>. Acesso em: 3. fev. 2025.

REIS, José Carlos. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. *Revista de Teoria da História*, v. 6, n. 2, p. 4–26, dez. 2011.

REFERÊNCIAS

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: Teoria da História. *Os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Ed. UnB, 2010.

Tarcísio da Natividade Medeiros

MEDEIROS, Tarcísio. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte: 1701–1822*. Natal: v. 2, CERN, 1980

MEDEIROS, Tarcísio. *LBA: 20 anos de Atividades no Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Oficial, 1962

MEDEIROS, Tarcísio. *Dois Estudos de Direito Social*. Natal: Imprensa Universitária, 1969

MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MEDEIROS, Tarcísio da Natividade. *Proto-história do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Presença Edições; [Natal]: Fundação José Augusto 1985.

MEDEIROS, Tarcísio. *Estudos de História do Rio Grande do Norte*. Natal: Tipografia Santa Cruz, 2001

MEDEIROS, Tarcísio. *História e Desporto*: edição comemorativa do 90º aniversário do autor. Org. Ivoncisio Meira de Medeiros. Natal: Tipografia Santa Cruz, 2008 (Publicação póstuma)

MEDEIROS, Tarcísio. A Formação da Nacionalidade e do Sentimento de Independência do Rio Grande do Norte. *IHC Revista*. Natal, v. 1, nº 3, p. 21–46. UFRN, Imprensa universitária: 1972.

MEDEIROS, Tarcísio. Bert Hinkler e o Atlântico sul. *IHC Revista*. Natal, v. 1 e 2, nº 4, p. 21–46. UFRN, Imprensa universitária: 1973.

MEDEIROS, Tarcísio. Análise da Revolução de 30: 50 anos depois. *IHC Revista*. Natal, v. 2, nº 3, p. 23–47. UFRN, Imprensa universitária: 1984.

MEDEIROS, Tarcísio. Foi assim Tuiuti. *Jornal A Ordem*. Natal: 28 mai. 1966.

MEDEIROS, Tarcísio. Os Nossos de Tuiuti. *Jornal O Poti*. Natal: 22 mai. 1966.

MEDEIROS, Tarcísio. Qual foi a nossa Primeira Constituição? *Jornal Tribuna do Norte*, Natal, 15 jun. 1958. Coisas da História I.

MEDEIROS, Tarcísio. Lembrando o Tempo de Guerra. *Revista da Academia Norte-Riograndense de Letras*. Natal: v. 41, n. 29, Gráfica RN/Econômico, 1999.

REFERÊNCIAS

- MEDEIROS, Tarcísio. Discurso de Posse na Academia Norte-Riograndense de Letras (Cadeira nº 24). *Revista da Academia Norte-Riograndense de Letras*. Natal: v. 42, nº33, Gráfica RN/Econômico, 1999.
- MEDEIROS, Tarcísio. Augusto Tavares de Lira: o amigo do meu avô. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 53, p. 55–71, 1959.
- MEDEIROS, Tarcísio. Ontem, Hospital do Monte, hoje Hospital Miguel Couto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 54, p. 33–46, 1960.
- MEDEIROS, Tarcísio. Segundo Vanderlei e o Instituto Histórico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 54, p. 111–115, 1960.
- MEDEIROS, Tarcísio. A avaria do “São Sebastião” fez Natal hospedar Caxias. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 55, p. 119–127, 1961.
- MEDEIROS, Tarcísio. A terra tremeu em Natal. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 56–57, p. 67–72, 1962–1963.
- MEDEIROS, Tarcísio. Bernardo Vieira de Melo e a Guerra dos Bárbaros. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 61–63, p. 25–50, 1967–1969.
- MEDEIROS, Tarcísio. Síntese histórica da Educação no Rio Grande do Norte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 66–68, p. 173–194, 1973–1975.
- MEDEIROS, Tarcísio. O negro na etnia do Rio Grande do Norte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 71, p. 85–103, 1978.
- MEDEIROS, Tarcísio. Há 50 anos, com os Maristas em Natal. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 72–73, p. 115–120, 1979–1980.
- MEDEIROS, Tarcísio. Como fomos colonizados (por degredados?). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 76–77, p. 27–38, 1983–1984.

REFERÊNCIAS

- MEDEIROS, Tarcísio. Ábner de Brito: episódio de uma vida atribulada. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal*, v. 78–79, p. 62–68, 1985–1986.
- MEDEIROS, Tarcísio. Tenente Ulysses Caldas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal*, v. 87–89, p. 147–152, 1994–1996.
- MEDEIROS, Tarcísio. A Nossa Primeira Constituição. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal*, v. 90–92, p. 171–174, 1997–1999.
- MEDEIROS, Tarcísio. O Estudo de História no Currículo Escolar e na Titulação do Magistério do Rio Grande do Norte. *Revista História UFRN*. Natal: v. 1, Cooperativa dos Jornais de Natal, 1978.
- MEDEIROS, Tarcísio. O Negro Escravo: da Etnia à Abolição e os Remanescentes de sua Cultura no Rio Grande do Norte. *Revista História UFRN*. Natal: v. 2, Cooperativa dos Jornais de Natal, 1978.
- MEDEIROS, Tarcísio. A Fortaleza, as Imagens dos Santos Reis e a Capela da Barra do Rio Grande. *Revista Tempo Universitário*. Natal: v. 1, n. 2, Editora Universitária, 1976
- Medeiros, Tarcísio. Escola de Farmácia e Odontologia de Natal. *Revista Tempo Universitário*. Natal: v. 6, n. 1, Editora Universitária, 1980
- MEDEIROS, Tarcísio. Gibraltar. *Tribuna do Norte*, Natal, 22 jun. 1958. Coisas da História II.
- MEDEIROS, Tarcísio. O Destino de Bartolomeu Dias. *Tribuna do Norte*, Natal, 22 jun. 1958. Coisas da História II.
- MEDEIROS, Tarcísio. Abner Brito. *Tribuna do Norte*, Natal, 1958.
- MEDEIROS, Tarcísio. O Governo do Doutor Adolfo Affonso da Silva Gordo: A República e as Secas no Rio Grande do Norte. *Coleção Mossoroense*. Mossoró: Série B, n. 1040, Fundação Guimarães Duque, 1991
- MEDEIROS, Ivoncísio Meira de. A Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte. In: MEDEIROS, Ivoncísio Meira de. *Contando Histórias: ensaios históricos e biográficos*. Natal: Fundação José Augusto, 2014. p. 114–124. (Coleção Cultura Potiguar).

REFERÊNCIAS

MEDEIROS, Ivonécio Meira de. *Memorial: Tarcísio da Natividade Medeiros* [verbete]. Arquivo pessoal do autor. Natal (RN), acesso em jul. 2025.

NOBRE, Clivya. Escrita de Tarcísio Medeiros na Revista do IHGRN: política e intelectualidade. *Mosaico*, Natal, v. 13, n. 21, p. 1–22, 23 dez. 2021. Fundação Getúlio Vargas. <http://dx.doi.org/10.12660/rm.v13n21.2021.84767>.

Pedro Arbués Dantas

DANTAS, Expedita Maria. *Na escrita se constrói o mundo: escritores e poetas na terra da música*. Carnaúba dos Dantas: 2004. 27p.

DANTAS, Jackson Martins. *Museu Histórico Nossa Senhora das Vitórias: uma visão sobre o patrimônio cultural (não) musealizado em Carnaúba dos Dantas/RN* 2017. 60 f. Monografia (Graduação) — Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó/RN, 2017.

DANTAS, Pedro Arbués. [Correspondência]. Destinatário: Donatilla Dantas. Natal, 10 set 1983. 1 carta datilografada. 5p. In: DANTAS, Donatilla. *Carnaúba dos Dantas: Terra da Música*. Brasília: H.P. Mendes, 1987. (Depoimentos vários, n. 7, g).

DANTAS, Pedro Arbués. [Correspondência]. Destinatário: Donatilla Dantas. Currais Novos, 27 jul 1967. 1 carta datilografada. 2p. In: DANTAS, Donatilla. *Carnaúba dos Dantas: Terra da Música*. Brasília: H.P. Mendes, 1987. (Capítulo XVI, 1).

DANTAS, Pedro Arbués. *Carnaúba dos Dantas, fazendo centenário*. Carnaúba dos Dantas: 2000. Datilografado.

DANTAS, Pedro Arbués. *Cinqüentenário do Monte do Galo em Carnaúba dos Dantas — 1928–1978*. Carnaúba dos Dantas. Natal: Gráfica Real, 1978a.

DANTAS, Pedro Arbués. *Entrevista*. Currais Novos, 29 mar 2005 (Entrevista concedida ao projeto *Carnaúba dos Dantas: inventário do patrimônio imaterial de uma cidade do sertão do Rio Grande do Norte*).

DANTAS, Pedro Arbués. *José Dantas Correia*. Currais Novos: 1996. Datilografado.

DANTAS, Pedro Arbués. Lembrando o Cruzeiro do Monte do Galo. *Diário de Natal*, Natal, ano XXXIX, 20 out 1978, p. 19 (Coluna Notícias do Seridó).

REFERÊNCIAS

- DANTAS, Pedro Arbués. *Montanha misteriosa, onde o galo cantou e a história continua*. Natal: 1991. Datilografado.
- DANTAS, Pedro Arbués. *Origem da Devoção a São José em Carnaúba dos Dantas*. Currais Novos: 1978. 5p. Datilografado.
- DANTAS, Pedro Arbués. Roteiros sobre a origem e fundação do lugar. Natal: 1983. 7p. In: DANTAS, Donatilla. *Carnaúba dos Dantas*: Terra da Música. Brasília: H.P. Mendes, 1987. (Depoimentos vários, n. 7, g).
- DANTAS, Pedro Arbués; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Das primeiras notícias do cantar do galo*. Carnaúba dos Dantas: 1995. Datilografado.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Despedida de um discípulo para o seu mestre: lembrando a obra de Pedro Arbués Dantas (1918–2008). *Diário de Natal*, Natal, p. 4, 28 set. 2008.
- João Wilson Mendes Melo**
- CÂMARA, Leide. Memórias Acadêmicas: *Academia Norte-Rio-Grandense de Letras*. Natal: Editora IFRN, 2018. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1508>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- COSTA, Fernando Hippólito da. Sócios admitidos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Natal, v. 86, n. 1, p. 183–192, mar. 1999.
- MARTINS, Francisco. *Vivendo e ensinando*. Francisco Martins Escritor. [S.l.], 28 jun. 2019. Disponível em: <https://franciscomartinsescritor.blogspot.com/2019/06/vivendo-e-ensinando.html>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- MELO, João Wilson Mendes de; GUERRA, Otto de Brito. *João Wilson Mendes de Melo na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1989. (Coleção Mossoroense, Série “B”, Número 571).
- MELO, João Wilson Mendes de. 01 — Introdução ao Estudo da História. *Mendes Melo*. [S.l.], [s. d., a]. Disponível em: <https://mendesmelo.wordpress.com/livros/introducao-ao-estudo-da-historia/>. Acesso em: 31 jul. 2025.
- MELO, João Wilson Mendes de. 05 — A cidade e o trampolim. *Mendes Melo*. [S.l.], [s. d., b]. Disponível em: <https://mendesmelo.wordpress.com/livros/a-cidade-e-o-trampolim/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

REFERÊNCIAS

- MELO, João Wilson Mendes de. 07 — Minha Cidade Antigamente. *Mendes Melo*. [S.l.], [s. d., c]. Disponível em: <https://mendesmelo.wordpress.com/livros/07-minha-cidade-antigamente/>. Acesso em: 31 jul. 2025.
- NEGREIROS, Armando Aurélio Fernandes de. João Wilson Mendes Melo. *Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras*. Natal, n. 65, p. 149–156, out./dez. 2020.
- ONOFRE JÚNIOR, Manoel. Professor João Wilson. *Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras*. Natal, n. 63, p. 40–42, abr./jun. 2020.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Memória Viva. In: *Museu Virtual do TRE-RN*. Natal, [s. d.]. Disponível em: <https://sites.google.com/view/museu-virtual-do-tre-rn/memoria-viva>. Acesso em: 31 jul. 2025.
- ### Lenine Barros Pinto
- BRAGA, Élcio. União para provar que Cabral chegou primeiro ao Rio Grande do Norte. *O Globo*, 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/uniao-para-provar-que-cabral-chegou-primeiro-ao-rio-grande-do-norte-21238803>.
- CAVALCANTI NETO, Manoel de Oliveira. *1500, de Portugal ao saliente potiguar: praia do Marco porta oficial do Brasil*. Natal: OffSet, 2018.
- FEITOSA, Carlos Chesman de Araujo; FURTADO, Cláudio Benedito da Silva. Physical analysis from scientific data in Pero Vaz de Caminha's letter. *Brazilian Journal of Science*, 2024.
- GIOVANNI, Bruno. O Brasil foi descoberto pelo Rio Grande do Norte? Estudiosos e historiadores lançam teoria e evidências. *Blog do BG*, 2016. Disponível em: <https://www.blogdobg.com.br/o-brasil-foi-descoberto-pelo-rio-grande-do-norte-historiadores-e-estudiosos-lancam-teoria-e-evidencias/>.
- PINTO, Lenine. *Natal, USA — II guerra mundial: a participação do Brasil no teatro de operações do Atlântico Sul*. Natal: RN Econômico, 1995.
- PINTO, Lenine. *Reinvenção do descobrimento: o litoral norte-rio-grandense, atração necessária às navegações exploradoras do Atlântico Sul e ponto de desembarque de Pedro Álvares Cabral*. Natal: RN Econômico, 1998.
- PINTO, Lenine. *Ainda a questão do descobrimento*. Natal: Art Print, 2000.
- PINTO, Lenine. *O mando do mar*. Natal: Sebo Vermelho, 2015.

REFERÊNCIAS

TRILOGIA sobre descobrimento do Brasil pelo RN é referência em pesquisas. *Tribuna do Norte*, 2024. Disponível em: <https://tribunadonorte.com.br/viver/trilogia-sobre-descobrimento-do-brasil-pelo-rn-e-referencia-em-pesquisas/>.

Olavo de Medeiros Filho

COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA (CBG). *Olavo de Medeiros Filho*. Disponível em: <https://cbg.org.br/biografia/olavo-de-medeiros-filho>. Acesso em: 02 jul 2025.

LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado; Natal: IHGRN, 2003.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do RN*. Curitiba: CRV, 2020.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: história e mestiçagens*. Natal: EDUFRN, 2011.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. A tradição popular e o coronel de milícias Caetano Dantas Correia; O coronel de milícias Caetano Dantas Correia, um sesmeiro do século XVIII; A família do genearca Caetano Dantas Correia. In: DANTAS, José Adelino. *O coronel de milícias Caetano Dantas Correia: um inventário revelando um homem*. Natal: CERN, 1977. p. 59–78.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Curriculum Vitae. Natal: 1988. In: SANTOS, Ana Cristina Medeiros dos. *Olavo de Medeiros Filho: a escrita da História desvendando uma escrita de si*. 2006. 101f. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Caicó, 2006.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Memorial. Natal: 1982. In: SANTOS, Ana Cristina Medeiros dos. *Olavo de Medeiros Filho: a escrita da História desvendando uma escrita de si*. 2006. 101f. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Caicó, 2006.

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. *Genealogia de uma família do Seridó*. Brasília: Verano Editora, 2007.

PEDREIRA, Flávia dos Santos. *Chiclete eu misturo com banana: Carnaval e cotidiano de guerra em Natal (1920–1945)*. 2. ed. Natal: Editora da UFRN, 2012.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Ana Cristina Medeiros dos. *Olavo de Medeiros Filho: a escrita da História desvendando uma escrita de si*. 2006. 101f. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Caicó, 2006.

SILVA, Roselia Cristina da. Olavo de Medeiros Filho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, n. 96, jan./mar. 2018. p. 160–163.

SOBRAL, Gustavo. Bibliografia de Olavo de Medeiros Filho. *Revista IHGRN*, 102, 2025, p.193–209.

José Geraldo de Albuquerque

ALBUQUERQUE, José Geraldo de. *Henrique Castriciano: um reformador social*. 1981. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 1981.

ALBUQUERQUE, José Geraldo de; TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. *Subsídios Para o Estudo da História do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Oficial, 2001.

ALBUQUERQUE, José Geraldo de; TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. *Subsídios Para o Estudo da História do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

ALBUQUERQUE, José Geraldo. *Seleto: textos e poesias/Henrique Castriciano de Souza*. Natal: Sebo Vermelho, 2011.

BIBLIOTECA: Semana do Livro já começou, confira programação. *UNI-RN*, 2014. Acesso em: <https://www.unirn.edu.br/biblioteca-semana-do-livro-ja-comecou-confira-programacao/>

CASCUDO, Luiz da Câmara. *Nosso amigo Castriciano*. Natal: Imprensa Universitária, 1965.

MANGABEIRA, Hailton. *Henrique Castriciano, um centenário e meio*. Natal: Sebo Vermelho, 2024.

MARQUES NETO, Cosme Ferreira. *Da necessidade de uma “nova” escola só para moças: Henrique Castriciano de Souza e a modernidade pedagógica norte-rio-grandense (1911–1923)*. (Dissertação de Mestrado) — a Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB, 2016. (Disponível em <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/481>. Acesso em 19 mar 2025, às 15:20).

REFERÊNCIAS

TRINDADE, Sérgio. Henrique Castriciano de Souza: um divisor de águas na educação feminina norte-rio-grandense. *A História está nos detalhes*, 2021. Disponível em: <https://historianosdetalhes.com.br/historia-do-rn/henrique-castriciano-de-souza-um-divisor-de-aguas-na-educacao-feminina-norte-rio-grandense/>.

Ivoncísio Meira de Medeiros

FLORES, M. F. da C. T. Os bancos de dados, os arquivos digitais e o papel do historiador. *Acervo, [S. l.]*, v. 28, n. 2, p. 240–251, 2015. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/632>. Acesso em: 22 jul. 2025.

FLORES, M. F. da C. T. Os bancos de dados, os arquivos digitais e o papel do historiador. *Acervo, [S. l.]*, v. 28, n. 2, p. 240–251, 2015. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/632>. Acesso em: 22 jul. 2025.

DIÁRIO DE NATAL: cena urbana. Natal, 24 fev. 1986.

MEDEIROS, Ivoncísio Meira de. *Inventário de documentos históricos brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 2005.

OLIVEIRA, Giovana P. *et al.* Uma cidade marcada por perdas e sonhos: a Natal da Segunda Guerra Mundial. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 12, 2012, Porto Alegre, RS. *Anais eletrônicos...* Porto Alegre, RS: PROPUR, 2012. p. 1–11. Disponível em: https://hcurb.ct.ufrn.br/_assets/modules/projetosvinculados/projetovinculado_33.pdf. Acesso em 25 jul. 2025.

O POTI: Natal vista por Ivoncísio Meira de Medeiros. Natal, 11 dez. 1983.

SILVA, Alberto da Costa. *A África e os africanos na história e nos mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. p. 14.

TORQUATO, Arthur Luis de Oliveira. Sylvio Pedroza e sua Natal moderna em manchete: a função dos periódicos jornalísticos na construção de uma natal moderna. In: BALBINO, Bruno *et al* (org.). *História do Rio Grande do Norte: novos temas*. Natal: Edufrn, 2014. p. 124–126.

REFERÊNCIAS

Marcos Antonio da Silva

ENTREVISTA — Professor Marcos Antônio da Silva. [S.I]: *Pesquisa Memórias de Vidas*, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f2WZ5XFBNcs&t=2767s>. Acesso em: 23 jul. 2025.

ENTREVISTA com Marcos Silva: Ditadura, humor e outras histórias. São Paulo: *Revista de História USP*, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cfCfcANve9Y>. Acesso em: 23 jul. 2025.

SILVA, Marcos A. da. *Prazer e poder do Amigo da Onça, 1943–1962*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA, Marcos. *Sessões Descontínuas: lições de história no cinema brasileiro*. São Paulo: Almedina, 2020. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=sr37EAAAQBAJ&printsec=frontcover&source=gbs_atb&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 22 jul. 2025.

SILVA, Thiago de Faria e. *Nota de pesar — Prof^o Marcos Silva*. 2024. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/7529-nota-de-pesar-marcos-silva>. Acesso em: 26 jul. 2025.

As revelações do ano de 66. *Diário de Natal*. Natal, Quinta-feira, 5 de Janeiro de 1967, n. 07977A, p. 6.

Muirakytan Kennedy de Macêdo Referências

ARAÚJO, Ausônio Tércio de; DANTAS, Eugênia Maria; MACÊDO, Muirakytan Kennedy de; MEDEIROS, Maria das Dôres (Org.). *Mestres do Seridó — Memórias*. Natal: Una, 2006.

BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880–1895)*. 2. ed. Natal: Edufrn, 2016.

CAVIGNAC, Julie Antoinete; MACÊDO, Muirakytan Kennedy de (Org.). *Tronco, ramos e raízes! história e patrimônio cultural do Seridó negro*. Natal: ABA; Flor do Sal; EDUFRN, 2014.

CAVIGNAC, Julie Antoinette; MACÊDO, Muirakytan Kennedy de; NASCIMENTO, José Clewton do (Org.). *Guia Cultural Afro Seridó*. Natal: Flor do Sal, 2019.

REFERÊNCIAS

- CAVIGNAC, Julie Antoinette; MACÊDO, Muirakytan Kennedy de; SILVA, Danycelle Pereira; DANTAS, Maria Isabel. *Comida da terra: notas sobre o sistema alimentar do Seridó*. Natal: Sebo Vermelho, 2018.
- GONZAGA, Tiago. [Entrevista] As lições de Muirakytan Kennedy de Macêdo (1964–2021). *Papo Cultura*. Natal, 5 ago. 2021. Disponível em: <https://papocultura.com.br/entrevista-as-lico-es-de-muirakytan-kennedy-de-macedo-1964-2021>. Acesso em: 06 ago 2025.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de et al. *Acari: berço da cultura e religiosidade na saga de um povo hospitaleiro*. Natal: Sebrae/RN, 2004.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Muirakytan Kennedy de Macêdo (1964–2021): aspectos da sua trajetória intelectual*. Caicó: 2024. Não publicado.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Caicó: uma viagem pela memória seridoense*. Natal: Edições Sebrae, 2003. 56p.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense*. 1998. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal: Sebo Vermelho, 2005.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2012.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Currículo Lattes*. Brasília: Plataforma Lattes, 2016. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6234766321259493>. Acesso em: 6 ago. 2025.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó — século XVIII)*. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó — século XVIII)*. Natal: Sol Negro, 2021.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Rústicos cabedais: patrimônio familiar e cotidiano nos sertões do Seridó (século XVIII)*. 2007. 300f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

REFERÊNCIAS

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de; BUENO, Almir de Carvalho; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; ANDRADE, Juciene Batista Félix (Org.). *História & Memória da Câmara Municipal de Caicó*. Natal: EDUFRN, 2016.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de; GARCIA, Tânia Cristina Meira (Org.). *Seridó, Terra Nossa de Cada Dia*. Caicó: Museu do Seridó, 2008.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de; GARCIA, Tânia Cristina Meira; BRITO, Paula Sônia de; MEDEIROS, Maria das Dôres; FÉLIX FILHO, Francisco (Org.). *Colégio Diocesano Seridoense: imagens do tempo e do espaço escolares*. Natal: EDUFRN; Sebo Vermelho, 2012.

SOBRE OS AUTORES

Alexandre Jardim Rocha sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Historiador pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), especialista em marketing, pesquisador e fofoqueiro oficial do passado (@alexandre_rocha).

André Felipe Pignataro advogado, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, sócio da Academia Ceará-Mirinense de Letras e Artes e sócio da Academia Potiguar de Direito.

Ariane de Medeiros Pereira graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Pedagogia/UNIFAVENI. Especialista em História dos Sertões (UFRN) e mestra em História (UFRN). Pesquisa sobre o Seridó Potiguar.

Bruno Balbino Aires da Costa professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Francisco Firmino Sales Neto professor de História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus Cajazeiras. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Geraldo Maia do Nascimento escritor e pesquisador, nasceu em Natal/RN, bacharelou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, autor de vários livros e artigos históricos.

Gustavo Sobral jornalista e escritor, tudo que escreveu, escreve e publica está no seu site gustavosobral.com.br.

SOBRE OS AUTORES

Helder Macedo professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Campus de Caicó e sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN).

Honório de Medeiros sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

João Pedro Horácio de Oliveira graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

João Sabino discente do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), aluno CNPq de Iniciação Científica.

Júlia Chaves Nunes de Carvalho arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Mestre em Arquitetura e Conservação pela Sapienza Università di Roma. Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Kydelmir Dantas agrônomo, professor, pesquisador, escritor e poeta, de Nova Floresta-PB; Cidadão Mossoroense e confrade de Raibrito na SBEC, ICOP e IHGRN.

Octávio Santiago jornalista, doutor em Ciências da Comunicação, membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) e autor do livro “Só sei que foi assim: a trama do preconceito contra o povo do Nordeste” (Autêntica, 2025).

Olinto Renan de Souza graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), bolsista CNPq de Iniciação Científica.

Patricia Ladeira Penna Macêdo graduada em História e Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

SOBRE OS AUTORES

Pedro Pinheiro de Araújo Júnior doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH/UFRN) e professor efetivo da Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SEEC/RN).

Pedro Simões Neto Segundo sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Pesquisador. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Rivano de Souza Soares Rivano Soares, graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e membro do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS).

Saul Estevam Fernandes Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Graduado e Mestre em História pela UFRN, Doutor em História pela PUC-RS. Atualmente é professor da UFAC.

Sérgio Trindade professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduado em História, Mestre em Ciências Sociais e Doutor em Ciências da Comunicação. Autor de diversos livros.



LARGOS E PRAÇAS
 Praça do Município
 Praça do Comércio
 Praça do Mercado
 Praça do Brasil
 Praça do Brasil
 Praça do Brasil

CIDADE NATAL

EDIFÍCIOS PUBLICOS
 Palácio do Governo
 Assembleia Legislativa
 Tribunal de Justiça
 Tribunal de Contas
 Tribunal de Relação

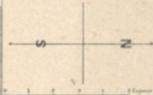
IGREJAS
 Sé Catedral
 Igreja de S. Francisco
 Igreja de S. João
 Igreja de S. Pedro
 Igreja de S. Paulo
 Igreja de S. Antonio

ESTABELECIMENTOS
 Escola de Medicina
 Escola de Direito
 Escola de Farmácia
 Escola de Engenharia
 Escola de Magistério
 Escola de Artes e Ofícios

POPULAÇÃO
 3.000.000 almas



SINAES CONVENÇIONALES
 ○ CAPITAL
 ○ CIDADE
 ○ Villa
 ○ Parochia
 ○ Povoação



PROVINCIA DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCAS

- I - DA CAPITAL**
 Natal (cidade)
 S. Gonçalo
 S. João do Rio
 S. Paulo
- II - DE S. JOSÉ**
 S. José (cidade)
 S. José do Bonfim (cidade)
 S. José do Bonfim
 S. José do Bonfim
- III - DO ASSU**
 Assu (cidade)
 S. João do Rio
 S. João do Rio
 S. João do Rio
- IV - DO SERIDÓ**
 S. João do Rio
 S. João do Rio
 S. João do Rio
- V - DO MOSSORÓ**
 S. João do Rio
 S. João do Rio
 S. João do Rio
- VI - DA MAIORIDADE**
 S. João do Rio
 S. João do Rio
 S. João do Rio

Editora Biblioteca Ocidente
 LIBRUM LUX MUNDI